A FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL
Sergio Miceli

22.357

A FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL

FAPESP
IDESP
EDITORA SUMARÉ

Bradford Smith
Celina Vargas do Amaral Peixoto
Elisa Pereira Reis
Elza Berquó
Fernando Homem de Melo
Franklin Thomas
Fúlvia Rosemberg
Joan Dassin
Juarez Rubens Brandão Lopes
Marcelo de Paiva Abreu
Mário Brockman Machado
Silke Weber
Simon Schwartzman

A FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL
A FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL

Sergio Miceli
organizador

A FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL

FAPESP

IDESP

EDITORA SUMARÉ

A FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL

Bradford Smith
Celina Vargas do Amaral Peixoto
Elisa Pereira Reis
Elza Berquó
Fernando Homem de Melo
Franklin Thomas
Fúlvia Rosemberg
Joan Dassin
Juarez Rubens Brandão Lopes
Marcelo de Paiva Abreu
Mário Brockman Machado
Silke Weber
Simon Schwartzman

A FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL

Sergio Miceli
organizador

A Fundação Ford no Brasil

FAPESP
Editora Sumaré
1993

EDITORA SUMARÉ
IDESP — Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
Av. Dr. Arnaldo, 1973
telefone: (011) 263-3259
fax: (011) 263-1605
Cep: 01255-000 — São Paulo — SP

Copyright © 1993 Editora Sumaré

Capa: *Diana Mindlin*
Tradução: *Alasdair G. Burman*
Revisão: *José Waldir Santos Moraes* (português)
Paul Freston (inglês)
DTP: *Videograf — Aristeu Escobar Branco*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Fundação Ford no Brasil / Sérgio Miceli coordenador.
— São Paulo : Editora Sumaré : FAPESP, 1993.

Bibliografia.

1. Ciências sociais 2. Fundação Ford — Brasil — História I. Micéli, Sérgio, 1945 —

93-2451 CDD-001.44060981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Fundação Ford : História 001.44060981
2. Fundação Ford : Brasil : História 001.44060981

ISBN 85-85408-13-8

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne os trabalhos apresentados e discutidos no seminário comemorativo dos "30 anos da Fundação Ford no Brasil", realizado nos primeiros dias de julho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro. O evento se revestiu de um significado bastante especial em virtude da relevante contribuição prestada pela Fundação Ford à expansão e consolidação das Ciências Sociais brasileiras, mas também devido à presença de seus dirigentes em visita ao país, o presidente Franklin A. Thomas e a vice-presidente Susan Berresford.

Joan Dassin (então representante no Brasil e hoje diretora regional dos programas para a América Latina e Caribe) e Thomas Trebat (seu antecessor na diretoria regional para a América Latina) foram os artífices da encomenda que resultou no convite para que eu organizasse o seminário em questão e a edição deste livro. A proposta submetida à apreciação de ambos procurava reunir as vozes e perspectivas dos diversos grupos, atores e instituições que desempenharam um papel significativo nessa história de construção institucional, intelectual e científica. As intervenções orais e por escrito dos expositores e debatedores buscaram lidar, cada uma a seu modo, com os termos de uma carta-convite onde eram sugeridos alguns caminhos possíveis no tratamento do tema central do seminário.

Eu pretendia promover um balanço qualificado e panorâmico dessa experiência peculiar de filantropia exercida por uma fundação privada norte-americana no contexto de uma sociedade como a brasileira, desprovida dos recursos materiais e institucionais que operam como lastro indispensável dos sistemas altamente diferenciados e complexos de produção acadêmica existentes nos países capitalistas afluentes. Em lugar de tomar como ponto de partida um modelo acabado de interpretação, buscava-se identificar as áreas decisivas de atuação e investimento nessas três décadas de atuação, aliando-se o dimensionamento dos resultados logrados na construção e consolidação das Ciências Sociais e Econômicas brasileiras no período decisivo de sua expansão (décadas de 1970-80) ao exame de alguns setores estratégicos das atividades econômica e cultural orientados para a formulação de políticas e dependentes de um conhecimento técnico aplicado. A agenda central do encontro examinaria as instituições-chave no processo recente de constituição de um mercado para os cientistas sociais brasileiros — programas interdisciplinares de pós-graduação e pesquisa sediados em sua maioria nas universidades, centros privados de investigação e sociedades científicas — e os resultados logrados em três áreas temáticas de especialização particularmente relevantes para a definição de políticas econômicas e sociais substantivas (educação, agricultura e movimentos sociais/ONGs).

Os representantes das diferentes instituições participantes do encontro fariam uma narrativa de sua própria história organizacional, enfatizando as linhas de diversificação de suas atividades, a cultura interna do grupo de pesquisadores, seu sistema de valores, as marcas intelectuais, doutrinárias e temáticas contidas nos diferentes projetos de "construção institucional", as principais iniciativas e realizações em matéria de produção técnico-científica, os esquemas e mecanismos de financiamento junto aos setores público e privado, buscando-se ao mesmo tempo evidenciar, na medida do possível, o peso relativo da contribuição derivada do relacionamento entre a própria instituição enquanto mutuário e a Fundação Ford.

Os expositores e debatedores convidados fariam assim um misto de análise-balanço-testemunho, com vistas a firmar um retrospecto matizado do tópico da agenda sob sua responsabilidade, seguido eventualmente de propostas de novos empreendimentos e prioridades. Essa dupla perspectiva de balanço e prognóstico poderia propiciar uma troca de experiências sem abrir mão dos elementos pertinentes num depoimento capaz de sintetizar uma experiência vivida por inteiro. Os participantes foram instados a incorporar, na medida em que julgassem oportuno, os indicadores distintivos das experiências de trabalho com que estiveram envolvidos. A história própria de cada uma das instituições convocadas para o encontro, história irredutível a um esquema unilateral de criação e maturação, deveria entretanto ser evidenciada através daqueles projetos, eventos e características ligados de algum modo e em graus diversos à atuação da Fundação Ford no país.

A mera identificação das instituições chamadas a participar do encontro (ver agenda anexa) ilustra bem os rumos tomados pela Ford na implementação de sua política de fomento às Ciências Sociais e Econômicas brasileiras. Os centros privados independentes representam a concretização de espaços institucionais construídos fora das universidades num esforço de permitir avanços na divisão do trabalho de produção científica, proporcionando recursos a projetos de envergadura, incentivando o surgimento de novas lideranças intelectuais, suscitando a introdução de temáticas originais e métodos pioneiros de investigação, em suma, procedendo a uma renovação em profundidade do trabalho intelectual e científico no Brasil.

Os programas interdisciplinares de pós-graduação e pesquisa souberam compatibilizar os novos feitios do trabalho de pesquisa à continuidade de seu esforço de treinamento e ensino pós-graduado de alto nível, tendo logrado êxito considerável na consecução de suas frentes complementares de atuação, em especial no que diz respeito a uma verdadeira oxigenação na agenda de temas e problemas das duas disciplinas emergentes no período em exame (Ciência Política e Antropologia). Enfim,

as sociedades científicas constituídas nessa fase histórica exerceram competentemente diversas funções de representação política e organizacional, contribuindo de maneira decisiva para a modelagem e a difusão de um *ethos* e de uma cultura acadêmicos e profissionais, para a criação de veículos de comunicação indispensáveis a uma comunidade de cientistas num país das dimensões do nosso, para a consolidação de um mercado "nacional" de trabalho para os cientistas sociais mas dotado de um complexo enraizamento em âmbito internacional.

Os três eixos temáticos selecionados — educação, movimentos sociais e ONGs, agricultura e recursos naturais — contemplam áreas prioritárias de investimento da Fundação no país e, concomitantemente, permitem qualificar diferentes modelos de aproximação e mútua fecundação entre o trabalho científico e as instâncias incumbidas de formular, implementar, gerir e avaliar políticas econômicas e sociais substantivas.

O texto de Franklin Thomas (página 15) foi traduzido para o português; os textos de Marcelo de Paiva Abreu e Simon Schwartzman foram elaborados em inglês; o texto de minha autoria (página 33) foi vertido para o inglês, e também incluído no Anexo (página 247). A decisão de publicar alguns dos textos em inglês resultou em parte da impossibilidade de se fazer uma edição bilíngüe e também de uma estimativa de que o público potencial desta publicação incluía uma quantidade expressiva de estudantes de graduação e pós-graduação do sistema universitário anglo-saxão.

Quero registrar meus agradecimentos ao apoio financeiro prestado pela Fundação Ford e pela Fapesp para a edição deste livro. Agradeço a Bradford Smith, atual representante da Fundação Ford no Brasil, os incentivos dados a esta publicação bem como a gentileza de seu texto de abertura.

São Paulo, 15 de julho de 1993

SÉRGIO MICELI

SUMÁRIO

Bradford Smith
DEDICAÇÃO A VALORES DEMOCRÁTICOS 11

Franklin Thomas
O INVESTIMENTO DA FUNDAÇÃO FORD NOS RECURSOS HUMANOS E NA CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO 15

Joan Dassin
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 25

Sérgio Miceli
A APOSTA NUMA COMUNIDADE CIENTÍFICA EMERGENTE
A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil 1962 - 1992 33

Mário Brockmann Machado
A FUNDAÇÃO FORD, A FINEP E AS CIÊNCIAS SOCIAIS 99

Celina Vargas do Amaral Peixoto
A FUNDAÇÃO FORD E O CPDOC 107

Elisa Pereira Reis
A CONSTRUÇÃO INTELECTUAL E A POLÍTICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS: A EXPERIÊNCIA DO IUPERJ 115

Gilberto Velho
A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DO MUSEU NACIONAL 131

Marcelo de Paiva Abreu
THE FORD FOUNDATION AND THE DEPARTMENT OF ECONOMICS OF PUC-RIO, 1977-1992 137

Silke Weber
A FUNDAÇÃO FORD E AS ÁREAS DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA NO NORDESTE 147

Juarez Rubens Brandão Lopes
TRINTA ANOS DA FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL: Um testemunho com alguma análise 153

Elza Berquó
A FUNDAÇÃO FORD E OS ESTUDOS POPULACIONAIS NO BRASIL. Análise-balanço-testemunho 165

Simon Schwartzman
EDUCATING THE FORD FOUNDATION 179

Silke Weber
A PROPÓSITO DO TEXTO "EDUCATING THE FORD FOUNDATION" 199

Fúlvia Rosemberg
ESTUDOS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO 205

Fernando Homem de Melo
AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS 237

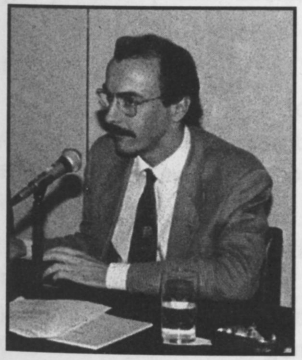
ANEXOS 243

AGENDA — TRINTA ANOS DA FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL: RETROSPECTO, IMPACTOS E PERSPECTIVAS". 245

Sérgio Miceli
BETTING ON AN EMERGING SCIENTIFIC COMMUNITY The Ford Foundation and the Social Sciences in Brazil 1962 - 1992 247

DEDICAÇÃO A VALORES DEMOCRÁTICOS

Bradford Smith



Bradford Smith,
Representante da Fundação Ford no Brasil

• Com o retraimento dos recursos do governo, como podem os esforços públicos e privados melhorar as condições de vida de forma eficaz e estimular a mobilidade social para o grande contingente de brasileiros que vivem na pobreza?

• Como é possível conciliar as necessidades de sobrevivência das populações de baixa renda com a conservação a longo prazo dos recursos naturais essenciais ao desenvolvimento sustentável?

• Como pode o sistema educacional brasileiro ser orientado de modo a oferecer qualificação básica à maioria da população ao mesmo tempo que desenvolve a competitividade da nação no nível internacional?

• Qual a possibilidade de os pesquisadores, funcionários da rede pública de saúde e ativistas trabalharem em conjunto para melhorar o conhecimento, as políticas e os serviços relacionados com questões críticas de saúde reprodutiva e AIDS?

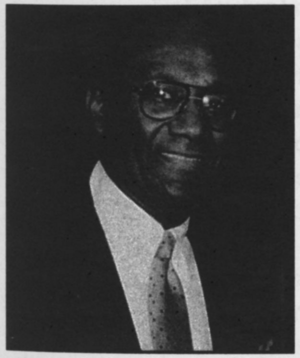
A procura de respostas para essas questões, nos próximos trinta anos, exigirá que a Fundação Ford intensifique o seu apoio não só para a produção, mas, também, para a aplicação de idéias. Para alcançar este objetivo, num país de tão rápidas mudanças como o Brasil, a Fundação pretende continuar a longa tradição de apoio à comunidade científica — em 1993, 65 por cento dos seus recursos foram destinados a instituições de ensino superior, a programas de bolsas de estudos e a centros de pesquisa. Ao mesmo tempo, será preciso buscar formas inovadoras de fortalecer os laços entre a comunidade científica e as diversas organizações da sociedade civil que procuram criar, sustentar e dinamizar os espaços públicos onde os rumos do país serão definidos.

Em nome da Fundação Ford, agradeço ao Sérgio Miceli pela organização deste seminário e do presente volume. Gostaria de estender meus agradecimentos, também, aos autores dos artigos, por suas contribuições e, acima de tudo, à comunidade científica pelo apoio que tem dado à Fundação Ford no Brasil durante mais de três décadas.

Rio de Janeiro, agosto de 1993

O Investimento da Fundação Ford nos Recursos Humanos e na Capacidade de Desenvolvimento a Longo Prazo

Franklin Thomas



Franklin Thomas,
Presidente da Fundação Ford

*M*uito me honra estar aqui hoje com vocês comemorando trinta anos de trabalho conjunto voltado para os interesses do povo brasileiro. Vejo nesta sala muitos velhos amigos — e alguns novos — da Fundação. E tenho a esperança de que, no curso dos próximos dois dias, possamos contar com a sua preciosa percepção sobre o Brasil de hoje, sobre as oportunidades e desafios que o país, ou seja, o contexto no qual nossos esforços conjuntos se inserem. Agradeço ainda àqueles que, nos últimos dois dias, compartilharam sua experiência e sabedoria conosco, focalizando iniciativas relacionadas ao meio-ambiente e o desenvolvimento, o que inclui o recente encontro UNCED, caminhos da economia e da política social, e a crescente conscientização a respeito da discriminação e da violência, especialmente no que tange à mulher e o negro brasileiros. Hoje e amanhã focalizaremos as Ciências Sociais no Brasil. Andei refletindo sobre minha primeira visita a este país em 1974, meus encontros com Mário Simonsen na época — aliás, tenho mantido contato permanente com ele nesses últimos dezoito anos — e minha última visita ao Brasil, em 1986. Nesse ano, senti aqui um clima de grande otimismo. Era quase como uma temporada inebriante no país, com a nova democratização acontecendo, a ampliada capacidade de auto-expressão e um poderoso sentido das possibilidades oferecidas ao seu país. Nestes últimos dias, me parece que muito dessa vibração permanece, só que temperada pelas realidades colocadas pela dificuldade de mudança, das distorções econômicas que freqüentemente afligem os pobres, pelo menos a curto prazo, quando um país dirige-se a um sistema econômico de mercado.

Tais realidades acentuaram a necessidade de escolhas políticas muito bem elaboradas e expandiram o diálogo público sobre as prováveis conseqüências de políticas alternativas. Nesse contexto, as Ciências Sociais desempenham um papel vital para a sociedade. Em sua melhor produção, as Ciências Sociais nos ajudam a entender as escolhas que temos de enfrentar, antecipam seu possível impacto sobre a população como um todo e seus diferentes eleitorados em particular. Elas colaboram ao nos fazer aprender com experiências relevantes de outros lugares do mundo, e ainda nos auxiliam no acompanhamento e avaliação dos resultados de nossas escolhas, de tal forma que, no futuro, possamos escolher melhor. As saídas que o Brasil enfrenta hoje são parte de uma realidade global. Quase toda grande nação do mundo está enfrentando complexidades similares e difíceis escolhas. Acredito que a considerável redução da ameaça nuclear colocou o foco das atenções no progresso da qualidade de vida, e acelerou a pressão sobre instituições governamentais e forças políticas no sentido de que novas oportunidades possam se concretizar. Nesse ponto específico, a utilidade das Ciências Sociais nunca foi tão grande.

Gostaria, como pensei hoje de manhã, de aproveitar esta ocasião para compartilhar com vocês alguns pontos que afetaram crucialmente a própria Fundação Ford, bem como fazer um retrospecto do esforço da Fundação no sentido de reorganizar e entender sua própria missão nos últimos dezoito anos.

Em 1974, a FF deparou-se com algumas escolhas fundamentais. Por quase dezesseis anos, ela vinha gastando uma soma de aproximadamente o dobro de sua receita, e financiou o déficit vendendo seus ativos financeiros. A idéia era que, no longo prazo, seria possível um retorno total, a partir dos rendimentos de seu portfolio. Em 1974, a Fundação foi abatida pela realidade. Seu capital despencara de 3,5 bilhões de dólares para 1,6. Tudo isso numa velocidade que, se mantida, dissiparia todo o valor do capital nos oito ou nove anos subseqüentes. Os curadores então se confrontaram com a seguinte questão: os problemas com os quais estavam lidando eram assim tão fundamentais para

o bem-estar da humanidade, a ponto de justificar gastos que eliminassem a existência da Fundação em uma década, ou seria mais provável que as futuras gerações encarariam problemas igualmente graves e, portanto, a administração exigiria a preservação desse capital, de maneira que as futuras gerações contassem com recursos efetivos para lidar com o mais crítico problema da humanidade? Evidentemente, os curadores escolheram preservar o funcionamento perpétuo da Fundação. E, para realizar este sonho, realizaram uma drástica redução de gastos. O orçamento para os quatro anos seguintes foi cortado em 50 por cento; o mesmo aconteceu com seu quadro de funcionários. Assim, por volta de 1978, o orçamento anual da Fundação girava em torno de 100 milhões de dólares, sendo que, no passado, essa cifra atingira a casa dos 350 milhões. Seu capital, em compensação, estabilizou-se acima dos dois bilhões de dólares e seu *staff* era de cerca de oitocentos funcionários em todo o mundo.

Quando os curadores convidaram-me a suceder a McGeorge Bundy no comando da Fundação, pediram-me se eu ajudaria a repriorizar sua programação. Porque, nos quatro anos anteriores, durante os quais houve o mencionado corte, as verbas caíram pela metade em absolutamente todas as áreas, mesmo as mais críticas, em todos os programas. Nenhuma prioridade foi identificada, nenhuma escolha foi feita entre todo o conjunto de áreas e projetos. Aceitei a responsabilidade de, ao mesmo tempo, reestruturar os programas e estabilizar o valor do portfolio, estabilizando a balança entre o dinheiro gasto para manter a Fundação em si, e a porcentagem disponível para sustentar o trabalho de nossos colegas no mundo inteiro. Fui então informado por membros muito experientes da Fundação de que havia duas formas básicas de levar a cabo minha responsabilidade. Uma era decidir quais caminhos eram especialmente importantes para mim, e então destinar cerca de um terço dos recursos da Fundação para desenvolver tais questões. Nesse caso, a Fundação acomodaria meus interesses e equilibraria os recursos, reorganizando-os junto com as prioridades já existentes que fossem do interesse do *staff* da época. Mas havia um caminho alternativo de

realizar meu trabalho: fazer uma série de questionamentos à própria Fundação, examinar cada um de seus programas e responder a várias perguntas. Por exemplo: quais eram os caminhos propostos quando iniciamos esta linha de trabalho? Que progressos observamos seguindo esses caminhos? Será que algo mudara na própria natureza dos problemas, ou na natureza dos recursos disponíveis para lidar com esses problemas? E o que aconteceria se a FF parasse com seu trabalho em cada uma das áreas programáticas? Como vocês podem imaginar, uma instituição que passara quatro anos sofrendo um corte orçamentário de 50 por cento dificilmente estaria preparada para um processo de questionamento de cada uma de suas áreas, de cada uma das iniciativas remanescentes do trabalho da Fundação. Assim, passamos por dezoito meses de rigorosa — e às vezes dolorosa — avaliação. No final, decidimos seis principais linhas de trabalho que definiriam a Fundação para as próximas décadas. Decidimos que a Fundação procuraria trabalhar em parceria com outras instituições — onde quer que parceiros estivessem disponíveis; tentaríamos diversificar nosso próprio *staff* e diversificar os nossos quadros e parceiros na programação da Fundação. Também definimos algumas regras simples de administração. Colocamos como objetivo um ganho real entre cinco e seis por cento sobre o portfólio e determinamos em seguida um orçamento baseado em 5,8 por cento dos ativos da Fundação, em média, durante 36 meses. Presumimos que, se tais investimentos superassem um ganho real de 5 a 6 por cento, nossos ativos financeiros cresceriam devido a esse melhor desempenho e, nas décadas subseqüentes, continuaríamos aptos a manter nosso trabalho sem deteriorar o capital. Doze anos depois, o orçamento está por volta de 325 milhões de dólares, os ativos financeiros superam a casa dos seis bilhões de dólares e o *staff* foi reduzido de oitocentos para seiscentos quadros. Além disso estamos cada vez mais trabalhando em parceria com outras instituições pelo mundo. Decidimos ainda manter e fortalecer a história da Fundação trabalhando nos níveis em que as várias políticas são definidas. Esse procedimento seria acrescido de uma ênfase em trabalhar com pessoas ligadas aos

pontos onde os problemas ocorrem. E, através do nosso acesso a cada um desses grupos, tentaríamos som ar o conhecimento que as pessoas mais familiarizadas com os problemas têm, no sentido de como encaminhá-los, com o conhecimento de políticos, cientistas sociais e pesquisadores sobre o mesmo tema, afim de obter sua avaliação do quê funcionou a longo prazo. Nossa premissa era de que, juntos, criaríamos sinergias, resultando em políticas mais fortes e efetivas, bem como um engajamento da população em todos os níveis sociais, nesse processo de implemento de novas estratégias e conquista de novos resultados.

Eu diria que, apesar de nossos velhos amigos garantirem que as novas diretrizes não significavam o abandono das antigas, havia medo. E, para os novos amigos que fazíamos à medida que ampliávamos os limites da Fundação, havia um receio relacionado aos motivos da Fundação: por que nós? Será que vocês realmente acreditam que temos alguma contribuição a dar? Nossos pontos de vista serão respeitados?

Achamos muito importante que, além do que pudéssemos dizer com palavras para obter a confiança das pessoas, demonstrássemos que a própria Fundação estava preparada para viver sob as mesmas regras. Como resultado, os curadores concordaram que deveríamos diversificar drasticamente o Conselho Curador, de modo que ele refletisse o tipo de diversidade que buscávamos em nossos projetos. Não só o Conselho, mas também o *staff* da Fundação deveria drasticamente diversificado, a fim de que o conjunto incluísse o todo, como um reflexo de nossas pretensões programáticas. Acreditamos que poderíamos obter tal diversidade como um ganho de eficiência, e não como um sacrifício. Pois tenho o maior prazer de afirmar que os resultados não poderiam ser mais encorajadores.

Vejamos o que aconteceu com o Conselho e o *staff*, no que tange à diversidade. Em 1973, as minorias compunham 6,3 por cento do Conselho. Hoje são da ordem de 47 por cento. Quanto ao *staff* profissional, as minorias passaram de 6,6 por cento em 1973 para 27 por cento hoje. No que se refere à estruturas de

apoio, as minorias passaram de 23 para 54 por cento. Especificando: em 1973, havia 12,5 por cento de mulheres no Conselho Curador; agora, passou para 24 por cento. No *staff* profissional, o índice cresceu de 22,9 por cento para 62,4 por cento. Quanto à estrutura de apoio mudou no mesmo período, de 89,1 para 81 por cento de mulheres. Estamos contentes com esse progresso. Não foi fácil. Afetou a maneira como trabalhamos. Afetou as perguntas que nos fazemos e as que fazemos a nossos beneficiários. Se o processo foi difícil, ele foi igualmente gratificante. As credenciais dos curadores e do *staff* são praticamente as mesmas de 1973, em termos de preparo técnico e intelectual, e experiência profissional. E isso requer um amplo esforço de pesquisa. Exige que ampliemos o contingente de talentos em cada uma das áreas essenciais. Como isso ganhamos uma experiência muito mais vasta entre nosso staff, o que acrescentou novas perspectivas através das quais avistamos problemas e oportunidades. Assim, intensificamos nossa produção; ela ficou mais rica e vibrante.

Um exemplo corrente dessa riqueza e de seu impacto em nossa programação foi a habilidade da Fundação mobilizar seu *staff* nos recentes tumultos de rua em Los Angeles. Juntamos profissionais de cada disciplina e pedimos a esse *staff* que avaliasse entre seus contatos locais quem integrava essa área específica do programa, de modo a saber como poderíamos juntar esses grupos ou indivíduos e pensarmos coletivamente os problemas que afligiam a comunidade. Nessa pesquisa, acabamos por reunir membros do mundo acadêmico, as Universidades, os centros de pesquisa, organizações comunitárias, os negros, os hispânicos, os asiáticos, todos os escalões do governo e, inclusive uma enorme pesquisa em setores privados de finalidade lucrativa. O resultado foi uma fantástica radiografia da população de Los Angeles, somada à capacidade de mobilizar essa população e fazê-la mais apta a dialogar construtivamente, entre seus diferentes estratos. Posso garantir a vocês que nosso compromisso social com a escolaridade se mantém intacto. Igualmente intactos estão nossos compromissos com os processos de desenvolvimento e institutos

de pesquisa. O que procuramos nestes últimos doze anos foi um meio de fortalecer estes compromissos prévios adicionando a eles riqueza, diversidade e capacidade de pessoas dos mais diferentes setores da nossa própria sociedade e de outras sociedades do mundo inteiro. Trata-se de uma missão mais do que merecedora de uma instituição que tem o elevado objetivo de tentar melhorar o bem-estar da humanidade. E estou profundamente grato a todos vocês pelo papel que já desempenharam, pelo que desempenham hoje, e por aquele que, junto conosco, haverão de desempenhar à medida que combinamos nossos esforços para frente. Aguardo ansiosamente pelos debates dos próximos dois dias e pela oportunidade de aprender, através de sua experiência, que o contexto no qual o trabalho se desenvolve no Brasil agora. Muito obrigado.

A Experiência Brasileira

Joan Dassin

Joan Dassin, Representante da Fundação Ford no Brasil (1989-1992) e atual diretora regional para a América Latina e Caribe.

Agora que Franklin Thomas falou a respeito do trajeto histórico da Fundação Ford — ao longo da gestão dele, nos últimos 12 anos — eu gostaria de complementar com minha visão sobre o escritório do Brasil, ao longo dos quatro ou cinco anos em que aqui estou. Além disso, é função do seminário pensar mais detalhadamente sobre o trabalho da Fundação, particularmente na área das Ciências Sociais, ao longo dos últimos trinta anos.

Em 1959, após uma missão exploratória no Brasil, Charles Wagley e Marvin Harris escreveram: "Não sabemos quanto dinheiro a Fundação Ford pretende investir no futuro do Brasil (...) mas se nós tivéssemos os recursos para investir, nós não nos envolveríamos em complexos projetos de desenvolvimento comunitário. Em vez disso, trabalharíamos na área de treinamento de professores para os cursos primário, secundário e universitário". Trinta anos depois do início das atividades da Fundação Ford no Brasil, depois de investir cerca de 77 milhões de dólares em várias atividades que incluem educação e desenvolvimento comunitário, achamos apropriado planejarmos o futuro à luz do passado. É disso que trata este seminário. Vou tentar em poucas palavras descrever a nossa orientação geral nos últimos quatro ou cinco anos e, em seguida, falar sobre o nosso atual programa de educação. O que estamos tentando fazer reflete o objetivo geral do escritório de Nova Iorque no sentido de que buscamos um equilíbrio entre tradição e inovação.

É evidente que continuamos mantendo uma relação estreita com os nossos donatários tradicionais — particularmente com os cientistas sociais — estejam eles ligados a instituições inde-

pendentes de pesquisa ou às principais universidades públicas. Ao mesmo tempo, como a própria comunidade científica, estamos tentando responder às novas oportunidades criadas pela democratização no Brasil. Assim, a Fundação uniu-se a vários esforços da sociedade civil para, em primeiro lugar, apoiar não apenas pesquisas sobre questões teóricas do Estado ou desenvolvimento econômico, como também promover debate intersetorial e grupos civis que têm como função o monitoramento que promove a discussão pública. Também continuamos a apoiar organizações comunitárias e atividades de extensão por parte de uma ampla gama de ONGs e grupos populares e estamos tentando promover com eles um trabalho em conjunto a respeito da melhoria das políticas públicas que os afetam. Convém destacar que em cada uma das áreas temáticas nas quais trabalhamos, isto é, meio ambiente, desenvolvimento, direitos civis, políticas públicas e, cada vez mais, saúde reprodutiva, continuamos com um esforço muito especial em apoiar atividades de pesquisa e treinamento. Evidentemente, nestas atividades as instituições científicas desempenham um papel muito importante no portfólio da Fundação (Museu Goeldi, a Fundação Carlos Chagas, os centros privados — IDESP, CEBRAP, CEDEC — e as várias universidades públicas, entre outros).

Temos ainda um programa de Educação onde buscamos responder especificamente à crise atual na pesquisa acadêmica e na educação superior no Brasil. Sérgio Miceli argumenta em seu trabalho que, em termos de desafios institucionais, a conjuntura dos últimos anos (pós-Plano Collor) tem se assemelhado à da segunda metade da década de 1960. Eu diria que atualmente não é mais a repressão política que ameaça as instituições acadêmicas e científicas no Brasil, mas sim um virtual colapso econômico. O secretário Hélio Jaguaribe declarou recentemente: "O máximo que a Secretaria de Ciência e Tecnologia pode fazer é tentar que o Ministério da Economia libere verbas mínimas para que as instituições que cuidam da Ciência e Tecnologia no país não entrem em colapso e fechem. Em 1992 — continua ele — só podemos evitar que as instituições morram".

Nós da Fundação Ford estamos, evidentemente, muito conscientes dos limites de nossas capacidades para modificar estas condições e ao mesmo tempo estamos operando num universo cada vez maior de donatários em potencial devido à própria abertura política. Contudo, nós ainda mantemos um compromisso com as instituições de pesquisa e treinamento científico que ajudamos a criar e sustentar ao longo destes trinta anos. Estamos tentando, ao lado dos donatários, fornecer o que eu chamaria de elementos para que a própria comunidade — de Ciências Sociais, em particular — faça os ajustes (a médio e longo prazos) necessários para enfrentar o que não é mais uma crise temporária e sim um novo conjunto de realidades econômicas e sociais.

Ao longo dos últimos quatro anos reconhecemos que as tendências econômicas e políticas no Brasil adotaram um percurso perversamente contrário ao que previamos em 1988, quando entrei para a Fundação. Dentro desse contexto a Fundação estabeleceu dois objetivos principais: fortalecer as instituições, entendendo que sem uma firme base institucional não é possível uma atividade científica que possa render resultados imaginativos ao longo do tempo, e fortalecer os mecanismos de treinamento para poder responder à ansiedade de todos nós em oferecer os elementos para a formação das futuras gerações. Assim, daqui a vinte anos, quando certamente haverá outra crise, existirão pessoas que saberão responder às questões que serão colocadas. Acho que basicamente é esta a nossa orientação.

Vou tentar expor, muito rapidamente, as estratégias e as ações concretas que vimos realizando. Em primeiro lugar, temos dado apoio substancial aos chamados Núcleos de Ensino e Pesquisa dentro de universidades públicas, em várias áreas temáticas. A maior parte está concentrada na própria USP. Acho que o meu programa em particular é um pouco não só "paulicêntrico", mas "uspiano". Temos dado apoio ao Núcleo de Estudos sobre a Violência, ao Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior, ao Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil (da USP) e ao Programa de Política Internacional Comparada (também da mesma universidade). Acabamos de aprovar apoio

para o Núcleo de Estudos sobre População (da Unicamp) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro temos dado apoio para o Laboratório das Ciências Sociais do IFCS. Este é um modelo que representa uma novidade para a Fundação e a idéia é, além dos próprios produtos, ajudar a reintegrar a pesquisa com o ensino e maximizar os recursos da Fundação aproveitando-se a contrapartida oferecida na forma de espaços físicos, equipamentos e salários parciais oferecidos pelas próprias universidades.

Mas no fundo, o apoio a esses núcleos tem o mesmo efeito que tem aquele dado aos centros privados, isto é: a sustentação de ilhas de excelência na comunidade científica. Também ao longo dos últimos anos demos ajuda institucional de vulto a donatários tradicionais como o Museu Nacional, o IUPERJ, o Departamento de Economia da PUC, a fim de que pudessem se reestruturar e alcançar maior independência financeira, continuando a produzir pesquisa e treinamento de alta qualidade.

Temos apoiado pesquisas sobre educação superior, tentando, realmente, promover a participação brasileira no debate mundial sobre a Reforma Universitária e, em conjunto com outros escritórios da Fundação na América Latina, a pesquisa comparativa nessa área, muito importante para traçar as mudanças significativas que ocorreram ao longo dos últimos vinte anos nesse setor aqui no Brasil. Constantemente, para avaliações institucionais, apoiamos seminários como este e publicações que identificam e buscam atender às principais necessidades intelectuais e institucionais nas Ciências Sociais no Brasil e, na medida do possível, ajudem a própria comunidade a reconhecer quais serão os desafios do futuro e do presente. Gostaria de destacar também o apoio ao projeto do Laboratório do IFCS, pois buscamos maneiras de apoiar iniciativas promissoras no nível de graduação e compartilhamos com vocês da preocupação de que a pós-graduação e a pesquisa científica nessa área não venham a ter os recursos necessários nos próximos anos se não houver um investimento e um compromisso maior por parte dos programas de pós-graduação na própria graduação. Ainda em parceria com os nossos colegas do Programa de Direitos Humanos e da Fundação Mundial,

continuamos a tradição da Fundação Ford em apoiar estudos sobre a mulher e estudos afro-brasileiros, ampliando nestes últimos anos o leque de donatários, criando outros Centros que tenham interesse nesses temas e também procurando abrir à mulher e aos afro-brasileiros mais oportunidades de acesso à própria instrução universitária.

Acho que isso, em parte, representa aquilo no que a Fundação tem investido e o que tem pensado a respeito do seu papel nessa área tão central para a vida intelectual e pública brasileira. Só para dar a vocês um dado final: nos últimos anos (eu diria entre 1989 e 1992) foram gastos especificamente nessa área de pesquisa e treinamento, cujos objetivos tinham finalidades mais acadêmicas, quase 6,5 milhões de dólares de um total de gastos de vinte milhões de dólares. Portanto este escritório tem dedicado 33 por cento dos recursos, ao longo dos anos, às Ciências Sociais, preservando essa proporção histórica ao longo dos últimos trinta anos. O que demonstra que a Fundação mantém — e sempre manteve — o seu compromisso perante esta comunidade científica, ao mesmo tempo tentando adequar as formas de apoio aos novos desafios do quadro atual no Brasil.

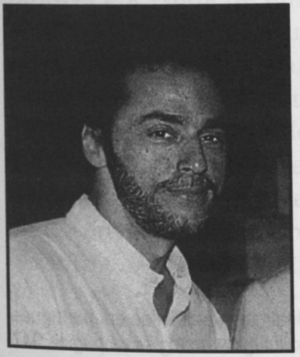
continuamos a tradição da Fundação Ford em apoiar estudos sobre a mulher e estudos afro-brasileiros, ampliando nestes últimos anos o leque de donatários, criando outros Centros que tenham interesse nesses temas e também procurando abrir à mulher e aos afro-brasileiros mais oportunidades de acesso à própria instrução universitária.

Acho que isso, em parte, representa aquilo no que a Fundação tem investido e o que tem pensado a respeito do seu papel nessa área tão central para a vida intelectual e pública brasileira. Só para dar a vocês um dado final: nos últimos anos (eu diria entre 1985 e 1992) foram gastos especificamente nessa área de pesquisa e treinamento, cujos objetivos tinham finalidades mais acadêmicas, quase 6,5 milhões de dólares de um total de gastos de vinte milhões de dólares. Portanto este escritório tem dedicado 33 por cento dos recursos, ao longo dos anos, às Ciências Sociais, preservando essa proporção histórica ao longo dos últimos trinta anos. O que demonstra que a Fundação mantém — e sempre manteve — o seu compromisso perante esta comunidade científica, ao mesmo tempo tentando adequar as formas de apoio aos novos desafios do quadro atual no Brasil.

A Aposta numa Comunidade Científica Emergente

A Fundação Ford e os Cientistas Sociais no Brasil, 1962-1992

Sérgio Miceli



Sérgio Miceli, Professor-titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e Diretor-presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP).

Texto originalmente produzido em português.
Versão integral em inglês na página 247.

*"I realize that the development of these institutions is not smooth and that I'm sure we made some mistakes but I felt very positive about it (...) I think that the social sciences within Brazil have evolved very nicely in many respects (...) I do feel satisfied having in fact through the Foundation been able to make a contribution to the development of enriching intellectual and educational life of Brazil and in some ways perhaps having some influence on the quality of Brazilian political life as well. I feel a great deal of satisfaction in seeing the professional careers and lives of people there and thinking that the support we gave to certain individuals and institutions made a important difference in their lives and I think a difference for the better."**

A América Latina foi a última das grandes regiões do mundo a ser favorecida com o apoio institucional e financeiro da Fundação Ford, não contando até o final da década de 1960 com nenhum representante no comitê diretor responsável pelas atividades internacionais de treinamento e pesquisa. Da mesma forma, a inclusão dos estudos latino-americanos no programa internacional de bolsas somente teve lugar em 1962.

Entretanto, entre 1958 e 1961, eventos políticos desestabilizadores e a vinda de missões exploratórias, com a participação de altos dirigentes da Fundação, constituíram uma moldura propícia a iniciativas relevantes nos principais países da região. A viagem atribulada do então vice-presidente Nixon em abril-maio de 1958, a vitória de Fidel Castro em 1959, a queda de diversas ditaduras e a ascensão de regimes democráticos eram alguns dos ingredientes que acabaram convertendo os anos 60 na "década do desenvolvimento", conforme a denominação dada pela Organização das Nações Unidas.

* Trecho da entrevista concedida por Peter Bell, Nova York, 5 de março de 1992.

Quase tudo parecia contribuir para aquele clima de otimismo e esperança, propiciando lastro factual e credibilidade às chamadas "teorias desenvolvimentistas" tão em voga nessa época nos Estados Unidos. A exemplo de outros diagnósticos pretensamente onipotentes, mas na verdade singelos, essas teorias haviam convertido a história da humanidade numa linha contínua de progresso, tornando o acesso à condição desenvolvida mera questão de suprimento de competência técnica, recursos e motivação. Foi nesse cenário que surgiram a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), o Peace Corps e a Aliança para o Progresso.

O eixo preponderante dos referidos diagnósticos girava quase sempre em torno de alguma modalidade exacerbada de determinismo econômico, isto é, de variáveis econômicas tomadas como medida do progresso nacional. A vigência de tais parâmetros relegava a plano secundário quaisquer diferenças históricas ou culturais, atinentes seja às marcas da estrutura social, seja a modalidades alternativas de simbolismo.

O crescimento econômico surgia então como uma panacéia que acabaria eliminando as desigualdades sociais e a repressão política. Nos termos dessa avaliação quantitativa e economicista do desenvolvimento, praticamente todas as dimensões e aspectos não-econômicos da realidade social, tais como ideologia e cultura, eram desconsiderados como irrelevantes, como se fosse possível abstrair a economia do tecido complexo de uma dada sociedade nacional.

*"In the course of a six weeks tour of Brazil in July and August, the Foundation's representatives visited seven major cities and an embryo city, Brasilia, met with representatives of nine universities, scores of government officials, educators and businessmen. The group gained an impression through these wide-ranging visits of all of the major regions of Brazil except for the Amazon basin and the deep Matto Grosso (...) Such a trip leaves one with a breath-taking general impression of immensity, diversity, activity, and disorderliness (...) In view of these great diversities in levels of development, it may well be necessary in Brazil to deviate in certain instances from the customary Overseas Development approach. It may, in fact, be desirable, both in Brazil and in other of the Latin American countries, to modify the pattern so as to utilize in part the techniques employed in the Foundation's program for Western Europe. In this way, the program for Latin America might be more adequately designed to meet the unique needs of the area."**

Primeira viagem ao Brasil

Os interesses externos norte-americanos e a diplomacia responsável por gerenciá-los não constituem de modo algum um denominador explicativo ao qual se possa atribuir quer a direção quer o teor substantivo dos principais investimentos efetuados pela Fundação Ford na América Latina. Nem o incidente da Baía dos Porcos e a crise dos mísseis, nem o Projeto Camelot, nem a Diplomacia do Dólar no Caribe, nem quaisquer outras injunções da política externa norte-americana conseguem por si sós dar conta do envolvimento da Fundação Ford com intelectuais e cientistas latino-americanos. Como veremos adiante, algumas decisões

* Trechos do segundo e do último parágrafos do relatório elaborado por Alfred Wolf, Lincoln Gordon e Reynold Carlson, "Ford Foundation Mission to Brazil", julho-agosto 1959, #000008, pp. 1 e 41.

de peso tomadas pela Fundação em relação aos seus mutuários na região desagradaram bastante os dirigentes diplomáticos norte-americanos. Novas missões de visita foram realizadas três anos após a decisão do comitê diretivo de encomendar a um grupo de cientistas sociais de Yale um relatório sobre as demandas da região e de como estavam sendo atendidas por outras organizações de fomento estrangeiras.

Uma delas deveria se concentrar na Argentina e no Brasil, tendo ocorrido durante "o verão de 1959" (entenda-se, entre julho e agosto, o auge da estação fria nos países visitados) conforme o registro dos participantes: Alfred Wolf, ex-alto funcionário público nas gestões Truman e Roosevelt, o primeiro homem forte do programa latino-americano da Fundação Ford, liberal simpático às instituições acadêmicas e à pesquisa científica em ciência social; Reynold Carlson, um economista de Vanderbilt possuidor de uma diversificada experiência latino-americana, futuro embaixador dos Estados Unidos na Colômbia; Lincoln Gordon, então professor em Harvard, mais tarde embaixador norte-americano no Brasil; e Kalman Silvert, um latino-americanista da primeira safra que acabou se tornando uma figura-chave do programa latino-americano, junto ao qual atuou quase uma década como consultor-chefe, redator oficial, organizador de seminários, cientista social, mentor intelectual, avaliador, ideólogo e entusiasta, exercendo uma variedade de funções que com o tempo foram sendo atribuídas a pessoas diferentes.

A leitura do relatório dessa visita é instrutiva tanto a respeito dos valores e expectativas de intelectuais sofisticados da época diante das diferenças impostas pelo "subdesenvolvimento", como acerca da penúria intelectual, material e institucional, em que se encontravam as instituições de ensino e pesquisa locais. Logo nos parágrafos de abertura registram o fascínio exercido pelas belezas do Rio de Janeiro contrastadas à "pobreza chocante" das favelas nos morros, ao que se segue a identificação das regiões visitadas por conta de sua principal atividade econômica. Aos indicadores econômicos de praxe, quase todos convergindo no sentido de um cenário otimista, seguem-se longas referências às

disparidades regionais (em especial, ao Nordeste), e a carências na infra-estrutura física (transportes) e humana (educação), na administração pública (clientelismo e corrupção), concluindo-se o retrato com a menção aos 12% de inflação anual, que entre outros efeitos estaria produzindo um "terreno fértil para a atividade comunista", sobretudo nas partes mais pobres do país.

No clima político acirrado pela "guerra fria" no início da década de 1960, o anticomunismo não podia deixar de ser uma das motivações centrais na decisão da Fundação de estender suas atividades aos continentes latino-americano e africano. Os materiais consultados mostram que a manutenção de governos democráticos, a colaboração com os esforços da Aliança para o Progresso e a resistência à expansão comunista figuravam entre as preocupações dos integrantes do comitê dirigente da Fundação Ford na época. Entretanto, a concretização dessas metas genéricas tinha de passar por dilemas concretos; em especial a posição bastante peculiar de uma fundação privada instada a operar numa direção doutrinária idêntica à da política externa norte-americana, mas, ao mesmo tempo, orientada por objetivos de política cultural, como a expansão da capacidade institucional dos sistemas de produção intelectual, científica e acadêmica, dos países atendidos.

Segundo consta do mesmo relatório de visita, uma das reflexões provocadas por Brasília é justamente o fato de esta parecer sinalizar a transição para a condição de uma "'nação real' em lugar de uma faixa costeira semidependente da Europa e dos Estados Unidos". Os comentários a respeito dos políticos brasileiros reintroduzem o tema onipresente nas relações Brasil-Estados Unidos. Embora todos os políticos sejam aí qualificados como nacionalistas, o relatório se mostra mais inclinado à candidatura Jânio Quadros, identificando o grupo em torno do general Lott como extremadamente xenófobo, antiamericano, hostil aos interesses das empresas estrangeiras, ao Fundo Monetário Internacional e à cooperação internacional. O diagnóstico se fecha procurando deslindar algumas das razões plausíveis para o ressentimento dos brasileiros em face do que consideram como negligência e pouco caso dos Estados Unidos.

Todavia, o ponto efetivamente surpreendente desse documento é o fato de prenunciar muitos dos desafios enfrentados nessas três décadas de operação da Fundação Ford no país. O primeiro deles prendia-se ao diagnóstico da sociedade brasileira, ou melhor, às dimensões que mereceram tratamento especial, convertendo-se em prioridades de investimento. Trata-se, por exemplo, de fazer uma escolha entre as necessidades de formação de quadros técnicos para o desenvolvimento e as carências urgentes de milhões de analfabetos. O segundo dilema envolvia os tipos de instituições identificadas como clientes preferenciais, fazendo com que os responsáveis pelo programa tivessem de avaliar as conseqüências políticas de operar com entidades governamentais, ou, então, de antecipar os custos financeiros quando preferiam investir em instituições privadas e destituídas de um lastro patrimonial próprio.

Aliás, algumas das frentes de atividade já propostas nesse primeiro relatório, tais como o treinamento acadêmico de uma nova geração de administradores e economistas, a ênfase na pesquisa em economia atrelada aos processos de expansão industrial e agrícola, se tornaram metas centrais das operações brasileiras de fomento. O estímulo à atividade docente e discente em tempo integral, a montagem de uma infra-estrutura de documentação através de bibliotecas profissionais adequadas foram algumas das medidas sugeridas no âmbito da política mais geral de melhoria dos padrões acadêmicos.

Inúmeras das prioridades e frentes de atuação já identificadas nesse relatório da "primeira viagem ao Brasil" vinham ao encontro do teor substantivo do rol de reivindicações então formuladas pelas chancelarias latino-americanas no âmbito de entidades e foros regionais. Basta mencionar aqui um memorando redigido por Milton Katz na mesma época (fevereiro de 1959), dando conta de sua missão de observação num encontro de diplomatas latino-americanos ocorrido em Washington, onde fora recolher idéias para o futuro programa da Fundação Ford na América Latina. Sua proposta incorpora a criação de uma instituição interamericana voltada para o desenvolvimento econômico,

centrada no treinamento de técnicos e especialistas nos campos da Engenharia, Agronomia, Economia, Administração pública e de empresas, exatamente aqueles por onde a Fundação Ford começou a operar no país.

Os depoimentos colhidos são unânimes em chamar a atenção para o fato de que talvez uma das mais importantes realizações da Fundação Ford no continente latino-americano, e particularmente no Brasil, tenha sido justamente a criação de uma comunidade acadêmica no campo das Ciências Sociais. Por se haver tornado uma presença emblemática dessa iniciativa aos olhos de uma nova geração intelectual cuja formação ela ajudara a bancar, essa comunidade foi aos poucos se convertendo no terreno de negociação por excelência no interior do qual financiadores e clientes buscavam boas razões para lastrear o manejo de seus interesses. Esse relacionamento transformou os novos quadros formados na década de 1960 e início da de 1970 nos principais porta-vozes e representantes locais dessa mesma subcultura acadêmica, contribuindo assim para preservar um horizonte duradouro de metas de longo prazo. As preferências e apetites mutantes de cada nova leva de pessoal recém-chegado ao escritório carioca acabavam sendo de algum modo filtrados pelos expedientes de "ressocialização" de que se valem os mutuários brasileiros.

Seja como for, os integrantes dessa missão foram sensíveis às marcantes diferenças entre os grandes países latino-americanos, nações independentes por mais de um século, e seus congêneres apoiados pela Fundação Ford nos demais continentes (África, Ásia e Oriente Médio). Essa percepção constituiu provavelmente um dos fatores responsáveis pelo fato de se haver desistido da estratégia usual naqueles continentes de trabalhar com órgãos governamentais no intuito de aperfeiçoar suas capacidades de planejamento e desenvolvimento. Na América Latina, os governos não foram eliminados de todo como interlocutores, mas tampouco se converteram em clientes preferenciais. A despeito da inequívoca preferência de alguns dos principais dirigentes da organização por estreitar contactos com órgãos e altos escalões governamentais, tal aproximação raramente se tornou uma

influência perceptível sobre os processos decisórios nas áreas sensíveis de política econômica. A densidade institucional do aparato governamental nos principais países da região acabou dificultando essa modalidade de colaboração, tornando a Fundação Ford patrocinadora por excelência de instituições produtoras de conhecimento especializado. Reynold Carlson, um dos visitantes mencionados, foi designado como primeiro representante da Fundação Ford no escritório aberto no Rio de Janeiro em 1961. A década inaugural das operações latino-americanas foi toda ela centrada no atendimento prioritário às áreas de Economia e Administração, e em menor escala às Ciências Naturais e Engenharia, através da concessão de bolsas a estudantes latino-americanos com formação universitária nos Estados Unidos, ou então, por conta de doações feitas a universidades e institutos de pesquisa. Nessa fase, os primeiros contratos de financiamento de cientistas sociais não economistas chegavam à mesa da presidência em Nova York embalados como experimentos em "reforma universitária". A indagação subseqüente consiste em saber por que razões (estruturais e conjunturais) o apoio financeiro e institucional aos trabalhos dos cientistas sociais em diversos países latino-americanos, no Brasil em particular, acabou por merecer o *status* de máxima prioridade.

A essa altura, o principal artigo veiculado através das doações era a sabedoria e a técnica norte-americanas. A maioria dos contratos previa recursos substanciais tanto para o treinamento nos Estados Unidos como para a vinda de professores e consultores norte-americanos. Os paradigmas veiculados pela ciência social norte-americana (Parsons e demais funcionalistas, Ruth Benedict e seguidores culturalistas, Rostow e outros teóricos do desenvolvimento, etc.) estavam no apogeu, acreditando-se ainda que tais teorias, métodos e técnicas de pesquisa eram apropriados e válidos para qualquer parte do mundo. Assim, não era de se estranhar que os próprios modelos de funcionamento institucional norte-americanos — os departamentos e centros de pesquisa universitários — fossem alçados à condição de parâmetros de avaliação de desempenho dos clientes e projetos latino-americanos.

Dada a ênfase nas finalidades de "construção institucional" dos mutuários e a duração média de quatro anos dos contratos, os critérios de avaliação eram sobretudo quantitativos e operacionais, incidindo, por exemplo, no número de doutores, de estudantes e de funcionários nas equipes locais, sem dar muita ênfase às teorias utilizadas, e muito menos às inclinações doutrinárias ou ideológicas dos executantes dos projetos. A documentação disponível mostra que as divisões de ordem doutrinária ou político-doutrinária eram um componente muito mais vívido na experiência e nas práticas dos mutuários do que nos procedimentos de avaliação levados a cabo por técnicos e dirigentes da organização de fomento. Um dos melhores exemplos disso é a reação em geral bastante condescendente e benigna de praticamente todos os avaliadores e consultores dos estudos populacionais no país diante do reiterado propósito dos praticantes locais de "sociologizarem" ao máximo os modelos explicativos usuais, tornando a Demografia uma "ciência dialética". Ou então, da postura equilibrada assumida pelos seus equivalentes funcionais em Economia perante os lances de competição entre "monetaristas" e "estruturalistas".

A doutrina oficiosa da Fundação Ford sobre o desenvolvimento na década de 1960 baseava-se numa equação convencional, que envolvia crescimento econômico, avanço tecnológico e competência gerencial, conseqüentemente vendo as Ciências Sociais quase exclusivamente segundo uma ótica instrumental, buscando uma ligação automática entre os seus resultados e a imediata formulação de políticas governamentais; apesar disso, as Ciências Sociais não econômicas (Ciência Política, Antropologia e, em menor grau, Sociologia) tornaram-se as linhas prioritárias de apoio.

As Ciências Sociais foram portanto se convertendo em instrumentos de uma "engenharia social" do desenvolvimento, nos termos de uma definição tripartite: crescimento econômico, fortalecimento das instituições democráticas e reforma social. Esse elenco de ilusões em que se apoiava a Aliança para o Progresso, essa torcida otimista de que "todas as coisas boas andam juntas", era o nutriente doutrinário de que se alimentavam os esforços e iniciativas da Fundação Ford na América Latina.

Em certa medida, a política implementada pela Fundação Ford desde meados dos anos 60 até hoje tem constituído um dos principais instrumentos de alavancagem institucional e material dos cientistas sociais brasileiros. Em outras palavras, muito embora as Ciências Sociais não tenham sido a prioridade dos primeiros anos e hoje enfrentem a concorrência de outras linhas de atuação, decerto elas configuram o mais bem-sucedido ativo institucional logrado por uma organização estrangeira de fomento no país. O volume de recursos aplicados no Brasil constituiu o maior e o mais importante fluxo financeiro externo em favor das Ciências Sociais, tendo moldado decisivamente o processo de expansão e consolidação desse campo do conhecimento. Com vistas a dar conta desse relacionamento, decerto a estratégia de análise e explicação talvez deva valer-se tanto de elementos associados aos objetivos, finalidades e práticas da entidade de fomento, exposta aos constrangimentos externos e internos com que se defronta sua operação brasileira, como aos condicionantes derivados das próprias condições prévias, demandas e expectativas dos clientes locais.

*"This could have been done chronologically, and if it had been, it would have highlighted the evolution of our capacity to autonomously define policy. We have become increasingly autonomous of U.S. foreign policy, from Latin American domestic politics, and from the dogma of the moment."**

*"The reason these are lumped together here is not because I am lost in a cloud of political confusion, but because they generally share, or are increasingly sharing, a common point of view about the Foundation. The general complex includes suspicions about the Foundation, and in its most extreme form is dogmatically convinced that the Foundation is one of the more dangerous branches of U.S. imperialism."***

Uma convergência dissidente

Conforme dão a entender alguns dos entrevistados, as políticas implementadas ao longo da década de 1960 pareciam ostentar muitas das marcas doutrinárias da administração Kennedy, em cujos altos escalões foram recrutados diversos dirigentes da organização na época em questão, a começar pelo vice-presidente (David Bell, ex-diretor do Escritório de Orçamento e mais tarde do que veio a ser a USAID) e do próprio presidente (George McBundy, ex-secretário de Segurança Nacional). O entusiasmo com a Aliança para o Progresso, o contra-ataque às seduções do marxismo se espraiando nos círculos políticos e intelectuais latino-americanos, e o antifidelismo como seu reverso doutrinário e político não deixaram de repercutir sobre os planos então traçados

* Trecho de uma intervenção de Robert Drysdale na Conferência sobre Ciências Sociais, Villa de Leyva, Colômbia, abril de 1976, #010225, p. 12.

** Trecho de memorando de R. Adams, Rio de Janeiro, abril de 1970, #008784, p. 10.

para a América Latina, percebendo-se um empenho por parte de muitos funcionários e responsáveis em desatrelar a ajuda concedida dos padrões e medidas com que operava a diplomacia norte-americana. O teor de algumas passagens nas entrevistas permite detectar o quanto quase todos estavam preocupados em garantir um mínimo de sintonia com as tendências e os valores da política externa da época e, ao mesmo tempo, buscando encontrar algumas faixas de demarcação e de autonomia doutrinária e até mesmo operacional. O fato de alguns dirigentes da Fundação Ford terem tido uma experiência tão próxima num empreendimento governamental brusca e brutalmente truncado decerto contribuiu para que pudessem ousar mais ao se lançarem à aventura filantrópica latino-americana.

Na verdade, as ligações entre as atividades empreendidas pela Fundação Ford na América Latina e os conteúdos e finalidades políticas da política externa norte-americana constitui decerto o principal desafio analítico deste trabalho, tanto pelo fato de tratar-se de um ingrediente decisivo para compreensão da atuação da Fundação Ford enquanto um "ator transnacional", como pela centralidade de seu impacto na experiência vivida dos atores participantes desse empreendimento de três décadas. O caminho mais fácil seria tentar encontrar os terrenos de contacto e colaboração entre a Fundação Ford, o Departamento de Estado e suas extensões organizacionais, para tirar a limpo as raízes, as metas e os frutos dessa "aventura" na região. A leitura do material existente nos arquivos da Fundação e as entrevistas com ex-dirigentes logo nos fazem desistir das imagens e clichês contidos na literatura, forçando um ajuste analítico capaz de incorporar tanto os lances de aproximação como sobretudo os enfrentamentos entre os interesses e a lógica de atuação do governo norte-americano e da Fundação Ford, ou melhor, entre a Fundação Ford e as agências e organismos de segurança nas frentes doméstica e metropolitana.

Segundo o relato feito pela maioria dos entrevistados, uma das dificuldades de seu relacionamento com interlocutores e clientes potenciais nos diversos países latino-americanos eram as

suspeições de quase todos em relação aos vínculos existentes entre a Fundação Ford e as organizações responsáveis pela política externa latino-americana. Essa atitude de desconfiança fazia-se presente mesmo entre cientistas e intelectuais que não eram antiamericanos nem extremadamente nacionalistas. Os embaraços e tensões foram se ampliando à medida que o rol de clientes preferenciais se estendeu a parcerias de esquerda, deixando de incluir quase exclusivamente lideranças e instituições pertencentes aos segmentos conservadores do espectro político-partidário. As informações disponíveis permitem recompor um cenário bem mais complexo do que se poderia imaginar a respeito dessa virada em meio à qual foi ganhando alento a incorporação das Ciências Sociais ao quadro de prioridades do programa da Fundação Ford no país.

Assim, se é verdade que inúmeros dirigentes dos escalões superiores e médios da Fundação Ford haviam tido uma experiência anterior significativa em órgãos governamentais atuantes no campo das relações internacionais, seu ingresso na organização se deu muitas vezes em meio às apreensões suscitadas pelas conseqüências desastrosas do envolvimento americano na guerra do Vietnã. Por outro lado, o trabalho desenvolvido no Brasil, por exemplo, logo foi se tornando uma experiência bastante arriscada que mais se assemelhava a um enredo de filme policial do que ao exercício profissional do mecenato. As perseguições aos clientes, as prisões de bolsistas, as dificuldades de obtenção dos vistos junto ao consulado norte-americano, as bombas de intimidação lançadas nas faculdades, as ameaças veladas de retaliação provenientes de quadrantes inesperados do espectro político, todos esses eventos e provações contribuíram para modelar rotas próprias de atuação, freqüentemente em descompasso, até mesmo em franca colisão, com as preferências e ditames do pessoal a serviço das agências oficiais domésticas ou não.

Ademais, boa parcela do pessoal recrutado para implementar o programa nos países latino-americanos, inclusive no Brasil, era bem treinada nos costumes e valores do sistema acadêmico

norte-americano, capaz de distinguir matizes sutis nas filiações intelectuais, disciplinares e doutrinárias de seus interlocutores nativos. Alguns deles podiam ostentar títulos acadêmicos em disciplinas humanísticas como História, Letras e Filosofia, ao que se davam ao luxo de agregar uma formação mais técnica e especializada em campos de formação recém-constituídos como relações internacionais, administração e políticas públicas, desenvolvimento político, tendo como fecho de seu treinamento sofisticado a aprendizagem de espanhol e/ou português ou de ambos os idiomas em alguns poucos casos. Quando se sabe que o programa de operações da Fundação Ford na América Latina passou seus dois primeiros anos sem contar com ninguém em condições de falar as línguas da região, logo se percebe o quão insustentável era tal situação a ponto de afetar seriamente o elenco potencial de seus interlocutores.

O cenário usual de tornar a Fundação Ford mera caudatária dos ditames impostos pelos interesses externos dos Estados Unidos acaba ruindo diante desse cruzamento de fatores. Primeiro, a experiência modelar de terem estagiado como funcionários em órgãos e programas governamentais na área sensível de política externa numa conjuntura internacional tumultuada onde todos os posicionamentos ideológicos estavam sendo questionados fez com que pudessem familiarizar-se com o funcionamento cotidiano desses organismos ligados à esfera da segurança nacional e com a agenda de tópicos e preocupações governamentais. Segundo, o pessoal atuante nos escritórios não tinha meios de se furtar à tomada de consciência de quão significativas e dramáticas eram algumas das conseqüências de seu envolvimento com a política doméstica, estando em risco sua própria segurança pessoal e tendo de lidar todo o tempo com a ameaça de encerramento das atividades. Terceiro, sua formação acadêmica e técnica em instituições universitárias prestigiosas (Yale, Princeton, Harvard, Columbia) contribuía decisivamente para ampliar seus horizontes de atuação política e selar seu alinhamento aos ideais democráticos, tornando desprezíveis quaisquer arreglos com os desmandos e arbitrariedades do *establishment* político dos Estados

Unidos e dos países atendidos. Juntando-se tais ingredientes aos desafios de encontrarem modalidades de atuação adequadas aos objetivos e aos valores de uma agênci a de fomento privada não-governamental, verifica-se um caminho de experiência profissional bem distinto da ficção política e ainda mais distante do instantâneo ideológico de praxe.

Não resta dúvida de que muitas das contradições com os interesses do governo norte-americano foram motivadas pelo êxito alcançado pela política de capacitação institucional implementada pela Fundação Ford e que, no limite, tendia a "autonomizar" os clientes dando-lhes espaço de manobra nos cenários doméstico e externo.

O esclarecimento analítico desse relacionamento entre a Fundação Ford e os interesses externos norte-americanos permite inclusive melhor aquilatar a legitimidade hoje desfrutada pela Fundação no mercado acadêmico e intelectual brasileiro. O fato de operar suas atividades com autonomia em relação às orientações oficiais da política externa norte-americana libera seus dirigentes e funcionários locais das habituais suspeitas de colaboracionismo com as tomadas de posição mais controversas, como por exemplo em matéria de conflitos na América Central ou no Oriente Médio. Nestas condições, a Fundação Ford dispõe de uma desenvoltura operacional jamais alcançada por outras agências públicas norte-americanas.

Não é o caso de se passar ao extremo oposto, apondo-se às iniciativas da Fundação Ford apenas o selo da independência política, da autonomia doutrinária e da flexibilidade operacional. A reconstrução que melhor atende à verdade complexa desse relacionamento deve prestar atenção à mixagem de condicionantes contraditórios, capazes de esclarecer o sentido de sua presença nos países latino-americanos, tanto em sua capacidade de empresário inovador no campo da produção cultural, como em sua qualidade de ator político atuante na esfera doméstica por conta das diferentes modalidades de impacto exercido por seus clientes individuais e institucionais.

Afora a procedência kennedyana de toda uma fornada de dirigentes recém-recrutados, circulava também no interior da organização uma espécie de retrato falado liberal e humanístico a que deveriam ajustar-se os novos quadros técnicos para as operações externas de filantropia. O programa brasileiro não deixou de se beneficiar com essa modalidade sutil de discriminação político-doutrinária, fazendo com que os representantes locais da Fundação Ford não se deixassem intimidar quer diante das truculências do regime militar, quer em meio aos destemperos de funcionários diplomáticos norte-americanos. Essa experiência de convívio com a ditadura acabou facilitando a opção assumida pelos dirigentes da organização de se associarem aos quadros intelectuais oposicionistas, datando talvez desse momento a incorporação dos "direitos humanos" como uma das áreas centrais de empenho, preocupação e investimento no país.

A Fundação Ford como organização de risco político

Em 1965, Harry Wilhelm, antigo funcionário da Fundação Ford na Ásia e ex-representante na Argentina e no Chile, foi nomeado para dirigir o escritório latino-americano, sendo ele o principal responsável pela montagem da equipe que iria formular e implementar toda uma política de subvenção às elites científicas e educacionais em lugar das elites governamentais e empresariais privadas. Logo se mostrou relutante em aceitar as medidas economicistas convencionais, manifestando ceticismo quanto à eficácia da assistência técnica e da assessoria política a governos, evitando envolver-se com empresários, buscando então cercar-se de um grupo de jovens e brilhantes assessores, quase todos ainda destituídos de um perfil intelectual próprio. Wilhelm mostrou-se, contudo, bastante permeável aos conselhos e orientações prestados por Kalman Silvert, então guindado ao papel polivalente de consultor na área de Ciências Sociais. Tendo grande familiaridade com o programa latino-americano desde a gestão de Alfred Wolf, o peso da contribuição do sociólogo político Silvert se via ainda mais reforçada pelo prestígio de que desfrutava na então acanhada comunidade de estudiosos latino-americanistas da época, praticamente conferindo uma feição institucionalizada a uma divisão tácita do trabalho de gestão do programa latino-americano e, por conseguinte, de suas diversas frentes de operação nos principais países da região. Se bem que em medida desigual e ajustando-se às características de estilo pessoal, Richard Morse, Abraham Lowenthal e Thomas Skidmore atuaram em conjunturas posteriores exercendo funções semelhantes àquelas cumpridas com paixão por Silvert.

Por conseguinte, a gestão das operações no Brasil se apoiava no trabalho exercido em duas frentes, quais sejam, de um lado a autoria intelectual das prioridades do programa, os responsáveis por sua legitimidade acadêmica e científica, e de outro os dirigentes e funcionários a braços com os procedimentos de concessão e administração das doações. Esse lastro propriamente intelectual do programa latino-americano contribuiu ainda para que dirigentes e técnicos da Fundação aceitassem sem muito questionamento as divisões disciplinares então vigentes nas universidades e, por extensão, que se deixassem orientar pelos temas, pelos métodos de pesquisa, pelos esquemas conceituais e por tudo mais que definia os padrões da cultura acadêmica do período.

A herança liberal atuante no coração da cultura organizacional tanto na sede em Nova York como nos escritórios de representação, a legitimidade acadêmica do comando intelectual exercido por Silvert, e o punhado de jovens assessores entusiasmados e dispostos a fazer bonito em suas primeiras e desafiantes experiências no exterior, tudo isso não apenas contribuiu para o bom andamento do programa como também o tornou permeável aos pleitos e reivindicações de seus interlocutores e clientes locais. Tanto os funcionários estrangeiros como os beneficiários diretos de sua presença foram construindo um relacionamento modelado pelos sentidos da "missão" de que se sentiam investidos, os primeiros por conta do trabalho de convencimento de que estavam incumbidos, imbuídos dos valores e finalidades daquele tipo de ajuda externa, os outros empenhados em manifestar uma resistência crítica e criativa às hostilidades do regime autoritário.

A pouca idade de inúmeros funcionários qualificados atuantes nos escritórios latino-americanos da Fundação Ford deve ter exercido algum impacto sobre lideranças e grupos de interesse domésticos. Peter Bell, por exemplo, tinha apenas 23 anos quando foi recrutado para o escritório carioca em 1964, logo após obter o mestrado em *public affairs* em Princeton. Segundo seu testemunho, Florestan Fernandes teria ficado bastante surpreso com a

sua idade quando por ocasião do primeiro encontro de ambos nas escadas do prédio da rua Maria Antonia. Ele era bastante jovem até mesmo para os padrões da Fundação, a tal ponto que, após deixar o Rio de Janeiro em 1969, teve de ficar esperando um ano de retiro em Harvard para completar 30 anos, idade mínima então exigida para que pudesse ser designado representante em Santiago.

Mas a assimetria no relacionamento entre doadores e mutuários transparecia também através dos indicadores materiais de *status* e riqueza. Quase todos os depoentes e clientes da época se referem de algum modo à forte impressão causada pelo trem de vida dos representantes para as condições brasileiras de então: residência de luxo na Gávea, carro com motorista, entre outros sinais de afluência. Não obstante, talvez o ponto mais interessante a respeito de como os interlocutores nativos interpretavam o poder dos representantes tenha muito mais a ver com a aura de "vanguarda do bem" de que pareciam estar investidos do que propriamente com quaisquer sinais exteriores de riqueza. A impressão causada pelo poder econômico fazia desentranhar uma indagação surpresa de como seria possível conciliar os confortos materiais ao empenho nos negócios da cultura.

A "vanguarda do bem" emerge exatamente do funcionamento bem protegido, material e institucionalmente, de uma organização pujante a serviço, no dizer apropriado de um dos entrevistados, de "uma postura liberal, desinteressada, sem objetivos definidos, somente abrir caminhos, para que forças responsáveis, bem treinadas, com idéias claras, teóricas, sobre as possibilidades de reforma social, tenham condições de exercer um papel positivo". Nesse contexto operacional, entende-se não apenas os mecanismos de transferência da cultura acadêmica da metrópole para um país subdesenvolvido mas também o quanto essa organização filantrópica se mostrou permeável aos projetos e sonhos acalentados por essa espécie de Falstaff do mundo acadêmico norte-americano que era Kalman Silvert.

Na sua qualidade de guru residente em Nova York, Silvert logrou imprimir um rosto apaixonado ao programa latino-americano, conquistando espaço junto aos clientes por força de uma formação intelectual atípica de entusiasta das "teorias" e dos argumentos filosofantes, escriba inveterado e prolixo, artífice de projetos mirabolantes, destoando do empiricismo e do instrumentalismo então vigentes. Tratava-se, sem dúvida, de uma sensibilidade culturalista que se afinava com a mentalidade dominante nos círculos intelectuais brasileiros, tendo ademais dado provas de um faro político certeiro ao dar apoio irrestrito à criação do CEBRAP como passo arriscado de uma estratégia fundada na opção de prestigiar o capital humano e intelectual na região.

As difíceis circunstâncias em que todos se moviam naquela conjuntura política contribuíram para cimentar a liga de um relacionamento mais íntimo e envolvente entre os representantes e os clientes locais, sem conseguirem eliminar as injunções que não podiam deixar de se fazer sentir sobre as atividades da Fundação enquanto empreendimento especializado no comércio de bens culturais.

Vale dizer, as atividades desse período de instalação no país se tornam inteligíveis à luz das adaptações suscitadas pelos embates políticos do momento aos quais se deve acrescentar os condicionantes derivados da posição ocupada pela Fundação Ford no âmbito dos mercados externo e interno de filantropia. Nos primeiros anos de funcionamento do escritório, os clientes mais importantes se situavam em diferentes pontos do espectro político, alguns deles mais próximos e outros mais distantes dos espaços decisórios das políticas governamentais. O envolvimento da Fundação Ford com a área de Ciências Sociais começou com a doação feita ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, nos termos de uma justificativa que passava a incluir essa disciplina nos marcos de um instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico. Acontece que essa aproximação inusitada em relação às frentes de apoio mais conservadoras (Economia, agricultura, Administração pública e de empresas) estreitou os contactos dos jovens representantes liberais com alguns dos igualmente jovens líderes emergentes do que viria a ser a primeira geração de cientistas políticos. Apesar das resistências movidas desde Nova York diante das aberturas sugeridas pelo escritório carioca, primeiro em favor da Ciência Política, depois da Antropologia, e dos praticantes recém-conversos em ambas as áreas de conhecimento, a sucessão de acontecimentos políticos no Brasil foi contribuindo à sua maneira para enredar cada vez mais representantes e mutuários numa teia de solidariedades.

Todos que viveram esse período se lembram das dificuldades e do clima generalizado de suspeição. Não é de estranhar, portanto, que algumas lideranças das Ciências Sociais paulistas tenham resistido às primeiras aproximações tentadas pelo pessoal da Fundação Ford. Aos olhos da maioria, soava um tanto comprometedor trabalhar com recursos de um órgão de fomento que representava os interesses metropolitanos. A mudança de atitudes por parte dos paulistas foi sobretudo motivada pela aposentadoria compulsória de um grupo prestigioso de docentes e pesquisadores pertencentes à Universidade de São Paulo em 1969. Os representantes, por sua vez, também tiveram de refletir demoradamente sobre o que fazer naquela situação de crítica emergência. Carmichael relata em sua entrevista que ficaram uns tempos imaginando cenários alternativos, inclusive tendo chegado a imaginar a decisão de sair do país. Felizmente, o fato de terem permanecido aliviou o paradeiro institucional de muitos dentre os intelectuais perseguidos pelo regime autoritário, ampliando, por outro lado, os riscos assumidos pelos seus protetores internacionais. A decisão de conceder auxílio para a criação do CEBRAP também enfrentou recusas na sede na medida em que alguns dirigentes identificaram nessa solicitação os sentidos de uma atitude hostil ao governo brasileiro.

Assim, para quase todos os atores institucionais afetados por iniciativas como essa, desde os altos escalões da Fundação Ford em Nova York, passando pelos círculos dirigentes do governo brasileiro, até a burocracia diplomática norte-americana, o temor comum, se bem que em dosagens distintas, era de que a nova

entidade fosse acobertar a militância política de intelectuais de esquerda, ou pior, que fizessem uso dessa proteção institucional para vocalizar suas veleidades socialistas. Não é difícil imaginar o calibre das pressões que se fizeram sentir sobre os representantes, a braços com mutuários compulsoriamente afastados de suas posições na universidade e doravante dependentes dos recursos externos, com seus próprios funcionários expostos às arbitrariedades do regime, numa conjuntura explosiva onde até mesmo o embaixador norte-americano viria a ser seqüestrado por grupos terroristas.

Nada disso, no entanto, deve nos fazer esquecer os condicionantes de ordem estrutural, que se tornaram mais transparentes à medida que avançava o processo de abertura política a que corresponde o segundo período de presença da Fundação Ford no país.

*"My experience with various Brazilian universities and research centers has more than ever convinced me that this style of research is an important complement to the increasingly technocratic studies which are being carried out on an unprecedented scale. We may one day have to look to these anthropological accounts to find out what happened at the grass roots level, in the cities and on the frontier, while Brazil was seized with the developmental elan of the seventies."**

Inovação empresarial num mercado acadêmico emergente

Em sua qualidade de instância cultural voltada justamente para o financiamento da produção de instituições, de cientistas e intelectuais, de informações, dados, diagnósticos, idéias, a braços com as tarefas de consolidação de sua presença na América Latina e, em particular no Brasil, a Fundação Ford não podia se furtar ao desafio de identificar oportunidades de aplicação produtiva de seus recursos. E as Ciências Sociais pareciam já então ostentar alguns atributos que as tornavam particularmente adequadas a esse papel de prioridade central em termos de investimento para um órgão privado de fomento no campo da produção cultural.

Embora as Ciências Sociais constituam o filão prioritário, a Fundação Ford parece ter o tempo todo dificuldades em manejar sua própria criação. O indicador mais flagrante dessa dificuldade é o fato de que as Ciências Sociais raramente aparecem na documentação com seu próprio nome, estando freqüentemente diluídas em rubricas tais como "educação e cultura", "ensino superior", ou então, integradas às chamadas áreas de Ciências Sociais aplicadas ("estudos populacionais", "relações internacionais", "agricultura", "meio ambiente", etc.). Como

* David H.P. Maybury-Lewis, Brazilian Consultancy, maio-setembro 1972, #003315, pp. 14-15.

vimos, de início as Ciências Sociais *soft* foram quase totalmente negligenciadas: a Sociologia era suspeita, a Antropologia parecia ornamental e a Ciência Política permaneceu uns tempos bastante relegada. Nesse período, as doações em favor de praticantes dessas disciplinas foram sendo como que "contrabandeadas" em meio ao que era então designado, na terminologia da época, "esforços em prol do desenvolvimento universitário".

Talvez o aspecto mais negativo desse processo de institucionalização das Ciências Sociais tenha sido o crescente insulamento da Economia no conjunto das operações latino-americanas. Tal fato acabou provocando em alguns países, inclusive o Brasil, uma duplicidade de tratamento, quer no plano estritamente orçamentário, quer no tocante à divisão do trabalho de acompanhamento, avaliação e consultoria, produzindo-se, no limite, uma situação de "dois pesos, duas medidas", contribuindo, entre outras razões, para orientar a economia mais para a "direita", próxima aos governos, às arenas decisórias da política econômica, e confinando as demais Ciências Sociais nos espaços à esquerda do espectro político-doutrinário, ancoradas nas universidades e centros de investigação.

A despeito das inúmeras razões (e as resistências políticas às Ciências Sociais sempre foram grandes tanto nos Estados Unidos como aqui) que se colocam na raiz desse embaraço simbólico-classificatório-terminológico, os cientistas sociais pareciam na década de 1960 um terreno particularmente promissor em termos de investimento.

O segredo do êxito institucional e científico logrado pela Fundação Ford no Brasil reside no fato de ter sabido valer-se da capacidade operacional já instalada no país, carreando recursos para algumas instituições inovadoras enquanto produtoras de cultura e para toda uma jovem geração de especialistas sintonizados com as direções teóricas de ponta na época, praticamente pré-moldados para que pudessem garantir máxima rentabilidade às suas experiências como bolsistas Ford no sistema pós-graduado norte-americano.

O sistema local de produção intelectual no campo das Ciências Sociais já contava com alguns elementos consistentes de vertebração institucional. Além da experiência pioneira e fecunda da escola sociológica paulista, cumpre salientar o legado do experimento isebiano no Rio de Janeiro e o ativo altamente positivo de pessoal formado através do sistema de bolsas vigente no curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas em Belo Horizonte. Todos esses espaços institucionais haviam produzido lideranças intelectuais, científicas, organizacionais e corporativas de grande envergadura (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Orlando de Carvalho e Júlio Barbosa, entre os principais), muitos dos quais se tornariam interlocutores iniciais do pessoal da Fundação Ford a partir de meados da década de 1960. Também haviam criado publicações especializadas, cujo impacto sobre a nova geração, diretamente beneficiada pela Fundação Ford, já se fazia sentir desde fins da década anterior. A *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e a primeira *Revista Brasileira de Ciências Sociais* em Belo Horizonte, os *Cadernos do Nosso Tempo* e outros ensaios dos mestres isebianos no Rio de Janeiro, as teses paulistas publicadas nas coleções Brasiliana/Companhia Editora Nacional e Corpo e Alma do Brasil sob chancela editorial da franco-paulista Difusão Européia do Livro atestam a efervescência cultural nesse segmento da elite intelectual brasileira, também preocupada, à sua maneira e segundo suas próprias tradições de pensamento, com a decifração dos enigmas capazes de levar à superação do atraso econômico, da pobreza e da modernização das instituições políticas.

O lance mais acertado da Fundação Ford consistiu justamente em oferecer os recursos que garantissem a continuidade e eventualmente reorientassem esses experimentos institucionais, maximizando as vantagens desse conjunto de condições extremamente favoráveis e logrando assim notável rentabilidade sobre seus investimentos. O CEBRAP se explica tanto à luz do apoio externo quanto em função da existência prévia de uma geração inteira de cientistas sociais talentosos treinados no interior da

Universidade de São Paulo. O IUPERJ torna-se incompreensível sem o amálgama da herança isebiana e dos quadros intelectuais mineiros educados em Belo Horizonte e depois nas universidades norte-americanas. A gênese do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais se explica pelos bons resultados alcançados pelo experimento anterior na Faculdade de Ciências Econômicas e pela passagem de alguns de seus integrantes pela FLACSO chilena.

Logo, diversamente do que se possa imaginar como cenário para atuação da Fundação Ford, ainda havia muita coisa a realizar mas nem tudo estava por fazer. Era preciso incentivar a construção institucional de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa, dentro e fora das universidades; financiar o treinamento no exterior de cientistas competentes e futuras lideranças profissionais; subsidiar a introdução de disciplinas até então praticamente ausentes do mercado intelectual interno, mormente Economia, Demografia e Ciência Política; incentivar a adoção de uma nova divisão do trabalho científico com assimilação de novas técnicas como a do *survey*, com a formulação e execução de projetos de envergadura, com a incorporação de técnicas e métodos quantitativos; bancar o desenvolvimento de uma cultura acadêmica científica lastreada em padrões internacionais de desempenho e ancorada numa profissionalização das atividades e carreiras intelectuais; em suma, estimular a criação de uma verdadeira comunidade profissional fundada em padrões críticos e competitivos.

Com exceção do programa de mestrado e doutorado em Ciências Sociais já em funcionamento na Universidade de São Paulo, o qual procurava se ajustar aos parâmetros do parecer Sucupira desde o final da década de 1960, os demais programas líderes de pós-graduação em Ciência Política (DCP/UFMG, IUPERJ) e Antropologia (Museu Nacional/UFRJ, UnB, UNICAMP) contaram com substancial apoio da Fundação Ford. Bem ou mal, a situação das Ciências Sociais na Universidade de São Paulo constituía então, sem dúvida, o padrão de comparação que se fazia presente na cabeça e nas práticas de todos os grupos de interesse

envolvidos com os novos programas em vias de implantação. Apesar das resistências suscitadas por seu perfil intelectual moldado à imagem e semelhança do sistema acadêmico francês, com seu lugar de honra atribuído à reflexão filosófica, as dificuldades em lidar com o modelo de excelência uspiano, às vezes visto pelo pessoal científico dos novos programas como "obsoleto" e "tradicional", acabaram sendo contornadas adiante, por ocasião da criação da ANPOCS, expressão do novo equilíbrio de forças entre programas de pós-graduação, centros de pesquisa, disciplinas, tradições de pensamento e de prática científica e seus respectivos praticantes e lideranças. Enfim, também não passou despercebido, aos olhos do pessoal da Fundação, o declínio paulatino do Rio de Janeiro como capital intelectual do país.

Diversamente do que se passava nos campos das Ciências Exatas ou das profissões liberais, as Ciências Sociais eram um terreno particularmente propício para investimento que parecia oferecer as melhores perspectivas de retorno a médio e a longo prazos, exatamente em função da aludida capacidade instalada em termos de instituições, pessoal científico e competência intelectual. Não dispondo ainda do apoio governamental considerável de que vieram a desfrutar com a expansão dos órgãos públicos de fomento na área de ciência e tecnologia (FINEP, CNPq e CAPES, em especial) já na década de 1970, os cientistas sociais pareciam talhados para lograr a repercussão pública necessária em arenas políticas cruciais para o desenvolvimento econômico e social, habilitando pois uma elite cultural a produzir impactos fora e mesmo longe de sua esfera estrita de competência. Não tendo aqui um acesso às elites governamentais comparável ao que ocorria na África e na Ásia, os cientistas sociais foram decerto identificados como mutuários preferenciais por conta exatamente do amplo espectro de seus conhecimentos sobre os diferentes domínios da vida social, ostentando por assim dizer as vantagens estratégicas de uma elite cultural em condições de levar a cabo o trabalho de intermediação entre o saber técnico e as arenas de processamento político-doutrinário das demandas sociais.

Tais expectativas sofreram revezes importantes em todas aquelas oportunidades em que dirigentes e funcionários não conseguiram disfarçar sua decepção diante do que lhes parecia a incapacidade de os cientistas sociais por eles apoiados preverem o futuro de suas sociedades, ou melhor, de terem como que falhado em seus prognósticos sobre o desfecho de enfrentamentos políticos críticos, como por exemplo o golpe militar no Chile ou a guerra das Malvinas.

Há inúmeras indicações dos esforços empreendidos pela Fundação Ford com vistas a estimular iniciativas inovadoras em áreas tradicionais como o ensino jurídico, tendo quase sempre desistido de tocar tais propostas diante do que os consultores enxergavam como fortes resistências opostas por segmentos prestigiosos da categoria profissional ou por parte de outros grupos de interesse atuantes na corporação. Em comparação aos constrangimentos detectados em outras áreas potenciais de investimento, os cientistas sociais pareciam também se ajustar melhor às possibilidades de formação acadêmica nas universidades norte-americanas, estando pois em condições de rentabilizar em medida significativa o principal ativo institucional e intelectual desse relacionamento entre mecenas estrangeiro e cientistas brasileiros. Por conseguinte, avaliando-se as alternativas de investimento da época, da perspectiva dos dirigentes da Fundação, empenhados, como seria de se esperar, em tirar partido máximo de seu cacife de recursos, os cientistas sociais estavam em condições de propiciar excelentes ganhos de prestígio e boa margem de relevo institucional e político.

Desembaraçados de ligações íntimas com a classe política em operação no regime autoritário, livres dos constrangimentos impostos pelas antigas disciplinas, faculdades e corporações profissionais, e carentes de patrocinadores privados e públicos interessados em assumir os riscos de toda ordem associados à sua constituição como elite educacional e cultural, os cientistas sociais se mostravam, naquele contexto, especialmente ajustados à posição de beneficiários estratégicos do vultoso investimento empreendido pela Fundação Ford. Tratava-se, sem dúvida,

de um negócio arriscado, mas existia a compensação de um espaço considerável na definição dos contornos, valências e rumos desse consórcio de interesses envolvendo uma fundação privada norte-americana e uma categoria emergente de produtores intelectuais instados a se tornarem cientistas sociais.

A delicadeza do relacionamento residia pois no fato de envolver um programa de operações destituído de donatários prefixados e um grupo de jovens bacharéis brasileiros. Uma parcela desses jovens já se mostrava bastante amadurecida no que respeita à sua formação intelectual e científica, tendo passado pelos bancos escolares em Minas e Santiago, a par da bibliografia de ponta nas disciplinas e abordagens emergentes, bastante afiados em teoria e metodologia de pesquisa, treinados em métodos quantitativos, interessados em estudos comparativos, em suma prontos a ligar seu futuro como intelectuais ao ascenso da Ciência Política, então no apogeu de sua afirmação internacional. Não fora o mecenato agressivo de uma organização de fomento desejosa de assegurar as melhores condições de formação no exterior aos candidatos selecionados, outros desses jovens talvez tivessem desistido de suas novas pretensões intelectuais numa carreira incipiente cujos rumos ainda eram uma incógnita social e profissional, reencaminhando-se para as ocupações liberais tradicionais de onde alguns eram originários. No caso da Ciência Política, por exemplo, o objetivo consistia em identificar aqueles estudantes universitários que tivessem um mínimo de formação e interesse nessa disciplina no sentido moderno dessa tradição intelectual.

Ao que tudo indica, essa política alcançou os resultados esperados, a começar pelo excepcional desempenho acadêmico dos bolsistas brasileiros em seus programas norte-americanos de doutoramento, motivo de orgulho insistentemente reiterado pelos entrevistados. A Fundação entrou firme no mercado intelectual interno num momento imediatamente anterior à expansão das verbas e do apoio público federal à pesquisa e sobretudo à pós-graduação, reforçando e amplificando os efeitos de seus investimentos. A política cultural implementada pela Fundação no campo das Ciências Sociais econômicas e não econômicas

continha alguns dos principais objetivos da reforma universitária de 1968, mormente a montagem de um sistema integrado de pós-graduação apoiado num corpo docente em tempo integral.

A cultura organizacional já prevalecente no interior da Fundação Ford nas décadas de 1960 e 1970 ostentava alguns traços especialmente sintonizados com o estilo afetivo e envolvente característico da sociabilidade primária nativa. A Fundação Ford não se limitava a conceder bolsas de estudo, buscando garantir um apoio logístico e moral sempre lembrado por ex-bolsistas, a maioria dos quais acabou por isso mesmo criando laços pessoais com funcionários, consultores e representantes. A "Santa Casa da Misericórdia" como definia Morse, ou a "Nossa Senhora" referida em outras ocasiões, são expressões eloqüentes desse envolvimento no interior de uma "comunidade fordiana". Entende-se, pois, as razões afetivas e institucionais que fizeram com que a geração de jovens cientistas incentivados pelo programa de bolsas tenha se convertido num dos principais esteios de consolidação da própria organização no sistema intelectual brasileiro. Como muitos deles se tornaram figuras-chaves do comando das Ciências Sociais no país, eles mesmos foram agilizando o processo de incorporação da Fundação enquanto um dos atores institucionais decisivos na formulação e implementação das políticas da área. A Fundação Ford foi sendo "abrasileirada" nesse transe, tornando-se uma força construtiva na intimidade de nossa corporação profissional. Para tanto, contou com o firme respaldo de alguns ex-dirigentes do programa brasileiro que galgaram posições estratégicas de mando na hierarquia interna da organização em Nova York.

Em resumo, o feito mais relevante de todo esse longo período de criativa presença no sistema intelectual brasileiro foi certamente o de haver concentrado seus recursos em alguns poucos experimentos intelectuais concorrentes, marcados por perfis doutrinários e ideológicos bastante distintos, tendo-se assim preservado as condições estruturais de funcionamento de um pluralismo cultural que talvez constitua o ativo mais precioso da história intelectual contemporânea do país.

Doutrinas e valores da prática filantrópica

Em 1967, teve lugar a primeira discussão sobre uma estratégia de operações na América Latina no interior do comitê diretor da Fundação Ford, num momento em que a região já alcançava um teto de recursos semelhante aos montantes então concedidos aos demais continentes (ou seja, o montante idêntico de 13,5 milhões de dólares previstos orçamentariamente para os três continentes entre 1965 e 1968, acabou se convertendo numa repartição segundo a qual a América Latina ficava numa posição intermediária com uma apropriação real de 17,9 milhões, a Ásia com 18,9 milhões e a África/Oriente Médio com 15,8 milhões de dólares), revelando assim um poder vigoroso de sustentação política nos escalões dirigentes da organização.

Em setembro do mesmo ano, um outro documento especificamente voltado para a América Latina apresenta aos integrantes do comitê diretivo todo um arrazoado acerca das perspectivas do programa, substituindo o termo "desenvolvimento" no sentido de um conjunto de intervenções visando uma transformação pela nova palavra-chave "modernização", desta feita implicando um "sofisticado emaranhado de idéias e de mecanismos sociais capazes de lidar com as complexidades da vida moderna". O receituário completo para a região contemplava os seguintes ingredientes: tecnologia e ciência, equipamentos agrícolas e cientistas agrícolas criativos, ambiciosos programas de alfabetização no atacado e instituições de pesquisa universitária avançada, reforma administrativa e pesquisa em Ciências Sociais. Faz-se também referência à necessidade de reforço mútuo, no interior dos países e entre eles, de iniciativas individuais dos

próprios latino-americanos, dando-se ênfase ao apoio a ser concedido às lideranças regionais nas áreas de ensino, pesquisa e aplicação de Economia e Ciência Política, desestimulando apelos insistentes de subvenção a projetos comunitários, grupos jovens e outros projetos de ação. O documento confina as atividades prioritárias a cinco setores ou campos funcionais, quais sejam, agricultura, educação, população, ciência e tecnologia, e Ciências Sociais.

Os eixos da política de financiamento adotada no Brasil podem ser extraídos dos documentos redigidos por Kalman Silvert no final da década de 1960 e início da década de 1970, podendo-se, em seguida, contrastá-los aos conteúdos e sentidos práticos de sua implementação do ponto de vista das avaliações feitas por integrantes das diversas equipes de consultores, funcionários e representantes, tais como se pode reconstruí-los a partir da documentação disponível a respeito de dois encontros promovidos pelo escritório latino-americano especialmente convocados para proceder a uma discussão ampla e circunstanciada sobre as Ciências Sociais no continente.

Como se sabe, a política implementada pelas mãos e obras da trinca Wilhelm-Silvert-Carmichael imprimiu a direção dominante à presença da Fundação Ford na América Latina, tendo sido apenas reformulada no final da década de 1980 em conseqüência do remanejamento interno responsável pela criação de três diretorias regionais, inclusive aquela tendo como jurisdição a América Latina. A compreensão dos conteúdos intelectuais impressos por Silvert às suas propostas, bem como o exame de como sucedeu na prática sua implementação, oferecem uma narrativa econômica de toda essa experiência de filantropia.

Segundo Silvert, o critério de atendimento do programa latino-americano deveria ser "elitista" no sentido preciso de concentrar recursos em algumas poucas instituições de grande qualidade, podendo-se compensar tal postura com o apoio consistente à construção de organizações e sociedades científicas envolvendo as diferentes comunidades de cientistas sociais nos âmbitos doméstico e internacional. Em praticamente todas as

suas intervenções orais ou escritas, Silvert procura tematizar as tensões entre as Ciências Sociais puras ou "expressivas", para usar uma de suas expressões, e as Ciências Sociais aplicadas, ora pretendendo com isso chamar atenção para os usos inesperados ou os impactos diversificados das "puras", ora visando sublinhar o caráter de tecnologia avançada já logrado pelo paradigma da ciência social em algumas áreas aplicadas (por exemplo, planejamento urbano, administração pública, sondagens eleitorais, etc.).

Silvert reitera sua recusa em adotar uma postura "instrumental" de avaliação das Ciências Sociais, procurando salientar o papel maior desempenhado pelo cientista social como "explicador" da realidade social e forjador de ideologias, derivando daí uma série de funções intelectuais de feição "iluminista", bastante generosas, exercidas cotidianamente pelos mesmos. Além de imaginar um horizonte quase ilimitado para o amadurecimento de uma ciência social latino-americana capaz de formular seus próprios paradigmas de análise e explicação, em condições de se ombrear à produção científica de padrão internacional de qualidade, contribuindo para tanto com informações e dados originais, esquemas conceituais autônomos e seus próprios vôos teóricos, ampliando o escopo comparativo para inserção da experiência latino-americana, ele identifica ainda os espaços preferenciais de atuação ao eleger alguns poucos centros de pesquisa e programas de pós-graduação como mutuários por excelência.

O reverso dessa política de buscar uma parceria prioritária entre alguns poucos centros e programas de excelência acabou cristalizando uma tácita divisão do trabalho com as principais organizações nacionais de fomento, cujo elenco de clientes passou a incluir inúmeras instituições e entidades menos prestigiosas e não apoiadas pela Fundação Ford. Vale dizer, a Fundação passou a contribuir, mesmo sem o saber, e decerto a despeito de suas intenções programáticas, para o reforço das hierarquias no interior do mercado doméstico em que operam os cientistas sociais.

Logo em seguida, dando-se conta das fortes desigualdades inter-institucionais provocadas pela abordagem proposta acima, Silvert justifica sua postura na expectativa de que o efeito-demonstração desencadeado pelos "excelentes" acabe se fazendo sentir pelos demais espaços do sistema, dando o fecho de sua política através do repto à criação urgente de comunidades científicas tanto em âmbito latino-americano como nos principais países atendidos. Essa proposta acabou tornando-se realidade através da criação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e de associações tais como as existentes no Brasil (ANPOCs, ANPEC, ANPED). Por fim, Silvert praticamente condiciona a continuidade do apoio às atividades de Ciência Social aplicada nas áreas de Planejamento, Ciências Administrativas e Direito, contanto que mantenham seus vínculos às Ciências Sociais puras.

Convém, entretanto, não superestimar o poder e a influência exercidos por Silvert ao longo de sua carreira fordiana. A constante invocação de seu nome neste trabalho espelha sua fortíssima presença na documentação escrita, devendo-se admitir o impacto bastante desigual de suas propostas no correr do longo período de sua atividade no programa latino-americano. Ao que tudo indica, no correr dos anos 60 até meados dos 70, o peso de sua autoridade se fez sentir tanto junto aos escalões decisórios como entre os quadros funcionais intermediários, passando daí em diante a adotar uma postura crescentemente defensiva cujo raio de repercussão foi se estreitando cada vez mais até o momento de seu infarto. Numa fórmula sintética, ele se mostrava muito mais influente para "baixo" do que para "cima" no interior da organização, fazendo a cabeça de uma parcela expressiva de técnicos e gestores mas raramente moldando as tomadas de posição dos dirigentes.

As reações de consultores e representantes logo pontuaram as discordâncias. Um deles chama atenção para a crescente politização do CLACSO, ao ver dele freqüentemente manejado para a promoção política pessoal. Um outro faz um comentário sugestivo de que a chancela *"made by Ford"* estaria se convertendo

num selo de qualidade, referindo-se assim aos efeitos perversos provocados pela política concentracionista em algumas poucas instituições de excelência. E de fato integrar a lista dos clientes Fundação Ford passou efetivamente a valer, no mercado interno das Ciências Sociais, como uma credencial indispensável para acesso ao clube seleto das instituições legítimas, estendendo-se a vigência dessa chancela às outras iniciativas das lideranças, aos próprios projetos de investigação e aos resultados científicos das instituições brindadas com tal apoio externo.

Seguem-se defesas ardorosas da Antropologia Social e da importância a ser conferida aos estudos artesanais qualitativos, confrontando as ênfases de Silvert em economia e nos estudos de tipo *survey*. A rigor, essa linha persistente de defesa do apoio concedido aos antropólogos se manifesta em inúmeras oportunidades, revelando a existência de um pequeno mas bem articulado *lobby* corporativo. Costumam alardear duas vantagens em relação à Sociologia, quais sejam, de um lado, os pequenos custos envolvidos pela pesquisa etnográfica comparados ao montante expressivo requerido pelos *surveys*, e de outro, os baixos riscos políticos em função da menor visibilidade pública dos mais prestigiosos praticantes da disciplina.

Duas últimas reações agregam alguns pontos polêmicos e que deverão se fazer presentes em todos os encontros e debates dessas três décadas de experiência na região. A primeira delas procura qualificar como marginal a contribuição da Fundação Ford para as Ciências Sociais latino-americanas antes de passar a justificar uma maior pulverização dos recursos do que aquela distribuição "elitista" sugerida por Silvert e a advogar a estratégia inversa de jamais financiar as Ciências Sociais acadêmicas a menos que estejam dissociadas das chamadas áreas aplicadas. A segunda dessas intervenções introduz um tema de permanente atualidade em matéria de políticas de fomento, qual seja o de atrelar quaisquer atividades dos cientistas sociais ao compromisso de sintonia com os grupos sociais carentes. A perspectiva temporal nos permite enxergar justamente os acertos dessa política então qualificada como "elitista", tendo sido a

contribuição da Fundação nesse campo absolutamente decisiva, uma das raízes do vigoroso desenvolvimento institucional hoje existente.

Para o caso brasileiro, no entanto, a resposta de Frank Bonilla, então assessor residente em Belo Horizonte, apresenta um interesse especial. Diante da defesa cerrada da "construção institucional" como prioridade máxima do programa e das metas desenvolvimentistas a serem logradas através das áreas aplicadas, Bonilla mostra-se cético quanto à consecução de tais metas quando inexiste um suprimento adequado de acadêmicos tarimbados, capazes de trabalhar com independência, de exercer um papel de liderança na pesquisa e de assegurar um treinamento pós-graduado de qualidade. Manifesta pouca esperança de uma melhora imediata nos padrões locais de produtividade acadêmica, queixando-se da improvisação, das precárias chances de montagem de um doutorado nos próximos anos, e da falta de uma liderança no campo da pesquisa. Ancora todo seu pessimismo na fragilidade institucional das universidades e nas precárias condições de assimilação dos recém-doutores quando de seu regresso ao país. Menciona ainda as difíceis circunstâncias do momento político brasileiro e, por conta de todas as razões já aludidas, indaga se não seria mais aconselhável adotar uma postura mais agressiva de pesquisa programada em lugar de concentrar recursos na capacitação institucional.

A agenda do primeiro encontro sobre as Ciências Sociais (Colômbia, dezembro de 1973) confirma as linhas de força que irão pontuar o relacionamento dessas três décadas entre a Fundação Ford e os cientistas sociais nos países latino-americanos. As atas dessa reunião registram a tensão persistente entre uma política de financiamento de feitio marcadamente acadêmico onde as Ciências Sociais seriam apoiadas enquanto tais (*for their own sake*) e uma orientação alternativa tendente a vinculá-las a temas, problemas e finalidades práticas (agricultura, população, educação, meio ambiente, etc.), buscando captar seus impactos sobre diferentes domínios da vida social e, em especial, seus efeitos sobre as políticas públicas.

Não por acaso, as duas sessões centrais do encontro tinham o título de "Utilização da Ciência Social I e II", sinalizando justamente esse confronto de orientações entre uma ciência social "pura" e uma outra de caráter mais "ancilar". A discussão do problema acaba suscitando uma série de questões correlatas a respeito das vantagens e limites da abordagem instrumental, passando-se daí às possibilidades de influir e intervir sobre determinados "problemas sociais" candentes. Outro tópico insistentemente tratado nessa ocasião diz respeito à natureza e às margens de envolvimento razoáveis para uma agência de fomento estrangeira.

Emergem desse debate duas posturas básicas. A primeira delas é assumida pela maioria dos latino-americanos convidados ao evento que reivindicam a canalização do apoio Fundação Ford em favor das dimensões estritamente acadêmicas e intelectuais das Ciências Sociais, deixando aos próprios latino-americanos a "aplicação" dos resultados da pesquisa na área. O pessoal da Fundação (com algumas exceções "poderosas") parece inclinar-se mais em favor de associar as atividades dos cientistas sociais aos campos de aplicação já mencionados.

Esse debate tão altivo obscurece tensões e conflitos bem mais pedestres entre a Economia e as demais Ciências Sociais, entre os grandes mutuários e os pequenos clientes, entre as quatro maiores nações donatárias (entre as quais, o Brasil ocupa o primeiro lugar em diversos anos fiscais) e os pequenos países, entre os defensores de uma estratégia de longo prazo voltada para a construção institucional e os analistas orientados pelas mudanças de conjuntura, entre os beneficiários e os excluídos do financiamento da Fundação Ford, entre a "esquerda" e a "direita" nas Ciências Sociais da região, fazendo com que todos os participantes tivessem de enfrentar uma situação de diagnóstico infinitamente mais complexa do que dão a entender os textos do encontro, tendentes a oferecer uma retrospectiva racionalizada dos acontecimentos.

Por outro lado, enquanto as intervenções dos cientistas sociais convidados, em coro com o *guru* Silvert, tendem a situar o debate em torno de princípios gerais, valores últimos e grandes

linhas de análise e prognósticos, os funcionários da Fundação não podem deixar de apreciar e avaliar o cotidiano filantrópico nos termos e na lógica de uma grande organização burocrática sensível às demandas concretas provenientes dos mais diferentes pontos de seu universo de trabalho, exposta a riscos, surpresas e incertezas, com dificuldades por vezes para fazer a ligação entre os procedimentos de concessão, acompanhamento e avaliação das doações, com os objetivos mais gerais e abstratos do programa de operações como um todo.

A indagação a respeito da relevância política das Ciências Sociais, do grau de impacto exercido na mídia, nos governos, no setor privado, é o mesmo que perguntar se faz alguma diferença haver ou não uma ciência social de boa qualidade acadêmica e científica e, no limite, trai a preocupação permanente quanto a saber se vale ou não a pena todo esse investimento, ou melhor, se faz ou não alguma diferença a presença da Fundação Ford nesse campo de atuação.

Essa quase obsessão ora voltada para o *status* acadêmico, ora centrada na relevância política ou no prestígio intelectual das Ciências Sociais, ora enfim desejosa de discernir seu teor verdadeiro, sinaliza uma indagação recorrente quanto às possibilidades de se lograr uma eficácia social equivalente através do recurso a sucedâneos em condições de lograr repercussão pública mais significativa. Tanto os jornalistas como as lideranças de corporações profissionais de nível superior (advogados e juristas, por exemplo) são freqüentemente referidos como uma alternativa de investimento em lugar dos cientistas sociais.

No entender de alguns setores da organização, a força de alavancagem lograda pelos cientistas sociais no interior da sociedade, e particularmente sua capacidade de trazer os resultados da pesquisa aos foros de discussão de políticas públicas, poderiam talvez ser exercidas com vantagens por outras categorias de críticos sociais. Jornalistas ou analistas políticos seriam mais contundentes, e sobretudo menos dispendiosos em termos de manutenção e reprodução. Os documentos consultados encerram

alguns outros indícios de uma postura toda voltada para a ação e conseqüentemente antiintelectualista. Os mais radicais seguidores desta orientação têm sofrido sucessivas derrotas no interior da organização, mas a continuidade de posicionamentos desse tipo sugere a persistência de conflitos nos órgãos de fomento entre, de um lado, o grupo orientado para a ação em suas múltiplas formas de militância, e de outro, aqueles mais identificados à pesquisa e à produção de idéias.

Para usar expressões recorrentes na documentação consultada, o negócio da Fundação Ford é tanto "a criação de competência" como o financiamento à "produção de idéias", evidenciando-se assim, mesmo ao nível do elenco de doutrinas em que se apóiam as práticas de financiamento e intervenção junto aos mutuários, a persistente oscilação entre metas de longo prazo sob a rubrica abrangente da capacitação institucional (infra-estrutura física, equipamentos, treinamento de pessoal científico, etc.) e objetivos formulados no calor da hora, premidos pelas circunstâncias mutantes da conjuntura política e pelas necessidades dos clientes e interlocutores.

Em meados da década de 1960, o cenário latino-americano se havia alterado drasticamente tanto por força de transformações econômicas e políticas no âmbito doméstico como em conseqüência do novo clima político e cultural instaurado nos Estados Unidos em função da guerra do Vietnã. O "milagre" econômico brasileiro se fez acompanhar por crescentes desigualdades sociais, por uma elevada concentração de renda e por um regime militar de direita, o que não impediu maciços investimentos na montagem de um sistema nacional de ciência e tecnologia, com novas instituições e frentes de investigação, inclusive no campo das Ciências Sociais. A amarga experiência no Sudeste Asiático extinguira o que sobrara de otimismo e esperança da era Kennedy, numa conjuntura de escalada nos conflitos raciais e de uma verdadeira revolução dos costumes, valores e idéias nas universidades a braços com a contestação generalizada de quaisquer formas de autoridade.

Nessas condições, não podia deixar de ocorrer uma rápida erosão do poder explicativo das teorias, conceitos e paradigmas manejados pelo *establishment* acadêmico, levando de roldão os dogmas do funcionalismo e os receituários das teorias desenvolvimentistas em troca das propostas "críticas" veiculadas pelas obras das escolas sociológicas européias de Paris (Alain Touraine) e Frankfurt (Marcuse). O quente agora era a Economia Política, a Sociologia de inspiração marxista, a Antropologia pela mediação da contracultura fundada numa nova sexualidade, nas drogas, nos movimentos feministas. A conjunção de tais mudanças à denúncia da assistência militar e política (aberta ou tácita) do governo norte-americano aos golpes militares no continente colocou sob suspeição todo o conceito de ajuda externa, tendo decerto constituído um constrangimento importante na redefinição das políticas e atividades por parte de agências de fomento privadas como a Ford e a Rockfeller.

O envolvimento crescente da Fundação Ford latino-americana com as disciplinas não econômicas das Ciências Sociais refletia o reconhecimento das complexidades inerentes ao processo de desenvolvimento, a sintonia com os novos ares do clima cultural contestador e, de outro lado, espelhava as opções assumidas pelo pessoal responsável pelo programa latino-americano, cada vez mais povoado por uma leva considerável de cientistas sociais nas equipes atuantes na própria sede e nos escritórios de representação. Os memorandos e relatórios da época estão repletos de defesas incontidas e (des)apaixonadas das respectivas especialidades acadêmicas, mormente nos casos de ameaça de cortes ou reduções nos orçamentos das doações. Como era de se esperar, essa provisão de cientistas sociais entre o pessoal da agência acabou gerando e ampliando novas oportunidades de investimento nas Ciências Sociais, aliando-se a uma crescente sensibilidade às demandas e correntes de opinião locais, produzindo-se ajustamentos de parte a parte, mutuários buscando conquistar e ao mesmo tempo sendo atraídos pelos doadores.

A despeito do papel secundário a que costumam ser injustamente relegados, tanto o ingresso e o sucesso da Fundação Ford

como até mesmo o próprio perfil doutrinário de seu projeto no país têm muito a ver com o apoio indispensável prestado por toda uma geração de "corretores da cultura" — Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Orlando de Carvalho e Júlio Barbosa, entre os mais importantes —, todos eles empenhados em criar um conhecimento sobre o Brasil, partilhando a crença e o entusiasmo dessa geração de "isebianos" autodidatas com o projeto "albertiano" de constituir uma consciência crítica e militante sobre a sociedade brasileira.

Assim, as prioridades do programa foram aos poucos sofrendo alterações significativas que refletiam outros movimentos dos principais atores e grupos de interesse envolvidos. Embora os economistas continuassem a receber a parte do leão em termos de recursos, tendo havido apenas um recuo substancial nas áreas de administração pública e de empresas, era perceptível a expansão em outros segmentos e disciplinas da Ciência Social, com o aumento dos projetos em Sociologia e investimentos consideráveis em Ciência Política e Antropologia Social, a que se deve acrescentar o início de programas em "direito" em quatro países, inclusive o Brasil, novas doações para estudos urbanos e regionais e a manutenção do apoio aos estudos populacionais e educacionais.

Já no final da década de 1960, o perfil de investimentos se havia alterado bastante mediante o redirecionamento dos recursos de "construção institucional" em favor de um número menor de centros capazes de implementar "padrões internacionais de excelência acadêmica" bem como de alguns programas de pós-graduação sediados em sua maioria em universidades públicas prestigiosas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Brasília-Belo Horizonte. Do ponto de vista da montagem dos orçamentos destinados às diversas doações, constata-se uma expansão nas rubricas para cobertura de custos locais (salários, despesas de pesquisa, bolsas, etc.), com montantes expressivos para formação pós-graduada no país, refletindo, de um lado, uma opção inequívoca pelo reforço institucional dos mutuários e, de outro, um reconhecimento de sua capacidade de sobrevivência num

cenário conturbado por conta das respostas que estavam em condições de oferecer às demandas do mésticas, seja através dos resultados de pesquisas, seja mediante outras modalidades de intervenção cultural (seminários, debates, ensaios, artigos na imprensa, etc.).

Do ponto de vista propriamente temático, as mudanças detectadas em relação ao período anterior são um tanto retóricas na medida em que persistiu a ênfase em questões como dinâmica populacional e urbanização. No entanto, a cunha de uma abordagem instrumental das Ciências Sociais assumia um novo léxico, falando-se agora em relevância política em lugar da formulação direta de políticas, ou então, na resolução de problemas pela via da análise crítica, da discussão pública, do diálogo capaz de mobilizar os atores pertinentes em torno de opções alternativas para o desenvolvimento. O novo credo formulado e instituído por Silvert no final da década buscava um compromisso que se nutria de racionalidade, liberdades públicas e desenvolvimento, nos termos de um conceito plural e não economicista. Em outras palavras, a modernização da América Latina dependia das contribuições da Economia, da Ciência Política, da Sociologia, da Antropologia e do Direito, na medida em que "poder, valores, instituições e personalidade, tudo isso operando em conjunto, são ingredientes da análise social".

Para essa transição entre a política de assistência técnica dos primeiros anos e uma abordagem mais humanística da sociedade no final da década de 1960, girando em torno das Ciências Sociais e da Economia como prioridades, contribuíram a profissionalização da equipe técnica da Fundação, seu maior envolvimento e proximidade com as dificílimas circunstâncias do momento político brasileiro e, numa escala considerável mas difícil de mensurar, as demandas e pleitos formulados pelos seus clientes e interlocutores no país.

A crença nas perspectivas quase irrestritas de expansão do programa no início da década de 1970 alcançou tamanha densidade na cadeia decisória que Kal Silvert, por exemplo, sentiu-se encorajado a vocalizar a necessidade de levar a chancela da

Fundação Ford a disciplinas como a História e a Psicologia Social. Em lugar de salientar apenas as marcas do mecenato empreendedor exercido pela Fundação sobre os mutuários, cumpre igualmente evidenciar o reverso desse relacionamento, ou seja, o quão permeável seus representantes e funcionários se mostraram perante os valores, as propostas de pesquisa e até mesmo os preconceitos de que sua clientela era portadora. O êxito desse relacionamento foi sendo construído em meio a essa parceria onde os financiados conseguiam vislumbrar uma dosagem, variável conforme as circunstâncias, de quase rendição voluntária dos negociadores das políticas da organização a pelo menos algumas das prioridades e valores nativos.

A rigor, talvez a forma mais apurada de avaliar o impacto exercido por esse aporte estratégico de recursos sobre o campo brasileiro das Ciências Sociais tenha que levar em conta mesmo aquelas realizações logradas pelos mutuários que, embora não se tenham beneficiado diretamente das subvenções concedidas, derivaram em última análise da situação de relativa estabilidade e segurança institucionais garantidas pelo programa da Fundação Ford. A continuidade dos créditos concedidos se traduziu na viabilização de uma infra-estrutura mais diversificada e, sobretudo, de uma moldura institucional mais independente dos centros decisórios tradicionais, particularmente das oscilações políticas no interior das universidades.

A Fundação Ford contribuiu decisivamente para a constituição no país de um mercado próprio para os cientistas sociais ao bancar alternativas de construção institucional ajustadas às novas condições estruturais de funcionamento dessas duas últimas duas décadas de transformações do sistema local de produção científica. Aqueles grupos e lideranças sem acesso a esse generoso patrocínio externo não podiam deixar de acusar o golpe, tanto mais difícil de contornar quando se fazia acompanhar por efeitos de desqualificação intelectual e científica. Enfim, o saldo desse relacionamento não podia deixar de provocar reverberações sobre o que veio a se constituir no perfil "orgulhoso" e um tanto peculiar do escritório latino-americano no interior da

divisão internacional, por conta de suas atitudes experimentais, das inovações administrativas e dos critérios pouco convencionais de seus programas se comparados à doutrina desenvolvimentista ainda vigente na sede.

Infelizmente, o período de consolidação do escritório latino-americano na primeira metade da década de 1970 coincidiu com crescentes restrições orçamentárias, acirrando a competição em relação aos demais escritórios da divisão internacional, recolocando em discussão as opções por assim dizer humanísticas na América Latina, e no Brasil em particular, confrontadas com a orientação marcadamente tecnológica e economicista nos outros continentes, e suscitando reclamações pela falta de reconhecimento ao trabalho realizado.

Nesse momento de duríssimos cortes orçamentários e rixas políticas não menos relevantes, o programa na América Latina ficou bastante ameaçado, quase na iminência de ser fechado. Nos escalões superiores da sede, circulavam diversos arrazoados capazes de justificar decisão tão drástica. Falava-se que os principais países da região já teriam logrado um desenvolvimento político e econômico auto-sustentado, prescindindo do apoio financeiro e institucional de organismos internacionais de fomento, ou então, buscava-se lastrear tal decisão numa espécie de competição às avessas dos padrões comparados de miséria e destituição social nos três continentes merecedores dos recursos da Fundação: Ásia, África e América Latina.

Os cientistas sociais brasileiros já haviam alcançado uma posição de relativo privilégio nesse momento, quer em termos do quinhão de recursos internalizados pelos mutuários no país, quer no que diz respeito ao prestígio internacional de que desfrutavam contribuições teóricas brasileiras como a teoria da dependência, quer enfim no tocante aos padrões satisfatórios de desempenho acadêmico e institucional logrados pelos mais importantes mutuários.

Já em 1976, por ocasião do segundo grande encontro sobre as Ciências Sociais envolvendo o pessoal atuante no programa

latino-americano, as contradições e ambigüidades da situação brasileira foram trazidas ao centro do debate. Conforme se começava a admitir com algum resmungo, a tão alardeada criatividade intelectual e institucional dos cientistas sociais brasileiros num contexto autoritário adverso fora ao menos em parte fomentada pelo próprio regime militar, tendo-se preservado algumas "ilhas de dissensão controlada". Em meio aos primeiros sinais inequívocos da abertura tutelada pela gestão Geisel, foi ganhando espaço o prognóstico de que os principais mutuários tenderiam a depender cada vez menos do auxílio financeiro prestado pela Fundação Ford. A despeito das tomadas de posição assumidas por diversos cientistas em questões polêmicas como a energia nuclear e a distribuição de renda, tais intervenções eram considerados lampejos que não chegavam a romper os cordões de isolamento político em que se encontravam, tornando um tanto decepcionantes as esperanças transformadoras e intervencionistas detectáveis nas falas dos técnicos e representantes da Fundação presentes ao encontro referido acima.

Por outro lado, não passava despercebida a política ambígua do governo brasileiro em relação às Ciências Sociais, mantendo uma postura inequívoca de desconfiança política e doutrinária em relação aos cientistas da área e, ao mesmo tempo, ampliando substancialmente o apoio material a essas mesmas disciplinas. Embora o Ato Complementar nº 77 proibisse explicitamente o emprego de aposentados em instituições de ensino e pesquisa "de interesse para a segurança nacional", aqueles atuantes no IUPERJ, no CEBRAP, na PUC e na própria Fundação Ford não foram molestados por conta desse preceito. No mesmo sentido, também ninguém levou muito a sério a implementação do Decreto nº 899, sobre "educação moral e cívica" ao nível de pós-graduação, onde a Fundação Ford concentrava boa parte de suas dotações. Em suma, apesar de todas as perseguições, arbitrariedades e violências policiais, outros setores do governo brasileiro estavam credenciando os cursos financiados pela Fundação e concedendo bolsas aos estudantes aí matriculados.

Seja como for, pode-se detectar os primeiros sinais de um exame acerca de algumas conseqüências inesperadas por conta da atuação da Fundação Ford no país. Amplia-se, por exemplo, o debate interno acerca das vantagens e limites associados à formação acadêmica de uma geração de cientistas sociais brasileiros nos Estados Unidos e na Europa, buscando-se entender assim o diferencial perceptível nas tomadas de posição políticas e nos temas de pesquisa de ambos os grupos. Os treinados nos Estados Unidos seriam menos vulneráveis às medidas repressivas por conta de seus temas de investigação menos controversos, ao passo que o grupo formado na Europa tenderia a lidar com assuntos e problemas politicamente mais sensíveis. Aprofunda-se também a convicção de que a relevância da ajuda prestada é tanto maior diante do desinteresse de outras organizações internacionais de fomento em relação às Ciências Sociais na região, o que contribuiu para autonomizar a Fundação Ford tanto em relação à política externa norte-americana como perante as políticas domésticas.

Mesmo sem levar em conta o "pico" de recursos atingido pelo programa brasileiro em 1970, num montante de 3.271 milhões de dólares, o orçamento sofreu uma primeira redução razoável em 1976, quando encolheu para a faixa de 2.146 milhões, caindo bastante no ano seguinte para 1.399 milhões, até atingir o fundo do poço em 1978 (pouco mais de 500 milhões), mantendo-se pouco acima desse patamar até 1981, recuperando apenas em 1985-86 um teto próximo àquele alcançado no início da década de 1970. Dessa "carcaça terrivelmente magra", os cientistas sociais conseguiram a parte do leão, mantendo-se numa escala razoável o apoio em favor dos centros mais fortes da região.

Ao longo da década de 1970, em parte como conseqüência dos novos desafios de compreensão do mundo econômico, social e político, suscitados pelo choque de ideologias da era Nixon, foi se ampliando no interior da Fundação Ford uma crescente sensibilização às questões de igualdade e bem-estar social, às disparidades dramáticas na distribuição de renda, nos níveis de escolaridade, de participação política e de cidadania. Sem

abandonar de vez o "desenvolvimento institucional" dos mutuários como uma finalidade central de atendimento, o programa de atividades da agência começou a priorizar projetos de investigação e de intervenção atrelados a tópicos sociais candentes, em áreas bastante controversas e problemáticas como a reforma educacional, o crescimento populacional e o desenvolvimento agrícola. Além do lançamento de competições para bolsas de pesquisa em Ciências Sociais em três países da região, inclusive o Brasil, subsistiram, entretanto, as ênfases conferidas à pesquisa e à pós-graduação, ampliando-se o apoio prestado às associações profissionais de cientistas sociais, economistas e demógrafos brasileiros.

A proposta orçamentária para o ano fiscal 1980-81 consolida ainda mais as tendências firmadas ao longo da década de 1970, tendo havido um redirecionamento do programa numa direção marcadamente temática e aplicada, envolvendo questões de ampla repercussão sobre as agendas de decisão política, buscando-se doravante associar a atividade propriamente dita de pesquisa a outras modalidades de impacto e de intervenção. O fato de ter havido no passado recente algumas experiências malsucedidas de "programas de ação social" (administração pública e reforma do ensino jurídico) não chegou a afetar as novas áreas de "aplicação" dos conhecimentos derivados das Ciências Sociais (recursos e meio ambiente, *women's studies*, direitos humanos e justiça social, relações internacionais). Assim, essa nova frente de objetivos centrados numa política de pesquisa temática passa a competir em pé de igualdade com os objetivos tradicionais de "construção institucional" e de montagem de comunidades científicas através de associações nacionais. Ademais, algumas evidências indicam que a disposição dos cientistas sociais brasileiros para trabalhar em "áreas temáticas" pode ser bastante elástica segundo a dosagem ministrada de incentivos econômicos.

Conforme se pode depreender dos relatórios de visita cobrindo as múltiplas atividades das diferentes áreas temáticas (por exemplo, estudos populacionais, *women's studies* ou relações

internacionais), tais iniciativas revelam um empenho em identificar nichos estratégicos para investimento onde se pudesse concentrar recursos capazes de alavancar uma área de estudos, pesquisas e treinamento que constituísse, ao mesmo tempo, uma frente de militância e de intervenção tecnicamente competentes nos domínios adequados de política pública. Em outras palavras, essas áreas de ciência social aplicada propiciam a conciliação entre metas "instrumentais" e objetivos "acadêmicos", ampliando a própria margem de influência exercida pela Fundação Ford.

Os avanços alcançados na área de estudos populacionais, por exemplo, podem ser praticamente mensurados em função dos montantes aí aplicados pelo programa em questão. Em 1968, ano zero desse campo disciplinar no país, não havia praticamente nenhum grupo de jovens demógrafos, os resultados do censo de 1960 ainda não tinham sido publicados, e os demais indicadores locais de interesse por essa especialidade no país não eram nada entusiasmantes. Dez anos mais tarde, os investimentos liderados pela Fundação Ford lograram considerável melhora, podendo-se, assim, avaliar o interesse nesse tipo de campo de intervenção exatamente por conta do grau elevado de retorno sobre o investimento.

Os maiores obstáculos à plena implementação da nova política "tematicamente orientada" seriam as dificuldades práticas envolvendo os projetos de ação social e a montagem de redes organizativas entre mutuários, por conta das limitações orçamentárias e de pessoal técnico. Diante da necessidade de apresentar diversas alternativas de redução em face da iminência de um volume bem menor de recursos para o escritório carioca, os cortes tenderiam a se concentrar nas áreas de educação e nutrição. Ou seja, apesar do empenho em incentivar as áreas mencionadas de estudos temáticos, o fôlego dessa frente de operações enfrenta as resistências de contrapropostas locais, na medida em que parecem não corresponder à distribuição e ao funcionamento efetivo dos grupos de interesse atuantes no interior da comunidade de clientes, quase todos articulados nessa época em torno de centros independentes de pesquisa ou de programas

de pós-graduação de perfil nitidamente "disciplinar". Aliás, esse é um problema enfrentado de maneira persistente pelos gestores dos programas brasileiro e latino-americano, exigindo concessões de parte a parte, requerendo ajustes dos clientes às temáticas priorizadas e justificativas redobradas dos representantes diante de exceções institucionais qualificadas.

Os últimos cinco anos do programa brasileiro assinalam um ponto de inflexão decisivo quer no tocante aos objetivos estratégicos implementados quer no que diz respeito aos tipos de mutuários beneficiados no campo das Ciências Sociais, quer enfim no montante global de recursos canalizados para a área. Em termos de desafios institucionais, a conjuntura desses últimos anos pós-plano Collor se assemelha bastante à segunda metade da década de 1960. A escassez de recursos públicos e o esgotamento das modalidades usuais de apoio em favor dos principais clientes devolveu à Fundação Ford um papel de protagonista institucional no campo das Ciências Sociais. Vendo-se prensada entre a possibilidade de assistir ao desmonte de entidades para cuja criação e consolidação sua ajuda fora indispensável e a impossibilidade de atender à pluralidade de demandas que lhe endereçavam as diferentes espécies de mutuários (ONGS, centros privados, programas de pós-graduação, núcleos universitários de ensino e pesquisa, etc.), os responsáveis pela direção do programa brasileiro parecem ter tomado o partido de segurar o investimento já feito, sem deixar de buscar novas oportunidades e iniciativas congruentes com as prioridades de atendimento na área.

Basta consultar o quadro dos principais mutuários ao final do texto para nos darmos conta de quais foram as prioridades adotadas no período mais recente. A frente de atividades que mais se beneficiou nessa fase foram os núcleos de pesquisa e ensino sediados nas universidades, através dos quais decerto se tentou aliar o treinamento acadêmico qualificado à exploração de veios temáticos ancorados em problemas sociais prementes, ou então, onde se procurou aliar a pesquisa especializada a esforços militantes no campo dos direitos humanos. Todos esses empreendimentos — a saber, o Núcleo de Estudos do Ensino

Superior (USP), o Núcleo de Estudos da Violência (USP), o Laboratório de Pesquisa Social (UFRJ), o Departamento de Economia (PUC/RJ), o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (UFRJ) e o Programa de Pós-Doutorado em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo — se desenvolveram no interior das universidades, revelando-se assim o intento suplementar de garantir estabilidade institucional num ambiente potencialmente resistente e hostil à inovação.

A segunda frente de apoio continuou a canalizar um montante expressivo de recursos em favor dos centros privados e programas de pós-graduação em sua qualidade de clientes mais antigos e bem-sucedidos. Alguns poucos nessa categoria de mutuários foram inclusive contemplados com doações institucionais de valor considerável e tanto mais estratégicas numa conjuntura de escassez de recursos e de esvaimento financeiro das entidades mantenedoras. O Museu Nacional e o IUPERJ receberam dotações desse tipo, o mesmo devendo ocorrer em breve com a ANPOCS. Seria praticamente inviável imaginar a sobrevivência de alguns desses empreendimentos sem o respaldo financeiro da Fundação Ford nesses tempos bicudos de uma política de ciência e tecnologia à míngua de recursos e ainda incapaz de definir metas e prioridades.

A política da Fundação Ford em relação às Ciências Sociais no país se empenhou ainda em valer-se das circunstâncias da crise para um esforço coordenado de reflexão e debate sobre os resultados logrados nessas três décadas de atividades de ensino, treinamento e pesquisa e produção de conhecimento, através da promoção de seminários de balanço das realizações nos campos das Ciências Sociais, dos estudos sobre mulheres e dos estudos raciais.

Por volta de 5 milhões de dólares foram gastos pela Fundação Ford nesses últimos anos em favor dos cientistas sociais brasileiros, cabendo-lhes agora partilhar essa empreitada tomando a iniciativa de uma oportuna reflexão sobre o formato institucional de seus espaços de operação, sobre os tipos de relacionamento que consideram adequado manter com a universidade,

com as demais áreas de produção científica, com as organizações de fomento nacionais e estrangeiras, sobre os vínculos que tencionam construir em relação às demandas diversificadas da sociedade brasileira, ou seja, sobre as posições e os papéis que consideram pertinentes ao momento atual de sua inserção nos mercados acadêmico e societário. Estou certo de que temos orgulho de muitas de nossas realizações e de que nos sentimos honrados por essas três décadas de um relacionamento estreito com a Fundação Ford, de conseqüências tão fecunda nos planos intelectual, científico, acadêmico e institucional.

Lista dos entrevistados

1. THOMAS TREBAT, economista e atual diretor dos programas para a America Latina e o Caribe da Fundação Ford. Entrevista realizada em 3 de março de 1992.

2. FRANK BONILLA, cientista político, atualmente professor e diretor do Centro de Estudos Porto-Riquenhos, Hunter College, Nova York. Ex-assessor do programa brasileiro da Fundação Ford, residente no Brasil entre 1968 e 1971. Entrevista realizada em 4 de março de 1992.

3. WILLIAM CARMICHAEL, economista, atualmente diretor do Instituto de Educação Internacional, Nova York. Representante da Fundação Ford no Brasil entre 1968 e 1970; em seguida, chefe do escritório para a America Latina e o Caribe no período 1970-76. Entrevista realizada em 5 de março de 1992.

4. THOMAS SKIDMORE, historiador e professor no Departamento de Historia, Brown University, Providence. Consultor da Fundação Ford para o Brasil. Entrevista realizada em 5 de março de 1992.

5. PETER BELL, diretor da Fundação Edna McConnell Clark, Nova York. Assistente do representante brasileiro e, em seguida, representante interino e substituto no Brasil, no período 1965-68; após, representante da Fundação Ford no Chile. Entrevista realizada em 6 de março de 1992.

6. CRAUFORD GOODWIN, economista e professor da Duke University, Carolina do Norte. Consultor da Fundação Ford. Entrevista realizada em 6 de março de 1992.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se apóia num conjunto de entrevistas com dirigentes e consultores do programa brasileiro da Fundação Ford, realizadas nos Estados Unidos em março de 1992, bem como nos dados e informações contidos em documentos existentes nos arquivos da sede em Nova York. As listas de entrevistas e dos documentos consultados encontram-se no final deste texto. A todos os entrevistados quero consignar minha dívida pela atenção e pelo muito que aprendi a respeito de sua experiência através de suas informações, emoções e idéias. Nesta oportunidade, quero expressar meus melhores agradecimentos aos funcionários do arquivo, em especial Alan Divak, Sharon Laist e Kay, que se empenharam em me ajudar a fazer render os dez dias de trabalho, facilitando o acesso aos diversos tipos de documentos e registros e providenciando em tempo recorde cópias dos textos solicitados.

Thomas Trebat e Joan Dassin são os patronos desta iniciativa, tendo acolhido e discutido o perfil e os contornos da proposta aprovada. Além de ter tido a gentileza e a paciência de me conceder uma longa e cansativa entrevista, Thomas Trebat fez o possível para facilitar meus movimentos durante a estadia na sede. Joan Dassin tem sido uma parceira de trabalho instigante, fazendo desafios e aceitando minhas respostas. Quero aqui registrar o quanto me sinto honrado com seu convite para realizar

este trabalho e organizar o seminário comemorativo dos 30 anos de presença da Fundação Ford no Brasil. Ambos têm se esforçado para fortalecer e ampliar o programa brasileiro, sendo responsáveis em conjunto por uma redefinição fecunda do projeto histórico formulado pela trinca Wilhelm-Carmichael-Silvert.

Desejo ainda transmitir a todos os participantes do seminário — expositores, comentadores e convidados especiais — minha satisfação por terem aceito a proposta, dispondo-se a trazer seus pontos de vista sobre essa experiência frutífera de filantropia no campo das ciências econômicas e sociais.

Representantes da Fundação Ford no Brasil

REYNOLD E. CARLSON, 1962-1965
STACEY WIDDICOMBE, 1965-1967
WILLIAM D. CARMICHAEL, 1968-1971
PETER BELL (interino e substituto), 1967-1968
STANLEY A. NICHOLSON, 1971-1974
EDUARDO L. VENEZIAN, 1974-1976
JAMES A. GARDNER, 1977-1980
DAVID E. GOODMAN, 1981-1983
BRUCE L. BUSHEY, 1983-1986
PETER FRY (interino e substituto), 1986-1988
JOAN DASSIN, 1989-1992
BRADFORD SMITH, 1992- (atual)

Documentos dos arquivos da Fundação Ford

1958:

RICHARD M. MORSE, *Brazilianists and Brazilians*, dezembro, #006830, 5 pp.

1959

ALFRED WOLF, LINCOLN GORDON e REYNOLD CARLSON, *Ford Foundation Mission to Brazil*, julho-agosto, #000008, 41 pp.;

MILTON KATZ, *Clues for a possible Foundation program for Latin America drawn from recent meetings of representatives of the 21 American Republics*, fevereiro, #010463, 11 pp.

1961

SIDNEY MINTZ, *Notes on the Brazil Grant Program*, junho, #002512, 7 pp.

1963

CHARLES V. KIDD, *Report on a request for a grant to strengthen graduate education in the sciences throughout Brazil*, julho, #008410, 15 pp.

1964

Brazil Proposed Program Budget, 1964-1967, fevereiro, #010187, 8 pp.

1965

MEREDITH WILSON *et al*, *Report of Secondary Education Mission to Brazil*, agosto, #001475, 46 pp.;

REYNOLD E. CARLSON, *Report on trip to Bahia*, junho, #009325, 8 pp.

1967

HENRY J. STEINER, *Report on trip to Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino de Direito* (CEPED) *and Description of* CEPED*'s Development and Prospects*, setembro, #007418, 32 pp. e apêndice;

JEROME R. HELLERSTEIN e KEITH ROSENN, *Project of the Faculty of Law of the University of São Paulo*, setembro, #008672, 31 pp. e dois apêndices;

KALMAN H. SILVERT, *Possible Foundation Activities Involving Cuban Affairs*, outubro, #008954, 8 pp.;

Basic Policy Issues and Guidelines for the Foundations's Work in Less Developed Countries, março, #002788, 18 pp;

The Ford Foundations's Activities in Latin America and the Caribbean, setembro.

1968

ANSLEY J. COALE, *Suggestions for a Program to Strengthen Demography in Brazil*, janeiro, #010014, 5 pp.;

DAVID MAYBURY-LEWIS, *Consultancy with the teaching and research program in social anthropology*, Rio de Janeiro, junho, #008451, 11 pp.;

J. D. NYHART, *Notes on the* BNDE/MIT *Project to date*, dezembro, #007436, 16 pp.;

KALMAN H. SILVERT, *Social Science Program*, Fiscal Year 1969 Budget, agosto, #009340, 7 pp.

1969

HARRY E. WILHELM, *Activities of the Office for Latin America and the Caribbean in 1968*, Janeiro;

KALMAN H. SILVERT, *Area Studies Look Outward*, fevereiro, #002955, 16 pp.;

KALMAN H. SILVERT, *Draft Statement of Policy Guidelines for Social Sciences in Latin America*, janeiro, #008774, 17 pp.;

KALMAN H. SILVERT, *Reactions to Draft Statement of Policy Guidelines for Social Sciences in Latin America*, abril, #008775;

RICHARD N. ADAMS, *Reflections on "Cultural Activities" memos*, fevereiro, #008824, 13pp.

1970

G. H. G. OLDHAM, *Science Policy Studies in Brazil*, novembro, #008667, 8 pp.;

HARRY E. WILHELM, *Future Program Plans for the Office for Latin American and the Caribbean*, janeiro, #004655, 10 pp.;

HARRY E. WILHELM, *Office for Latin America and the Caribbean*, Report on 1969, janeiro, 27 pp.;

JOHN S. NAGEL, *Office for Latin America and the Caribbean*, Report on FY 1970, December, #008925, 5 pp. e três anexos;

REUBEN FRODIN, *Foundations and Latin American Universities*, março, #002375, 45pp.;

RICHARD N. ADAMS, *June 1-2 Rio de janeiro Meeting on Social Sciences*, maio, #008783, 8 pp.;

RICHARD N. ADAMS, *Some Notions on Social Science Development in Southern Latin America*, março, #008782, 9 pp.;

RICHARD N. ADAMS, *Suggested Session on Coordination of Social Sciences in Southern Area*, abril, #008784, 15 pp.;

The Brazilian Environment for the Social Sciences, setembro, #004935, 8 pp.

1971

K. N. RAO, *Some Tentative Conclusions from the Analysis of Objectives of the Grants in Education Proposed for 1971-75*, Rio Meeting on Education, maio, #010006, 5 pp.;

KALMAN H. SILVERT, *The Foundation's Work in Law and Development in Latin America*, março, #006808, 7 pp.;

ROBERT S. DRYSDALE, *Draft Summary of the Conference Discussions*, Rio de Janeiro Education Meeting, maio, #010010, 25 pp.

1972

David H. P. Maybury-Lewis, *Brazilian Consultancy*, maio-setembro, #003315, 15 pp.;

James A. Gardner, *Program Budgets for FY 1973*, março, #005844, 13 pp.;

James A. Gardner, *Subjects of Emerging Promise or Significance*, março, #005849, 3 pp.;

Kalman H. Silvert, *Field Office Budget Proposals — Fiscal Year 73*, março, #005848, II Brazil, 4 pp.;

Ozzie Simmons, *Notes on the Ford Foundation's Social Science Conference*, fevereiro, #010023, 10 pp.;

Robert McLaughlin, *Ford Foundation Population Program in Brasil*, setembro, #008440, 11 pp.;

William D. Carmichael, *FY 1973 Program Management Budget*, agosto, #005863, 8 pp.;

William D. Carmichael, *Tallying Up Resource-Base Activities*, junho, #005840, pp.;

William D. Carmichael e John S. Nagel, *Fiscal Year 1973 Allocation and Program Emphasis*, OLAC, janeiro, #005857, 13 pp.

1973

Arnold C. Harberger, *Impressions, Judgements, Reflections etc., gathered on my recent trip to Brazil*, Rio de Janeiro, setembro, #008673, 11 pp.;

James A. Gardner, "PUC Law", fevereiro, #005939, 12 pp.;

James R. Himes, *The Interplay Between the Foundation and Grantees*, dezembro, #010150, 13 pp.;

Jorge Balan, *Notas sobre los programas nuevos de pos-graduación en ciencias sociales en el Brasil*, #010149, 30 pp.;

Richard S. Sharpe, *Paper for May OLAC Education Meeting*, abril, #004058, 10 pp.;

Conference on the Social Sciences in Latin America, Santa Maria, Peru, dezembro.

1974

William D. Carmichael, *Budget Cuts Revisited: an OLAC Perspective on Adjusting to Reduced Spending Levels*, maio, #007817, 14 pp.;

William D. Carmichael, *Further Trimmings*, dezembro, #005902, 10 pp.

1976

Adrienne Germain, *Consultancy on Brazilian Women's Roles in Development*, agosto, #005005, 14 pp. e dez apêndices;

Jeffrey M. Puryear, *Rapporteur's notes on the first session of OLAC Social Science Conference*, Villa de Leyva, Colômbia, abril, #010225;

Kalman H. Silvert, *In search of theoretical room for freedom (north american social science thinking about latin american development)*, Atlanta, Sixth Meeting of Latin American Studies Association, março, #008918, 21 pp.;

Kalman H. Silvert, *The Foundation, the Social Sciences, and Latin America*, OLAC Social Science Meeting, Villa de Leyva, Colômbia, abril, #005065, 34 pp.;

Oscar Harkavy, John Nagel e Lyle Saunders, *Population consultation visit to Brazil*, março, #008665, 19 pp.;

Robert S. Drysdale, *Social Sciences and the Ford Foundation*, México, abril, #008912, 10 pp.;

Thomas E. Skidmore, *The Study and Teaching of International Relations in Brazil: A Survey and A. Proposal*, setembro, #010309, 35 pp.;

Background Papers for OLAC Social Science Meeting, Villa de Leyva, Colômbia, abril, #010224.

1978

David Trubek, *Law and Social Justice Consultancy/Final Report*, dezembro, 22 pp. e anexos;

James A. Gardner e William S. Saint, *Field Budget Proposal: Brazil*, novembro, 35 pp.

1979

Albert Fishlow, *Consultant Report*, Rio de Janeiro, maio, #009057, 9 pp.;

Richard B. Norgaard, *Draft Planning Document for a Resources and the Environment Program in Brazil*, fevereiro, #010281, 33 pp.;

1980

RODRIGO BOTERO, *The International Division in Latin America*, 1980-1990, setembro.

1982

Developing Country Programs/FY 1983 Program Reviews, novembro, #007481, 59 pp.

1991

THOMAS TREBAT, *Reflections on the latin american program of the Ford Foundation*, setembro, 12 pp.

Quadro 1
Maiores dotações da Fundação Ford para cientistas sociais no Brasil. 1962 — 1992

Posição	Instituição Donatária	Disciplinas e Áreas Temáticas	Montante em US$ das Dotações
1	Pontifícia Universidade Católica/ Rio de Janeiro (PUC/RJ)	*Economia, Demografia e Relações Internacionais*	2,658,331
2	Fundação Carlos Chagas/SP	*"Women's Studies" e Educação*	2,300,331
3	Universidade Federal de Viçosa/MG	*Economia Agrícola*	2,261,479
4	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP/SP)	*Economia, Demografia, Sociologia e Ciência Política*	2,216,003
5	Fundação Getúlio Vargas/ RJ e SP	*Economia, Administração, Direito e Documentação Histórica*	2,133,867
6	Universidade Federal do Ceará	*Economia Agrícola*	2,006,076
7	Universidade de Brasília	*Relações Internacionais e Antropologia*	1,914,919
8	Sociedade Brasileira de Instrução/RJ	*Sociologia e Ciência Política*	1,622,126
9	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)	*Sociologia e Ciência Política*	1,487,434
10	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)	*Sociologia, Antropologia e Ciência Política*	1,347,032
11	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/UFRJ	*Antropologia*	1,336,381
		SUBTOTAL:	21,283,979

Continuação Quadro 1

Posição	Instituição Donatária	Disciplinas e Áreas Temáticas	Montante em US$ das Dotações
12	Centro de Estudos Afro-Asiáticos	*Relações Raciais*	1,327,500
13	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	*Sociologia e Ciência Política*	1,211,081
14	Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)	*Demografia*	1,020,083
15	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	*Estudos Sociais*	944,550
16	Departamento de Ciência Política (DCP/UFMG)	*Ciência Política*	928,766
17	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP)	*Ciência Política*	905,086
18	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	*Ciência Política*	750,562
19	Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC)	*Economia*	717,296
20	Governo do Estado de Minas Gerais (Depto. de Economia Agrícola e Estatística)	*Economia Agrícola*	674,130
21	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (FUNBEC)	*Educação*	673,586
22	Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES/UFPE)	*Economia e Sociologia*	644,439
23	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)	*Sociologia Rural e Educação*	627,329
24	Fundação José Bonifácio (Laboratório de Ciências Sociais)/UFRJ	*Ciências Sociais e Educação*	613,639
		Subtotal (1 e 2):	32,322,026

Continuação Quadro 1

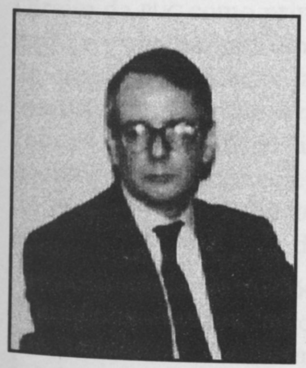
Posição	Instituição Donatária	Disciplinas e Áreas Temáticas	Montante em US$ das Dotações
25	Museu Goeldi/Belém-Pará	*Antropologia*	521,293
26	LASPAU/Programa de Bolsas para Estudos Étnicos e Raciais	*Estudos Étnicos*	469,000
27	PECLA	*C. Sociais e Direito*	441,901
28	Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/ CIEC/UFRJ	*Estudos Étnicos e Culturais*	401,330
29	Núcleo de Estudos sobre Violência/USP	*Direitos Humanos*	375,000
30	Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior/NUPES/USP	*Educação*	361,000
31	Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP	*Antropologia*	358,746
32	Pós-Graduação em Relações Internacionais	*Relações Internacionais*	324,000
33	Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER)/RJ	*Ciências Sociais*	292,236
34	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA	*Ciências Sociais*	233,661
		Total:	36,100,193
	Outras dotações menores para Ciências Sociais*		2,097,460
	Fundação Ford (Concurso de Bolsas)		4,612,242
	Total Dotações para Ciências Sociais	(55%)	42,809,895
	Demais Dotações	(45%)	34,612,767
		Total das Dotações:	77,422,662

* Instituições beneficiadas: Instituto Fernand Braudel, Associação Brasileira de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Rui Barbosa, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Políticos e Sociais, CAPES, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Source: The Ford Foundation. Nova York, 1992.

A Fundação Ford, a Finep e as Ciências Sociais

Mário Brockmann Machado



Mário Brockmann Machado, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago, técnico sênior da Finep, da qual foi presidente e vice-presidente, e pesquisador visitante do IEI da UFRJ.

A Fundação Ford, a Finep e as Ciências Sociais

Mário Brockmann Machado

Mário Brockmann Machado, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago, técnico sênior da Finep, da qual foi presidente e vice-presidente, e pesquisador visitante do IEI da UFRJ.

O relato da história densa e bem-sucedida da Fundação Ford no Brasil, apresentado de forma competente e sensível por Sérgio Miceli, e os depoimentos sobre as trajetórias difíceis e admiráveis do CEBRAP, CEDEC, IDESP e CPDOC não poderiam ser adequadamente analisados por um debatedor no curto espaço de quinze minutos. Há informações e emoções demais em tudo o que aqui foi dito. Além disso, entendo que nosso encontro, pelo menos neste início, deva ser mais de celebração do que de avaliação. E é dentro desta percepção que darei um breve depoimento.

Miceli começou seu estudo com a transcrição de um trecho da entrevista de Peter Bell, que trabalhou no escritório da Ford no Brasil entre 1964 e 1969. A lembrança de Peter Bell fez-me viajar ao passado, aos idos de 1966. Advogado formado há pouco mais de um ano, tinha eu então, conforme me diziam, uma promissora carreira pela frente. É que tendo concluído o curso de Direito da PUC como primeiro aluno da turma, havia sido convidado a trabalhar em um dos melhores escritórios de advocacia de empresa do Rio de Janeiro. Mas me sentia intelectualmente insatisfeito com o que fazia. Não me conformava em ficar lidando com processos judiciais individuais, enquanto o país enfrentava problemas políticos coletivos tão agudos. Essa razão, acrescida de questões de natureza pessoal, finalmente convenceu-me de que queria voltar a estudar *e* viajar ao exterior.

Buscando informações sobre o assunto, soube da existência da Fundação Ford, em cujo escritório um dia "desembarquei" para uma entrevista com Peter Bell. Disse-lhe que queria uma bolsa para estudar Ciência Política, não importava onde: Nova

York, Boston, Chicago, Los Angeles, ou mesmo Londres ou Paris. O Primeiro Mundo! Mas Peter Bell, demonstrando uma extraordinária capacidade para vender idéias difíceis, acabou me convencendo a antes viajar — imaginem! — para Belo Horizonte. Foi assim que me tornei aluno da primeira turma do Departamento de Ciência Política da UFMG, praticamente o primeiro programa criado pela Ford no Brasil, no âmbito das Ciências Sociais.

Tive, ali, o privilégio de ser aluno de Fábio Wanderley Reis e Antônio Octávio Cintra, pioneiros da renovação da Ciência Política no Brasil, e de consolidar minha amizade com Bolívar Lamounier, Amaury de Souza e tantos outros mineiros ilustres. E dali finalmente parti, alguns meses depois, para a Universidade de Chicago, onde fiz o mestrado e o doutorado. Uma experiência intelectual e emocional inesquecível, e ainda por cima realizada nos gloriosos anos do final da década de 1960. (Apesar de meus cinqüenta anos, *"I'm a child of the 60's"*.) Eventualmente, retornei a Belo Horizonte, em cumprimento a compromisso assumido quando do recebimento da bolsa, para lecionar durante dois anos, tendo ao final sido nomeado chefe do DCP.

O início de minha atividade profissional está, portanto, intimamente ligado à Fundação Ford, e esta me parece uma boa ocasião para registrar meu agradecimento.

Ao vir para o Rio de Janeiro, em 1975, e sentindo as deficiências das condições materiais de trabalho acadêmico, acabei ingressando na Finep, onde passei a participar diretamente do processo de construção institucional das Ciências Sociais no Brasil, iniciado pela Fundação Ford. Desde então, e por muitos anos, minha vida integrou-se, em graus variados, aos problemas, aos desafios e aos ideais do CEBRAP, do CEDEC, do IDESP, do CPDOC, do IUPERJ, do Museu Nacional e de tantas e tantas outras instituições de pesquisa e pós-graduação.

Vejo muita semelhança entre os comentários de Sérgio Miceli sobre os obstáculos enfrentados pela Fundação Ford e os problemas que eu mesmo encontrei na Finep. De um lado, a enorme desconfiança política dos possíveis beneficiários, justamente céticos do papel do Estado nessa área; de outro, as resistências

internas à própria Finep e a necessidade de recrutar e treinar técnicos para gerenciar a nova área de atuação. Semelhante, também, era a necessidade de "camuflar" os projetos de Ciências Sociais. Lembro-me de que o primeiro pedido de apoio institucional para o IUPERJ, em 1977, foi por mim incluído, na documentação que seguia para a Seplan em Brasília, entre os projetos do Instituto Militar de Engenharia e da Embraer. Lembro-me, também, de que o apoio inicial ao CEBRAP teve de ser intermediado pela FUNDAP de São Paulo, para burlar os censores de plantão, em 1978.

Não havia, no entanto, uma divisão de trabalho entre a Ford e a Finep, no sentido de que a Ford apoiasse alguns poucos centros de excelência, enquanto as principais agências nacionais de fomento, como a Finep, cuidassem de inúmeras instituições e entidades menos prestigiosas. O apoio preferencial dessas agências era também para *os mesmos centros de excelência*; o que ocorria era que, àquela época (meados de 1970 a meados de 1980), a abundância de recursos permitia o financiamento de muitas outras instituições, além daquelas prioritárias. A Ford foi sem dúvida pioneira, mas o trabalho de institucionalização das Ciências Sociais foi coletivo.

Também não se deve esquecer que a criação da ANPOCS não é tão caudatária da atuação, sem dúvida importante e marcante, de Kalman Silvert. Lembro-me de que a idéia de criação de uma associação surgiu, pela primeira vez, durante o Seminário sobre Indicadores Sociais do Desenvolvimento Nacional na América Latina, organizado por Cândido Mendes, em maio de 1972, no Rio de Janeiro. Durante esse encontro, conversas informais de cientistas sociais brasileiros começaram a esboçar o assunto, e fui então encarregado de redigir um texto e a minuta do estatuto da futura associação, o que fiz no segundo semestre do mesmo ano. Esse material foi distribuído, tendo também sido por mim apresentado aos participantes do 1º Encontro Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais, realizado em Fortaleza, em janeiro de 1973, recebendo forte apoio e algumas sugestões. Reformulados, os textos foram novamente distribuídos para muitos colegas

Tendo nessa época viajado outra vez ao exterior, perdi contato com o assunto. Ao regressar em 1975, constatei que o projeto original, ainda que modificado, havia prosperado com novas lideranças, que nos conduziram à reunião de constituição da ANPOCS, realizada no IUPERJ em 1977. Como diretor da Finep, logo assinei com a nova associação, em fevereiro de 1978, o seu primeiro convênio, repassando recursos para que ela pudesse, de fato, começar a operar.

Ora, a história da Fundação Ford é digna de nossos louvores, e o trabalho das instituições aqui representadas é merecedor de nosso respeito. Tudo isso foi feito, e muito bem feito, com esforço e alguns sacrifícios. Mas, se a Ford está bem e, com seu apoio, as instituições também, como está a Ciência Social propriamente dita?

Infelizmente, há muito desapareceram o entusiasmo e o otimismo, quase evangélicos, dos primeiros anos. A crise da tradição marxista, o enfraquecimento das escolas anglo-americanas, os desastres das políticas econômicas salvacionistas de origem acadêmica, o fracasso dos paradigmas alternativos de vida curta, o virtual desaparecimento da pesquisa quantitativa, a generalização do ensaísmo: tudo nos levaria a "crer em nada". E isso sem falar na rápida e assustadora barbarização de vários setores da sociedade brasileira, especialmente o educacional.

E no entanto, apesar disso tudo, navegar é preciso...

Talvez, quem sabe, parte da desesperança que sentimos enquanto cientistas sociais — não enquanto cidadãos, pois esta é uma outra questão — resulte da necessidade de uma identificação mais cautelosa do nosso próprio objeto de análise. Um diagnóstico sumário, sujeito a chuvas e trovoadas, apontaria para a modesta penetração da filosofia analítica anglo-americana nas Ciências Sociais brasileiras, e a pouca importância por nós atribuída às questões e aos desafios colocados pela filosofia da linguagem em geral, por exemplo.

Pessoalmente, estou convencido de que muitos dos problemas com os quais lidamos são na verdade de natureza lingüística, resultantes do uso indevido e pouco rigoroso de nosso instrumento

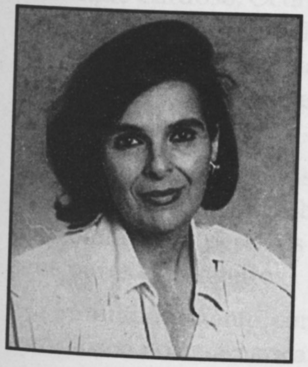
de trabalho — o português (ou o inglês, etc., conforme o caso). Questões, portanto, que precisam ser esclarecidas, e não explicadas; questões que precisam ser dissolvidas, e não resolvidas; questões que devem desaparecer não com o descobrimento de respostas, mas com o reconhecimento de sua falta de sentido, de seu *nonsense*. Os problemas surgem, dizia Wittgenstein, quando a linguagem entra em férias.

Esse tipo de problemática, no entanto, não se aprende, salvo raras exceções, com uma dessas bolsas, ditas "sanduíche", do CNPq, com um doutorado tipo *fast food*. Ela requer uma "refeição completa", degustada com calma numa boa universidade, como permitiam as bolsas de antigamente.

Minhas dúvidas e frustrações quanto ao estado atual das Ciências Sociais, portanto, não resultam de uma simpatia irracionalista, tão em voga no baixo clero, nem de um anarquismo epicurista, veladamente vivenciado por alguns de nossos melhores cardeais. No fundo, *faute de mieux*, continuo um rabugento positivista. Também não sou um cético renitente, até porque "crer em nada" é, para mim, um exercício mental que supera minhas possibilidades cognitivas. E me faz lembrar um apropriado diálogo de Lewis Carrol entre Alice e o Rei, em "*Através do Espelho*". Olhando o horizonte, o Rei pergunta se Alice vê os mensageiros, e ela responde: *I see nobody on the road*. O Rei, agastado, declara: *Quem me dera ter olhos assim. Capazes de ver Ninguém! E a tanta distância! Ora, o máximo que eu consigo ver, com esta luz, é ver alguém de verdade*. Quem me dera, acrescento eu, ser capaz de "crer em nada", e poder descansar. Não sendo possível, quem sabe o apoio ao estudo sistemático dessas armadilhas lingüísticas poderia constituir-se em mais um desafio para o belo currículo da Fundação Ford?

A Fundação Ford e o CPDOC

Celina Vargas do Amaral Peixoto



Celina Vargas do Amaral Peixoto,
Diretora-geral da Fundação Getúlio Vargas,
é uma das fundadoras do
Centro de Pesquisa e Documentação
Histórica (CPDOC) da FGV
do qual também foi diretora.

Até a década de 1960 as Ciências Sociais no Brasil estavam voltadas basicamente para a construção de um modelo desenvolvimentista que, tanto no campo econômico como no público, traduzia o tom otimista reinante no continente.

O desenvolvimentismo e a democracia levavam as Ciências Sociais a se preocuparem mais com o futuro que começava a se esboçar, já que, no presente, a perspectiva de crescimento estava garantida.

Com as dificuldades institucionais a partir do final da década de 1960, decorrentes da quebra do modelo político até então vigente, as Ciências Sociais se voltaram, com o objetivo de explicar o presente e entender o processo histórico, para uma procura dos erros e acertos cometidos no passado.

Até aquele momento as Ciências Sociais no Brasil e os seus principais representantes, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Maria Isaura Pereira de Queiroz, para citar apenas alguns, tinham construído a sua própria análise histórica, realizando um esforço para reunir dados e informações capazes de fornecer o contexto dos problemas a serem estudados.

Alguns desses cientistas sociais organizaram, sem apoio institucional, a sua própria base bibliográfica, configurada em enormes bibliotecas pessoais que causavam estranheza e espanto a seus pares estrangeiros.

Simultaneamente, começou a se tornar conhecido o grupo de estudiosos norte-americanos a que se chamou de brasilianistas.

Este termo foi criado dentro da Associação dos Historiadores Latino-Americanistas dos Estados Unidos, para designar o estudioso, o especialista em Brasil.

Sem entrar nas razões e motivações da formação do grupo de brasilianistas, gostaria apenas de relembrar algumas condições da época. Em primeiro lugar, havia um interesse evidente do governo dos Estados Unidos em aprofundar o conhecimento histórico sobre os países latino-americanos. Foram dados recursos para a reprodução e publicação de livros no campo da História da América Latina. Do ponto de vista dos resultados, os estudos realizados revelaram grande capacidade de sistematização de dados e de organização de fontes primárias, ao articular as informações existentes em arquivos públicos e privados.

Os brasilianistas se beneficiaram do livre acesso não só a documentos e a arquivos, como também a protagonistas da história brasileira que se dispuseram a lhes dar seus depoimentos. Trouxeram uma alternativa para o trabalho historiográfico, voltando a temas esquecidos ou abandonados. Sua principal contribuição foi divulgar dados e métodos de trabalho mais sistemáticos, que os pesquisadores brasileiros não conheciam ou não praticavam.

Na década de 1970 surgem no Brasil alguns centros de documentação voltados para a pesquisa histórica: em 1971, o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas; em 1972, o Centro de Memória Social Brasileira do Conjunto Universitário Cândido Mendes; em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Assiste-se também à revitalização de alguns centros mais antigos. É ainda no início da década de 1970 que começa uma aproximação entre alguns centros preocupados com a memória nacional e com as Ciências Sociais e a Fundação Ford.

Em 1974, é criado no Brasil o Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS), com o objetivo de estimular a preservação e a divulgação da documentação relativa às Ciências Sociais e de

aumentar a cooperação entre especialistas em documentação e cientistas sociais no Brasil e no exterior. Esse grupo era formado por representantes da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) e da Casa de Rui Barbosa.

Através de subgrupos de trabalho nas áreas de História Oral, Preservação e Restauração de Documentos, Guia de Fontes da História do Brasil e Bibliografia, Biblioteca e Informação, o GDCS envolvia mais de 25 instituições incluindo museus, bibliotecas, arquivos, agências governamentais e programas de ensino e pesquisa em Ciências Sociais.

Com essa estrutura organizacional, o GDCS pôde, em meados da década de 1970, manter uma federação de instituições com capacidade para fornecer orientação no processo de tomada de decisões governamentais, desenvolver uma rede entre serviços de documentação e usuários e promover objetos que não recebiam naturalmente financiamento governamental. Tratava-se, na verdade, de um grupo capaz de refletir sobre políticas públicas no campo da cultura.

Desnecessário dizer que a montagem do GDCS, do qual participei como diretora do CPDOC, resultou do esforço de Richard Morse enquanto representante da Fundação Ford no Rio de Janeiro. Uma das preocupações fundamentais de Morse sempre foi a de criar instrumentos para desenvolver o ensino e a pesquisa no campo das Ciências Sociais. Coube ao CPDOC desenvolver a área de História Oral, implantando um programa e responsabilizando-se pela organização de dois cursos de padrão internacional, um no Rio e outro em Brasília, e pela montagem de uma rede de instituições no setor.

O Programa de História Oral do CPDOC foi criado com o propósito de complementar as fontes escritas, reconstituindo as etapas de diferentes trajetórias de vida. Entendíamos que a História Oral desempenharia no futuro um papel decisivo, provavelmente equivalente ao da documentação tradicional. O depoimento gravado é também um documento e representa um veículo de recuperação dos fatos históricos. Hoje, podemos dizer que o

Programa de História Oral foi uma das experiências bem-sucedidas do CPDOC. Sua influência alcançou outras instituições no Brasil, e expandiu-se no meio acadêmico a prática de pesquisas que utilizam a História Oral como caminho para obtenção de dados e informações e como objeto de estudo.

O Programa de História Oral do CPDOC foi o resultado de um subgrupo do GDCS, organizado sob a inspiração e com o apoio financeiro da Fundação Ford. Mas o próprio esforço para a criação do GDCS veio ao encontro de uma demanda anterior: a necessidade de permitir o acesso público a uma documentação que já vinha sendo consultada por poucos pesquisadores nacionais e estrangeiros. Foi com essa preocupação que o CPDOC foi criado. Além desta reflexão, devo dizer, o CPDOC surgiu de uma preocupação que envolvia a minha cultura familiar.

Os arquivos de Getúlio Vargas e de Ernâni do Amaral Peixoto, meu avô e meu pai, sempre foram tratados como um grande patrimônio familiar. No final da década de 1960 e início da de 1970, era constante a presença de pesquisadores estrangeiros e brasileiros na casa de minha mãe para consultá-los. Era uma consulta precária, sobre a mesa da sala de jantar. Às vezes dois, três ou quatro estudiosos consultavam ao mesmo tempo os volumes do arquivo Vargas, que foram organizados por minha mãe. Eu sabia que não era possível manter um acervo dessa natureza fechado a um público mais amplo. E, mais ainda, sabia que outras famílias tinham problemas semelhantes, conservando grande quantidade de documentos sem nenhum tratamento, sem preservação. Muitos desses arquivos eram consultados sem o necessário cuidado e estavam sendo destruídos. Muitos estavam sendo desmembrados entre familiares.

Foi assim que nasceu o CPDOC, uma instituição que pretendia promover:

1. a associação entre pesquisa e documentação, de modo a criar uma infra-estrutura para o desenvolvimento do conhecimento;
2. uma visão multidisciplinar, presente já no recrutamento de seus quadros, formados por historiadores, sociólogos e cientistas políticos;

3. a organização e utilização de uma fonte específica de informação — os arquivos privados de homens públicos que atuaram no período privilegiado da História do Brasil. Nesse período, é preciso lembrar, a comunicação se fazia pela linguagem escrita, e os homens públicos tinham uma boa formação intelectual.

O CPDOC permaneceu com duas áreas básicas de atuação, a documentação e a pesquisa, e não investiu na área de ensino. Entretanto, seus pesquisadores, conforme obtinham os graus de mestre e doutor, iam se posicionando na área acadêmica como professores universitários. De alguma forma essa teia contribuiu para a difusão da idéia de associar a documentação à pesquisa no campo da História e das Ciências Sociais no Brasil.

O CPDOC foi originalmente subordinado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, dirigido por Themistocles Cavalcanti e depois por Afonso Arinos de Mello Franco. Destes diretores, recebeu apoio e incentivo.

A base de seu financiamento veio de recursos orçamentários da própria Fundação Getúlio Vargas, e seu primeiro apoio internacional veio da Fundação Ford. No entanto, a ampliação da programação do Centro só se deu realmente em 1976, com o substancial aporte de recursos do governo brasileiro, provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), através da Finep.

Se a base institucional do CPDOC foi dada pela FGV, e se os recursos financeiros chegaram com o suporte da Finep, o incentivo inicial veio da Fundação Ford. Esse estímulo se traduziu não tanto em recursos financeiros, mas no reconhecimento de uma estratégia comum que encorajava o estudo da História como base de enriquecimento de programas de ensino e pesquisa nas Ciências Sociais.

A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais Brasileiras: a Experiência do IUPERJ

Elisa Pereira Reis

Elisa Pereira Reis, Doutora em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology (mit) e professora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

A análise da construção institucional, intelectual e política das Ciências Sociais brasileiras como parte das comemorações dos trinta anos de atuação da Fundação Ford no Brasil dá a medida da centralidade dessa instituição em nossa trajetória. Meu ponto de partida, portanto, é que a seriedade do compromisso da Ford com o desenvolvimento da comunidade científica nos exime da obrigação de converter esse evento em rito encomiástico. A homenagem que podemos prestar à Fundação Ford é a avaliação crítica da história que ela compartilha conosco.

No caso particular do IUPERJ, a Fundação Ford foi cúmplice e testemunha de nossos acertos e desacertos. E, tudo somado, permitam-me a imodéstia de concluir que, sem margem de dúvida, os acertos superam de muito os desacertos. Como quer que seja, meu tributo pessoal à Fundação Ford será enfatizar a dimensão crítica no exame da trajetória do IUPERJ.

Refletir sobre o IUPERJ nesse contexto constitui para mim uma tarefa ambígua. Fui instada a proceder a uma "análise, balanço e testemunho pessoal". Isso pressupõe algo assim como ter que lidar com a Santíssima Trindade ou com a Dialética: falar de três pessoas em uma. Porque se trata disso, de falar das Ciências Sociais no Brasil, de uma instituição particular nesse cenário e de minha inserção pessoal nos contextos nacional e institucional, já que são estes contextos que informam minha ótica, que, apesar disso, segue sendo minha ótica, minha visão pessoal. E, se os "dados" sobre o IUPERJ são "oficiais", porque são os que constam de nossos arquivos, as interpretações e as especulações neles inspiradas são absolutamente pessoais.

Devo esclarecer também, nestas preliminares, os parâmetros históricos de minha vinculação ao IUPERJ. Fui aluna do mestrado em Ciência Política no período 1970-71. Depois, entre o trabalho na PUC/RJ, na EBAP/FGV e o doutorado nos Estados Unidos, fui ocasionalmente professora visitante no Instituto. Só a partir de 1980 passei a integrar o quadro docente permanente.

O IUPERJ surgiu em 1963 como uma associação privada para fins de pesquisa sobre a realidade social brasileira, dentro da estrutura institucional da Sociedade Brasileira de Instrução. Nas origens era mais um ideal de pesquisa com estatuto jurídico. Aos poucos, a instituição começou a funcionar como ponto de convergência de jovens cientistas sociais. Tudo indica que quase todos, tendo sofrido com o golpe de 64 a frustração da política como vocação, aparentemente se voltaram para a ciência como *second best*. Contudo, o tempo e o apoio original da Fundação Ford se encarregariam de fazer dela a verdadeira vocação de um grupo que viria a desempenhar papel estratégico na consolidação da pesquisa e do ensino pós-graduado em Ciências Sociais no Brasil.

A proposta institucional — que seria a originalidade e o trunfo do IUPERJ — de combinação de pesquisa e ensino de pós-graduação fora da estrutura universitária emergiu em 1967, como resultado das primeiras negociações com a Fundação Ford, e resultaram na assinatura do primeiro convênio para o período 1967-69. Assim, foi a partir da associação com a Ford que o IUPERJ inaugurou o programa de mestrado em Ciência Política. Os preparativos se iniciaram já em 1967, e a primeira turma do mestrado teve início em 1969. Muitos dos alunos dessa primeira turma já estavam engajados nas atividades de pesquisa da instituição, e a simbiose entre ensino e pesquisa foi bastante acentuada nos primeiros anos. O exame dos arquivos mostra como os temas das teses aprovadas se vinculavam, em larga medida, aos projetos de pesquisa mais amplos em andamento na instituição.

O impacto dessa íntima relação entre pesquisa e ensino foi notável: tratava-se de uma iniciativa inovadora, iniciativa que

viria concorrer para estabelecer e consolidar um *ethos* de pesquisa, rompendo assim com a tradição eminentemente ensaística das Ciências Sociais. Não insinuo aqui que antes não se pesquisava no Brasil. Seria ocioso lembrar os vários trabalhos pioneiros que fazem parte do acervo das Ciências Sociais brasileiras, e seria absurdo ignorar a tradição paulista em pesquisa empírica. Mas, afirmo sim, o caráter pioneiro dos que contribuíram para esse acervo, e contraponho a isso a inauguração de um novo modelo, um novo paradigma, se quiserem; um modelo que faz da pesquisa metódica e sistemática a rotina do cientista social.

A valorização do empirismo era um corolário dessa nova postura. E o testemunho eloqüente dela aparece no título do periódico lançado pela IUPERJ em 1966 (*Dados, Revista de Ciências Sociais*). A revista foi, na origem, o órgão de divulgação por excelência da produção de pesquisa do Instituto, mas esteve aberta desde então à colaboração da comunidade de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros.

Em 1973, o IUPERJ começa a expandir sua proposta de ensino com a implantação do programa de mestrado em Sociologia. O que poderia parecer a princípio uma expansão trivial, simples ampliação do quadro de professores para abarcar uma área vizinha e quase indistinta da Ciência Política, implicava, de fato, compromissos mais profundos. A inclusão da Sociologia na programação do IUPERJ significou uma alteração na estratégia institucional de modernização das Ciências Sociais que tinha sido o modelo da década de 1960, estratégia que contara com o apoio da Fundação Ford.

Esse modelo expressava uma opção por "novas" disciplinas, isto é, em vez de tentar modernizar os programas de Ciências Sociais ou de Sociologia já existentes no país, tratava-se de criar espaços institucionais para introduzir a Ciência Política e a Antropologia. Aluna da graduação em Sociologia e Política da UFMG, nos idos de 1966, eu achava que a Ciência Política era invenção da Ford Foundation, já que era ela que sustentava a autonomização do Departamento de Ciência Política, o DCP.

Estratégia inteligente de reforma seletiva, pois criou canais paralelos em vez de investir nas velhas estruturas acadêmicas, a modernização das Ciências Sociais tinha inicialmente deixado de lado a Sociologia, que constituía a identidade disciplinar mais tradicional das Ciências Sociais no Brasil.

E quando, uma vez mais em uma *joint-venture* com a Fundação Ford, o IUPERJ optou por disciplinar o mestrado em Sociologia, optou também por um modelo diferente de recrutamento do quadro docente-pesquisador. Enquanto no programa de Ciência Política houve o propósito explícito de propiciar ao núcleo básico de professores um treinamento extremamente homogêneo, quando se criou o segundo mestrado apostou-se em um recrutamento mais heterogêneo. A idéia parece ter sido que, tendo já consolidado um núcleo mínimo de professores treinados em um pequeno número de universidades americanas de primeira linha, era agora possível ampliar o quadro com um recrutamento mais heterogêneo, na medida em que o treinamento do quadro docente perdia prioridade. Essa mudança de estratégia se tornaria mais clara em 1977, quando, agora com o apoio decisivo da Finep, o IUPERJ ampliou significativamente seu quadro de professores-pesquisadores.

Quando, quase uma década mais tarde (1980), implantou-se o programa de Doutorado em Ciências Sociais, com concentração em Sociologia ou Ciência Política, a preocupação inicial com a formação homogênea do quadro docente havia desaparecido para dar lugar à preocupação oposta: a diversificação das experiências formativas e opções epistemológicas. O aprofundamento dessa nova orientação teria lugar em meados da década de 1980 quando, deliberadamente, se buscou a contratação de profissionais orientados para disciplinas mais ou menos vizinhas tais como a História, a Antropologia, a Literatura. Sensível à necessidade de renovação intelectual e permeável aos ventos da interdisciplinaridade que sopram de dentro e de fora, o IUPERJ rompeu definitivamente com a marca original da homogeneidade intelectual que caracterizara a sua gênese.

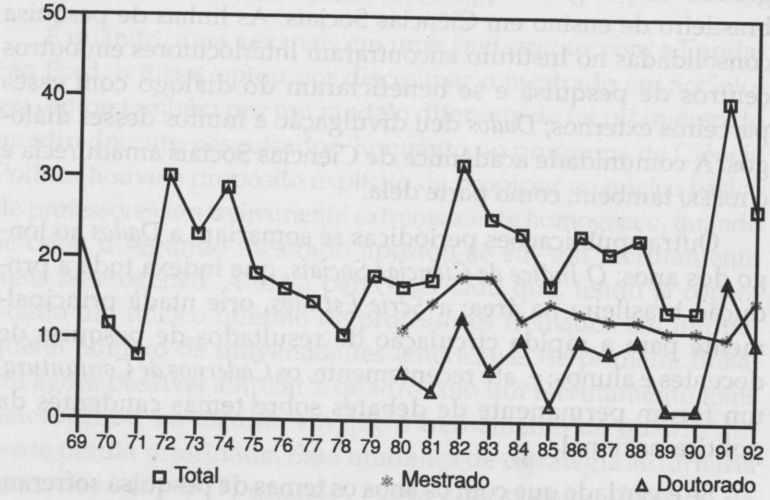
Ao longo dessa trajetória, gerações de novos professores e pesquisadores foram formadas, a estrutura curricular, as ementas e os programas de disciplinas do IUPERJ inspiraram novos programas de pós-graduação e influenciaram reformas no sistema brasileiro de ensino em Ciências Sociais. As linhas de pesquisa consolidadas no Instituto encontraram interlocutores em outros centros de pesquisa e se beneficiaram do diálogo com esses parceiros externos; *Dados* deu divulgação a muitos desses diálogos. A comunidade acadêmica de Ciências Sociais amadurecia e o IUPERJ também, como parte dela.

Outras publicações periódicas se somariam a *Dados* ao longo dos anos: *O Índice de Ciências Sociais*, que indexa toda a produção brasileira na área; a *Série Estudos*, orie ntada principalmente para a rápida circulação de resultados de pesquisa de docentes e alunos; e, até recentemente, os *Cadernos de Conjuntura*, um fórum permanente de debates sobre temas candentes da política nacional.

Se é verdade que com os anos os temas de pesquisa sofreram alterações significativas, é possível identificar ao longo dessas quase três décadas uma relativa continuidade no que diz respeito às linhas de investigação. Assim, por exemplo, o estudo do comportamento do eleitor brasileiro constitui, desde as origens, uma preocupação permanente do IUPERJ. Isso se evidencia tanto na contínua oferta de disciplinas nessa área, como na produção de livros, teses e relatórios de pesquisa sobre todos os pleitos eleitorais que tiveram lugar no Brasil desde 1966.

Outro exemplo claro de continuidade transparece na oferta de disciplinas e produção de conhecimentos sobre a estrutura social brasileira, aqui incluídos estudos sobre raça, educação, gênero, estrutura ocupacional, etc. Relações internacionais, pensamento político brasileiro, comportamento empresarial, políticas públicas e estruturas de governo, política científica são igualmente áreas de pesquisa tradicionalmente contempladas no IUPERJ. *Last but not least*, a pesquisa teórica básica, tanto em Sociologia quanto em Ciência Política, ocupou sempre um lugar

Gráfico I
Estudantes admitidos na Pós-Graduação
Mestrado e Doutorado — 1969 a 1992



central na agenda de ensino e pesquisa do Instituto. Eu diria mesmo que a tônica no ensino de teoria constitui uma das marcas registradas do IUPERJ. É aqui, talvez, que melhor se pode ver a influência que a Instituição exerceu ao longo de sua história na estrutura universitária nacional.

Para concluir esta breve descrição da trajetória institucional e intelectual do IUPERJ, recorro a alguns dados que aqui se prestam tanto para minha descrição, como também para qualificá-la. Como ponto de partida, lembro que o IUPERJ surgiu como uma instituição de pequeno porte e se manteve fiel a essa opção que internamente foi sempre vista como um *asset*. Assim, uma vez consolidada a estrutura docente, o número de professores permanentes se fixou em torno de dezoito. A esse quadro se agregam professores visitantes variáveis, em média dois por semestre, recurso através do qual se busca inovação constante na estrutura de ensino.

Tabela I
Candidatos aprovados segundo o ano de ingresso
1969-1992 — IUPERJ

Ano	Total Geral	Total Mestrado	Total Doutorado	Mestrado Sociologia	Mestrado C. Política	Doutorado Sociologia	Doutorado C. Política
Até 1979	205						
1980	17	12	5	5	7		5
1981	18	15	3	6	9	3	
1982	33	19	14	7	12	7	7
1983	25	19	6	9	10	3	3
1984	24	13	11	4	9	4	7
1985	18	16	2	5	11		2
1986	25	15	10	6	9	4	6
1987	22	14	8	3	11	2	6
1988	24	14	10	4	10	4	6
1989	14	12	2	6	6		2
1990	14	12	2	6	6	1	1
1991	39	11	18	3	8	6	12
1992	27	16	11	9	7	4	7
TOTAL	505	188	102	73	115	38	64

O número de alunos admitidos por ano também tem oscilado (Gráfico I). No total (Tabela I), o IUPERJ admitiu 505 alunos entre 1969 e 1992. Desse total, cerca de dois terços tinham formação prévia em Ciências Sociais, Sociologia ou Ciência Política, um quarto foi treinado anteriormente em outras Ciências Humanas, enquanto 12 por cento vieram de outras áreas (Gráfico II). As informações sobre a origem geográfica dos alunos nos permitem sugerir que o programa de pós-graduação do IUPERJ tem tido um impacto considerável na formação de professores, pesquisadores e administradores, mais além do âmbito local. Assim, a clientela da pós-graduação se distribui significativamente entre os Estados do Centro, do Norte e Nordeste, mas também inclui outros Estados (Gráfico III). Também expressivo tem sido o número de alunos estrangeiros, sendo a Argentina e o Uruguai os países mais representados.

Gráfico II
Origem acadêmica dos alunos de Mestrado e Doutorado do IUPERJ

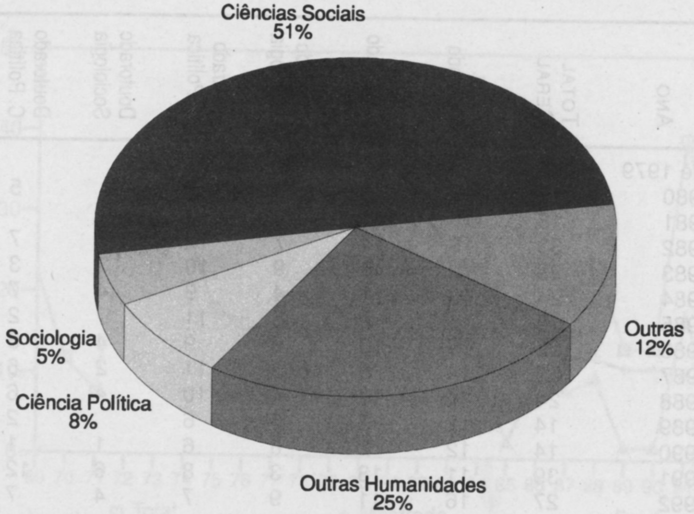
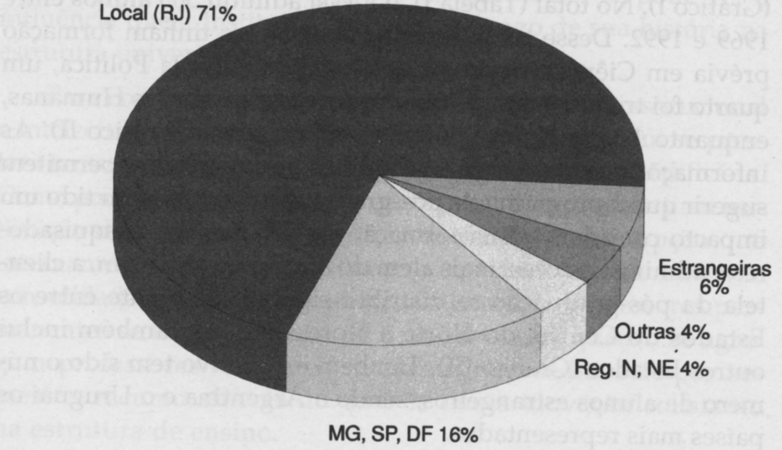
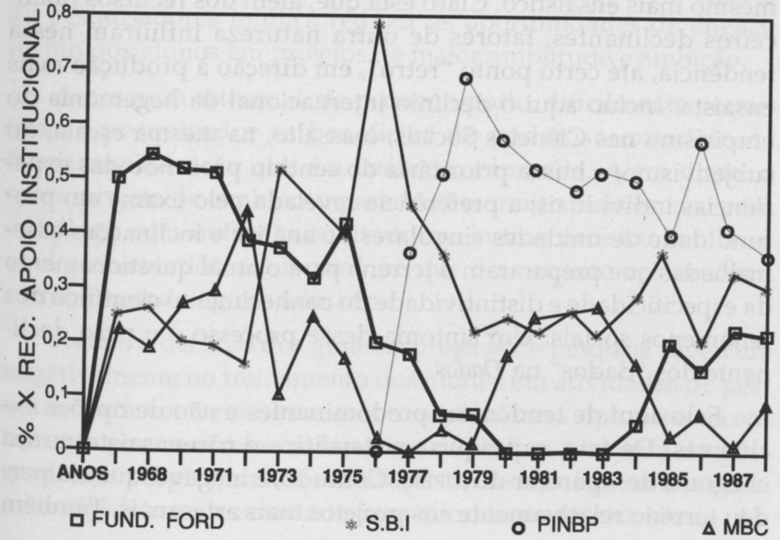


Gráfico III
Origem geográfica dos alunos de Mestrado e Doutorado do IUPERJ



Quanto aos dados relativos a financiamento, o Gráfico IV permite ver como evolui a participação relativa das principais fontes de receita entre 1968 e 1988. O aporte da Fundação Ford foi decisivo nas origens do IUPERJ e se manteve elevado nos primeiros dez anos de vida do Instituto, embora tenha deixado de ser a principal fonte de financiamento já em meados da década de 1970, quando a Sociedade Brasileira de Instrução, instituição mantenedora do IUPERJ, assumiu a liderança. A entrada da Finep no rol dos financiadores correspondeu a um declínio ainda mais acentuado da participação da Fundação Ford que, entre 1980 e 1983, suspendeu o apoio de natureza institucional ao IUPERJ. Esse apoio foi retomado a partir de 1984 e compensou em parte o declínio da participação da Finep. A contribuição do MEC manteve-se em níveis bem inferiores aos dos demais financiadores, mas assegurou a continuidade do financiamento de bolsas concedidas aos alunos, assim como o custeio de parte das atividades que dizem respeito à infra-estrutura de ensino.

Gráfico IV
Participação das principais Agências no financiamento do IUPERJ — apoio institucional



Ao longo dessas quase três décadas, o número de pesquisadores não pertencentes ao quadro docente permanente foi muito mais oscilante que o de professores, refletindo mais a estrutura de oportunidades de financiamento que uma agenda de pesquisa pré-fixada. O período de expansão máxima do quadro de pesquisadores coincidiu com o momento de maior dinamismo da economia brasileira no passado recente, a segunda metade da década de 1970. O Relatório publicado em julho de 1979 relaciona 37 pesquisadores não-docentes. A década de 1980, caracterizada pelo progressivo encolhimento de recursos para Ciência e Tecnologia, forçou o IUPERJ a exercer continuamente sua capacidade de adaptação. Assim, o quadro permanente de pesquisadores foi extinto, dando lugar à contratação temporária por projeto.

O redimensionamento da pesquisa se deu também em outro sentido: mais e mais os macroprojetos de investigação, envolvendo equipes numerosas e, muitas vezes, orientados para propósitos comparativos, cederam lugar aos projetos artesanais, de pequeno porte. Ante a incerteza ou simples inexistência de recursos para projetos de pesquisa de maior porte, a pesquisa no IUPERJ assumiu um caráter muito mais "autoral", mais "artesanal", ou mesmo mais ensaístico. Claro está que, além dos recursos financeiros declinantes, fatores de outra natureza influíram nessa tendência, até certo ponto "retro", em direção à produção mais ensaísta. Incluo aqui o declínio internacional da hegemonia do empirismo nas Ciências Sociais; o assalto, na mesma escala, do subjetivismo; a busca prioritária do sentido profundo das experiências individuais; a preferência revelada pelo exame em profundidade de unidades singulares de análise e inclinações assemelhadas que prepararam o terreno para o atual questionamento da especificidade e distintividade do conhecimento científico dos fenômenos sociais. Um sintoma desse processo é o peso declinante dos "dados" na *Dados*.

Falo aqui de tendências predominantes e não de opções exclusivas. De fato, a pesquisa sistemática e não-ensaísta nunca chegou a desaparecer do IUPERJ. Contudo, é inegável que ela perdeu terreno relativamente aos projetos mais artesanais. Também

perdeu espaço, como conseqüência da reorientação ou retraimento das fontes de financiamento, a pesquisa de caráter mais básico, mais voltada para a geração de conhecimentos teóricos, que tinha sido um dos pontos fortes do treinamento propiciado pelo IUPERJ.

Como é natural, essa mudança de ênfase no perfil das pesquisas produzidas pelo IUPERJ apresenta custos e benefícios. Pragmaticamente, o aspecto mais positivo, ainda que também o mais prosaico, refere-se simplesmente ao fato de que a mudança em questão permitiu ao Instituto sobreviver, produtivamente, em épocas de acentuada escassez de recursos. Assim, pode-se concluir que a capacidade de redefinir tarefas de pesquisa atesta a flexibilidade do Instituto na definição de sua pauta de atividades, sem dúvida um indicador de sucesso no processo de institucionalização.

Observa-se também que, no limite, ao restringir os custos da pesquisa à manutenção do pesquisador, a nova situação permitiu aos mais talentosos maximizar sua liberdade e, como conseqüência, sua criatividade. Mas, em termos acadêmico-institucionais, os custos foram também consideráveis, e a Instituição tem buscado com grande esforço, mas nem sempre com sucesso, fazer frente a esses custos. A simples eliminação de um quadro regular de pesquisadores implica reduzir as oportunidades de engajamento dos alunos em projetos de maior amplitude e ambição.

A pesquisa artesanal, de pequeno porte, dificilmente permitirá ao pesquisador se beneficiar do poderoso exercício de desparoquialização que é a análise comparada. Além disso, o macroprojeto de cunho comparado abre muito mais espaço para o diálogo com outros pesquisadores, outros projetos similares aqui e no exterior, até mesmo no que diz respeito aos procedimentos metodológicos adotados.

Assim, o declínio dos grandes projetos de pesquisa repercute negativamente no treinamento dos alunos em atividades de pesquisa. Para contornar esse e outros problemas optou-se recentemente por uma reforma bastante radical na estrutura da pós-graduação. O programa de mestrado foi redefinido, tornando-se mais rápido e mais orientado para a formação teórica básica. Ao

mesmo tempo, converteu-se em etapa quase automática de preparação para o doutorado, que, por sua vez, assumiu uma feição nitidamente mais tutorial, estreitamente vinculada à atividade de pesquisa do doutorando.

Esse modelo não me parece porém garantir automaticamente a socialização dos alunos na prática da pesquisa. Sobretudo porque, uma vez mais, a ausência de projetos mais abrangentes, que poderiam permitir a um professor-pesquisador engajar diversos orientandos em subprojetos articulados, tende a exacerbar as características "autorais" do modelo tutorial. É verdade que o novo formato permite aos mais talentosos maximizar sua liberdade, liberando-os de uma carga mais pesada de cursos de formação.

Entretanto, do ponto de vista nacional e institucional, parece-me mais importante assegurar a qualidade do trabalho de um grande número de pesquisadores. Mais ainda, se é verdade que o IUPERJ, junto com suas instituições congêneres, contribuiu significativamente para formar quadros docentes para o sistema universitário, na minha percepção ele não esgotou a tarefa de formar equipes de pesquisadores que poderiam revitalizar a universidade brasileira. Falar disso nessa conjuntura de escassez de recursos financeiros e de esperanças pode parecer descabido. Mas não é assim; afinal, se não acreditarmos na vocação progressista da ciência, não teremos como justificar nosso engajamento nela. A academia burocratizada, rotinizada, que não aposta na ampliação e divulgação do conhecimento científico, nega a vocação universalizante da ciência.

É preciso não perder de vista, porém, que o progressismo da ciência radica no seu compromisso com o rigor, com a sistematicidade, com a busca da generalização. A adesão às causas nobres, a opção pelos temas candentes do momento é também, naturalmente, parte da agenda progressista, e não podem ser descurados. Mas, da perspectiva da instituição acadêmico-científica, o elemento distintivo, o compromisso de base, deve ser o desenvolvimento científico. E esse é um compromisso coletivo, uma preocupação em formar grupos, equipes, massa crítica e não a aposta no talento individual. Quero crer que em grande parte

os elementos de sucesso na experiência do IUPERJ se devem, sobretudo, à adesão a valores acadêmico-científicos por parte da instituição e dos órgãos que lhe deram apoio intelectual e material.

O papel desempenhado pela Fundação Ford nesse sentido foi crucial. A meu ver, o IUPERJ ilustra bem o êxito da estratégia inicial da Fundação Ford que privilegiava projetos institucionais de produção científica. Com a Ford compartilhamos padrões de excelência acadêmica, com ela contamos para formar um primeiro grupo de professores-pesquisadores cuja formação homogênea foi decisiva para a consolidação inicial do IUPERJ. Com ela continuamos a contar para financiar pesquisas de tese de nossos alunos. Também tem sido crucial seu apoio no sentido de assegurar-nos o acesso à produção internacional, através da aquisição de livros e periódicos pela Biblioteca. E com ela esperamos contar a curto e a longo prazos para enfrentar os obstáculos que se antepõem à plena maturação da produção brasileira em Ciências Sociais.

Na minha opinião, é hora de resgatar a importância da pesquisa teórica básica, de macroprojetos de investigação que nos informem sobre a sociedade brasileira e não apenas sobre casos singulares ou pequenos grupos. Também me parece vital contar com a parceria da Fundação Ford para aprofundar a desparoquialização da produção acadêmica brasileira, seja com o acesso à produção estrangeira, da pesquisa comparada, ou projetos em associação com pesquisadores e instituições estrangeiros. Quero crer que apostando nessas escolhas, quando um novo balanço tiver lugar, digamos, dentro de dez ou vinte anos, vamos juntos recontar uma história de sucesso, uma história de filantropia que mudou os rumos das Ciências Sociais no Brasil.

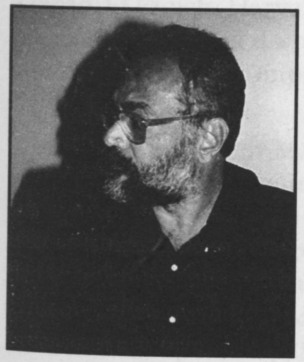
os elementos de sucesso na experiência do IUPERJ se devem, sobretudo, à adesão a valores acadêmico-científicos por parte da instituição e dos órgãos que lhe deram apoio intelectual e material.

O papel desempenhado pela Fundação Ford nesse sentido foi crucial: a meu ver, o IUPERJ ilustra bem o êxito da estratégia inicial da Fundação Ford que privilegiava projetos institucionais de produção científica. Com a Ford compartilhamos padrões de excelência acadêmica, com ela contamos para formar um primeiro grupo de professores-pesquisadores, cuja formação homogênea foi decisiva para a consolidação inicial do IUPERJ. Com ela continuamos a contar para financiar pesquisas de tese de nossos alunos. Também tem sido crucial seu apoio no sentido de assegurar nosso acesso à produção internacional, através da aquisição de livros e periódicos pela Biblioteca. E com ela esperamos contar a curto e a longo prazos para enfrentar os obstáculos que se antepõem à plena maturação da produção brasileira em Ciências Sociais.

Na minha opinião, é hora de resgatar a importância da pesquisa teórica básica, de macroprojetos de investigação que nos informem sobre a sociedade brasileira e não apenas sobre casos singulares ou pequenos grupos. Também me parece vital contar com a parceria da Fundação Ford para aprofundar a desparoquialização da produção acadêmica brasileira, seja com o acesso à produção estrangeira, da pesquisa comparada, ou projetos em associação com pesquisadores e instituições estrangeiros. Quero crer que apostando nessas escolhas, quando um novo balanço tiver lugar, digamos, dentro de dez ou vinte anos, vamos juntos recontar uma história de sucesso, uma história de filantropia que mudou os rumos das Ciências Sociais no Brasil.

A Experiência do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Departamento de Antropologia do Museu Nacional

Gilberto Velho



Gilberto Velho, Professor Titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ.

Certamente uma das áreas que mais se beneficiaram da atuação da Fundação Ford foi a Antropologia Social. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia do Museu Nacional foi criado a partir do *grant* nº 68-479 (12.6.1968), no valor de US$ 229,000.00. Os cursos foram inaugurados em agosto daquele ano associados ao projeto de pesquisa *Estudo Comparativo de Desenvolvimento Regional* com atuação no Nordeste e no Brasil Central.

O Departamento de Antropologia do Museu Nacional já possuía uma longa história, com uma forte tradição de pesquisa e de intercâmbio internacional. A Antropologia Social constituía um dos seus setores juntamente com Lingüística, Arqueologia, Etnologia e Antropologia Biológica. Já há alguns anos os professores Luiz de Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira vinham desenvolvendo esforços para dinamizar a Antropologia Social, pela implementação de projetos de pesquisa e de cursos de especialização. O Projeto Harvard/Museu Nacional, na área de Etnologia, com a presença do professor David Maybury-Lewis foi certamente uma etapa importante nesse processo com resultados ricos e significativos.

Aliás, o professor Maybury-Lewis teve papel importante na criação e implantação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, tanto nas negociações preliminares junto à Fundação Ford quanto por sua atuação como docente e pesquisador, nos primeiros anos de funcionamento da Fundação. Indiscutivelmente, foi a liderança do professor Roberto Cardoso de Oliveira, apoiado pelo professor Luiz de Castro Faria, que

possibilitou a criação e o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Continuou, depois de se ter afastado do Museu Nacional, a desempenhar o seu papel de semeador e organizador da moderna Antropologia em outros centros universitários, como a UnB.

Nos anos que se seguiram, o nosso Programa passou por crises, dificuldades e momentos difíceis de natureza política, financeira e administrativa. Os coordenadores que sucederam ao professor Roberto Cardoso de Oliveira, começando pelo professor Roberto DaMatta, se empenharam em garantir a sobrevivência de um programa de ensino e pesquisa de alto nível num país conturbado, com problemas particularmente graves na área universitária e científica. A partir de 1975 passamos a contar com o apoio institucional da Finep, à medida que a Fundação Ford ia diminuindo gradativamente o volume do seu apoio financeiro, de acordo com uma orientação política de caráter mais geral. Certamente o apoio significativo de uma agência governamental brasileira, na época dirigida pelo Dr. José Pelúcio Ferreira, foi um grande alento material e simbólico. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, dentro de suas dificuldades, oscilava no seu grau de interesse e apoio efetivo a programas como o nosso, que, de certa forma, se adiantavam em relação à universidade. Só em 1975 conseguimos estabilizar o corpo docente com a contratação pela UFRJ de cinco de nossos professores. Até aquele momento apenas três de nós eram professores da UFRJ, enquanto os outros dependiam inteiramente das verbas da Fundação Ford e da Finep.

Temos vivido nos últimos dois anos talvez o nosso período mais difícil desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, diante das dificuldades, cortes e atrasos na liberação de verbas do governo federal, seja através da Finep com seu apoio institucional, seja através do CNPq e da CAPES, principalmente no tocante às bolsas de alunos e pesquisadores. Desde 1986 a Fundação Ford voltou a aumentar sua contribuição para nossas atividades, embora indiscutivelmente hoje a nossa principal dependência seja em relação ao governo brasileiro. Com a

minha experiência pessoal de atual vice-presidente da SBPC posso atestar a fragilidade e precariedade dessa situação. A Fundação Ford continua, portanto, a desempenhar um papel fundamental para a continuidade do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. O apoio às pesquisas e à biblioteca, uma das melhores do país na área de Ciências Sociais, é mais do que nunca imprescindível. Não há como minimizar a possibilidade de perda desse apoio.

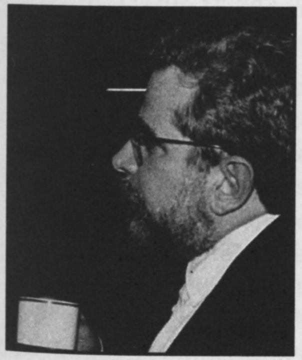
Nestes 24 anos o Programa de Pós-Graduação formou 175 mestres e 32 doutores. Realizou centenas de pesquisas, publicou livros e artigos no Brasil e no exterior, em várias áreas da Antropologia Social como Etnologia, Antropologia Urbana, Sociedades Camponesas, Religiões, Etnicidade, Minorias, Teoria Antropológica, etc. Essa produção tem merecido reconhecimento pela comunidade científica nacional e internacional. Os nossos ex-alunos encontram-se espalhados pelo Brasil, atuando em suas principais instituições de ensino e pesquisa. Creio que não chega a ser despropositado afirmar que o conhecimento da sociedade e da cultura brasileiras aumentou e se complexificou significativamente através desse empreendimento, a que se associou desde o início a Fundação Ford. Por outro lado, a formação de quadros altamente qualificados constitui-se em outra preciosa contribuição em um país que carece dramaticamente de pessoal qualificado em áreas estratégicas da sociedade.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social não é uma instituição isolada. Interage não só com seus congêneres acadêmicos, mas com a sociedade civil através de sindicatos, movimentos sociais, associações de bairro. Trata-se, portanto, de um conhecimento vivo, que, de várias maneiras, está presente no dia-a-dia da sociedade brasileira, no debate de seus grandes problemas e questões. É nesse sentido que entendemos o papel da atividade acadêmica e do que se convencionou chamar de pesquisa básica. Produz-se conhecimento, formam-se pesquisadores e cientistas, enriquece-s e o patrimônio do país e da humanidade.

A atividade do PPGAS tem ocorrido dentro de um movimento mais amplo das Ciências Sociais e Humanidades. A atividade científica articula-se com preocupações de ordem ética e política. Durante a ditadura militar e nos anos que se seguiram, sentimo-nos parte de um setor da sociedade brasileira que luta pela democracia e pela justiça social. Temos consciência de nossas limitações, mas sabemos de nossos compromissos com o destino de nossa sociedade.

THE FORD FOUNDATION AND THE DEPARTMENT OF ECONOMICS OF PUC-RIO, 1977-1992

Marcelo de Paiva Abreu



Marcelo de Paiva Abreu, Professor e Diretor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Departmental history

For some 15 years, after its foundation in 1963 the Department of Economics of the Catholic University of Rio de Janeiro had no graduate program, concentrating its activities in offering a B.A. in Economics. In 1977 a small group of full time professors newly admitted to the University launched a graduate program in the Economics. This initial group was gradually reinforced to reach around 12 economists who typically had obtained their PhD in leading universities in the UK or the US.

The first group of graduate students was admitted in 1978. When steady state was reached after three years, the Department had about 400 undergraduate students and 50 graduate students either pursuing courses or writing their M.A. dissertations. Students are admitted through a nationwide competitive examination. The Department's size has been roughly maintained until now. Typically 15-20 percent of the graduate students come from other Latin American countries.

Undergraduate teaching has been assured by a combination of full time staff, part time staff (about twelve) and teaching assistants (about ten). Former B.A. students are employed in the private sector as well as in government. Graduate teaching has involved the cooperation of visiting professors and part time staff. All graduate students receive scholarships for 5 semesters. A steady output of about 10 M.A. dissertations yearly has been maintained since 1982. Many dissertations were awarded prizes in national competitions. More than 150 of former M.A. students

are now working in the private sector, in government and in universities or research centers. A substantial number of former M.A. students have studied or are studying abroad, following PhD programs in most cases in leading universities. There now 25 students in this situation.

Staff turnover is relatively high as many of the Department staff members have been recruited to occupy important positions in the Federal Administration. Staff recruitment, which is a Departmental responsibility, has been generally targeted to attract young PhDs.

The Department graduate program has always been rated among the top departments of economics in Brazil since it was first evaluated in 1980 by the Ministry of Education. Undergraduate study has been also obtaining top marks in unofficial evaluations.

Research and teaching

Research activities were from the start characterized by a strong commitment to policy-oriented topics. This has resulted in influential work both from a scholarly and a policy viewpoint especially in relation to stabilization problems in a semi-industrialized economy.

Research fields in which the Department's output is of recognized excellence include stabilization policies (inflation and open macroeconomic aspects), public sector economics, trade and foreign investment policies, labor economics, finances, macro economic policy and economic history.

Commitment to a wide ranging research program results in the involvement of a significant proportion of graduate and undergraduate students in research assistance. This is an essential element in the training of the best graduate students. M.A. dissertations also reflect departmental emphasis on policy-oriented work.

Such a commitment to a policy-oriented research agenda implies an active role in the economic debate by many members

of the staff and consequently an influential role in economic policy decision-making in many issues. It is also natural that temporary government service for some Department staff members is a frequent outcome of such a process.

The mix of research output which is varied, partly as a reflection of the plurality of views among the staff, ranges from books and scholarly articles, more frequently in Brazilian or Latin American leading economic journals, to newspaper articles. Policy-orientation interferes with the tradeability of scholarly output but, while publication in the foremost international specialized journals has never been an explicit departmental objective, a significant number of articles in major journals as well as books or chapters of books in the main academic presses have been published.

Funding problems

The Department is in the atypical position — compared to most research and teaching centers of excellence in Brazil — of being in a private university which is partly financed by students' tuition and fees.

Since the graduate program began in 1977 it has received grants from the Federal government, which initially covered staff salaries and part of the administrative costs of the Department, but from the mid-1980s have been limited to salaries which have been falling quite dramatically: present levels for full professors are around US$ 1,400 monthly equivalent. As central government fiscal difficulties became chronic from the mid-1980s, such Federal transfers became increasingly unpredictable and it has not always been possible for the university to absorb such delays or shortcomings. So, not only have salaries been declining but payments have been delayed. Moreover, the institutional arrangement which has made possible federal transfers to the Department is fragile and its life expectancy uncertain.

The university provides office and classroom space, certain basic services on an extremely modest scale and the payment of part time staff involved in undergraduate teaching. To cover other expenses such as research assistantships, visiting scholars, documentation acquisition, information retrieval, computer support, graduate fellowships for foreign students and current administrative costs, as well as to invest and supplement salaries, the Department depends on funding generated by its research activities. The provision of consulting services mainly to government or public enterprises plays a part in such funding but the major role is played by foundations, and especially by the Ford Foundation.

The significant fall in real salaries has put particular pressure on the Department's traditional commitment to an institutional format where members of staff typically have a single stable and permanent institutional link. It has been departmental policy to keep these under control as well as the payment of salary supplements unrelated to additional institutional research work.

The fall in salaries also led to a decreasing incentive to undertake academic research of a less applied nature as members of the staff tend to accept more consulting work to recoup at least partially their losses.

The role of the Ford Foundation

The Foundation has extended to the Department a series of grants beginning in 1979. These have been specifically targeted to the development of research capability and teaching in the area of international economics.

The Foundation has been contributing in the more recent period with the equivalent of about US$ 100,000 yearly to the Department's budget if earmarked funding related to documentation and research workshops is excluded. This corresponds to about 15 percent of the Department's total budget excluding opportunity costs related to the use of university facilities.

These grants have made possible the visit of foreign specialists, the payment of scholarships of foreign students, the creation and operation of a specialized documentation center connected with statistical data bases worldwide and the dissemination of academic output in the form of working papers.

Grants have also made a limited contribution to supplementing wages but this has been markedly reduced in the recent past. In certain cases funding has been essential to make possible payment of basic salaries of newly recruited staff members on a temporary basis as other sources of finance were unavailable or required lengthy administrative procedures.

The efficient running of the Department in relation to communications and equipment maintenance has also relied heavily on the Foundation's funding as domestic sources are particularly deficient in providing funds for such purposes. In a crucial moment Foundation support was vital to allow the upgrading of computing equipment purchased abroad. The spin-off from such moves cannot be overestimated. Part of the purely administrative costs are also funded by the Foundation.

Foundation grants achieved their aims by assuring access of staff to information through documentation retrieval in its various forms and direct contact with foreign scholars in workshops as well as with visiting scholars. Research capability in international economics was created or improved, networking was extended in Brazil, in developed and other developing countries, in international organizations such as the World Bank, the IMF, the GATT and IDB. International exposure of a significant number of members of the staff made a difference in terms of research agenda and quality of output. These influences were fed into the process of selecting M.A. dissertation themes and supervising the work of graduate students. Ford Foundation support, based on recognition of the quality of the department's research and teaching also made it easier to raise additional funding elsewhere.

Increased research capability in international economics was especially concentrated in open macroeconomics, trade policy,

foreign investment and financial history. In the field of open macroeconomics research work developed to encompass domestic fiscal constraints as a particularly important aspect of the foreign debt question in many Latin American economies. Work on structural adjustment policies in Latin America has served as a basis for work on similar problems faced by Sub-Saharan African economies. Research work on commercial policy has included topics related to: multilateral trade negotiations developed in the GATT and interests of different participants; the origins, timing, consequences and limitations of trade liberalization programs in Brazil and other developing countries. The role of foreign investment in Brazil's foreign economic policy and several topics in Brazil's trade and finance history have also been studied.

Perspectives

The Department expects to be capable of continuing to provide first class teaching both at the graduate and undergraduate levels, to maintain the volume and quality of scientific output as well as the relevance of its research agenda and, consequently, to influence economic policy decision-making. The problem is how to reach such objectives in a context of high uncertainty both in the university and in the country.

Much of the Department's institutional energy is now devoted to detailing the PhD program to be offered from December 1992. Previous plans to launch such a program had been shelved because uncertainty and instability of funding impaired plans to expand the number of staff. The PhD program is now seen as a crucial stage in the renewal of the research agenda. It will be based on a blend of teaching of theory and quantitative methods in compulsory courses with courses in specialized fields which will reflect the accumulated knowledge related to policy-making.

For the doctoral program to be feasible four additional staff members will have to be recruited. There are obvious funding

problems related to this move, especially when Federal funds cannot be assured and are in any case dwindling. On the other hand, departmental control of the recruitment process — which many see as the main department strength — will assure that new members of the staff will contribute to the upgrading requirements entailed by the new graduate program.

problems related to this move, especially when federal funds cannot be assured and are in any case dwindling. On the other hand, departmental control of the recruitment process — which many see as the main department strength — will assure that new members of the staff will contribute to the upgrading requirements entailed by the new graduate program.

A Fundação Ford e as Áreas de Sociologia e Economia no Nordeste

Silke Weber

Silke Weber, Professora do Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Um exemplo de sucesso da linha educacional da Fundação Ford é, sem dúvida, o apoio que deu, no período 1968-1977, ao PIMES/UFPE. Apoio esse que se concretizou tanto na formação de seu corpo docente, como no intercâmbio científico, ou na montagem da infra-estrutura mínima para o seu funcionamento — acervo bibliográfico, telefone, máquinas elétricas.

Gostaria, pois, de mencionar sumariamente a importância desse apoio da Fundação à consolidação de uma iniciativa de formação pós-graduada na área da Sociologia e da Economia, que havia sido iniciada, com o auxílio da SUDENE, no então Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, em 1963, sob a forma de Cursos de Especialização em Teoria e Pesquisa em Sociologia e em Economia, cujo êxito também a credenciara, a partir de 1966, à ajuda da USAID.

A participação da Ford permitiu reforçar e consolidar a perspectiva científica da Sociologia e da Economia, que de forma incipiente começava a se desenvolver através de pesquisas que davam suporte à ação da SUDENE, seja na área educacional, de formação de recursos humanos, seja na área agrícola, seja na área industrial, contrapondo-se à perspectiva bacharelesca ou especulativa que marcava, na época, a área de Ciências Sociais na UFPE.

O apoio à formação de docentes, ao intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, concretizado mediante bolsas para o doutorado na Europa e nos Estados Unidos, na realização de seminários e conferências, na vinda de professores visitantes de prestígio nacional e internacional, não somente criou

uma massa crítica e atualizou preocupações de pesquisa, mas, também, permitiu a construção de uma rede de relações, responsável até o presente pela participação ativa de integrantes do PIMES na definição de políticas de ciência e tecnologia, na seleção de projetos de pesquisa, no delineamento de linhas editoriais e na constituição ou reativação de sociedades científicas.

Desde o início das atividades do PIMES, até hoje, na área de Sociologia foram defendidas 96 dissertações de Mestrado e expedido um grande número de certificados de especialização. Na área de Economia foram 86 dissertações de Mestrado e, no recente Doutorado, seis teses. Isso representa uma contribuição considerável para a renovação de ambas as disciplinas em Pernambuco e outros Estados do Nordeste. Por trás dessa produção de mestres e, agora, de doutores, estava o crescimento do número daqueles que, membros dos Departamentos de Ciências Sociais e de Economia, ou por eles absorvidos, com bolsas da Fundação e de outras instituições financiadoras, foram buscar no exterior ou em outros Estados do Brasil a sua formação em nível de doutorado.

Por isso mesmo é que o PIMES, em meados da década de 1970 e durante a década de 1980, foi o grande formador do corpo docente de várias universidades do Nordeste, melhorando consideravelmente o nível da graduação, especialmente da UFPE, bem como do corpo técnico de instituições governamentais de intervenção, tais como a SUDENE, a Comissão para o Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEP), a Fundação para o Desenvolvimento da Área Metropolitana do Recife (FIDEM), INCRA, CHESP, ou ainda de pesquisa, como a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e também de instituições não governamentais que se constituíram no aprofundamento da luta em favor da democracia, tais como o Centro Josué de Castro, o IPESPE e o Centro Luís Freire. Além disso, o PIMES/Sociologia foi o núcleo que possibilitou a criação dos Mestrados em Antropologia e em Ciência Política, na década de 1980, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

Pode-se dizer que, durante todo esse período, o PIMES foi um fórum importante de debate sobre questões relativas à mudança social na área da educação, nas relações de produção no mundo rural, nas relações de poder, na estrutura ocupacional e familiar, na ordem jurídica, nas manifestações culturais, cujos registros são encontrados sob a forma de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais. Nesse sentido, não se pode esquecer a extensa lista das *Comunicações*/PIMES, indo da série de Textos para Discussão (com mais de cem títulos), a das *Comunicações* (34 títulos), às de livros e de teses, editadas pelo próprio Programa e/ou outras editoras.

O Programa continua, na atualidade, como referência, sobretudo para os que se dedicam ao estudo de questões relativas à família e à educação, áreas que deverão reforçar a sua contribuição com a instalação do doutorado em Sociologia, que deverá ocorrer em 1993.

O efeito multiplicador da ação da Fundação Ford no campo de Ciências Sociais não ficou, no entanto, restrito apenas às áreas da Economia e da Sociologia. Parece importante computar como um dos resultados de sua presença na Universidade Federal de Pernambuco, pela flexibilidade e sensibilidade para contemplar as especificidades das demandas institucionais, a criação e desenvolvimento da Pós-Graduação em Psicologia, por um docente do PIMES/Sociologia — Waldecyr Araújo, doutor com bolsa da Ford, cuja produção na área cognitiva tem contribuído para que políticas educacionais tenham a qualidade como cerne.

As transformações por que passaram as Ciências Sociais no Nordeste e o estágio que alcançaram até agora devem, sem dúvida, creditar à Fundação Ford a participação que teve na institucionalização do PIMES. Indiretamente, esses efeitos ainda repercutem hoje no grupo numeroso de egressos do Mestrado em Sociologia, docentes e não docentes, atualmente em programas de doutoramento no Brasil e no exterior, os últimos com a perspectiva de rápida absorção por universidades e instituições de pesquisa.

Os trinta anos de Fundação Ford representam, certamente, um pilar importantíssimo para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Oxalá a comemoração desta data, em circunstâncias internacionais e nacionais bem distintas daquelas de sua instalação no país, suscite a reflexão sobre os novos horizontes que precisam ser buscados pelas Ciências Sociais entre nós nos dias de hoje.

TRINTA ANOS DA FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL: Um testemunho com alguma análise

Juarez Rubens Brandão Lopes

Juarez Rubens Brandão Lopes, Professor-titular dos departamentos de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP).

O papel da Fundação Ford no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, durante as três décadas de sua atuação, só pode ser adequadamente apreendido no contexto das grandes mudanças que ocorreram nessas áreas, no período. Mais ainda, parece-me que uma apreciação equilibrada da importância de sua ajuda, desde a primeira hora, à recém-formada Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS, só pode ser obtida levando-se em conta o conjunto das atuações da Fundação, na formação pós-graduada[1] junto aos centros independentes, e no auxílio a pesquisas.

A Fundação soube perceber qual deveria ser, em cada momento, a sua prioridade. Porém, mais que isso, os representantes, técnicos e consultores da Fundação, em contínuo contato com cientistas sociais brasileiros, souberam ver as mudanças que afetavam a nossa ciência social e souberam definir bem a atuação da Fundação. Com recursos modestos, se comparados ao total que de todas as fontes vai para as Ciências Sociais no Brasil, souberam ter uma influência sobre o curso da mudança, muito maior do que seria de se esperar.

É preciso, portanto, delinear a transformação que as Ciências Sociais sofreram nas últimas décadas. Farei isso de um ângulo

1. Apenas menciono a ação da Ford na formação pós-graduada no exterior, por não ter dados nem familiaridade com essa sua área de atuação. Tenho a impressão de que foi especialmente importante no que diz respeito a certos centros (DCP e IUPERJ) e à área de Ciência Política. Observo apenas que uma Ciência Política em moldes modernos no Brasil é relativamente mais recente do que a Sociologia e a Antropologia, e que se tornou madura bastante depressa. A contribuição daqueles dois centros para isso foi importante.

necessariamente subjetivo, usando com liberdade as indicações de Sérgio Miceli aos expositores quando lhes pedia "misto de *análise-balanço-testemunho*".

Focalizo, de início, o período anterior a 1962 e apenas as três disciplinas centrais da ANPOCS — a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. No contraste com o presente, considero apenas alguns aspectos gerais da situação daquelas disciplinas (o volume e a formação de seus praticantes, a sua distribuição espacial e a freqüência e tipo de interação entre eles) e um pouco o tipo de trabalho que era produzido. Tudo isso é feito de uma forma extremamente impressionista e com as limitações — distorções? — da memória e aquelas provocadas pela minha inserção particular naquele período no mundo acadêmico.

Os cientistas sociais eram em número muito menor e estavam mais concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro, havendo uns poucos dispersos em cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. A sua formação era diversificada, e, comparando-se com hoje, a influência da Ciência Social contemporânea de fora (sobretudo americana, inglesa e francesa, mas também alemã), direta ou indiretamente, era proporcionalmente maior. Os líderes da profissão, e aqueles que começavam a despontar como líderes, ou se haviam doutorado na Faculdade de Filosofia da USP, um doutorado ainda extremamente marcado pelos mestres franceses, ou se haviam doutorado nos Estados Unidos (influência principalmente da Escola de Sociologia e Política de São Paulo).

Se pensarmos na interação formal, acadêmica, entre os cientistas sociais, ela era infreqüente, raramente congregando cientistas de Estados diferentes. De fins de 1954 a 1962, lembro-me de quatro eventos que ultrapassaram os limites estaduais: O 1º (São Paulo, 1954) e o 2º Congressos de Sociologia (Belo Horizonte, 1961), o Congresso dos Americanistas, também em 1954, em São Paulo, e o seminário internacional, no Rio de Janeiro, em 1959, sobre "Resistências à mudança — Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento", organizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, criado sob o patrocínio da UNESCO.

Na realidade, os grandes debates acadêmicos formais se davam nas defesas públicas das teses (de doutoramento, de livre-docência e de cátedra). As argumentações das argüições e defesas eram memoráveis, e eram muitas vezes lembradas e rediscutidas em aulas ou informalmente pelos professores.

Era um ambiente intelectual vivo e sofisticado, mas de pequenas dimensões; dificilmente poderia ser dito que tivesse âmbito verdadeiramente nacional. A interação mais ampla dava-se através dos livros e das revistas, poucas e de vida curta, ou não especializadas; num momento a *Sociologia* ou a *Revista do Museu Paulista*, noutro a *Revista de Estudos Políticos* ou a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, de Belo Horizonte, ou ainda uma revista literária e de cultura geral, a *Anhembi*.

Sob o aspecto substantivo da produção científica daquele período, a década de 1950 e o início da de 1960, gostaria apenas de lembrar dois traços, traços esses talvez mais marcados na Sociologia do que nas outras duas disciplinas. O primeiro era a procura das "especificidades" da sociedade brasileira, fosse na situação racial, na estrutura de classes ou em qualquer outro aspecto que o cientista estivesse pesquisando. Outro traço era uma preocupação marcante com os aspectos macrossociológicos da situação, com o "desenvolvimento", palavra que aparecia com enorme freqüência nos títulos das obras escritas naquele período, e que era visto como uma transformação estrutural global. Qualquer que fosse a principal influência teórica do pesquisador — a marxista, a weberiana ou a de teorias da modernização — os esforços para apreender as especificidades e os aspectos "macro" eram visíveis.

Nos últimos anos desse período, o trabalho intelectual nas Ciências Sociais passou a refletir de forma crescente a maré montante do processo político-social, que pode ser simbolizado pelo debate sobre reformas estruturais ("reformas de base" na presidência de Goulart). Tudo isso — procura de especificidades, interesse macro e maior engajamento político, bem como uma clara influência "latino-americana" sobre as nossas Ciências Sociais — gerou nos anos imediatamente posteriores a 1964 as

contribuições de cientistas brasileiros sobre dependência. Essa "teoria" passou a constituir o quadro macrossociológico dentro do qual se procurava colocar os fenômenos específicos que se estudava. Mas estou me afastando do tema principal...

Se passarmos agora para a década de 1970, percebe-se uma situação muito diferente nas Ciências Sociais brasileiras. Posso ser mais breve, uma vez que se trata de um período ainda presente na memória de todos. Assinalo dois fatores bastante díspares que, embora originados na década anterior, foram ter os seus efeitos mais marcantes sobre as Ciências Sociais na década de 1970 (a rigor, a partir de 1969): as vicissitudes do regime militar e a explosão da pós-graduação.

Antes de mais nada, de 1969 a 1974, foram as Ciências Sociais marcadas pela atmosfera opressiva do momento mais duro do regime militar, e em seguida, por uma década após 1974, sem que esse clima abrandasse significativamente no que diz respeito às atividades acadêmicas, pela longa "abertura", com todos os seus ziguezagues. Em segundo lugar, e concomitantemente, foram elas atingidas pelas conseqüências do enorme aumento da pós-graduação, resultado das reformas dos estudos universitários na década anterior.

Esses dois fatores afetaram as Ciências Sociais em todas as suas dimensões: não só a formação dos professores universitários, como a pesquisa, tanto nos seus temas como nas suas metodologias. Com a democratização, em um novo contexto, perduraram muitos dos efeitos daquelas mudanças. Ter-se-ia de conjecturar sobre os efeitos daqueles fatores sobre o indubitável enriquecimento temático ocorrido nas Ciências Sociais desde aquele período, *pari passu*, talvez, com um maior desligamento teórico e, certamente, menor preocupação com a colocação em contextos macro.

Foi naquele quadro de grandes transformações da década de 1970 que a Fundação Ford definiu algumas das suas principais linhas de atuação. Tocarei apenas em algumas delas, das que tenho mais conhecimento, detendo-me um pouco mais na experiência da ANPOCS.

Cumpre falar, primeiramente, da situação da pesquisa. Sempre foi difícil ter dentro da universidade brasileira, na área das Ciências Sociais, pesquisa não individual e sim de equipe, de mais fôlego. As pesquisas individuais dos professores, aquelas que visam às teses e a galgar os degraus da carreira, fazem-se facilmente dentro da universidade, em estreita ligação com toda a sua vida acadêmica. Este ponto de vista é discutível, embora eu ache que os acontecimentos posteriores à democratização confirmam essa idéia, levantando uma série de perguntas sobre as suas razões.

De qualquer modo, porém, o endurecimento do regime militar em 1969, com a cassação dos direitos políticos de professores universitários, atingindo destacadamente as Ciências Sociais, tornou patente a necessidade de serem constituídas formas institucionais alternativas para a pesquisa. No Brasil, a experiência pioneira foi a do CEPRAP, seguida depois de alguns anos pela de outros centros, como o CEDEC, o IDESP, etc. O apoio da Ford a esses centros independentes (ao CEPRAP desde o início) significou seguramente um reforço fundamental à pesquisa social no Brasil, evitando em muitos casos que algumas das melhores expressões da Ciência Social brasileira fossem para universidades estrangeiras. Isto ocorreu, mas teria ocorrido em maior escala não fosse a criação desses centros. Creio que o prejuízo à formação de novos professores e pesquisadores nas Ciências Sociais — mormente num momento em que as turmas de pós-graduandos se avolumavam — teria sido apreciável, não fosse a criação desses centros independentes.

Devemos salientar que vencida aquela conjuntura política, na década de 1980, aquela forma institucional para a pesquisa (centros independentes, agora em estreita colaboração com as universidades) provou ser permanente, após mudanças em suas estruturas e programas. Algumas de suas características marcantes permanecem, tais como a constituição de equipes interdisciplinares de tamanhos manejáveis, uma pesquisa mais em contato com os problemas do planejamento público, e, às vezes, com as atividades privadas. Algumas formas institucio-

nais universitárias que surgiram na década de 1980, quais sejam, alguns centros da USP e os Núcleos na UNICAMP, têm traços semelhantes, quero crer, com aqueles centros independentes originados na década de 1970. Eles são interdisciplinares, dedicam-se exclusivamente à pesquisa e congregam professores e pesquisadores vinculados a vários departamentos. Assim, alguns centros independentes, apoiados pela Ford, se tornaram estruturas permanentes do panorama brasileiro, ao mesmo tempo que as próprias universidades desenvolveram instituições similares.

Mas chegou o momento de dedicarmos a nossa atenção à ANPOCS e aos programas da Fundação Ford a ela atinentes. A criação da ANPOCS liga-se à segunda metade da década de 1970, quando já fazia alguns anos que o regime procurava, tortuosamente, cada vez mais pressionado pela sociedade civil, caminhos para uma abertura política controlada. Mas é fácil esquecermos hoje as incertezas daquele momento. O simples fato de se conseguir criar uma associação nacional, fora da estrutura institucional oficial, era uma aventura e uma vitória.

A iniciativa partiu de centros privados, sobressaindo-se o IUPERJ e o CEBRAP, e respondia à visão de que o crescimento dos programas de pós-graduação estava a exigir — e ao fato de que o momento político propiciava – novas formas de discussão das questões de ensino *e* de pesquisa dos pós-graduados nas Ciências Sociais. A Ford, desde o início, deu o seu apoio à iniciativa. A primeira reunião foi num dos centros, o IUPERJ, no Rio de Janeiro, onde se elegeu uma diretoria provisória (Francisco Weffort como presidente), mas a segunda reunião já foi na USP.[2] Respondendo à necessidade de atrair para a Associação os programas de pós-graduação, reunia-se e se elegia a primeira diretoria, na casa que tinha um dos programas mais prestigiosos do país.

2. Weffort havia sido pesquisador do CEBRAP, mas no momento estava apenas vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Na reunião da USP foi eleito primeiro presidente da ANPOCS.

A ANPOCS, associação de centros de pesquisa e de pós-graduação (afiliados coletivos, portanto), abriu desde o início espaço para a organização de Grupos de Trabalho (os chamados GTs), onde os pesquisadores se organizavam segundo linhas de pesquisa. As reuniões dos GTs durante os encontros anuais desde logo tornaram-se um dos componentes básicos da Associação. Essa forma de organização, inclusive a combinação de uma forma de associação *coletiva* junto a redes de pesquisadores *individuais*, fora inspirada na experiência latino-americana da CLACSO, com as suas comissões e grupos de trabalho, dos quais muitos dos brasileiros haviam participado numa ou noutra qualidade.

O relevante é assinalar o sucesso imediato dos Encontros Anuais da ANPOCS e a rapidez com que a Associação ganhou legitimidade. Já no segundo ano de funcionamento da ANPOCS, 33 Centros e Programas se haviam afiliado. A apresentação de trabalhos nos seus Encontros, muitas vezes trabalhos intermediários de pesquisas pós-graduadas, ou sínteses de seus resultados, passou a ser um evento importante de legitimação das carreiras de toda uma geração de novos cientistas sociais. Respondendo em muitas das suas características às circunstâncias do momento, a ANPOCS criava pela primeira vez um espaço nacional de debate, antes inexistente.[3] Mudando formatos de reuniões, organizando diferentemente os temários, esse espaço atende a uma necessidade permanente. Nada leva a crer que a existência, agora, de reuniões de âmbito disciplinar (exemplificadas pelos encontros da ABEP, ABA, etc.) dispensem os encontros interdisciplinares da ANPOCS. São associações e atividades que se intercruzam, sem superpor funções.

Atendo-me apenas a uma outra atividade central, passo agora a tratar do Concurso Ford/ANPOCS. Na segunda metade da década de 1970, foi criada pela Fundação uma comissão, para

3. Para completar o contraste com a situação anterior a 1962 no tocante à interação entre cientistas sociais, como foi descrito acima, devo mencionar as publicações. Embora desde a década de 1970 existam revistas que provaram ser duradouras (basta citar *Dados* do IUPERJ e os *Estudos/Novos Estudos CEBRAP*), as publicações da ANPOCS (*BIB* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*) preenchem outras necessidades, sendo mais nitidamente interdisciplinares e nacionais.

julgar um concurso de auxílio à pesquisa; o funcionamento dessa comissão provou ser, para o meio brasileiro, singularmente isento de quaisquer considerações que não fossem o mérito ou de natureza universalista. Após alguns anos de funcionamento do Concurso, a Fundação decidiu passá-lo para a administração da própria comunidade acadêmica, através da ANPOCS, mostrando assim quanto a Associação já era vista como legítima representante daquela comunidade.[4]

Há dois aspectos do concurso que me parecem importantes. O primeiro é que, mais do que ocorre com as financiadoras oficiais (CAPES e CNPq), esse concurso deve parecer aos professores e pesquisadores como sendo "seu". Não só no sentido de que a constituição mesma da comissão tem legitimidade e é academicamente acatada, aos olhos de pesquisadores que regularmente se encontram, discutem e formam opinião (nos GTs, nos Encontros e nas Assembléias), mas também porque os membros da comissão discutem e influem sobre os próprios parâmetros do concurso, de um modo que não ocorre nos comitês assessores das financiadoras governamentais.[5]

Em segundo lugar, é importante que ao definir os parâmetros do concurso, que não são rígidos e são mudados de tempos em tempos pela Diretoria da Associação,[6] tem-se tido consciência da complementaridade dele em relação aos auxílios das

4. Na época parecia a alguns de nós que participaram da comissão da Ford que ser o concurso administrado pela Fundação era uma garantia da sua impessoalidade. A manutenção da isenção do julgamento, após a passagem do concurso para a supervisão da ANPOCS, mostra que se criaram normas grupais de isenção, que não foram mais quebradas, mesmo com a renovação dos membros da comissão, feita sempre gradualmente. Outros fatores certamente sustentam essas normas. Desde a necessidade de os membros defenderem as suas notas, numa discussão com seus pares, até o próprio equilíbrio democrático dos Centros afiliados à Associação.

5. A legitimidade das decisões da FAPESP, aos olhos da comunidade, depende de outros fatores (eficiência e o *ethos* que se desenvolveu entre o próprio grupo de dirigentes e altos funcionários), já que os "julgadores" são pareceristas que não se encontram e que são escolhidos por aquele grupo interno.

6. É claro que num dado concurso há latitude para a comissão interpretar os parâmetros e adaptá-los às necessidades do momento.

financiadoras oficiais, quanto ao tipo de pesquisa, tema ou modalidade de auxílio. Durante o regime autoritário, por exemplo, tinha-se consciência de que certos temas, importantes e bem desenvolvidos, tinham menor probabilidade de obter financiamento, e isso era levado em consideração. Outro exemplo: são dadas verbas para trabalho de campo, que não podiam ser cobertas pelos financiamentos oficiais. Ou ainda, mais recentemente, criou-se a modalidade de auxílios para pesquisadores na fase de análise final e redação de suas teses (as "B Fin").

Hoje, financiadoras como a FAPESP (com as suas "linhas temáticas de equipe") e o CNPq (com os "projetos integrados") definem formas de auxílio de maior vulto. Na Associação sente-se que o concurso Ford/ANPOCS deveria ir na mesma direção, com características porém diversas. Discute-se, assim, na ANPOCS se em determinados anos o concurso não deveria contemplar um número menor de auxílios bem maiores, privilegiando projetos sob modalidades que fazem falta hoje às Ciências Sociais brasileiras: integrando, por exemplo, pesquisadores de regiões diversas em projetos de cunho nitidamente comparativo e/ou que utilizem metodologias pouco usuais entre nós (como as quantitativas).[7]

Permito-me, para terminar, repisar alguns pontos: 1) por muitas razões, entre as quais certamente por atenderem necessidades permanentes, certas linhas de ação da Fundação Ford, desenvolvidas para resolver problemas importantes das Ciências Sociais brasileiras em dadas circunstâncias, provaram ser inovações institucionais duradouras e flexíveis; 2) boa parte da razão desse sucesso, parece-me, derivou da forma de atuação da Ford, em diálogo constante com a comunidade científica brasileira, empregando para isso quase sempre cientistas sociais; 3) foi nesse diálogo contínuo que me baseei para apontar de forma provisória algumas das "perspectivas" que estão no texto.

7. Cobrindo, além disso, itens de orçamento básicos, que as financiadoras oficiais não cobrem, pois acham que fazem parte da "infra-estrutura normal" das universidades. É o caso de livros, material de consumo, serviços de secretaria, todos itens essenciais para a pesquisa e que *não* estão sendo providos pelas universidades.

A Fundação Ford e os Estudos Populacionais no Brasil. Análise-Balanço-Testemunho

Elza Berquó

Elza Berquó, Diretora do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Durante as décadas de 1960 e 1970, a interpretação dominante nas agências internacionais e de países desenvolvidos — que o crescimento populacional nos países em desenvolvimento se fazia a taxas relativamente altas e estáveis cujos resultados poderiam inibir o crescimento econômico — levou a que se oferecessem recursos para pesquisas nesses países, visando, primeiro, conhecer melhor a tendência e os determinantes de seu crescimento demográfico e, segundo, interferir nesse crescimento através de políticas populacionais.

Na esfera de preparação de recursos humanos no âmbito acadêmico dos estudos populacionais, a Fundação Ford iniciou suas atividades em nosso país na segunda metade da década de 1960, principalmente por meio de bolsas de estudos no exterior.

Naquele período contava-se com a herança dos trabalhos de Giorgio Mortara, os quais lidavam com os censos demográficos de 1940 e de 1950. O de 1960, por alegados motivos técnicos, só iria ser publicado muitos anos mais tarde, quase no final da década seguinte.

Da perspectiva institucional, dispunha-se, ao nível do IBGE, do Centro Brasileiro de Estudos Populacionais, da Escola Nacional de Estatística e da *Revista Brasileira de Estatística*. Esta última alimentada, em grande medida, pelos estudos de Mortara. O Centro Brasileiro de Estudos Populacionais, hoje Departamento de Estudos de População (DESPO), dava, por sua vez, continuidade às tarefas do Laboratório de Estatística, órgão do Conselho Nacional de Estatística, e que tinha a seu cargo, até o início da década de 1960, a realização de pesquisas e estudos de interpretação dos levantamentos estatísticos brasileiros nos campos demográfico, econômico e social.

A Escola Nacional de Estatística, funcionando desde 1952, prosseguia, no período citado, com sua vocação de tentar consolidar a tarefa de formar analistas demógrafos, pela incorporação da disciplina de demografia formal ao currículo de graduação em Estatística.

Fazia também parte deste cenário o setor de Demografia do Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPEA), criado em 1966, e inserido em um grupo multidisciplinar com a finalidade de fazer o diagnóstico da área e colaborar na elaboração de um modelo econométrico brasileiro, que viria a constituir a base do então Plano Decenal de Desenvolvimento. Transformado posteriormente em uma das unidades de pesquisa do Instituto, ocupou-se de elaborar e promover uma série de estudos, em particular nas áreas de migrações internas e urbanização.

Alguns grupos esparsos dedicados à análise demográfica e integrados em órgãos públicos, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste, completam o quadro institucional de que se dispunha na época.

De cunho acadêmico universitário contava-se com o recém-criado Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP), estabelecido na USP em 1966, anexo ao então Departamento de Estatística Aplicada, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, e cuja origem baseava-se na necessidade de dotar o meio brasileiro de centros universitários de investigação e ensino, especialmente voltados para o estudo das questões populacionais. Os primeiros integrantes do CEDIP, com formação nas áreas de Medicina, Economia, Estatística e Ciências Sociais, receberam bolsas da Organização Pan-Americana da Saúde, e em diferentes universidades americanas credenciaram-se para um doutorado em Demografia.

Do ponto de vista da dinâmica populacional, os resultados do censo de 1970 vieram mostrar que a população brasileira experimentara na década de 1960, ou mais precisamente a partir da segunda metade desta, seu primeiro declínio, passando de 6,2 (valor mantido constante de 1940 a 1960) para 5,6 o número

médio de filhos por mulher. Esse descenso produz uma redução da taxa de crescimento anual da população, a qual se havia elevado na década anterior em decorrência do declínio da mortalidade. Iniciava-se por assim dizer a chamada transição demográfica no Brasil. As migrações internas continuavam seus cursos e o fluxo rural-urbano elevava a taxa global de urbanização.

Com a dupla finalidade de oferecer oportunidade e condições de trabalho de investigação a seus bolsistas, quando do regresso ao país, e atrair, para a pesquisa em população, professores e investigadores com treinamento em campos afins, a Fundação Ford criou, em 1972, um Programa de Bolsas de Pesquisa. Apoiado em um Comitê Assessor composto por personalidades de destaque na área, e sob a inteira responsabilidade da Fundação, o Programa concedeu em apenas seis anos um total de 68 bolsas para investigação. A publicação dos resultados definitivos do censo demográfico de 1970 propiciou farta matéria-prima para os estudiosos da área, ainda mais quando se leva em conta o vazio de dados censitários ocorrido após o levantamento de 1950, pelo atraso na divulgação do recenseamento de 1960. Por outro lado, é implantado no Brasil em 1967, com ajuda financeira da United States Agency for International Development (USAID), o levantamento por amostragem de domicílios, PNAD), inspirado no Plano Atlântida, preparado pelo Bureau de Censo dos Estados Unidos, visando criar um sistema contínuo de base domiciliar capaz de prover informações sobre o quadro sócio-econômico do país. Na década de 1970, várias das PNADs incluem suplementos que contemplam a inclusão de temas demográficos como fecundidade e migração.

Foi um período muito fértil e fecundo no qual a Fundação Ford investiu intensamente nesse campo, contando com um representante especialmente dedicado aos estudos populacionais.

Datam também desse período os primeiros passos para a criação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Através de um programa de apoio à vinda de professores visitantes na sub-área de Demo-

grafia, iniciado em 1971, a Fundação Ford contribuiu para que fossem abertos cursos com o fim de aglutinar economistas interessados nessa especialização. Paralelamente, com suas bolsas de doutoramento, tornou possível o treinamento, em renomados centros do exterior, de um grupo de economistas-demógrafos. De volta ao país, iniciaram eles, em 1974, um importante programa de Demografia com a introdução de uma área de concentração dessa disciplina no mestrado em Economia.

A presença da Fundação Ford se faz também sentir de forma bastante decisiva quando da saída compulsória, pelo AI-5, de professores da Universidade de São Paulo. Criado em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) abrigou alguns pesquisadores da área de demografia que compunham até então o já mencionado CEDIP. Com recursos institucionais da Ford e, específicos para pesquisa, do International Development Research Center (IDRC, do Canadá), o CEBRAP conduziu em meados da década de 1970 a Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana. Essa investigação, dado seu escopo, trouxe consideráveis subsídios para a elucidação de questões básicas da problemática populacional, isto é, das inter-relações entre os diferentes processos de produção e a dinâmica populacional, mediados pelo papel das instituições. Sua concepção e operacionalização em muito se beneficiaram com os avanços de um diálogo estabelecido entre pesquisadores latino-americanos através da Comissão de População e Desenvolvimento do Comitê Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Desde a implantação em 1972, seu grupo de trabalho sobre a reprodução da população contou sempre com uma coordenação técnica exercida por pesquisadores brasileiros.

Em resumo, durante os anos de 1970, a Fundação Ford investiu substancialmente nos estudos populacionais através de bolsas de estudos, concursos de pesquisa e programa de professores visitantes.

Após 1975, esse investimento se daria principalmente através do concurso de pesquisa, uma vez que os outros dois componentes de seu programa já haviam atingido o nível desejado.

É quando a Fundação Ford pensa em transferir a liderança na coordenação do programa de estudos populacionais para uma entidade brasileira de caráter associativo. Essa idéia encontra grande repercussão no meio especializado, o qual, por sua vez, já vinha sentindo e percebendo a necessidade e oportunidade da presença no país de um órgão dessa natureza.

Com o fim de fomentar, ampliar e fortalecer o intercâmbio científico entre os demógrafos brasileiros, como também entre estes e os demais estudiosos das questões populacionais, é criada, em 1976, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais ABEP — como uma associação de indivíduos.

Durante os dois anos seguintes, as relações entre a ABEP e a Fundação Ford, através de seu representante-demógrafo, mantiveram-se muito estreitas, e conjuntamente várias atividades foram programadas e desenvolvidas.

Em meados de 1978 a comunidade científica especializada toma conhecimento da intenção da Fundação Ford de não continuar mantendo por mais tempo um representante na área dos estudos populacionais. Isso causa preocupação e determina uma correspondência assinada por representantes dos mais destacados centros de demografia ao vice-presidente da Fundação Ford. A resposta veio confirmar que as reduções orçamentárias por que passava o Escritório Regional para a América Latina obrigara alguns cortes em atividades e pessoal, sem afetar contudo o interesse pelo programa de população do Brasil. A Fundação continuaria suas atividades, contando para tanto com consultores *ad hoc* sempre que necessário. E foi o que aconteceu: a partir de 1979 a área deixou de contar com um representante.

A passagem do Concurso de Bolsas de Pesquisa para a ABEP se deu de forma gradativa, três anos após sua criação, ou seja, em 1979. Nos dez anos que se seguiram, concursos anuais foram realizados, totalizando aproximadamente uma centena de projetos de pesquisa, incluindo 56 teses de mestrado, 4 de doutorado e 53 projetos na categoria profissional, cobrindo os mais variados temas no âmbito dos estudos populacionais.

O confronto das convocatórias ao longo dos vários concursos permite por si só avaliar a trajetória que foi marcando o desenvolvimento da área.

A percepção e antecipação de novos padrões demográficos, suscitando novas e complexas questões populacionais, passou a exigir maior abrangência multidisciplinar, e enfoques voltados para as implicações dos estudos na configuração e implementação de políticas sociais. Senão vejamos.

Concurso ABEP-FORD — 1979

Visa incentivar a análise dos diversos tipos de fenômenos populacionais, através do financiamento de projetos de pesquisa, cujos temas relacionem-se à Demografia.

Segundo os propósitos do programa, assuntos populacionais abrangem a Demografia e, também, Economia, Sociologia, Antropologia Social, Ciência Política e Ecologia, aplicadas à análise dos fatores determinantes e conseqüências dos processos populacionais, tais como fecundidade, formação da família, mortalidade, migrações e istribuição da população.

Concurso ABEP — 1989

Visa ampliar o conhecimento dos diversos fenômenos populacionais, enfatizando o caráter de formação de recursos humanos e preparação de novos quadros de especialistas.

Segundo os propósitos do programa, estudos populacionais abrangem a Demografia Formal, Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Geografia, História, Ecologia, Biologia e outras ciências, aplicadas à análise dos fatores determinantes e conseqüências dos processos demográficos, tais como fecundidade, nupcialidade, mortalidade, ciclo vital, migrações e organização espacial da população.

O programa sugere, entre outros, os seguintes temas: determinantes e conseqüências dos processos migratórios, inclusive os movimentos internacionais, dinâmica demográfica e pobreza, análise demográfica de segmentos populacionais específicos, como o negro, o índio, o menor, o idoso, população e meio ambiente; transição demográfica.

Servem, ainda, como sugestões as observações abaixo descritas:

— devem ser consideradas, sempre que possível, as implicações dos estudos na configuração e implementação de políticas sociais;

— é interessante que se façam esforços metodológicos, com vistas à inovação dos procedimentos de análise demográfica de pequenas populações;

— considera-se oportuno o enfoque regional do estudo dos fenômenos demográficos;

— enfatiza-se a necessidade de maior utilização de dados de fontes secundárias, em virtude de constituírem caudal de informações ainda não totalmente explorado;

— cabe reafirmar, ainda, a oportunidade e o interesse de apoiar propostas de pesquisa no âmbito da Demografia Formal.

Com o fim de manter um bom padrão de qualidade e garantir o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes áreas temáticas e as diversas regiões do país, a ABEP adotou a prática de realização de seminários para discussão dos resultados alcançados nos distintos projetos aprovados pelo Programa. Com debatedores previamente encarregados de aquilatar os méritos de cada investigação, esses seminários ofereceram sempre enormes oportunidades de melhorar a qualidade, socializar resultados e ter boa matéria-prima para sua revista.

Embora contasse também nos primeiros anos da gestão do Programa com apoio da Finep, a crise econômica que se abateu sobre o país tornou difícil sua manutenção. Com a retirada do suporte financeiro da Fundação Ford, em 1989, o Programa é interrompido, passando a ABEP a repensá-lo, como atesta o Relatório de Atividades do ano de 1989, submetido à Fundação.

O chamado Plano de Estabilização Econômica, implementado pelo governo federal em março de 1990, provocou a retenção de grande parte dos recursos da ABEP, incluindo-se aqueles destinados à manutenção do Programa de Bolsas, referente ao X Concurso de 1989. Diante disso, os compromissos assumidos com os ganhadores do concurso só puderam ser mantidos graças a uma pequena dotação adicional da Fundação.

Por iniciativa da própria ABEP surge, em 1982, uma proposta visando atender a uma necessidade de criar e manter um veículo de comunicação com cobertura nacional, entre a comunidade especializada. Dadas as dimensões continentais do país e a dispersão daqueles dedicados à temática populacional, a *Revista Brasileira de Estudos de População*, como foi denominada, veio, no mesmo ano, ocupar o desejado espaço, oferecendo aos estudiosos da área oportunidade de comunicação e atualização científica através de trabalhos inéditos concluídos, de notas de pesquisas em andamento e de resenhas de obras relevantes recém-publicadas no país ou no exterior.

De periodicidade semestral, a *Revista Brasileira de Estudos de População* encontra-se em seu volume 8, nº 2. Embora tenha contado durante vários anos com o apoio da Fundação SEADE, nas atividades gráficas, e também do CNPq, esses aportes não têm sido suficientes para cobrir todos os custos de sua edição. O suporte da Fundação Ford foi decisivo para que o empreendimento atingisse seus objetivos. De 1985 a 1990 a ABEP contou com expressivas e contínuas dotações para a execução de seu amplo programa editorial, que além da *Revista* inclui também um *Boletim Informativo* trimestral, *Anais de Encontros* bianuais e publicações avulsas de seminários temáticos. Infelizmente, o apoio foi interrompido a partir de 1990.

Visando garantir à ABEP uma base financeira capaz de fazer face aos seus compromissos técnico-administrativos, a Fundação Ford outorgou, em 1982, uma doação em valor igual ao dobro da contraparte brasileira para o mesmo fim.

Desde sua fundação, a ABEP promove a cada dois anos encontros nacionais, os quais permitem traçar um panorama interessante do desenvolvimento dos estudos populacionais no Brasil. Sete encontros já foram realizados, estando o VIII previsto para o ano em curso. A cada evento amplia-se o leque da multidisciplinaridade da área, o que tem contribuído para um enriquecimento de enfoque das questões populacionais. Além disso, tem sido permanente na organização temática desses encontros a preocupação com questões candentes da realidade nacional,

bem como os subsídios para o planejamento das políticas sociais dos avanços no conhecimento especializado. A publicação de Anais do encontro, o que ocorre antes do evento, tem-se constituído em importante fonte documental das etapas de desenvolvimento dos estudos populacionais no país, além de rica matéria-prima para o ensino e a pesquisa.

Seminários temáticos têm feito parte integrante da agenda de preocupações da ABEP, cujos produtos, via de regra, são traduzidos em publicações, amplamente divulgadas no país.

Nestes últimos anos a ABEP vem desempenhando também um importante papel articulador no atendimento de demanda crescente na formação de novos quadros na área especializada.

Perspectivas futuras

A área de população enfrentará na década de 1990 grandes desafios colocados em certa medida pela mudança no padrão demográfico brasileiro e, por outro lado, pela exigência cada vez maior de indicadores demográficos atualizados por parte dos órgãos de planejamento estaduais e municipais, conseqüente à política de descentralização em curso no país.

O novo padrão demográfico brasileiro caracteriza-se principalmente por uma nova estrutura etária, fruto da sistemática queda da fecundidade nos últimos trinta anos, acentuada na última década, e do aumento de longevidade.

Resultados preliminares do censo de 1991, se confirmados, sinalizam, por outro lado, mudanças significativas no curso de migrações internas nos últimos dez anos, nas quais se salienta o fenômeno da desmetropolização.

Essas mudanças são desafios tanto no sentido de formas de interpretação quanto de suas conseqüências. Se, por um lado, estes estão primariamente no âmbito da responsabilidade da área acadêmica especializada, esforços e conhecimentos, se bem

direcionados, serão elementos vitais para alavancar um processo de mudança de mentalidade e de incorporação de novas perspectivas para os tomadores de decisão.

Em que pese a crescente relevância que as questões populacionais vêm adquirindo em nível nacional, no âmbito do conhecimento científico e do planejamento das ações do Estado, grande ainda é o desconhecimento das transformações demográficas que vieram ocorrendo nos últimos anos. Um diálogo mais permanente sobre essas questões com os formadores de opinião *lato sensu* parece um caminho necessário, dentre tantos outros, a percorrer em futuro próximo. Formas e conteúdos apropriados de comunicação devem se constituir em temas de investigação.

A carência de pessoal com treinamento em Demografia, no setor público, nas esferas federal, estadual e municipal é também uma constatação consensual. Daí a demanda crescente, por parte dos órgãos públicos, de cursos especiais e intensivos de Demografia para seus quadros técnicos. Também aqui o desafio está em encontrar formas ágeis e eficientes de transmissão de grande quantidade de informações e de técnicas atualizadas em curto espaço de tempo. A reciclagem periódica deve merecer também atenção.

Na medida em que as informações do censo de 1991 comecem a ser divulgadas, encontros e seminários precisarão ser articulados no sentido de permitir aos estudiosos de população a oportunidade de confrontação crítica dos resultados. Dadas as dimensões do país e a dispersão dos pesquisadores, encontros regionais contornarão as dificuldades.

O passo seguinte deverá contemplar a democratização do material censitário (fitas e disquetes) e a disponibilidade de equipamentos e sistemas para implantação nos diversos centros, visando o ensino e a pesquisa.

O binômio população e meio ambiente, que já faz parte da tradição de alguns estudiosos de população, ganha novos contornos em face dos acordos da UNCED-92 e da Agenda 21, o que gerará novas demandas e desafios.

Além das atividades que vêm compondo suas ações programáticas, caberá à ABEP papel fundamental em face dos novos desafios que se configuram no cenário demográfico brasileiro. Como coordenadora, articuladora, interlocutora, mediadora, gestora ou executora, a ABEP ocupará posição central nas definições de novas posturas e configurações que se forem delineando nesta década.

As crescentes demandas apenas exemplificadas colocam responsabilidades para cujo enfrentamento a comunidade especializada, através da ABEP, precisará contar com apoio e recursos.

Apesar de ser praticamente impossível pensar as atividades em população no Brasil sem considerar o papel decisivo e inestimável que a Fundação Ford exerceu para que esses empreendimentos alcançassem considerável sucesso, e sem esquecer que a ABEP tem envidado esforços no sentido de ampliar o leque de alternativas de fontes de financiamento, nacionais e estrangeiras, a verdade é que são inúmeras as dificuldades para obtê-los.

Por uma parte, a alteração já ocorrida na tendência demográfica, desacelerando o crescimento populacional, pela dramática queda da fecundidade, é um dos componentes do desinteresse de algumas agências internacionais, que deixaram de considerar o país prioritário em seus programas de auxílio. Um indicador distintivo de tal conduta é a atuação da Fundação Ford.

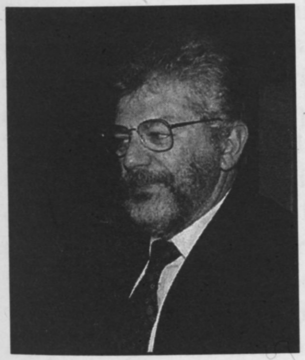
Além disso, uma boa parte das agências reorientou suas atividades programáticas, passando a operar através de linhas temáticas, nem sempre condizentes com as reais necessidades de investimentos nos diversos contextos sócio-econômicos do país. Formas diretas de financiamento também vêm marcando a atuação de diversas agências nos últimos anos.

Levando-se em conta os constrangimentos financeiros que afetaram e afetam as instituições nacionais de fomento à pesquisa (por exemplo, o CNPq ainda não conseguiu liberar recursos para pesquisas aprovados em 1990), as necessidades da área e a urgência de chegar a um maior e mais equilibrado desen-

volvimento da pesquisa demográfica, para atender às crescentes demandas da década de 1990, devem merecer a consideração da Fundação Ford, que, como foi visto, teve ao longo dos anos o mérito de contribuir decisivamente para que a área atingisse sua idade adulta.

EDUCATING THE FORD FOUNDATION

Simon Schwartzman



Simon Schwartzman, Diretor do Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior (NUPES) da Universidade de São Paulo (USP).

In its thirty years of activities in Brazil, the Ford Foundation has concentrated its efforts on strengthening advanced education and training in the social sciences, with fellowships, research awards and institutional support, and in projects and activities relevant to underprivileged groups. Fellowships, support for graduate programs and research, academic meetings and related activities have played a major role in Brazilian education. The Foundation's participation in education in a narrower sense, however — support of departments of education and centers for educational research, teacher training, preparation of teaching materials, and so forth — has been much smaller. A cursory examination of the list of projects supported by the Foundation in these years shows that only about 30 projects, worth about 7 million dollars (one tenth of the total) dealt directly with education.

About half of these resources were applied in the period from 1964 to 1978, in projects aimed at contributing directly to the improvement of educational institutions, through the preparation of science teaching materials, teacher training, curriculum development and support for pilot and regional educational projects. The two largest grants in this period, both amounting to 800 thousand dollars, were given to CAPES, an agency of the Ministry of Education, to provide fellowships for students specializing in science education, and for the development of a specialized center for vocational technical education in São Paulo; another grant was the pilot project to improve primary education in the underprivileged districts of Rio de Janeiro. Starting in 1978, the

Foundation began to provide support for educational research (such as the research program of the Fundação Carlos Chagas, and the Foundation's own awards and fellowship program in education), and in the eighties started to support the direct interest of underprivileged sectors. The recipients of support also changed. At first, they were mostly governmental agencies, universities or well-established, private academic institutions. Later, the Foundation developed its own fellowships and awards programs; and, starting in the early eighties, began to support grassroots organizations dealing directly with underprivileged sectors. These shifts were gradual, and never absolute. Now, in the early nineties, the Ford Foundation supports both academic research or higher and basic education, in academic institutions, and a series of grassroots activities in different parts of the country. Although it is as concerned as ever with the social effectiveness and policy consequences of its activities, it seems to have given up working directly with institutions of formal education.

It is difficult to say how much of these changes are to be explained by shifts in the Foundation's overall policies, or by a long-term learning process based on its experiences of success and failures in trying to improve education in this country. To learn, an institution has to have a living memory, but whether the Ford Foundation has a memory of its thirty years in Brazil is a question I could not possibly try to answer from outside, based only on some texts, lists of projects and personal recollection of past events and personalities. There are, however, documents produced by invited experts and Ford Foundation officers discussing matters of education in Brazil during these years that give us some insights about how intentions, perceptions and motivations have evolved[1]. They talk about all levels of education, what their problems are, and how they should change; they talk also about what the Ford Foundation should do to be more

1. I am grateful to Sérgio Miceli for providing me access to these documents, part of his research on the activities of the Ford Foundation in Brazil.

relevant and effective. There is, in a sense, an attempt to educate the Ford Foundation about Brazilian education. What was learned in this process, and what was forgotten?

It is probably not by chance that the first of these documents, written in 1960, dealt with the universities, the second, in 1965, with secondary education, and the third, in 1970, with basic education, I wonder whether there is not a fourth, of the eighties, dealing with popular education and culture. This sequence may reflect an evolution from a concern with elite reform, to an effort to reach ever broader social groups, expressing perhaps a growing scepticism about what elites could do to improve the lot of the underprivileged.

The 1960 report was signed by Oliver C. Carmichael (no references to other names or institutional affiliations), who wrote it on behalf of the "Foundation Committee," which visited 17 Brazilian universities in that year[2]. The image they got of Brazilian higher education was not very flattering:

> "Based on U.S. standards, Higher Education in Brazil is unorganized, confused, if not chaotic, and generally of low quality. This does not mean that it is hopeless. In most instances, progress is being made (. . .) Interest is focused mostly on science and technology. The conception of a complete university with humanistic-social studies, general scientific instruction for the non-scientist, undergraduate and graduate curricula, such as we take for granted in the United States, is not exemplified in a single university in Brazil. The notion of a university library (. . .) is practically absent from educational thinking."

The closest they found to the American model were the Faculties of Philosophy, established in Brazil in the 1930s, as a place for secondary school teacher training, undergraduate education in

2. Report to Ford Foundation on Universities in Brazil and Suggestions for Possible Aid for Brazilian Higher Education, 1960.

the sciences and the humanities, and whenever possible (in fact, only at the Universidade de São Paulo, and, to a smaller degree, in Rio de Janeiro), a place for research. The Committee's main recommendation was to use the Faculties of Philosophy to create the real universities Brazil needed, and in so doing rekindled the intentions and hopes which presided the organization of these faculties in the 1930s.

For the report, the main reason why Brazilians did not change their faculties of philosophy into the seeds of real universities was because they did not know how to do it, they did not have a pattern to follow. Thus the main recommendation: to take one of the most promising faculties, invest resources in it, and make it a pattern for the whole country. Two things could do the trick, according to the report, in "three to four years." First, to create a central library, based on "a trained librarian gifted in promoting interest in books, in making the library a popular place, with a browsing room and attractive displays of new books"; and second, to groom in the U.S. a small group of young university people, spending "as much as two years studying university administration with particular reference to liberal education and its relation to undergraduate, technical and professional education", to lead the institution. The consequences of such small investments would be enormous:

> "1) It would demonstrate what constitutes a real university with its undergraduate and graduate programs of humanities, social sciences and natural sciences, coordinated in such manner as to produce the highest quality of teaching and research in the most economical way; 2) it would also point the way to the development of the Faculties of Philosophy as the coordinating element in the university structure (. . .); it would provide a pattern for the development of university libraries."

It would be difficult to find a better and more naive example of what would be called, a few years later, "cultural imperialism." There is no reference, in the document, to the ideas of the people involved with Brazilian higher education. The mission

was well impressed, however, by the rector of the Universidade de São Paulo, Antônio Barros Ulhoa Cintra, for obvious reasons: "he has been in the United States three times (. . .). He speaks English, a little slowly at times, but very well. He appears to have great respect and admiration for the American university system." The committee did not notice, or did not care, that Brazilian higher education was patterned on the European, Napoleonic model, and could not be transformed by a simple demonstration into the American one; no attempt was made to understand why the notion that the Faculties of Philosophy should become the coordinating center of the universities had failed in the previous thirty years; no mention was made of the role of government in the regulation of higher education, of the history of political activism among the university students, or of the way professions were organized and the roles the universities played in granting professional credentials to a small section of the population. They were certainly unaware of the irony implicit in their suggestion that the Universidade de São Paulo should provide the model for the rest of the country; in the 1930s, the Brazilian government tried to make the Rio de Janeiro university (then called the Universidade do Brasil) play this role, and the Universidade de São Paulo was the stronghold of resistance against this drive toward centralization and standardization[3].

The Ford Foundation did not follow these recommendations, although id did support a much more ambitious project in Chile, through a large-scale cooperation program between the Universidad de Chile and the University of California. In Brazil, it followed a much more cautions path, dealing with basic secondary education at first, supporting the development of materials for science teaching, teacher training and a pilot project in basic education.

3. The details of this story can be seen in S. Schwartzman, *A Space for Science — the Development of the Scientific Community in Brazil* (Penn Press, 1991), chapter 5, "The 1930 Revolution and the New Universities", 105-138.

The 1965 mission, headed by the President of the University of Minnesota, Meredith Wilson[4], was very perceptive of the Brazilian situation, and provided much better advice. Overreacting against the tendency to self-righteousness, like the one of the 1960 mission, it was, sometimes, patronizing. The report starts by saying that "the mission originated no new ideas; Brazilians know their problems, and many have bold solutions." Talking about rote learning and high dropout rates in primary school, they "hasten to add that Brazilian children are a delight; their spontaneity and enthusiasm even in formal classroom conditions is wonderful indeed." The problems of overcrowding in adequate schools were couched by the statement that "Brazilians are very efficient in the use of space."

Their evaluations and recommendations, however, were very perceptive, and were not affected by these peccadillos. Looking at basic (four year) education, they observed, with premonition, that "Brazilians perhaps tend to place too much emphasis on bricks and mortar. One senses the feeling that no building is better than one which is not of the latest design." They noted the lack of books and teaching materials in the schools, and thought that this could explain the predominance of rote learning, which would explain in turn the high dropout rates they saw in the statistics they were given. Although they accepted these data at their face value, they challenged the dominant assumption that students left school because they had to work, and looked for alternative explanations[5].

4. Ford Foundation Report on Secondary Education in Brazil, August 1965. Meredith Wilson, Chairman, President of the University of Minnesota; John O'Neil, Dean of the Graduate School of Education, Rutgers University; Melvin Barnes, Superintendent of Schools, Portland, Oregon; Alden Dunham, Director of Admission, Princeton University.

5. One of these tables reproduced in the report was the traditional educational pyramid based on data from the Ministry of Education, which showed that 1.1 million students finished the first year of primary school in 1945, and only 593 thousand finished the second year in 1946. The usual interpretation was that this meant a dropout rate of about 50%, neglecting the weight of those who simply did not get promoted, swelling the ranks of first year entrants. This correction of the standard interpretation of educational data, and the analysis of their policy consequences, is the product of the research being done by Sérgio Costa Ribeiro, with Ford Foundation support.

Secondary education (the old *ginásio*, 5-8, and the *colegial*, 9-11) was seen as an antiquated, elite oriented system based on discriminatory admission exams, the *vestibular*. Most of their recommendations coincided with what was done in the following years: the *exame de admissão* was eliminated, the first 8 years of education were unified in a basic cycle of primary education, and, although the *vestibular* did not disappear, there was a movement toward unification and standardization of university admission procedures in the large centers (the *vestibular unificado*). The notion that secondary schools should provide vocational education was turned into law (and failed).

Looking at the content of secondary education, they observed how the legislation allowed for much more flexibility and innovation than were actually practiced, and how teaching was distant from reality:

> "... little effort has been made to adapt the curriculum to local condition, and it seems to the mission members that insufficient attention is given to making the curriculum relevant to the interests and needs of the students. One would like to see much more attention paid to current events, social problems, and the meaning of democratic government. Art and music are distinctly short-changed, and at the *ginásio* level, especially in the last two years. added opportunities should be given students to explore the various vocational-type programs that are available at the *colégio* level."

Most comments and recommendations dealt with the preparation of secondary school teachers. They noted that teachers received too little general education, and that "in some instances study in depth goes further than the realities of secondary teaching suggest it should." They were skeptical about general didactics ("just as this course is suspect in the United States, so Brazilians might as well take a look to see if the content is sufficiently rigorous"), educational psychology ("Brazilians are especially taken by the importance of psychology") and school administration. Because of their reservations against these general education subjects, they argued against the pressures to move secondary school teaching away from the Faculdades de Filosofia and into

the schools of education. They were appalled by the teacher employment picture ("atrocious"), and could not see beyond the haze of the educational bureaucracy: "school administration in Brazil is a real can of worms. By North American standards there is none." They noted that, in the U.S., "the tone and atmosphere of a school is set by the principal who heads it," and tried to put forward some suggestions which were probably in the wrong direction, like strengthening the state departments of education, and reducing the freedom of private schools to hire their teachers. Finally, they noted the absence of reliable statistics, a hindrance to the realistic planning they deemed necessary.

For the Ford Foundation, the mission recommended that it should help to increase Brazil's awareness of the need to increase expenditures in education (from 2 to 4 percent of GNP), assistance to the development and distribution of curricular materials, the reorganization of the *Exame Vestibular*, support to the development of educational statistics, a more active role in teacher training and the establishment of experimental secondary schools associated with the universities. The final recommendation was that the Foundation's officers should follow up the meetings held by the mission with key Brazilian leader s: "an investment in men might be as good a handle as any that can be found for educational improvement."

An occasion for investment in men was the Conference on the educational experience in Latin America convened by the Ford Foundation in May, 1970, in Buenos Aires, which was followed a year later by a meeting of the Foundation educational and representational staff in Rio de Janeiro, 1971. Of the documents produced by these events, I was able to examine the Buenos Aires conference report, and a draft of a policy statement on Ford Foundation assistance to Latin American education.[6]

6. *A Report on a Conference on the Educational Experience of Latin America.* The Ford Foundation, September, 1970 (mimeographed); and Draft: *Policy Statement on Ford Foundation Assistance to Latin American Education,* written by R. Drysdale and R. Sharpe, July, 1971.

The Buenos Aires meeting brought together the leadership of Ford Foundation's Latin American sector (including Reynold Carlson, William Carmichael, Reuben Frodin, K. N. Rao, Kalman H. Silvert and Abraham Lowenthal), and several well known Latin American social scientists working on education, including Patrício Cariola, Ernesto Shiefelbein, Aldo Solari, Aparecida Jolly Gouveia and a few practitioners from different countries.

In those years, dependency theory was on the rise, and many countries (including Brazil, Chile, Argentina and Peru) were under military dictatorships. The Latin Americans bombarded the Ford Foundation officers with the dangers of cultural and philanthropic imperialism and the need to include ideologies and social class considerations in their activities.

The policy statement draft was very precise in reproducing the Latin American views on these matters, and in stressing that they were the Latin Americans', not the North Americans' point of view. "It was stated clearly," said the draft, "that the task of combining methods and resources to gain educational development is not only technical in nature; it is also ideological, ethical and moral." "Some felt," the document goes on, "that most efforts to `modernize' education are, in the main, importations of educational trends in developed countries which further economic, technical and cultural dependency." Agreeing or not, the document emphasized that the Foundation must be sensitive and responsive to these themes shared through the Region, and was glad to notice that the Foundation was accepted as a partner in the process of development and change, and that more Latin Americans must be involved in the process of developing its programs. The document conceded, furthermore, that "education is a creation of a society as part of the general socialization process," and as such it was not neutral, but could play either a conservative or an innovative role, depending on the group and sector promoting it. More to the point, the report concluded that, "while debate and consideration of ideology and educational goals are urgently called for and desired (. . .), there is a cold, hard reality that must be faced. It may be that the education which is actually

received by those lucky enough to gain the opportunity has little to do with the goals and plans set by the policy makers. The system has little capacity to respond to their dictates."

The basic recommendation of the report was that educational change in the region could only come about as a fruit of the labors of Latin Americans, and that the Foundation could help by supporting the creation of a competent, modern leadership. Educational research and development should be strengthened, and the decision-making capacity of key institutions should be increased. The research component should not be limited to specialists in education, but "based upon the disciplines of the social and behavioral scientists"; and should include practical, as well as conceptual and analytic components: "not only must the purely epistemological issues be confronted; we must also be concerned with the problems of implementation, including feasibility and outcome"; "there should be some leverage effect [in research activities], in the sense that findings should reflect existing resource allocation decisions." There was also a recommendation not to use the Foundation's resources to establish new, large and multi-functional regional institutions, a suggestion that appeared in the Buenos Aires meeting. Instead, the policy should be to work with the present institutions, and, because of the training component, there was also a "clear bias toward the university base in whatever form may be possible and consistent with the type of research to be stressed in a given situation." At the end, the document commented on a few leading institutions to be supported (including the Fundação Carlos Chagas in São Paulo), a list of priority problems to be addressed, and a discussion of different modes of Foundation assistance, from post-graduate training abroad to support for education planning activities, pilot projects and institutional support.

The list of projects supported in the next several years followed in part these recommendations. Research on education was strongly supported, but it is not clear that the links with

social sciences were as strong as they should be. In 1976 Martin Carnoy wrote a report on the Social Science and Education program of the school of Education, Universidade de Minas Gerais, and one of the central issues he raised was precisely the need to bring social science methods and concepts to bear on educational research: "students are not getting a strong enough base in *one* social science they would like to specialize in. In part, more intensive study of a social science in the social science faculties would help prepare students more adequately in the methodology area (. . .). The students generally knew a lot about the social science approach to education but lacked depth in any specific social science methodology."

In terms of policy relevance, a number of projects supported in those years had the puzzling expression of "research and popular education" in their title. They were probably part of the "action-research" trend which became fashionable among Brazilian education academics. Action-research meant that researchers should not only enquire about their subjects, but get involved with them, get their participation in the very definition of the research project, data collection and analysis, and use the knowledge obtained to transform their lives. Action-research came often to be associated with the rejection of conventional methodologies of the social sciences, including the use of quantitative methods and abstract concepts, and one wonders what the results of these projects have been, both in terms of new knowledge and of actual social transformation. Other projects, more frequent in the last decades, tried to make a direct impact on the fate of underprivileged groups, without pretending to link it with research. It would be interesting to know how much impact these projects actually had, and if they remained limited to the groups which benefitted directly from the support, or were propagated to broader sectors of society.

No project in the seventies and eighties dealt directly with government agencies responsible for education policies, trying to improve their knowledge and decision-making capabilities. The reasons are not difficult to imagine. In Brazil, education

authorities are often political appointees, and their activities consist in the administration of daily routines and paper shuffling, or in the eventual distribution of surplus money and contracts among political associates. Only sophisticated bureaucracies invest in long-term manpower training, and use research to underscore and help their decisions. The Ford Foundation does not have the scale of resources capable of affecting changes in a whole sector of government, like the World Bank or the Inter American Bank can do, and even for them positive results of large investments are uncertain. In these conditions, the policy impact the Foundation could have depends on the quality and relevance of the research groups it supports, their ability to shape opinion and, ultimately, on the issues and actors involved in the policy making process. There are some good examples of this in the limited experience of NUPES, the Universidade de São Paulo's research group on higher education. Through our activities, we helped to focus the attention of higher education authorities on the issues of academic evaluation, autonomy, and institutional differentiation, and our research into students' career patterns are being used in the discussions of curricular reform; while the work on educational statistics carried on in association with the Laboratório Nacional de Computação Científica is helping to change the center of attention from school construction to the problems of repetition and the quality of basic education. These issues are far from settled, but the fact that we are considered valid actors in their discussion suggests that we are being relevant, although not to the point of actually shaping the way governments and universities behave.

In conclusion, I would contend, from the lessons of the past, that the Ford Foundation should continue to concentrate its efforts in the field of education in supporting groups working in areas which can shape the agenda of the educational debate. As Brazil opens up its borders to international competition, education will cease to be a simple matter of social equity and culture,

to become the most important deciding factor of the country's ability to participate in this new game. The dominant thinking is still very much on "bricks and mortar" and "more money," with little awareness and consensus about the minimum agenda of issues and problems to be tackled. Brazilian education is in dire need of fresh ideas — on what to do with oversized educational bureaucracies, how to foster institutional autonomy, the perspectives of the teaching profession, the problems of school failure and functional illiteracy, the modernization of curricula at the secondary school (and a proper understanding of what is wrong with science education), the possibilities of reintroducing general education in the universities, and other issues.

One way of helping to change the agenda is through a more decided support for international cooperation and exchange of views. The ideas put forward by the 1965 mission on secondary education, for instance, are still valid and relevant, and it would be important to have visitors of that caliber bringing in their perceptions more regularly. The policy statement of 1971 was probably too defensive in reaction to the cry of "cultural imperialism!", and it is time to redress the balance.

The Foundation could also be more daring in following up and supporting innovative actions which are being taken by the administration of several Brazilian states and municipalities, from support for pilot projects to follow-up studies and discussion seminars. More than money, its unique contribution could be to link these experiences to what is taking place in other countries and regions, and to bring the contribution of social scientists that have been, so far, away from education as an area of concern.

One lesson the Foundation has learned in these years is that change does not come only from above, but should be stimulated and fostered from below. The importance of the support the Foundation provides for grassroots movements and actions are not so much in the direct benefit it provides for a few groups, but on the demonstration effect these experiences can have for the whole country. The evaluation and eventual generalization of

these experiences are still to be carried out, and for this it will be necessary to have the concourse of researchers and concerned educators, which do exist.

The main lesson the Ford Foundation has got from these thirty years of working with education is, I believe, where its particular strength lies, which is on its commitment to the values of knowledge and competence, and, working from that, on its ability to relate to people from different sectors and cultures, bring them together, and help to shape the issues, in education and in other fields.

Appendix

Ford Foundation grants in Brazil related to Education, 1963-1993

Code number	Project	Institution	Value in US$	End year
6300151	Study of USA "gray areas" by teachers from Rio de Janeiro	*Institute International Education*	10,980	1963
6100083	Improvement of secondary school science teaching	*FUNBEC*	170,000	1964
6200231	Pilot project to improve primary education in the underprivileged districts of Rio de Janeiro	*Estado da Guanabara*	225,000	1966
6400485	Establishment of a science teaching center in Northeast Brazil	*Universidade Federal de Pernambuco*	150,000	1968
6700103	Planning and curriculum development for the Faculty of Education	*UFRJ*	59,054	1969
6300579	Provision of fellowships and specialized training programs for graduate students and science professors from Brazil	*CAPES*	799,605	1970
670111	Improvement of secondary school science education	*FUNBEC*	86,000	1970
6600193	Teacher training program in vocational-agricultural education	*Universidade Federal do Paraná*	333,646	1971
6700451	Regional Training Program for Secondary School Teachers of Languages	*PUC/RGS*	52,500	1972
6700452	Regional Training Program for Secondary School Teachers	*Universidade Federal da Bahia*	77,000	1972

Code number	Project	Institution	Value in US$	End year
6500324	Development of a national center for vocational technical education at the school in Brazil	*Escola Técnica Celso Sukow da Fonseca*	904,138	1972
6700449	Development of regional teaching training in Rio Grande do Sul	*PUC/RGS*	574,829	1972
6700451	Regional training program for secondary school teachers of Languages	*PUC/RGS*	52,500	1972
7350482	2nd seminar for directors of Latin American Educational Research Centers	*Fundação Carlos Chagas*	5,000	1973
6600409	Development of university admission examinations in Brazil	*Fundação Carlos Chagas*	252,000	1975
7400653	Research on Education and Economic Development in Latin America	*ECIEL*	125,000	1977
7000028	Development of science teaching materials	*FUNBEC*	417,586	1978
7200244	Educational research program in the Faculty of Education	*Universidade do Ceará*	78,011	1978
7100409	Development of an educational research program	*Fundação Carlos Chagas*	435,488	1979
8250513	Innovative education program for children from disadvantaged families	*GEEMPA*	50,966	1983
8250541	Community program of infant child care and preschool education	*Sociedade Primeiro de Maio*	50,292	1983
7700469	Program of research on the work and education of women	*Fundação Carlos Chagas*	220,000	1983

Code number	Project	Institution	Value in US$	End year
7290245	Educational research awards and fellowships in Brazil	*Ford Foundation*	917,143	1983
8250936	Research and popular education on community organization in illegal urban settlements in greater S. Paulo	*PUC/SP*	33,258	1983
8250662	Innovative community pre-school project in the Parish of Our Lady of Fatima	*Arquidiocese São Paulo*	25,675	1983
8290167	Developing countries small program actions — education and culture	*Ford Foundation*	128,754	1984
8250658	Community program of infant child care and preschool education	*Plataforma*	51,200	1984
800846	Community projects on sex education and child care	*Fundação Carlos Chagas*	130,000	1984
8300465	Experimental reading program for children from disadvantaged urban communities in Porto Alegre	*GEEMPA*	205,557	1986
7850596	Social science research and training in the field of education	*Universidade Federal de Minas Gerais*	200,000	1987
9000378	Support for a seminar on challenges facing universities and private research centers in Brasil	*CEBRAP*	15,000	1990
9059334	Quantitative Research on Brazilian education system	*USP*	50,000	1991
8801113	Consolidation of documentation and computer services for popular education and human rights work	*Luís Freire Cultural Center*	114,600	1991

Code number	Project	Institution	Value in US$	End year
8900513	Training of "street educators" working with disadvantaged youth in Rio de Janeiro	*Associação Beneficiente São Marinho*	94,000	1992
9100632	Survey research on university students	*IUPERJ*	41,700	1992
9100631	Quantitative research on Brazilian education system	*USP*	50,000	1993
8900634	Research Center on Brazil's higher education system	*USP*	261,000	1993
9151349	college preparatory training and supplemental course work for poor black students	*Roda Viva*	50,000	1993

A Propósito do Texto "Educating the Ford Foundation"

Silke Weber

Ao discutir o texto apresentado por Schwartzman, pretendo dirigir os meus comentários à postura mais geral sobre educação nele defendida e à proposta de agenda e de estratégias que ele contém.

Gostaria de destacar, inicialmente, a propriedade do título — A Educação da Fundação Ford — e da abordagem utilizada pelo autor, esclarecer momentos marcantes do processo educativo de sua relação com o Brasil, de uma Fundação que se dispõe a desempenhar um papel educacional relevante, na medida em que selecionou como prioridade de atuação a formação de quadros, primeiramente acadêmicos, mais adiante, ampliando o raio de ação, o desenvolvimento de iniciativas de educação popular.

Vale salientar, tal como vem sendo exposto nas diferentes intervenções, e também demonstrado no material analisado pelo autor, o quanto a atuação da Fundação Ford tem sido mesclada e permeada pelas demandas e preocupações características dos interlocutores presentes em cada fase decisória de sua

contribuição ao país, posição que é mais uma vez reiterada na própria forma escolhida para festejar o seu 3º ano de Brasil: a promoção e organização deste seminário.

Ao refletir sobre a educação da Ford, Simon Schwartzman retraça, de certo modo, momentos recentes da história da educação brasileira e o lugar que os seus problemas têm obtido no debate acadêmico e social. O seu texto, se, de um lado, deixa clara a persistência ou estabilidade de nossos problemas educacionais, por outro, evidencia que elas têm sido hoje colocados em outros termos, mostrando, em meu modo de ver, o quanto se avançou, nos últimos trinta anos, no estabelecimento de um consenso quanto aos problemas centrais da educação no país.

De fato, na última década — em associação com o aprofundamento da luta em favor da democracia e a generalização do debate educacional alimentado, principalmente, pela produção acadêmica oriunda dos nascentes cursos de pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e da Educação — constata-se uma convergência de preocupações e propostas em relação à educação nos seus diferentes níveis, que vêm se materializando em políticas estaduais e municipais. Para tanto, muito contribuiu a criação de fóruns — congregando sociedades científicas, entidades da sociedade civil, representantes da sociedade política, como ocorreu durante a elaboração da Constituição Federal, promulgada em 1988 —, a formulação do projeto da NLDB, precedida da realização periódica da Conferência Brasileira de Educação e o espaço conquistado pela área de Ciências Humanas e Sociais e da Educação nas Reuniões Anuais da SBPC. A produção científica discutida nos grupos de trabalho da ANPED, da ANPOCS, esta última contando com importante suporte da Fundação Ford, além dos inúmeros congressos, seminários, encontros organizados nesse período, concursos nacionais de pesquisa, alguns com o apoio também da Fundação Ford, pode ser assim socializada, avaliada, depurada, transformando-se paulatinamente em re ferência obrigatória do debate social e, por conseguinte, dar formulação de políticas governamentais.

No entanto, vale dizer que esse consenso quanto à centralidade dos problemas educacionais — universalização do ensino básico com qualidade, profissionalização de docentes, gestão das instituições de ensino — tem suscitado enormes divergências sobre sua operacionalização. Essas divergências parecem difíceis de serem suplantadas enquanto não se admitir a convivência entre diferentes projetos de sociedade.

Malgrado essa dificuldade evidente, que tem dado substrato a críticas como as que Simon Schwartzman fez no seu *paper*, parece-me que a construção da qualidade da educação, especialmente nos níveis do ensino básico e do ensino superior, tem dado ensejo a ações inovadoras que estão a aguardar discussão, avaliação, retificação, divulgação. No que diz respeito ao ensino básico, há a assinalar as iniciativas centradas na reflexão coletiva da prática pedagógica desenvolvida nas séries iniciais, com o apoio de instituições universitárias, e que têm propiciado melhorias efetivas no processo ensino-aprendizado, traduzidas por índices de alfabetização de 80 e 90 por cento, respectivamente em Pernambuco e Porto Alegre.

Tais iniciativas mostram que não só pesquisas quantitativas, de inestimável valor, como as de Sérgio Costa Ribeiro e Fletscher, citadas pelo autor, têm que ser consideradas nas definições de políticas educacionais, mas também pesquisas qualitativas. É preciso dizer que há quase uma década têm sido formuladas políticas voltadas para a melhoria de qualidade do ensino de 1º grau, orientadas por achados feitos na área de Ciências Humanas e Sociais e da Educação, a partir da utilização dos mais diversos métodos de produção de conhecimento. Aliás, seminário promovido pelo INEP, em 1988, em Brasília, mostrou que, com mais freqüência do que é habitualmente admitido, as políticas de governos estaduais e municipais, ao longo da década de 1980, vêm considerando, na sua elaboração e acompanhamento, resultados de pesquisas desenvolvidas em instituições de pesquisa e na Pós-Graduação em Educação e nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

É bem verdade que as Ciências Sociais, particularmente a Sociologia, não têm tido como preocupação principal a educação, como assinalaram recentemente Gouveia (1989) e Cunha (1991), e que as pesquisas realizadas da área de educação carecem, muitas vezes, de rigor metodológico. Não seria, então, também esta uma questão a ser incluída na agenda sugerida por Simon Schwartzman, como merecendo consideração da ação futura da Fundação Ford? Talvez o apoio a um grupo de trabalho que reunisse pesquisadores sem preconceitos quanto a concepções de conhecimento científico, permitisse avançar, especialmente, na elaboração de formas de avaliação da aprendizagem que superassem a dimensão classificatória de alunos e de instituições. Estas formas de avaliação da aprendizagem poderiam ter como horizonte a indicação de caminhos capazes de sanar dificuldades do professorado de 1º grau, por exemplo, no ensino do conteúdo das diferentes disciplinas. Não seria essa uma forma concreta de atrair a instância universitária a se comprometer com o ensino de 1º grau, condição necessária ao seu próprio aperfeiçoamento?

A mesma perspectiva necessita ser desenvolvida em relação ao ensino superior, em particular nas universidades, para as quais a avaliação periódica de suas atividades é uma questão crucial, porque somente assim é possível apreender potencialidades e dificuldades de traçar roteiros de aprimoramento institucional. É talvez chegada a hora de colocar em contato, durante seminários, instituições universitárias, como a UFMG, UFRGS, USP, e núcleos de pesquisa como o NUPES, por exemplo, que têm proposto e experimentado formas de avaliação da instituição universitária.

No que diz respeito ao ensino médio, pergunto-me se se avançará mediante o intercâmbio com visitantes com experiência, sempre bem-vindos, diga-se de passagem, como sugere o autor. Parece-me mais urgente construir um consenso com respeito aos motivos da não concretização da Lei nº 5.692/71, para que seja possível discutir, por exemplo, a vinculação entre educação e trabalho e descobrir caminhos para sanar a sistemática falta de professores para o ensino de matemática, física e química nesse nível de ensino.

Concluo meus comentários reafirmando a importância da criação e desenvolvimento de competências mediante o fortalecimento de instituições consolidadas, do suporte a iniciativas emergentes, da ampliação do apoio à pesquisa, desenvolvida segundo as mais diversas perspectivas metodológicas, da articulação entre as diferentes instâncias institucionais — universidades, centros privados, ONGs. — Proponho uma ação de emergência destinada a atualizar o acervo bibliográfico de instituições que têm, reconhecidamente, contribuído para elevar o padrão de qualidade da formação de massa crítica nas áreas de Ciências Sociais e da Educação e para o aprofundamento do debate acerca dos diferentes temas e problemas que têm orientado a produção científica nessas áreas.

Concluo meus comentários reafirmando a importância da criação e desenvolvimento de competências mediante o fortalecimento de instituições consolidadas, do suporte a iniciativas emergentes, da ampliação do apoio à pesquisa, desenvolvida segundo as mais diversas perspectivas metodológicas, da articulação entre as diferentes instâncias institucionais — universidades, centros privados, ONGs. — Proponho uma ação de emergência destinada a atualizar o acervo bibliográfico de instituições que têm, reconhecidamente, contribuído para elevar o padrão de qualidade da formação de massa crítica nas áreas de Ciências Sociais e da Educação e para o aprofundamento do debate acerca dos diferentes temas e problemas que têm orientado a produção científica nessas áreas.

Estudos Sobre Mulher e Relações de Gênero

Fúlvia Rosemberg

Fúlvia Rosemberg, Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora-titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

"Cada mês do século XX contou tanto para a formação das mulheres quanto todos os séculos anteriores deste milênio.

À luz dessas mutações, as discussões dos séculos anteriores sobre a educação a ser dada às mulheres se assemelham a antecipações monstruosas, mesquinhas e desajeitadas: máquinas voadoras de Leonardo ao lado do Concorde."[1]

Se não podemos, como os autores franceses, fazer remontar nossa memória nacional ao início do milênio nem evocar o Concorde como símbolo de modernidade, é possível emprestar o sentido da metáfora. No Brasil, também, a educação das mulheres é fato recente e intenso. Contrariando o perfil dominante no subdesenvolvimento, as mulheres representam mais da metade do estudantado brasileiro, inclusive no ensino superior. E, da mesma forma que nos países ricos, é dentro da escola que se opera a diferenciação sexual através da polarização entre ciências exatas tecnológicas e humanas.

A existência de um bom número de mulheres brancas educadas em humanidades constituiu uma base importante para que aqui se desenvolvesse, já na década de 1970, uma área de estudos e pesquisas sobre a mulher, estreitamente imbricada com o feminismo renascente.

O surgimento da área carrega marcas da vitalidade e turbulência do período, quando a expansão da pós-graduação, inclusive das Humanidades, foi estimulada pelo governo federal

1. Baudelot e Establet (1992, p. 9).

perseguindo projeto de modernização do país. Período rico e contraditório, quando segmentos da elite intelectual, dentro e fora da universidade, sofreram o impacto da repressão, geraram formas de resistência ao governo militar, conheceram o exílio, foram anistiados, se envolveram em diferentes projetos de redemocratização.

Foi quando as Ciências Sociais abandonaram o modelo burocrático-mandarinístico, viram seu eixo externo bascular da França para os Estados Unidos e criaram uma associação nacional. Foi a época do cientista engajado, participando das vibrantes reuniões da SBPC, colaborando nos jornais e alternativos. Quando se criaram os principais centros de pesquisa fora das universidades, as primeiras ONGs progressistas, e se ensaiaram metodologias participantes. Quando militantes das esquerdas desgarrados se envolveram nas experiências de educação popular, negros e mulheres se movimentaram.

A área ostenta, além disso, marcas trazidas de fora através da circulação de literatura — principalmente francesa e norte-americana —, de pessoas exiladas e brasilianistas, e de financiamento, por exemplo, o da Fundação Ford.

Essa relação Norte-Sul tem dado o tom a muitos dos balanços sobre a área, de um modo geral, sobre o feminismo brasileiro, configurando quase um novo capítulo da contemporânea literatura de viajantes. Acadêmicas de passagem, brasileiras que viveram no exterior, assessoras de agências de fomento, brasilianistas ou brasileiras falando para estrangeiros se espantaram e se esforçaram por explicar as particularidades nativas dos estudos sobre mulher/relações de gênero quando confrontados principalmente ao *Women's Studies* norte-americano.[2]

Nos Estados Unidos, o Women's Studies resultou da movimentação de professoras e alunas feministas dentro da universidade empenhadas em terminar com a discriminação sexual na educação, em reverter o androcentrismo curricular, em integrar

2. Cf. Navarro (1979); Schmink (1981); Costa *et alii* (1985); Barroso (1987); Goldberg (1987, 1989); Sarti (1988).

pensamento e ativismo feministas. Uma das estratégias que o sustentaram foi a criação de cursos e sua integração em programas (em 1980 já existiam trezentos cursos), estratégia possível em país cujo sistema educacional ostenta formidável flexibilidade curricular.[3]

Frente à norte-americana, a experiência brasileira causa estranheza porque privilegiou a pesquisa em detrimento do ensino regular, a pós-graduação em vez da graduação. Também causa estranheza, a norte-americanas e francesas, a universidade não ter sido cenário para a movimentação feminista das acadêmicas, que parecem ter sido pouco radicais.[4]

Apesar de a época ser tagarela em alteridades, a comparação acaba privilegiando paradigmas universalistas que deixam escapar a singularidade dos encontros entre mulheres educadas e expressões dos movimentos feministas. Atenta para a configuração local, constato que a universidade foi apenas um dos contextos em que se deram a produção e a divulgação de conhecimentos sobre a mulher/relações de gênero. Outros cenários foram usados por acadêmicas no sentido restrito e por mulheres educadas que, nos partidos, na Igreja Católica, nos grupos feministas e em instituições governamentais produziram ensaios, reflexões, pesquisas sobre a condição feminina. Os registros se confundiram e os discursos se interpenetraram: se nos EUA o *Women's Studies* foi "o braço acadêmico feminino", no Brasil, de início, os estudos e pesquisas sobre mulher "foram o braço feminista de mulheres educadas".[5]

Descuidar-se dos contextos em que se deram pesquisas e reflexões sobre mulher/relações de gênero pode subverter "os julgamentos, transformando o arrivista num paradigma e o sábio na caricatura do sabido".[6] Tomando esse cuidado, construí a

3. As informações sobre o *Women's Studies* foram colhidas em Rendel (1980), Stimpson *et alii* (1986); Created Equal (1986).
4. Cf. Aguiar (1981); Barroso & Amado (s.d.); Goldberg (1987).
5. Stimpson (1986, p. 12).
6. Giannotti (1987, p. 3)

narrativa que segue, apoiando-a em minha memória, em documentos e textos que consegui localizar e na análise do *curriculum vitae* de algumas das protagonistas.[7] Delimito, então: uma primeira e longa fase — tematizando a questão mulher — quando a distância entre a produção acadêmica e militante foi tênue; e um segundo momento, quando estudos e pesquisas sobre relações de gênero privilegiam o cenário acadêmico.

Tematizando a mulher

Guetos individuais. É assim que Heleieth Saffioti relembra a paisagem em que trabalhavam as precursoras.[8] Uma meia dúzia de intelectuais — jornalistas, advogadas, editoras, professoras universitárias — na década de 1960 escrevia sobre *A mulher na sociedade de classes* (Heleieth Saffioti, 1969), *A mulher brinquedo do homem* (Heloneida Studart, 1969), "O subdesenvolvimento e a situação da mulher" (artigo de Olga Werneck publicado na *Revista de Civilização Brasileira*, 1965), *A declaração universal e os direitos da mulher* (Fanny Taback, 1968).

Aos textos brasileiros se juntaram algumas poucas traduções (o *Segundo sexo* havia sido traduzido em 1961): *Mulheres, a revolução mais longa*, de Juliet Mitchell, fora publicado pela *Revista de Civilização Brasileira* em 1967. Comemorando os 70 anos da Editora Vozes, Betty Friedan veio ao Brasil para o lançamento da *Mística feminina* a convite de Rose Marie Muraro: uma visita de quatro dias, em abril de 1971, com direito a entrevista em *O Pasquim*.

7. Foram analisados 25 currículos enviados por acadêmicas que participaram de dois eventos recentes: o Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil, realizado em 1990, e que deu origem ao livro *Uma questão de gênero*, organizado por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (1992); o Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero, realizado em 1991, e que também deu origem a uma publicação — *Gênero e universidade* — organizada por Albertina de Oliveira Costa e Eva Alterman Blay (1992). Algumas informações retiradas dos currículos estão apresentadas nas curvas anexas. Parte importante da documentação usada neste texto foi localizada graças à paciente colaboração de Albertina de Oliveira Costa, a quem agradeço.
8. Heleieth Saffioti (1990).

Algumas perguntas e comentários dos jornalistas: "Você está mais fascinada pelas mulheres ou pelos homens brasileiros? Há muito lesbianismo no movimento? No ato sexual, nós realmente precisamos uma certa submissão da parte da mulher. Isso não é apenas uma tradição, é importante para nós". O texto termina com um *box* descrevendo em detalhes roupas e adereços usados por Betty Friedan.[9]

Entrevista paradigmática: dela se capta a representação de feminismo no imaginário brasileiro da época; ela não suscitou reações indignadas ou críticas. A oposição aberta de *O Pasquim* ao regime militar lhe garantia trânsito entre intelectuais progressistas.

De fato, a construção de sujeitos políticos únicos não esteve apenas presente no projeto autoritário militar, mas pautava o discurso da oposição, que rejeitava a demarcação da diferença como diversionista, ou anti-revolucionária se emergisse nos grupos de esquerda.[10]

Tematizar a questão mulher em meio ao regime autoritário significou manter um delicado equilíbrio entre situar-se nas oposições e criar um discurso novo, da diferença. Isso ocorreu através de — novas — demarcações de semelhanças e diferenças. Semelhanças entre as mulheres no Brasil; diferenças entre o feminismo brasileiro e as correntes sexistas do Primeiro Mundo. Expurgaram-se do ideário feminista temas que basculassem o equilíbrio: a sexualidade, o controle sobre o próprio corpo. A Igreja Católica — que no momento organizava o "povo" nas Comunidades Eclesiais de Base e as mulheres nos Clubes de Mães — e as esquerdas se aliavam no repúdio ao controle da natalidade.

Assim, a crítica das mulheres aos postulados ortodoxos das esquerdas, nesse primeiro momento, se deu no seu interior: o sujeito do feminismo brasileiro e dos estudos sobre mulher da década de 1970 foi a trabalhadora. Através do trabalho da mulher

9. Entrevista publicada em *O Pasquim*, 94, 24.4.1971. O episódio da visita de Betty Friedan ao Brasil foi descrito e comentado por Anette Goldberg (1987, pp. 52-54).
10. Pinto (1987).

questionavam-se os paradigmas teóricos do marxismo e dialogava-se com a corrente liberal do feminismo, que via no trabalho profissional a liberação da dona-de-casa.[11]

O tema estava no ar. Algumas teses e dissertações sobre a mulher eram defendidas nas universidades, ao mesmo tempo que a pós-graduação se expandia e as humanidades eram reconhecidas como ciências legítimas ao lado das exatas, biológicas e da terra. A imprensa clandestina e alternativa debatia — mesmo que de forma bissexta — a condição da mulher.

Ordenando registros, memórias e textos desse início da década de 1970, percebo que o tema vira questão quando uma sucessão de pequenas ações coletivas e unitárias torna públicos os "guetos individuais". Alguns seminários, simpósios e comunicações na SBPC se sucederam, até que se organizaram os atos públicos que publicizaram o nascimento do novo feminismo brasileiro, quando a ONU decretou 1975 o Ano Internacional da Mulher. A respeitabilidade das Nações Unidas, a presença de professoras universitárias e pesquisadoras bem comportadas — algumas doutoras —, ao lado de intelectuais, militantes de esquerda e feministas que vinham se encontrando em grupos de reflexão; a fluidez na nomenclatura dos eventos — seminários de pesquisa ou diagnósticos sobre a mulher — não estimularam repressão às primeiras reuniões públicas fora dos espaços acadêmicos.

Ações coletivas, unitárias e públicas foram também estratégias sabiamente usadas pelas acadêmicas, ampliando o conhecimento, angariando legitimidade, mostrando-se, dando visibilidade à questão das mulheres.

Desse momento participaram, também, algumas pesquisadoras — pedagogas e psicólogas — da Fundação Carlos Chagas, que, desde 1974, se reuniam em seminário informal, convidando acadêmicos e acadêmicas de outras instituições e disciplinas. Esses seminários fortaleceram o grupo, dando forma a um núcleo que durante algum tempo se denominou "Coletivo de Pesquisas

11. Sarti (1988, p. 42).

sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas". Sua história não foi muito diferente da de outros grupos de mulheres que se organizavam fora dos espaços acadêmicos. Algumas haviam militado em partidos de esquerda, outras haviam entrado em contato com os feminismos europeu e norte-americano; algumas integraram os raros grupos de reflexão — de autoconsciência, como o denominavam feministas do Norte — ou os grupos de mulheres, femininos e feministas, que se criaram; algumas se identificando como feministas, outras não; enfrentaram discussão interna à instituição sobre a questão das prioridades, da relevância da pesquisa sobre mulher em país com sistema educacional tão precário — a versão interna do debate em torno das lutas gerais do povo brasileiro × as lutas específicas das mulheres.

O grupo viveu rupturas, enfrentou embates, fez alianças e incorporou, desde cedo, a estratégia do coletivo. O primeiro conjunto de projetos que elaborou procurando por financiamento — Programa de Pesquisas sobre o Trabalho e a Educação da Mulher, em 1975 —, além de pesquisas individuais, incluía a realização de uma bibliografia, de um concurso para financiar pesquisas, a criação de um centro de documentação e um centro de pesquisa. Estratégias que buscavam a ampliação institucional e geográfica da área.

O grupo experimentou, como outras pesquisadoras feministas, formas alternativas de trabalho, tentando romper o gueto acadêmico buscando uma aproximação com o "povo": no nosso caso, a mulher pobre e a militância feminista que a ela tinha acesso. Não éramos originais. "Os intelectuais representam o distanciamento, as folhas sem raízes, a reflexão sem paixão, a verdade sem sofrimento, a luz sem fonte de energia. O povo está enraizado, o intelectual desenraizado; o povo arraigado, e o intelectual desarraigado (...). Há então um projeto de fusão, de cópula cultural, do qual emergiria idealmente uma articulação entre pertencimentos e distanciamentos, escreveu Hugo Lovisolo a respeito do educador popular do final da década de 1970.[12]

12. Lovisolo (1990, p. 35).

O pertencimento era reafirmado pela busca de "nós mulheres". Reafirmava-se nas discussões metodológicas quando se enfrentavam bipolaridades: oposição ou proximidade entre pesquisadora e mulher, sujeito ou objeto de pesquisa, entre pensamento e ação, entre parâmetros sociológicos ou psicológicos. "De fato, a partir do momento em que um grupo de mulheres começa a questionar a divisão de trabalho entre os sexos, a ideologia que o justifica e a forma pela qual esta ideologia é defendida, não é mais possível isolar esse trabalho crítico de um processo de autoconhecimento. Assim o exame dessa problemática acabaria sendo acompanhado por uma reflexão equivalente ao nível da subjetividade", palavras da colega Maria Malta Campos, discutindo, em 1977 a *Mulher objeto... de estudo.*[13]

Experimentaram-se metodologias participativas, procurava-se romper com a linguagem das elites, percorriam-se outros canais de comunicação. Miravam múltiplos públicos através da fala e da escrita. Nesse período os registros se confundiram, os discursos se interpenetraram. Acadêmicas também militaram e militantes também pesquisaram. A imprensa feminista foi ao mesmo tempo instrumento de pesquisa para militantes e de divulgação para pesquisas acadêmicas.[14] Apesar de não terem vivido um idílio, e tensões aflorarem à memória, feministas e pesquisadoras conjuntamente "tornaram visível o invisível" ao denunciarem a subalternidade das mulheres.

O convencimento do outro impregnou textos e falas dessas mulheres. Convencer o companheiro militante de esquerda, a mulher "alienada", a administração governamental, inclusive o IBGE, as agências de financiamento, os pares na academia. Convencer que a mulher é efetivamente oprimida, que a causa da liberação da mulher é justa, importante, não divisionista, séria e oportuna. Reforçando a opção de escrever de modo fácil, assimilável, esse

13. Campos (1979, p. 57).

14. Maria Lygia Quartim de Moraes (1985, p. 17).

estilo gerou, por vezes, produções simplificadoras, reducionistas e contraditórias no plano teórico-conceitual. Em suma, insatisfatórias para a identidade acadêmica.

A insatisfação com a própria produção, a nova fase do movimento de mulheres decorrente da abertura política na virada da década, diversificando temas, discursos e práticas do feminismo, principalmente após o retorno das exiladas em 1978, e a maior segurança — profissional das acadêmicas, política das militantes —, construíram a passagem para a institucionalização da área.

"Uma atividade militante intensa é incompatível com a vida acadêmica: ela pode ser posta de modo transitório em dados momentos." Estas palavras de Florestan Fernandes foram reiteradas, quase liturgicamente, por acadêmicas em 1984, durante um seminário em Salvador.[15] Foram 25 comunicações, insatisfeitas com o que se estava vivendo. Avaliou-se a produção durante: "estudos de caráter descritivo e exploratório, reiterativos, protocolos de subordinação feminina... Discurso intimista e persuasivo, colado ao senso comum, generalizador, monotamente repetitivo e queixoso, discurso que nos uniu na falta... Gueto, entesouramento de informações que se fecharam em si mesmas, postura narcisista... Centradas em si mesmas, as mulheres viam os homens e viam-se pela metade". Em suma: "ser intelectual orgânico do movimento de liberação das mulheres foi um fardo pesado demais".[16]

À crítica seguiram algumas exortações: "precisamos elaborar nossos conceitos e reafinar nossas ferramentas. Ver a mulher numa perspectiva relacional". "Recuperar a singularidade. Compreender os dispositivos constituidores dessa nova individualidade. Relacionar os estudos sobre mulher com as Ciências Sociais. Sair do gueto." Como escreveria Verena Stolcke, em relatório para a Fundação Ford, "houve um sentimento dominante de que

15. Fernandes (1977).

16. Citações retiradas dos Anais do Seminário Zahidée Machado Netto (1984).

a pesquisa sobre mulher no Brasil chegou ao fim de um período. Um passo qualitativo faz-se agora necessário para superar os impasses teóricos em um momento em que aumentaram as solicitações às pesquisadoras feministas para elaborar projetos de ação".[17]

Institucionalização dos estudos sobre relações de gênero

A década de 1980 tem sido considerada como período em que se deu a institucionalização do feminismo em suas vertentes militante e acadêmica.

Na vertente militante, percebe-se um processo de profissionalização de antigos e novos grupos, adotando um modelo de organização mais formal — as ONGs feministas ou a serviço do movimento de mulheres — ampliando o leque temático, liberando-se dos limites consensuais que garantiam as manifestações unitárias da década de 1970. Assim, violência contra a mulher, sexualidade, mulher negra foram as questões acrescentadas à agenda feminista. Muitos grupos ampliaram suas atividades, incluindo, ao lado da conscientização e da organização das mulheres, a prestação de serviços: apoio e encaminhamento em situação de violência doméstica, abrigo, exame ginecológico, assessoria. Alguns incluíram, também, entre seus objetivos a realização de pesquisas e estudos.

Algumas mulheres educadas passaram a construir seu trabalho nesse cenário, que pode comportar, agora, profissionais: relações formais de trabalho, salário, férias, registro em carteira, novidades que foram sendo incorporadas pouco a pouco no cotidiano de algumas organizações da sociedade civil.

Outro cenário de institucionalização do movimento de mulheres na década de 1980 foi o Estado. Em 1982, com a vitória das oposições e o fim do bipartidarismo, se iniciaram, entre feministas,

17. Stolcke (1984, p. 8).

discussões sobre a natureza institucional de um órgão governamental responsável pela implementação de políticas visando a abolição das discriminações sexuais. Em 1983, um grupo de mulheres feministas, ligadas ao PMDB de São Paulo, decidiu "dar um passo de astronauta", na avaliação de Jacqueline Pitanguy, ou inaugurar o "feminismo de Estado", na avaliação de Anette Goldberg, criando o Conselho Estadual da Condição Feminina.[18] Essa decisão, como tantas outras, foi precedida de intensa discussão entre feministas. Temia-se a burocracia estatal *vis à vis* do movimento autônomo e a deglutição das reais necessidades das mulheres pela ideologia partidária.[19]

As conselheiras representavam tanto os movimentos da sociedade civil quanto as Secretarias de Estado. Acadêmicas no sentido estrito, isto é, professoras universitárias e pesquisadoras, compuseram o Conselho, juntamente com outras mulheres, do movimento autônomo, de sindicatos e do PMDB, enquanto representantes da sociedade civil por sua vinculação a grupos militantes. Seu programa de ação, que propôs formular uma política global para a mulher no âmbito do Estado visando o estabelecimento da igualdade social entre os sexos, previa também a promoção de estudos, debates e pesquisas sobre a condição da mulher.

A experiência de São Paulo se estendeu progressivamente a outros estados e municípios, podendo-se contar 34 Conselhos estaduais e municipais em 1990, e à Federação. Durante a campanha para as eleições diretas à presidência da República (1984), feministas organizadas em partidos políticos discutiram a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o que aconteceu em 1985.

Essa frente de atuação das feministas evidencia, ainda, uma interação estreita entre militância e academia, mas agora em plano institucional. Não só os Conselhos integraram acadêmicas feministas, mas também fomentaram a produção e divulgação de

18. Pitanguy (1990) e Goldberg (1989).
19. Ardaillon (1989).

conhecimentos. Atuando através de equipes que se especializaram em temas originados do feminismo — trabalho, saúde, creches, violência, educação — as campanhas e propostas dos conselhos se apoiaram nos conhecimentos já acumulados sobre as condições de vida das mulheres e suscitaram novos estudos e pesquisas. Encomendaram pesquisas a grupos externos, constituíram equipes internas para pesquisar novos temas, organizaram seminários, palestras, encontros, publicaram livros e folhetos: convocaram acadêmicas para depor nas comissões da Assembléia Nacional Constituinte, em que se debatiam as propostas das mulheres para a nova Constituição.

Em 1987, o Conselho Nacional desenvolveu ações mais estritamente ligadas às práticas tradicionais do *Women's Studies*: lançou, em parceria com a CAPES, um "programa de apoio a teses sobre a questão da mulher" e a campanha nacional "Discutindo na escola o papel da mulher na sociedade", que se configurou como uma intervenção anti-sexista no currículo escolar de 1º e 2º graus do sistema público de ensino. Avaliações de ambas as iniciativas insistiram na necessidade de que as experiências continuassem. Porém, o esvaziamento do Conselho Nacional, já no final do governo Sarney, retirou esse cenário do palco feminista.

Enquanto o CNDM não conseguira "manter sua posição de posto avançado do movimento feminista, tornando-se mais um conjunto de cargas à disposição do governo federal",[20] os estudos sobre mulher/relações de gênero conheceram um processo contínuo de crescimento e institucionalização nas universidades e centros de pesquisa durante toda a década de 1980 e início da de 1990. A expansão, se não se configura como espetacular, tem sido continuada e notável através de vários indicadores. Há evidências do aumento do número de teses defendidas, de cursos ministrados na pós-graduação e mesmo graduação.[21] Praticamente todas as associações profissionais e de pós-graduação

20. Pinto (1992, p. 144).

21. Costa *et alii* (1985); Barroso (1987); Safioti (1990).

nas Humanidades e Letras contam com pelo menos um grupo de trabalho sobre mulher/gênero. Textos também têm sido publicados de forma continuada, compondo um acervo bibliográfico consistente. Por exemplo: nos dez anos de existência do GT "Mulher na Força de Trabalho" da ANPOCS foi apresentada uma centena de comunicações; nos seis Concursos de Dotações para Pesquisas sobre Mulher, organizados pela Fundação Carlos Chagas com apoio da Fundação Ford, foram financiados 134 projetos. A produção contemporânea tem sido suficiente para estimular revisões bibliográficas disciplinares — em Educação, Antropologia — ou ainda temáticas e interdisciplinares — família, feminismo, força de trabalho, trabalho doméstico. E o interesse não parece refluir.

Ao mesmo tempo, outras disciplinas e novos temas ganham destaque, abalando o monopólio da Sociologia. Psicologia, História, Literatura, entram em cena procurando compreender a construção da identidade de gênero, desvelar práticas de resistência no cotidiano de nossas antepassadas, identificar uma escritura feminina, estendendo o diálogo para além do binômio marxismo-trabalho. Cursos de pós-graduação perdem o caráter generalista dos primeiros tempos e se voltam para questões específicas no interior das disciplinas ou com enfoque interdisciplinar: "Nacionalismo e sexualidade no Brasil", "Mulher, sexualidade e trabalho", "A transversalidade do gênero nas Ciências Sociais", são exemplos recentes.

Há algumas evidências de que a temática mulher/gênero vem se infiltrando na universidade, não sendo monopólio de algumas poucas especialistas. O cenário não comporta mais "mulherólogas".[22] A diversidade de enfoque dificulta a construção de um balanço teórico global para a área. Tarefa difícil para uma única pessoa circular com segurança de Derrida a Bakhtin, de Lacan a Michelle Rosaldo, de Apple a Foucault, de Lacan a

22. A infiltração da área nas tramas da universidade se evidencia, por exemplo, através da multiplicidade de orientadores(as) que têm acompanhado a elaboração de dissertações e teses sobre mulher/gênero nos últimos anos, cujo rol ultrapassa, em muito, as "mulherólogas" notáveis. A expressão "mulheróloga" foi cunhada pela jornalista Carmen da Silva.

Françoise Héritier, de Luce Irigaray a Michelle Perrot. O balanço possível é genérico: uma preocupação crescente, mas não unânime, com a construção social dos gêneros. "A noção de gênero aponta para o caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino. Indica a exigência de um posicionamento teórico: não basta a escolha do objeto empírico 'mulher'. Os estudos não precisam nem induzem a congregar exclusivamente mulheres."[23] A passagem do conceito de sexo para o de gênero não ganha unanimidade nem ocorre sem dificuldades, "pois poderia levar a um maior realce do poder explicativo da dimensão simbólica, em detrimento da estrutural, bem como a obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora, que sempre foi a marca dos estudos de mulher".[24]

Essa movimentação na área — indicadora de vitalidade — tem sido associada à sua construção institucional. Aqui, também, não se observa unanimidade: construção difícil, edifício frágil frente ao conservadorismo universitário, escreveram algumas; institucionalização fácil, paternalizada pela universidade — decorrente do não radicalismo — e pelas agências de fomento, decorrente de um projeto visando o controle populacional do Terceiro Mundo, observaram outras.

Evidencio, porém, outras determinações: as Humanidades e Letras constituem um reduto de mulheres na universidade e nas agências nacionais de fomento;[25] alguns indícios sugerem que, possívelmente em países latinos, a escola se situaria entre as instituições sociais menos sexistas;[26] a área se expandiu simultaneamente à institucionalização das Humanidades. Em certo sentido, estudos de mulher/gênero foram criaturas e criadoras das Humanidade/Letras, da mesma forma que outros temas recortados no período.

23. Lavinas (1992, p. 9).

24. Costa e Bruschini (1992, p. 8).

25. Em geral a mulher representa um terço da força de conhecimento científico no país, a saber: 30,5 por cento dos pesquisadores bolsistas do CNPq; 32,3 por cento dos recursos em ciência-ensino cadastrados pelos SELAP; 31,5 por cento da autoria de artigos científicos (...); 31,5 por cento das defesas de teses; (...) 37,1 por cento dos mestrados; 34,2 por cento dos doutorandos em cursos no exterior, com bolsa do CNPq (...). Porém, é "marcante a variação da presença da mulher em função da área de conhecimento: incipiente, 0 — 28 por cento, nas engenharias, ciências exatas, da terra e agrárias; intermediária, 19 — 43 por cento, nas Ciências Sociais e da Saúde e efetiva — até 63 por cento — nas Ciências Humanas, Biológicas, Lingüística, Letras e Artes" (Azevedo *et alii*, 1989, p. 275).

A expansão tem corrido pelas brechas provocadas pela própria institucionalização das Humanidades na universidade brasileira, oportunidades agarradas por acadêmicas, muitas delas tendo-se iniciado na temática já dispondo de currículo competitivo. Assim, são poucas, raras mesmo, as acadêmicas que atuam exclusivamente em estudos sobre mulher/gênero, a maioria conhecendo uma trajetória profissional de duplo pertencimento.[27]

O isolamento que conheceram — fragilizador — e o desejo de troca estimularam a criação de núcleos universitários de estudos e pesquisas sobre mulher/gênero. A experiência, tendo-se iniciado na PUC/RJ em 1981, progrediu cautelosamente num primeiro momento, para, no final da década, contar com uma vintena de núcleos. Atuando nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, alguns núcleos parecem conviver com tensões antigas decorrentes da relação entre universidade e militância feminista, hipertrofiando, através da extensão, a relação com a comunidade e instituições governamentais. Enfrentam dilemas novos, decorrentes da institucionalização, alguns específicos à prática docente: uma disciplina sobre mulher/gênero deve ser optativa ou obrigatória? A quem atenderia, aos interessados ou aos já iniciados? "Como conseguir que nossas professoras e professores (...) incorporem que o sujeito da aprendizagem, na sua maioria e nessa áreas, é, antes de tudo (...) uma mulher?"[28]

Compartilham, como os demais núcleos especializados em outras temáticas, as insuficiências do sistema universitário e da pós-graduação: equipamento mínimo, pouca ou nenhuma informatização, pobreza de recursos, carência de documentação.

26. Essa observação a respeito do sistema escolar compartilho com Erguita (1989) e Baudelot e Establet (1992).

27. Vide gráficos anexos.

28. As informações sobre os Núcleos Universitários foram retiradas de Costa e Blay (1992).

Os financiamentos também têm sido apontados dentre os determinantes da institucionalização da área. Como em qualquer outro campo da produção científica no país, as acadêmicas vêm recebendo apoio das agências nacionais exteriores à universidade, reproduzindo parte do perfil descrito por Cláudio Moura Castro: os estudos sobre mulher/relações de gênero são também tipicamente assinados por uma pesquisadora com bolsa no CNPq, formada com bolsa da CAPES.[29] Também, como qualquer outra área nas universidades, os recursos são destinados a pesquisadoras individuais e para pequenos projetos. Há quem considere que essa prática das financiadoras tenha facilitado o próprio desenvolvimento dos estudos de mulher: o pequeno risco que as instituições corriam daria ocasião a ousadias, a apresentação de projetos sobre temáticas esdrúxulas. Mas financiar apenas pequenos projetos isolados reforça a fragmentação do conhecimento, dificulta a formação de equipes, a manutenção de uma produção continuada com renovação de quadros.[30] Algumas dessas seqüelas, no caso dos estudos sobre mulher/relações de gênero, foram mitigadas pelo apoio contínuo que a área vem recebendo da Fundação Ford desde 1978.

Financiando o *Women's Studies* nos Estados Unidos desde 1972, a Fundação Ford foi pouco a pouco diversificando sua atuação no Brasil, onde havia privilegiado, na década de 1960, estudos de população. Recebida, de início, com desconfiança pela área e projetando desconfiança nos projetos/grupos que recebiam seu apoio — uma instituição norte-americana assumindo uma política de apoio aos estudos sobre mulher só podia ser orientada por diversionismo imperialista — a Fundação Ford deixou de ser temida como "bicho-papão" com a abertura política, o acesso à informação e à diversificação de seus contatos com entidades de diferentes setores.[31]

29. Moura e Castro (1986).

30. Costa *et alii* (1985, p. 11).

31. Costa *et alii* (1985, p. 11).

Impossível avaliar o que tenha sido a participação da Fundação Ford frente aos investimentos de outras instituições nacionais e internacionais, em decorrência da fluidez da área e do pudor de instituições brasileiras na explicitação de seus orçamentos. O impacto mais destacado — mas não o mais vultoso — de sua atuação tem sido o financiamento dos Concursos de Dotação para Pesquisas sobre Mulher, atualmente na sexta versão, que tem apoiado de forma constante, nestes quase quinze anos, a realização de projetos de pesquisadores(as) iniciantes e veteranos(as).[32] A persistência do apoio à pesquisa sobre mulher/gênero — mesmo em período de crise econômica, quando outras agências seduziram-se por projetos de intervenção sobre questões mais visíveis, ou rentáveis, quando dependem da caridade pública do Primeiro Mundo, como meninos de rua e controle de natalidade — tem sido uma qualidade apreciada no relacionamento institucional. Além disso, a alocação para o escritório brasileiro, nestes últimos anos, de profissionais concernidos(as) com a questão das mulheres e conhecedores(as) da cultura brasileira, tende a diminuir zonas de tensão, decorrentes tanto da competição (inevitável) entre candidatos(as) a financiamento quanto da dinâmica própria do fazer pesquisa. Redirecionar objetivos ou ênfases de um projeto em função da conjuntura — flexibilidade que separa o pesquisador do burocrata — tem sido possível sem maquilagem no caso de apoio da Fundação Ford, porque seus profissionais, no escritório local, conhecem, e por vezes até compartilham, vicissitudes conjunturais em que vivemos. Vicissitudes que, nos dias atuais, são sombrias, pouco propícias a prognósticos otimistas.

Em avaliação recente, os Núcleos de Estudos sobre Mulher/Gênero assinalavam sua fragilidade decorrente do ainda pequeno número de acadêmicas. Uma tese, uma bolsa mais longa no exterior podem interromper temporariamente as atividades de certos núcleos. Ainda somos muito poucas atuando numa rede cuja trama vem sendo tecida informalmente, seguindo desenho imprevisível.

32. Vide algumas informações sobre financiamentos da Fundação Ford e Concursos nas tabelas e gráficos anexos.

Por isso, em seminário recente, um grupo de pesquisadoras propôs, e vem elaborando, projetos para fortalecer essa rede, ligada ou não aos núcleos: criação de uma revista especializada, curso de estudos sobre mulher/relações de gênero a circular em forma itinerante pelas universidades; informatização da bibliografia, passo inicial para constituição de um serviço de documentação; formalização de uma rede de pesquisadores(as) estudiosos(as). Trata-se de estratégias que, certamente, contribuirão para solidificar a área nestes tempos em que a ideologia de mercado parece penetrar a universidade através de uma racionalidade marcadamente pragmática, possivelmente pouco estimulante para produção teórica. Produção teórica nem sempre é compatível com projeto encomendado, nem sempre confere visibilidade, se nutre em temas da moda ou responde às expectativas do que deva ser a contribuição do Terceiro Mundo para um cenário desenvolvido. O quanto se responderá à pressão de fora dependerá do poder de negociação não apenas das veteranas, mas das jovens gerações de mulheres educadas.

Há indícios de renovação das acadêmicas. Continuamos sendo procuradas por jovens mestrandas, muitas delas interessadas nos estudos sobre mulher/gênero e que tiveram uma vivência educacional bastante diversa das veteranas. Há que investir recursos, energia e criatividade na formação educacional dessas mulheres. Há que encontrar estratégias para apoiar, especialmente, o pequeno contingente de mulheres negras educadas, precursoras potenciais de uma nova fase dos estudos sobre mulher/gênero, para quem a metáfora da história da educação mais se aproximaria das asas de Ícaro que das máquinas voadoras de Leonardo.

Tabela 1
Mestrados e Doutorados sobre mulher

	Mestrados	Doutorados
Antes de 1970	2	2
1970 a 1974	17	8
1975 a 1979	54	5
1980 a 1984*	61	20

* Até 1º semestre.

Fonte: Costa *et all.* 1985, p. 10.

Tabela 2
Projetos enviados e aprovados nos seis Concursos de Dotações para Pesquisa sobre Mulher. Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford

Ano	Enviados nº	Enviados %	Aprovados nº	Aprovados %
1978	127	15	21	15
1980	115	13	17	12
1982	138	16	18	12
1986	114	13	24	17
1988	181	21	27	20
1992	165	19	27	20
Total	840	100%	134	100%

Fonte: Relatórios Técnicos dos Concursos de Dotações para Pesquisa sobre Mulher.

Tabela 3
Distribuição percentual dos projetos apresentados segundo a área de formação do pesquisador principal em todos os Concursos de Dotações para Pesquisas sobre Mulher. Fundação Carlos Chagas

Áreas acadêmicas	1978	1980	1982	1986	1988
Administração[1]	—	—	—	2,6	2,2
Arquitetura	1,5	1,5	2	1,7	0,5
Artes Cênicas[2]	—	—	—	0,8	0,5
Artes Plásticas	—	—	—	—	0,5
Ciências Sociais	30	32	30	31,6	17,6
Cinema[3]	—	—	—	1,7	1,1
Comunicação/Jornalismo	6	7	9	7	3,8
Direito	3	3	1	0,6	0,0
Economia[4]	—	—	—	1,7	2,2
Educação	6	5	6	2,6	—
Educação Física	—	—	—	—	1,1
Enfermagem[5]	—	—	—	3,5	1,6
Engenharia	—	—	—	—	1,1
Estatística	—	—	—	—	0,5
Filosofia	6	3	—	2,6	2,8
Geografia	—	—	—	—	1,6
História	6	4	6	7,0	17,7
Letras	5,5	7	4	6,1	5,0
Medicina	6	7	7	4,3	8,3
Odontologia	—	—	—	—	0,5
Pedagogia	—	—	—	—	1,6
Psicologia/Psicanálise	13	18	20	15,8	21,5
Saúde Pública	—	—	—	—	1,1
Serviço Social	4	2	1	6,1	1,1
Terapia Ocupacional	—	—	—	—	0,5
Outras	5	2	3	3,5	1,1
Sem resposta	—	—	—	—	0,5
Totais	100	100	100	100	100
Total dos projetos	126	132	138	114	181

1. Administração, agregado com Economia.
2. Artes Cênicas, agregado com Artes Plásticas.
3. Cinema, agregado com Artes.
4. Economia, agregado com Administração.
5. Enfermagem, agregado com Medicina.

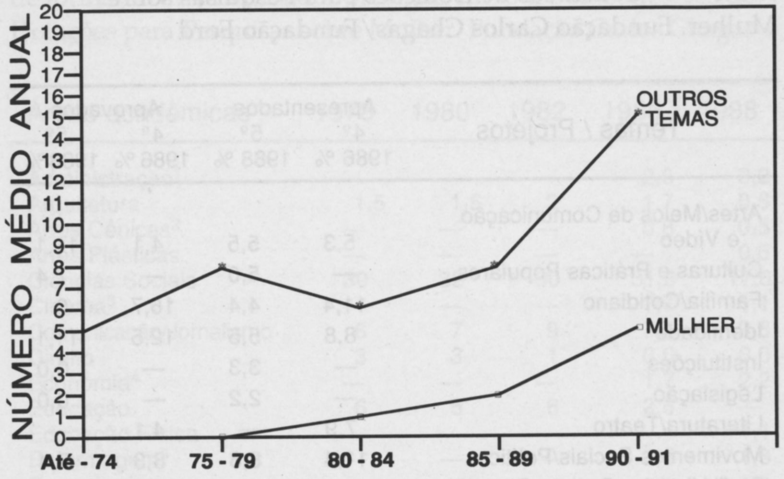
Fonte: FCC. Relatório Técnico do 5º Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher. Anexo p.5, Tabela comparativa 7.

Tabela 4
Distribuição percentual por temas dos projetos apresentados nos 4º e 5º Concursos de Dotações para Pesquisas sobre Mulher. Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford

Temas / Projetos	Apresentados 4º 1986 %	Apresentados 5º 1988 %	Aprovados 4º 1986 %	Aprovados 5º 1988 %
Artes/Meios de Comunicação e Vídeo	5,3	5,5	4,1	11,1
Culturas e Práticas Populares	—	5,0	—	7,4
Família/Cotidiano	11,4	4,4	16,7	0
Identidade	8,8	5,5	12,5	11,1
Instituições	—	3,3	—	0,0
Legislação	—	2,2	—	0,0
Literatura/Teatro	7,9	—	4,1	—
Movimentos Sociais/Políticos	11,4	8,8	8,3	7,4
Perfil Histórico-Social e Biográfico	9,6	14,4	12,5	18,5
Planejamento Familiar/ Sexualidade/Educação Sexual/ Aborto Sexualidade/ Educação Sexual/Aborto	—	13,2	—	22,2
Saúde	11,4	12,1	12,5	7,4
Socialização/Educação	7,9	8,8	4,1	3,7
Trabalho	11,4	12,1	16,7	11,1
Violência	8,8	4,4	4,1	3,7
Totais	100	100	100	100
Total dos Projetos	114	181	24	27

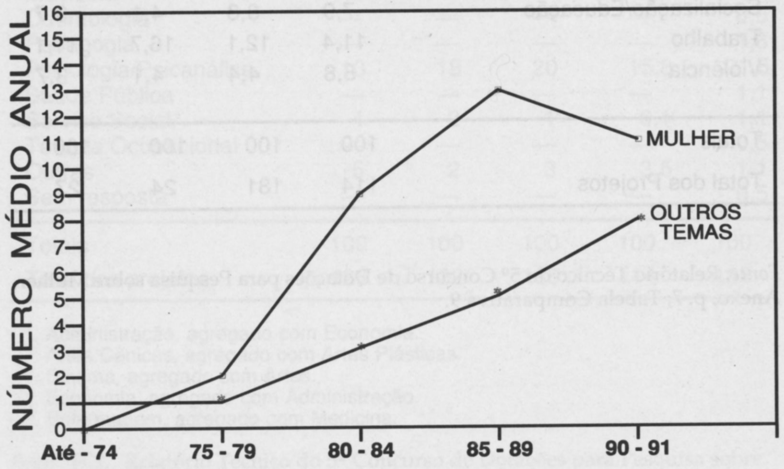
Fonte: Relatório Técnico do 5º Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher. Anexo, p. 7; Tabela Comparativa 9.

Gráfico 1
Cursos regulares ministrados — 1970 a 1991



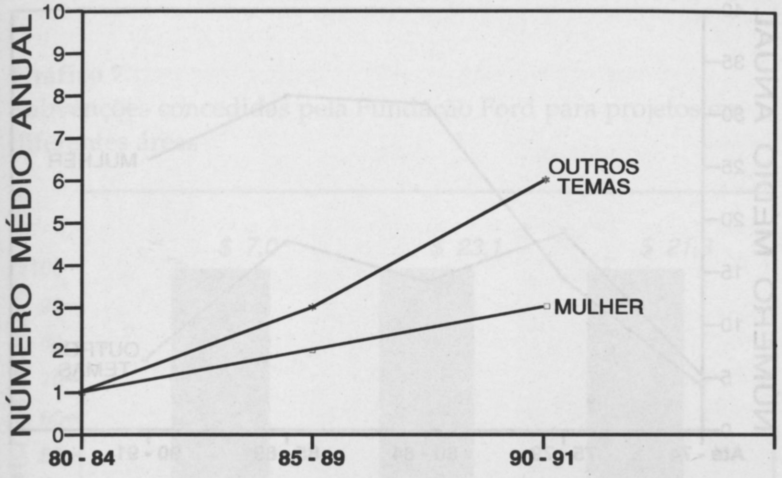
Fonte: Curriculum Vitae de 25 acadêmicas.

Gráfico 2
Informação de financiamento — 1970 a 1991



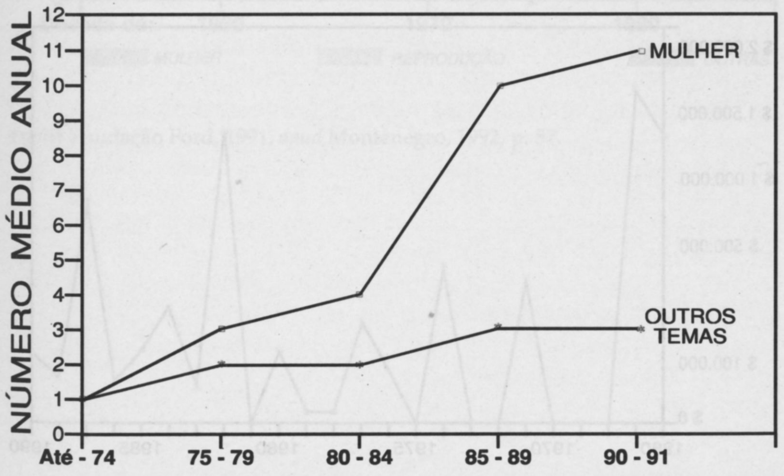
Fonte: Curriculum vitae de 25 acadêmicas.

Gráfico 3
Orientações de Mestrado e Doutorado — 1980 a 1991



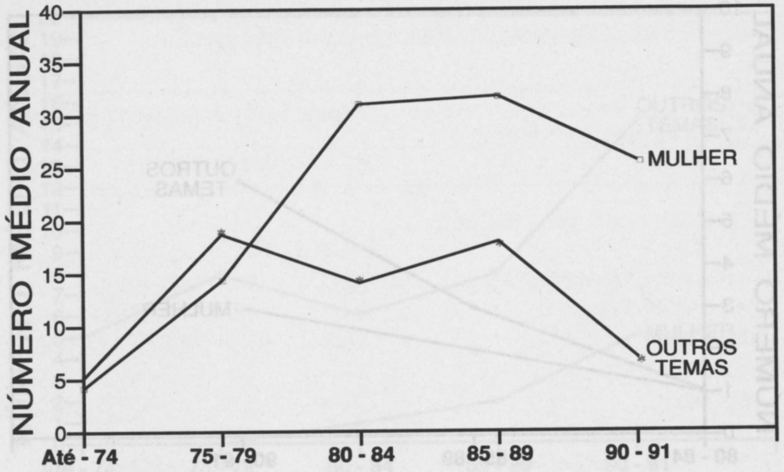
Fonte: Curriculum vitae de 25 acadêmicas.

Gráfico 4
Pesquisas de acadêmicas — 1970 a 1991



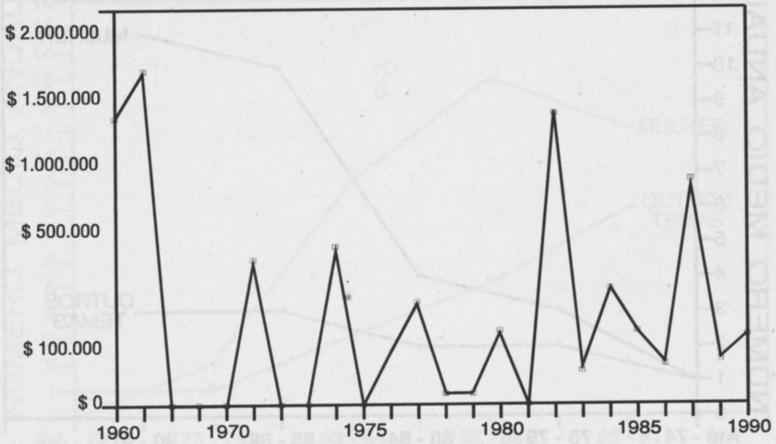
Fonte: Curriculum vitae de 25 acadêmicas.

Gráfico 5
Publicações de acadêmicas — 1970 a 1991



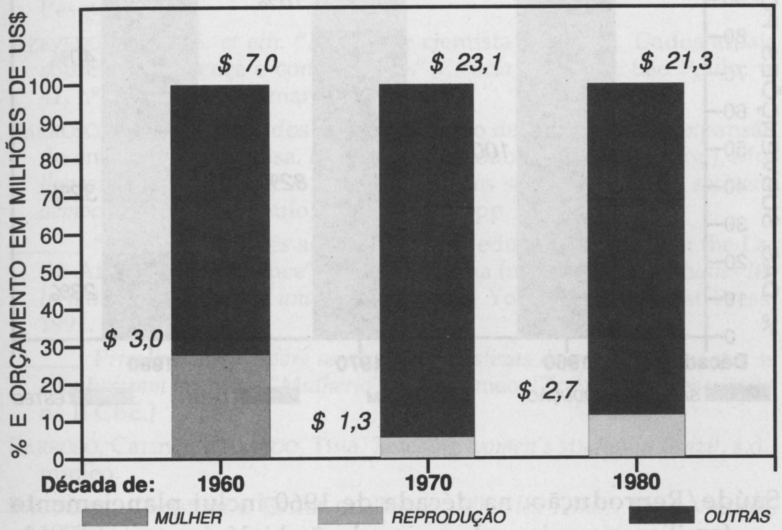
Fonte: Curriculum vitae de 25 acadêmicas.

Gráfico 6
Subvenções concedidas pela Fundação Ford para projetos nas áreas de Mulher, Reprodução/Saúde



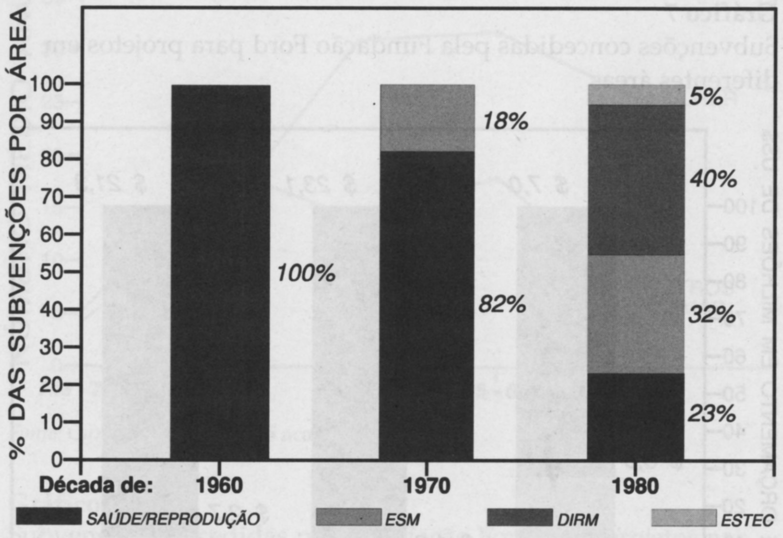
Fonte: Fundação Ford, 1981; *apud* Montenegro, 1992, p. 52.

Gráfico 7
Subvenções concedidas pela Fundação Ford para projetos em diferentes áreas



Fonte: Fundação Ford, 1991; *apud* Montenegro, 1992, p. 57.

Gráfico 8
Subvenções concedidas pela Fundação Ford para projetos nas áreas de Mulher e Saúde/Reprodução.



Saúde/Reprodução: na década de 1960 inclui planejamento familiar, pesquisa sobre reprodução biológica e controle da fertilidade; na década de 1970, inclui planejamento familiar, reprodução biológica e saúde materno-infantil; na década de 1980, inclui outras atividades.

ESM: Estudos sobre a mulher.

DIRM: Direitos da mulher.

ESTEC: Estratégias econômicas.

Fonte: Fundação Ford, Rio de Janeiro, 1991, *apud* Montenegro, 1992, p. 52.

Bibliografia

AGUIAR, Neuma. *Programas de estudos e cursos sobre mulheres: o caso brasileiro*. 1981, mimeo.

ARDAILLON, Danielle. "Estado e mulher: conselhos dos direitos da mulher e delegacias de defesa da mulher". São Paulo, 1989 [Relatório de Pesquisa].

AZEVEDO, Eliane S. *et alii*. "A mulher cientista no Brasil. Dados atuais sobre sua presença e contribuição." *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 41, nº 3, pp. 275-283, março 1989.

BARROSO, Carmen. "Estudos sobre mulher: o descompasso na expansão do ensino e da pesquisa. *In* OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (org.), *Mulheres: da domesticidade à cidadania; estudos sobre movimentos sociais e democratização*. São Paulo, CNDM, 1987, pp. 97-99.

______. "Women's studies as a strategy for educational change: the Latin-American experience". *In* RAO, Aruna (org.), *Women's Studies International — Nairobi and Beyond*. Nova York, The Feminist Press, 1991.

______. *Primeiras notas sobre as alegrias e tristezas de pesquisadoras que se aventuraram no jornal "Mulherio"*, s.d., mimeo. [Trabalho apresentado na II CBE.]

BARROSO, Carmen e AMADO, Tina. *Teaching women's studies in Brazil*, s.d., mimeo.

BAUDELOT, Christian e ESTABLET, Roger. *Allez les Filles!*. Paris, Seunil, 1992.

BEAU NOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.

BERGANTINI, Isabel Cristina. "Balanço crítico da literatura brasileira sobre trabalho doméstico." São Paulo, 1987. Dissert. (mestr.), PUC/SP.

BLAY, Eva Alterman. "Núcleos de estudos sobre mulher no Brasil." São Paulo, 1990. [Trabalho apresentado no Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Paulo, 1990].

______. (coord.) "Teses de mestrado, doutorado e livre-docência sobre a mulher, defendidas na USP entre 1985 e 1989." São Paulo, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1990.

BLAY, Eva Alterman *et alii*. "Relações sociais de gênero × relações de sexo." São Paulo, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989.

CAMPOS, Maria M. *A mulher objeto... de estudo*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

CASTRO, Cláudio Moura. "Há produção científica no Brasil." CNRH. Documento de Trabalho, nº 18. Brasília, IPEA, 1985.

CORREA, Mariza. *Mulher e família: um debate sobre a literatura recente*. Rio de Janeiro, *BIB*, nº 18, pp. 27-44, 1984.

COSTA, Albertina de Oliveira. "É viável o feminismo nos trópicos? — Resíduos de insatisfação." São Paulo, 1970. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, nº 66, ago. 1988, pp. 63-64.

COSTA, Albertina de Oliveira e BLAY, Eva Alterman (orgs.), "Gênero e universidade." São Paulo, NEMGE/USP, 1992.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. "Uma contribuição ímpar: os Cadernos de Pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero." São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, nº 80, fev. 1992, pp. 91-99.

COSTA, Albertina de Oliveira e RODRIGUES, Arakcy Martins. *O resgate do psicológico nos estudos das relações do gênero nas Ciências Sociais*, s.d., mimeo.

COSTA, Albertina de Oliveira *et alii*. "Pesquisa sobre mulher no Brasil — do limbo ao gueto?" São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, nº 54, ago. 1985, pp. 5-15.

ENGUITA, Mariano F. "A face oculta da escola." Porto Alegre, *Artes Médicas*, 1989.

Estudos Feministas. Rio de Janeiro, v. 0; nº 0, 1992.

FERNANDES, Florestan. "Sobre o trabalho teórico." Assis, *Transformação*, nº 2, 1977.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. "O financiamento das Ciências Sociais. A estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep — 1966-1985." Rio de Janeiro, *BIB*, nº 26, 1988, pp. 38-55.

______. "Created equal." Nova Iorque, 1986.

FORD FOUNDATION. *Annual Report*, 1991. Nova Iorque, 1992.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis, Vozes, 1971.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Seminário Zahidée Machado Neto. Salvador, 1984.

GIANOTTI, José Arthur. "O tema da ilustração em três registros." São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, 1987, pp. 3-15.

GOLDBERG, Anette. "Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante." Rio de Janeiro, 1987. Dissert. (mestr.), UFRJ.

______. "Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político." Rio de Janeiro, *BIB*, nº 28, 1989, pp. 42-70.

HERZ, Mônica. "Política cultural externa e atores transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil." Rio de Janeiro, 1989. Dissert. (mestr.), IUPERJ.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo, Scritta, 1991.

LANDIM, Leilah (org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER — Instituto de Estudos da Religião, 1988.

LAVINAS, Lena. *Campo e transversalidade: construções para a afirmação científica do gênero*, s.d., mimeo.

LOVISOLO, Lena. *Educação popular: maioridade e conciliação*. Salvador, UFBA, 1990.

MACHADO, Lia Zanotta. "Feminismo, academia e interdisciplinaridade." São Paulo, 1990. [Trabalho apresentado no Seminário "Estudos sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas". São Paulo, 1990.]

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Sumaré-CNPq, 1990.

MITCHELL, Juliet. "Mulheres: a revolução mais longa." Rio de Janeiro, *Revista Civilização Brasileira*, nº 14, jul. 1967, pp. 5-42.

MONTENEGRO, Maria Thereza Torres. "Uma organização não-governamental feminista: o *Mulherio*." São Paulo, 1992. Dissert. (mestr.), PUC-SP.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo, Nobel, 1985.

NAVARRO, Marysa. "Research on latin-american women." *Signes*, v. 5, nº 1, 1979, pp. 111-120.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, nº 94, 24.4.1971.

PENA, Maria Valéria Junho. "O estado das informações sobre a mulher no Brasil: uma avaliação." Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1989.

PINTO, Celi Regina J. "Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político." *In* COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro-São Paulo, Rosa dos Tempos-FCC, 1992.

______. "A mulher como sujeito político." XI Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1987.

PITANGUY, Jacqueline. "Feminismo, cidadania e políticas públicas." São Paulo, 1990. [Trabalho apresentado no Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Paulo, 1990.]

RENDEL, Margherita. "Informe sobre los programas de investigación y de enseñanza relacionados con la mujer." Paris, UNESCO, 1980. [Trabalho apresentado na Conferencia Mundial sobre el Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer. Copenhague, 1980.]

ROSEMBERG, Fúlvia. *As feministas e a luta por creche*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1987.

______. *O movimento de mulheres e a nova conjuntura política*. Documento de trabalho, s.d., mimeo.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Mulher: pesquisa e ensino*, 1990, mimeo.

______. "Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias." Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1969.

SARTI, Cynthia A. "Feminismo no Brasil: uma trajetória particular." São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, nº 64, fev. 1988, pp. 38-47.

SCHMINK, Marianne. *Women in Brazilian "abertura" politics*. Signs, v. 7, nº 1, 1981, pp. 115-153.

SCHMINK, Marianne e BARROSO, Carmen. *Women's programs for the andean region and the southern cone: assessmet and recommendations*, 1984, mimeo.

SEMINÁRIO Zahidée Machado Neto. *Anais*. Salvador, FCC-NEIM, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. "A história da mulher no Brasil: balanço da produção e perspectivas." *Ler História*, nº 12, 1988, pp. 95-110.

STIMPSON, Catharine R. e COBB, Nina Kressneer. *Women's studies in the United States*. Nova York, Ford Foundation, 1980.

STOLCKE, Verena e SELLERS, Patricia S. *Consultancy on projects on women funded by Ford Foundation in Brazil*. Rio de Janeiro, 1984, mimeo.

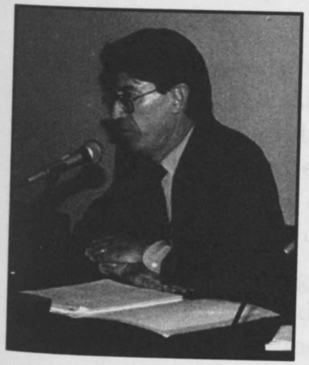
STUDART, Heloneida. *A mulher brinquedo do homem*. Petrópolis, Vozes, 1969.

TABAK, Fanny. "A declaração universal e os direitos da mulher." Rio de Janeiro, *Revista de Ciência Política*, v. 2, nº 4, out.-dez. 1986.

WERNECK, Olga. "O desenvolvimento e a situação da mulher." Rio de Janeiro, *Revista Civilização Brasileira*, v. I, nº 4, set. 1965.

AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

Fernando Homem de Melo



Fernando Homem de Melo, Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

Os anos iniciais de atuação da Fundação Ford no Brasil foram marcados, no que diz respeito ao setor agrícola, por importantes discussões de política econômica. O Brasil, naquela época, ainda apresentava taxas bastante elevadas de crescimento populacional, cerca de 3 por cento ao ano na década de 1950.

Isso, por sua vez, colocava uma necessidade mínima elevada para o crescimento da oferta de produtos alimentares. Ao mesmo tempo, o país dava os primeiros passos em sua estratégia de desenvolvimento econômico baseada na industrialização via substituição de importações. Ou seja, a prioridade maior era o setor industrial e não o setor agrícola.

Reynold Carlson, em documento de agosto de 1964, já mostrava preocupação com o desempenho do setor agrícola. Ao examinar a década de 1950, ele concluiu que, enquanto o crescimento do produto industrial *per capita* havia superado 7 por cento ao ano, o do produto agrícola havia sido de apenas 1 por cento ao ano.

O início da década de 1960 registrou problemas na oferta agrícola, em especial na de alimentos. Talvez, até mesmo, por essa razão, uma razoável parcela dos analistas de nossa economia agrícola colocava uma grande ênfase na reforma agrária. Isto é, argumentava-se que, através dela, poder-se-ia aumentar a produção de alimentos e aumentar o mercado para produtos industriais.

Essa discussão teve grande polêmica e teve uma forte conotação política. O artigo de Antonio Barros de Castro "A Agricultura e o Desenvolvimento Econômico no Brasil", publicado

no final da década de 1960, foi muito importante para evidenciar que o setor agrícola não foi entrave à expansão do setor industrial. Este cresceu 900 por cento entre 1932 e 1962, uma expansão extremamente alta por padrões internacionais. A natureza de nossa expansão industrial — via substituição de importações — trouxe menor dependência em relação ao mercado agrícola consumidor.

Os diagnósticos da Fundação Ford, por sua vez, colocavam a necessidade de se acelerar o crescimento agrícola. Salientavam-se as necessidades de maiores investimentos no setor, de mudanças institucionais, de mais pesquisa agrícola e mais investimentos em educação. Os textos de Reynold Carlson e G. Edward Schuh são muito claros a esse respeito.

Entretanto, o convencimento político para que essas mudanças ocorressem era uma tarefa difícil. Por quê? A definição pelo governo brasileiro, de forma deliberada, nos anos de 1950, da industrialização como o carro-chefe do crescimento econômico brasileiro diminuía o espaço do setor agrícola. Os excessos de nosso modelo de industrialização prejudicaram e discriminaram o setor agrícola. Os instrumentos dessa discriminação foram a taxa de câmbio sobrevalorizada, os elevados preços de insumos, poucos investimentos públicos, a inexistente política agrícola e os controles sobre preços e exportações agrícolas.

Vários analistas econômicos apontaram para esses excessos e suas distorções, e a Fundação Ford no Brasil teve importante papel nessas discussões. Entre outros, G. Edward Schuh, Affonso Celso Pastore, William Nichols e Eliseu Alves escreveram sobre esse problema nos anos de 1960-1970.

O programa de treinamento em economia agrícola, promovido pela Fundação Ford, principalmente através de cursos de mestrado e doutorado no exterior teve isso como pano de fundo. Isto é, o programa foi capaz de despertar o interesse de jovens profissionais brasileiros pelos problemas agrícolas advindos da política econômica, assim como o de estabelecer, como área de interesse para pesquisa, a relação agricultura-macroeconomia.

Muitos dos profissionais brasileiros que desenvolveram seus programas de pós-graduação no exterior nas décadas de 1960 e 1970 tiveram um amplo e sólido aprendizado teórico. Microeconomia, macroeconomia e econometria predominaram em seus programas. A economia agrícola era, por sua vez, o campo para a aplicação desses conhecimentos básicos. Em seu retorno, esses profissionais encaravam de igual para igual seus colegas economistas dos diversos Departamentos de Economia de nossas universidades, assim como dos institutos de pesquisa governamentais.

Três aspectos do programa de treinamento de profissionais brasileiros em economia e economia agrícola parecem importantes para menção: a) o rigor analítico; b) a ênfase, no estágio da pesquisa, em problemas econômicos práticos do país; c) a ênfase em recomendações de política.

Ao examinar os últimos vinte anos da vida econômica brasileira, parece que esse investimento da Fundação Ford teve bons retornos, apesar de todas as grandes dificuldades. Essas dificuldades foram, e continuam sendo, as de se conseguir manter uma consistente e sistemática atividade acadêmica e os institutos de pesquisa. Salienta-se a gravidade do problema salarial nas universidades e centros de pesquisa.

Essa dificuldade diminuiu a possibilidade de realização de carreiras consistentes ao longo do tempo. De outro lado, a demanda do setor público brasileiro, inclusive ao nível de primeiro e segundo escalões, se, de um lado, diminuiu a produção acadêmica dos profissionais treinados, permitiu uma discussão técnica mais adequada dos problemas econômicos e da economia agrícola ao nível político.

Como resultado, ao longo do tempo, algumas mudanças favoráveis foram sendo introduzidas. Citemos algumas para completar nossos comentários. Primeiro, a criação da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — em 1973, assim como seu extraordinário crescimento nos dez anos seguintes. Hoje se pode afirmar, sem dúvida, que a produtividade dos fatores de produção em nossa agricultura foi substancialmente aumentada pelos investimentos públicos em pesquisa agrícola.

Segundo, a força dos controles governamentais sobre os preços de alimentos e as exportações agrícolas foram diminuindo ao longo do tempo. Com o governo do presidente Collor e sua maior ênfase no sistema de mercado, os preços de produtos alimentares são inteiramente determinados pelas forças de mercado. De seu lado, as exportações agrícolas processam-se de forma inteiramente livre.

Finalmente, em terceiro lugar, estão as mudanças na estratégia de desenvolvimento econômico iniciadas pelo governo Collor. Depois de quase quarenta anos de um exagerado processo de industrialização, caracterizando a economia brasileira como uma das mais fechadas do mundo, o Brasil está se abrindo ao exterior.

Isso significa a expressiva diminuição das elevadíssimas tarifas de importação de produtos industriais e insumos agrícolas até 1993. As conseqüências, ao longo dos próximos anos, serão de: a) redução da sobrevalorização de nossa taxa de câmbio; b) redução dos preços internos dos insumos agrícolas. Como resultado, haverá melhoria na relação de trocas e nos incentivos para que se possa obter aumento na produtividade da agricultura.

ANEXOS

AGENDA

Trinta anos da Fundação Ford no Brasil: Retrospecto, impactos e perspectivas

Dia 1.7.1992 — Sessão da Manhã

9:00 - 9:15	Franklin Thomas, *The Ford Foundation Investment in Human Resources and Long-Term Capacity Building*
9:15 - 9:30	Joan Dassin, *The Brazilian Experience*
9:30 - 9:50	Sérgio Miceli, *A Aposta numa Comunidade Científica Emergente (a Fundação Ford e os Cientistas Sociais no Brasil, 1962-1992)*
9:50 - 11:05	*A Construção Institucional, Intelectual e Política das Ciências Sociais Brasileiras nas Décadas de 60, 70 e 80* (1ª parte)
9:50 - 10:50	Tema I: *Centros Privados de Pesquisa* (CEBRAP, IDESP, CPDOC e CEDEC)
	Vilmar Faria, Bolívar Lamounier, Celina Vargas do Amaral Peixoto e Régis de Castro Andrade (expositores)
10:50 - 11:05	Mário Brockman Machado (debatedor)
11:05 - 12:30	Debates
12:30 - 14:30	Almoço

— Sessão da Tarde

14:30 - 16:45	*A Construção Institucional, Intelectual e Política das Ciências Sociais Brasileiras nas décadas de 60, 70 e 80* (2ª parte)
14:30 - 15:15	Tema II: *Programas Interdisciplinares de Pós-Graduação e Pesquisa* (IUPERJ, *Museu Nacional e PUC/RJ/Economia)*
	Elisa Pereira Reis, Gilberto Velho e Marcelo de Paiva Abreu (expositores)
15:15 - 16:00	Tema III: *Sociedades Científicas* (ANPOCS, ANPEC, ABEP)
	Juarez Rubens Brandão Lopes, João Sayad e Elza Berquó (expositores)
16:00 - 16:30	Intervalo
16:30 - 16:45	Antônio Octávio Cintra (debatedor)
16:45 - 17:30	Debates

AGENDA

Trinta anos da Fundação Ford no Brasil: Retrospecto, impactos e perspectivas

DIA 2.7.1992 — Sessão da Manhã

9:00 - 11:20 *Áreas de Políticas Públicas e Experimentos de Ciências Sociais Aplicadas* (1ª parte)

9:00 - 9:40 Tema IV: *Educação e Intercâmbio (Ensino, Recursos, Sistemas de Avaliação, Políticas Públicas, etc.)*
Simon Schwartzman (expositor)
Eunice Ribeiro Durhan (debatedora)

9:40 - 10:00 Intervalo (café, etc.)

10:00 - 11:20 Tema V: *Movimentos Sociais e ONGS (Negros, Mulheres, Direitos Humanos e Justiça Social: Abordagens Acadêmicas/ "Women Studies", etc., e iniciativas Institucionais)*
Fúlvia Rosemberg (expositora)
Valdemar de Oliveira Neto e Ruth Cardoso (debatedores)

11:20 - 12:20 Debates

12:20 - 14:00 Almoço

— Sessão da Tarde

14:00 - 16:00 *Áreas de Políticas Públicas e Experimentos de Ciências Sociais Aplicadas* (2ª parte)

14:00 - 14:40 Tema IV: *Agricultura e Recursos Naturais*
Fernando Homem de Melo (expositor)
Jean Hébette (debatedor)

14:40 - 15:00 Intervalo

15:00 - 16:00 Os Próximos 30 anos (Rumos, Prioridades e Perspectivas de Atuação)
Thomas Skidmore e Alejandro Portes (debatedores)

16:00 - 17:00 Debates e Encerramento

Betting on an Emerging Scientific Community

The Ford Foundation and the Social Sciences in Brazil 1962 - 1992

Sérgio Miceli

Tradução: Alasdair G. Burman

O texto original em português encontra-se na página 33

*"I realize that the development of these institutions is not smooth and that I'm sure we made some mistakes but I felt very positive about it (...) I think that the social sciences within Brazil have evolved very nicely in many respects (...) I do feel satisfied having in fact through the Foundation been able to make a contribution to the development of enriching intellectual and educational life of Brazil and in some ways perhaps having some influence on the quality of Brazilian political life as well. I feel a great deal of satisfaction in seeing the professional careers and lives of people there and thinking that the support we gave to certain individuals and institutions made a important difference in their lives and I think a difference for the better."**

Latin America was the last of the world's great regions to be favoured with institutional and financial support from the Ford Foundation. It was not until the end of the 60s that the region had a representative on the steering committee responsible for international activities in training and research. Likewise, the inclusion of Latin-American studies in the international grants program came about only in 1962.

However, between the years 1958 and 1961, destabilizing political events and the arrival of investigatory missions which included high-level directors of the Foundation provided a suitable framework for relevant initiative in the principal countries of Latin America. The troubled journey of then Vice-President Nixon in April and May of 1958, the triumph of Fidel Castro in 1959, the collapse of several dictatorships and the rise of democratic regimes — these were some of the ingredients which came to turn the 60s into the "decade of development", as it was called by the United Nations Organization.

* From an interview given by Peter Bell, New York, March 5th 1992

Almost everything seemed to have some contribution to offer to the climate of optimism and hope, providing factual ballast and credibility for the so-called "developmentalist theories" so much in vogue at the time in the United States. Like other diagnoses with pretensions to omnipotence, but in fact straightforward, these theories had converted the history of mankind into a continuous line of progress, in which access to a condition of development had become a mere question of the supply of technical competence, of resources, and of motivation. It was against this background that the International Development Agency, the Peace Corps, and the Alliance for Progress made their appearance.

These diagnoses almost always turned about some exacerbated form of economic determinism — that is to say, economic variables taken as a measure of national progress. While parameters of this sort were in use, all historical and social differences were relegated to the background, be they concerned with the markers of social structure or the alternative modes of symbolism.

Economic growth arose, then, as a panacea which, in the end, would eliminate social inequalities and political repression. In the terms of this quantitative and economic oriented evaluation of development, almost all the non-economic aspects of social reality, such as ideology and culture, were disregarded as being irrelevant — as if it were possible to abstract the economy from the complex web of a given national society.

*"In the course of a six weeks tour of Brazil in July and August, the Foundation's representatives visited seven major cities and an embryo city, Brasilia, met with representatives of nine universities, scores of government officials, educators and businessmen. The group gained an impression through these wide-ranging visits of all of the major regions of Brazil except for the Amazon basin and the deep Mato Grosso (...) Such a trip leaves one with a breath-taking general impression of immensity, diversity, activity, and disorderliness (...) In view of these great diversities in levels of development, it may well be necessary in Brazil to deviate in certain instances from the customary Overseas Development approach. It may, in fact, be desirable, both in Brazil and in other of the Latin American countries, to modify the pattern so as to utilize in part the techniques employed in the Foundation's program for Western Europe. In this way, the program for Latin America might be more adequately designed to meet the unique needs of the area."**

Journey to Brazil: the first Experience

North American interests abroad and the diplomacy responsible for looking after them in no way add up to an explanatory denominator to which one might attribute either the direction or the substantive content of the Ford Foundation's principal investments in Latin America. Neither the incident at the Bay of Pigs and the missile crisis, nor the Camelot Project, nor Dollar Diplomacy in the Caribbean, nor any other of the injunctions of North American foreign policy — none of these in themselves can account for the involvement of the Ford Foundation with Latin

* Taken from the second and the last paragraphs of the report drawn up by Alfred Wolf, Lincoln Gordon and Reynold Carlson, Ford Foundation Mission to Brazil, July-August 1959, #000008, pp. 1-41.

American intellectuals and scientists. We shall see further on that certain weighty decisions taken by the Foundation in relation to its associates in the region caused considerable displeasure to those at the head of North American diplomacy. New missions went on visits three years after the steering committee's decision to ask a group of social scientists at Yale for a report on the region's demands, and on how far these demands were being met by other foreign aid agencies.

One of these missions was to concentrate on Argentina and Brazil, and according to the records of the participants, took place during "the summer of 1959"— in fact in July and August, at the very height of winter in the countries visited. The mission was composed of: Alfred Wolf, formerly a high-up civil servant in the Truman and Roosevelt administrations, the first strong man in the Ford Latin American program, and a liberal with sympathies towards academic institutions and scientific research in the social sciences; Reynold Carlson, an economist from Vandelbilt with broad experience of Latin America, later United States Ambassador to Colombia; Lincoln Gordon, at the time a professor of Harvard, later United States Ambassador to Brazil; and Kalman Silvert, one of the first crop of Latin-Americanists, Silvert later became a key figure in the Latin American program, in which he was active almost ten years as chief consultant, official editor, organizer of seminars, social scientist, intellectual mentor, assessor, ideologue and enthusiast, carrying out a variety of functions which, over the years, would be distributed among a number of different people.

It is an instructive experience to read the report of this visit, both with regard to the values and expectations of sophisticated intellectuals of the time in the face of the differences imposed by "underdevelopment", and in terms of the intellectual, material and institutional penury characteristic of the region's teaching and research establishments. The opening paragraphs immediately record the fascination exercised by the beauties of Rio de Janeiro and the contrast with the "shocking poverty" of the shanty towns, the *favelas* on their hills. There

follows an identification of the regions visited by the mission in terms of their principal economic activity. The usual economic indicators, almost all of them converging towards an optimistic scenario, are followed by lengthy references to regional disparities (to the north-east in particular), and to the inadequacies of the infra-structure, both physical (transport) and human (education) and of the public administration (favour and corruption). The report ends with a mention of the annual inflation rate of 12 percent which, among its various other effects, produces "fertile terrain for Communist activity", above all in the poorer parts of the country.

In the political climate of the early 60s, inflamed by the Cold War, anti-communism could hardly fail to be among the central reasons for the Ford Foundation's decision to extend its activities to the Latin American and African continents. Documentary material consulted makes clear that support for democratic governments, collaboration with the efforts of the Alliance for Progress, and resistance to Communist expansion were among the concerns of the members of the Foundation's steering committee at that time. Even so, to establish these broad aims meant facing certain concrete dilemmas. Foremost among these was the very peculiar position of a private foundation, insistent upon operating in a doctrinal direction identical with that of North American foreign policy but, at the same time, guided by objectives of cultural policy such as the expansion of the institutional capacity of systems of intellectual, scientific and academic production in the countries served.

According to this same report, one of the considerations provoked by Brazil is exactly the fact that the country shows every sign of being ready for transformation; transformation to the condition of "'a real nation,' instead of a coastal strip, semi-dependent on Europe and the United States." Comments on Brazilian politicians raise once more the omnipresent theme of relationships between Brazil and the United States. Although the report qualifies all politicians as being nationalists, it shows inclinations towards the candidacy of Jânio Quadros, and considers the group

around the person of General Lott to be extremely xenophobic, anti-American, and hostile to the interests of foreign enterprise, the International Monetary Fund, and international cooperation. The diagnosis ends with an attempt to clarify some of the plausible reasons for Brazilian resentment in the face of what they considered to be negligence and unconcern on the part of the United States.

Yet what is in fact surprising about this document is that it foresees many of the challenges faced by the Ford Foundation in the course of three decades of activity in Brazil. The first of these is connected with the diagnosis of Brazilian society, or, rather, with those dimensions of society which merit special treatment, and thus become priorities for investment. In deals, for example, with the choice between the need to trains technical personnel for the process of development, and the urgent requirements of millions of illiterate citizens. The second dilemma involves the types of institution to be identified as preferential clients; this puts those responsible for the program in a position where they have to assess the political consequences of operating with government entities, or of foreseeing the financial costs when they prefer to invest in private institutions with no adequate financial backing of their own.

Some of the fronts for activity proposed in this first report-academic training for a new generation of administrators and economists, emphasis on research in economics closely linked to the processes of expansion in industry and agriculture — have become priority aims for Brazilian operations. Stimulus for full-time teaching and learning, the establishment of an infrastructure for documentation by way of specialized professional libraries — these were some of the measures suggested within the more general policy for improvement of academic standards.

Many of these priorities and fronts for activity, as set out in the report on the "first journey to Brazil", met up with items on the list of demands put forward by Latin American Chancelleries through regional entities and centres of debate. It is enough to mention here a memorandum drawn up by Milton Katz at that

time (Feb. 1959), giving an account of his mission as observer to a meeting of Latin American diplomats held in Washington, where he had gone to gather ideas for the Ford Foundation's future Latin American program. His proposal includes the setting-up of an inter-American institution directed towards economic development, and centralized around the training of technical and specialist staff in the fields of engineering, agronomy, economics and public and business administration — exactly the fields in which the Ford Foundation first began to operate in Brazil.

The statements collected here are unanimous in drawing attention to the fact that one of the Ford Foundation's most important accomplishments in the Latin American continent, and particularly in Brazil, has perhaps been the creation of an academic community in the field of the social sciences. In the sense that it has become an emblematic presence of this initiative in the eyes of a new intellectual generation, whose education it helped to support, this community has little by little turned into a terrain for negotiation *par excellence*, within which financers and clients seek good reasons to provide foundations for the management of their interests. This relationship has transformed the new generation, educated during the 60s and early 70s, into the principal spokesmen and local representatives of this same academic subculture, and has thus contributed to the preservation of a long-lasting horizon of long-term goals. The changing preferences and appetites of each successive batch of nearly-arrived staff at the office in Rio de Janeiro end up somehow by being filtered through the expedients of "resocialization" used by their Brazilian associates.

Be that as it may, the members of that first mission were sensitive to the well-marked differences between the great countries of Latin America, independent nations for more than a century, and their fellow-nations, also supported by the Ford Foundation, in Africa, Asia and the Middle East. This awareness was probably among the factors responsible for a change of strategy: in other continents it was usual to work together with government organs towards improvement of their capacity for planning and

development. In Latin America, governments were in no way eliminated as participants, but neither did they become preferential clients. In spite of the unmistakable preference, on the part of some of the Foundation's principal directors, for closer contacts with agencies and the higher levels of government, such contacts rarely had any perceptible influence on processes of decision-making in sensitive areas of economic policy. The institutional density of government apparatus in the most important countries in the region in the end made this mode of collaboration difficult, so that the Ford Foundation has become a sponsor *par excellence* of institutions dedicated to the production of specialized knowledge.

Reynold Carlson, one of the members of the mission, was designated as the Ford Foundation's first representative when it opened its office in Rio de Janeiro in 1961. The first ten years of Latin American operations focused on priority attention to the areas of economics and administration, and to a lesser degree to the natural sciences and engineering; this was achieved through grants to Latin American students with a university background in the United States, or through donations to universities and research institutions. It was during this phase that the first contract for financing of social scientists other than economists reached the desk of the Foundation's president in New York, under the wrapping of experiments in "university reform". It remains to ask why it was — for structural or circumstantial reasons — that financial and institutional support for the work of social scientists in several Latin American countries, and particularly in Brazil, came to deserve maximum priority status.

At this stage in the process, the principal article to be transmitted by way of donations was North American knowledge, North American technique. Most contracts were for substantial financial resources, either for training of personnel in the United States or for teachers and consultants to come from the United States to Brazil. The paradigms set up by North American social science (Parsons and other functionalists, Ruth Benedict and her culturalist followers, Rostow and other development theorists etc.)

were at their height, and it was believed that these theories, these methods and research techniques, were appropriate and valid for any part of the world. Thus it was hardly surprising that the very models of North American institutional operation — the university departments and research centres — were elevated to become parameters for the evaluation of Latin American clients and projects.

Given the emphasis on the purposes of "institutional construction" for the associates, and the average duration of four years for the contracts, the criteria for evaluation were above all quantitative and operational — taking into account, for example, the number of doctors, students and employees in the local teams, but giving little emphasis to the theories used, and very much less to the doctrinal or ideological inclinations of those executing the projects. The available documentation shows that doctrinal or politico-doctrinal divisions were a much more vivid component in the experience and practice of the associates than in the evaluation proceedings used by specialists and directors of financing organization. One of the best examples of this is the reaction, in general condescending and benign, of almost all the evaluators and consultants for population studies in the country, when faced with the repeated proposition on the part of the local practitioners that the usual explanatory models should be "sociologized" to the maximum, thus turning demography into a "dialectic science". A further example is the balanced posture of the equivalent personnel in economics in the face of the competitive thrusts between "monetarists" and "structuralists".

The Ford Foundation's official doctrine as regards development in the 60s was based on a conventional equation, which involved economic growth, technological advance and competence in management; as a consequence, the social sciences were seen almost exclusively from an instrumental viewpoint, in a search for an automatic connection between results and the immediate formulation of government policy. Even so, the social sciences other than economics (political science, anthropology and, to a lesser extent, sociology) came to receive priority in terms of support.

Thus the social sciences were being converted into instruments for the "social engineering" of development, as seen through a three-part definition: economic growth, strengthening of democratic institutions, and social reform. This set of illusions which underlay the Alliance for Progress, this optimistic notion that "all the good things go together" was the doctrinal nutrient on which the efforts and initiatives of the Ford Foundation in Latin America were nourished.

Up to a certain point, the Ford Foundation's policy from the mid-60s until today has been one of the principal instruments of institutional and material leverage for Brazilian social scientists. To put it another way: although the social sciences were not a priority in those first years, and although they meet with competition from other areas today, the fact remains that they are the most successful of all institutional assets so far achieved by a foreign supporting agency in Brazil. The financial resources applied in Brazil constitute the largest and most important single contribution from abroad in favour of the social sciences, and have played a decisive part in moulding the process of expansion and consolidation of this area of knowledge. In order to give some sort of account of this relationship, the strategy of analysis and explanation should perhaps make use of elements associated with the objectives, purposes and practices of the supporting organization, exposed to the internal and foreign pressures with which it meets in the course of its Brazilian operation, and also of the conditioners derived from the pre-existing conditions and from the demands and expectations of the local clients.

> *"This could have been done chronologically, and if it had been, it would have highlighted the evolution of our capacity to autonomously define policy. We have become increasingly autonomous of U.S. foreign policy, from Latin American domestic politics, and from the dogma of the moment."**

> *"The reason these are lumped together here is not because I am lost in a cloud of political confusion, but because they generally share, or are increasingly sharing, a common point of view about the Foundation. The general complex includes suspicions about the Foundation, and in its most extreme form is dogmatically convinced that the Foundation is one of the more dangerous branches of U.S. imperialism."***

Convergence through Dissidence

Some of the interviewees give us to understand that the policies implemented in the course of the 60s seemed to display many of the doctrinal marks of the Kennedy administration; indeed, several of the Foundation's directors at that time were recruited from the higher ranks of government: the Vice-President, David Bell, ex-director of the Budget Office and later of that which became USAID), and the president himself — McGeorge Bundy, ex-secretary of National Security. Enthusiasm for the Alliance for Progress, the counter-attack against the seductive charms of the Marxism which held sway in political and intellectual circles in Latin America, and anti-Fidelism, with its doctrinal and political reversion, could hardly fail to have their effect on the plans then

* Taken from a statement by Robert Drysdale during the Conference on Social Sciences, Villa de Leyva, Colombia, April 1976, #010225, p. 12.

** Taken from a memorandum by R. Adams, Rio de Janeiro, April 1970, #008784, p. 10.

drawn up for Latin America. It was perceived that there was a certain diligence on the part of many staff with a view to keeping the aid conceded quite separate from the patterns and measures used by North American diplomacy. The content of certain passages in the interviews allows one to detect just how far almost all those involved were concerned to stay in tune, to a minimum degree, with the tendencies and values of the foreign policy of the time and yet, at the same time, to try to find some well-defined areas for doctrinal and even operational autonomy. The fact that some of the Ford Foundation's directors had had such close experience in a government enterprise which had been so brusquely and brutally truncated certainly contributed to their showing greater daring when they threw themselves into the Latin American philanthropic adventure.

The truth is that the connections between the Ford Foundation's activities in Latin America and the content and purpose of North American foreign policy certainly constitute the principal analytical challenge in this work; such connections are a decisive ingredient for understanding the Foundation's role as a "transnational actor" and are a central factor in their impact on the experience lived by the principal actors in this 30-year-long enterprise. The easiest approach is to try to find the common ground of contact and collaboration between the Ford Foundation and the State Department and its extension organizations, so as to get a clear view of the roots of this "adventure" in the region, and of its aims and fruits. The material in the Foundation's archives, and the interviews with ex-directors, soon require us to desist from the images and cliches found in the literature; we are forced to an analytical adjustment capable of incorporating the attempts at coming closer to each other and, even more, the confrontations between the interests and the logic of action of the North American government and the Ford Foundation — or rather between the Ford Foundation and the agencies and organs of security on the domestic and metropolitan front.

According to the reports of almost all the interviewees, one of the difficulties in their relations with their counterparts and

with potential clients in the various countries of Latin America lay in the suspicions common to nearly all as regards the connections between the Ford Foundation and the agencies responsible for foreign policy in Latin America. This attitude of distrust was to be found even among scientists and intellectuals who were neither anti-American nor extreme in their nationalism. The embarrassments and tensions grew as the list of preferential clients was extended to leftist associations, while those excluded were almost exclusively the leaders and institutions at the conservative end of the political and party spectrum. The information available allows one to reconstruct a scenario far more complex than might have been imagined with regard to this about-turn — in the midst of which the incorporation of the social sciences into the list of the Ford Foundation's priorities in Brazil was getting well under way.

If it is true that many of the upper- and middle-level directors of the Ford Foundations had had significant previous experience in government agencies concerned with international affairs, their entry into the organization often took place amid apprehensions raised by the disastrous consequences of American involvement in Vietnam. And on the other hand, the Foundation's work in Brazil soon became a risky business, more like the plot of a detective story than a professional exercise in sponsorship. Persecution of clients, imprisonment of grant-holders, difficulties in obtaining visas from the American Consulate, moral-effect bombs thrown in the universities, veiled threats of retaliation from unsuspected corners of the political spectrum — all these events and trials contributed to the Foundation's charting its own courses of action, often out of step with and sometimes in open contradiction to the preferences and dictates of the agency service personnel, domestic or otherwise.

Furthermore, quite a lot of the staff recruited to set up the program in Latin America — including Brazil — were well-trained in the customs and values of the North American academic system, and were capable of distinguishing fine and subtle shades in the intellectual, disciplinary and doctrinal affiliations of their native

counterparts. Some of them possessed academic titles in disciplines in the humanities such as history, languages and literature, and philosophy; they had then allowed themselves the luxury of a more technical and specialized formation in recently-established areas such as international affairs, public administration and politics, and political development; this sophisticated training finished up with the study of Spanish or Portuguese, or in a few cases both. When one realizes that the Ford Foundation's Latin American program went through its first two years of existence without anyone on the staff who spoke the region's languages, one sees how difficult the situation really was — to the point of having a serious effect on the potential line-up of counterparts.

The usual habit of regarding the Ford Foundation as a mere hanger-on, bound to the dictates imposed by the foreign interests of the United States, will not stand up before this collection of factors. First: model experience as employees in government agencies and programs concerned with the sensitive issue of foreign policy in a stormy international setting, where all ideological positions were open to question, gave staff the chance to familiarize themselves with the daily workings of such organizations, linked to national security and with an agenda of government topics and concerns. Second: the office staff could hardly avoid giving some consideration to the significant and dramatic nature of some of the consequences of their involvement with domestic policy; their own personal security was at risk, and there was a permanent threat that their activities would be closed down. Third: their academic and technical preparation in universities of great prestige (Yale, Princeton, Harvard, Columbia) made a decisive contribution; it broadened their horizons of political action and put a seal on their alignment with democratic ideals, leaving them with nothing but contempt for any sort of accommodation with the excesses and arbitrarinesses of the political establishment, either in the U.S.A. or in client countries. Put these ingredients together with the challenges of finding modes of action suitable for attainment of the objectives of a private and non-government support agency and what appears

is a pathway of professional experience which lies well apart from political fiction and even further away from the ideological instantaneousness of praxis.

There can be no doubt that many of the contradictions in terms of U.S. government interests were motivated by the success of the Ford Foundation's policy of improving the capability of institutions; in the end, this tended to give the clients a degree of autonomy, and the space to manoeuvre on the domestic and foreign stage.

As analysis illuminates the relationship between the Ford Foundation and American foreign interests, it also permits one to appraise better the legitimacy which the Foundation today enjoys in the academic and intellectual market-place in Brazil. The fact that its activities have kept their autonomy, with respect to the official orientation of North American foreign policy, frees its directors and employees from the usual charges of collaboration with contentious positions — the conflicts in Central America or the Middle East, for example. In conditions such as these, the Foundation possesses an agility and freedom of action never achieved by other U.S. public agencies.

And yet it is not the case that one should set out for the other extreme and attach to the Ford Foundation's initiatives simply the labels of political independence, doctrinal autonomy and operational flexibility. The reconstruction which best describes the real complexity of this relationship will pay attention to the mixture of contradictory conditioners; these will throw light on the Foundation's presence in Latin America, both as an entrepreneurial innovator in the field of cultural production and as a political actor, performing on the domestic stage on account of the various types of impact exercised by its clients, both individual and institutional.

An entire batch of newly-recruited staff came from the circles of the Kennedy government; but there was also, within the organization, a sort of liberal and humanistic spoken portrait, to which the new technical staff had to adjust for external operations

in philanthropy. The Brazilian program did not fail to take advantage of this subtle form of political and doctrinal discrimination; the Foundation's local representatives did not allow themselves to be intimidated by the truculent behaviour of the military regime nor by the distempers of American diplomatic staff. The experience of living with the dictatorship in the end defined for the Foundation's directors their option in favour of association with intellectuals of the opposition; it is perhaps from this time that "human rights" are incorporated as a central area for involvement, concern and investment in Brazil.

The Ford Foundation as an agency for political risk

In 1965 Harry Wilhelm, a former Ford Foundation employee in Asia and ex-representative in Argentina and Chile, was appointed director of the Latin-American office; his principal responsibility was to set up a team to draw up and put into action a policy of support for the scientific and educational *elites*, instead of for the elites in government and private enterprise. He showed himself reluctant to accept conventional economic measures; he was sceptical as to the efficacy of giving technical assistance and political advice to governments, and he avoided involvement with entrepreneurs. He sought to surround himself with a group of young and brilliant advisers, almost all of them still lacking an intellectual profile of their own. Wilhelm was, however, more or less open to the advice and guidance of Kalman Silvert, who had been hauled in for the polyvalent role of consultant in the areas of the social sciences. Silvert had been thoroughly familiar with the Latin American program since the time of Alfred Wolf, and the weight of this political sociologist's contribution was reinforced by the prestige he enjoyed in the withdrawn community of Latin American specialists. He all but conferred institutional status on a tacit area of management within the Latin America program and, as a result, on its various operational fronts in the region's principal countries. To an unequal degree and in accordance with the characteristics of their personal style, Richard Morse, Abraham Lowenthal and Thomas Skidmore carried out, at a later dates, similar functions to those exercised with such passion by Silvert.

As a consequence, the management of operations in Brazil was based on work on two fronts: on the one hand, the intellectual authorship of the program's priorities, those responsible for its academic and scientific legitimacy, and on the other the directors and employees who dealt with the proceedings of concession and administration of donations. This intellectual ballast underlying the program for Latin America had much to do with the fact that the Foundation's directors and technical staff accepted, without asking too many questions, the disciplinary divisions within the universities. Furthermore, they let themselves be guided by the themes, by the research methods, by the conceptual schemes — by everything which defined the patterns of academic culture at the time.

The liberal heritage at work in the heart of the organizational culture, at headquarters in New York and in the representatives' offices, the academic legitimacy of the intellectual command exercised by Silvert, and the handful of young advisors, full of enthusiasm and disposed to make a good job of their first and challenging experiences abroad: it all added up to the fact that the program worked well, and that it was open to the requests and claims of its local counterparts and clients. Both the foreign employees and the local beneficiaries of their presence went about the establishment of a relationship modelled by the directions of the "mission" with which they felt themselves entrusted: the former on account of the work of persuasion incumbent upon them, imbued as it was with the values and purposes of that type of foreign aid; the latter involved in a display of critical and creative resistance to the hostilities of the authoritarian regime.

The fact that many of the employees who were qualified and active in the Ford Foundation's Latin-American offices were also very young must have had some effect on domestic leaderships and interest groups. Peter Bell, for example, was only 23 years old when ha was recruited for the Foundation's Rio de Janeiro Office in 1964, soon after completing his Master's degree in Public Affairs at Princeton. Florestan Fernandes has told us that he himself was not a little surprised when the two first met on the steps of

the building in the Rua Maria Antonia. Even by the standards of the Foundation, Bell was young — so much so that when he left Rio de Janeiro in 1969, he had to spend a year in retreat at Harvard until he was 30, the minimum statutory age for him to become representative in Santiago.

The asymmetry between donors and receivers appeared also in material indicators of status and wealth. Almost all the interviewees and clients of that time have something to say about the force of the impression caused by the standard of living of the representatives by comparison with conditions in Brazil. Among other signs of affluence were the luxury residence in Gavea, and the chauffeur-driven car. Even so, perhaps the most interesting aspect of the interpretation of the representatives by their local counterparts has more to do with the aura of a "vanguard for good" which they seemed to bear than with any external signs of wealth. The impression produced by economic power gave rise to enquiry as to how it would be possible to conciliate material comfort with engagement in the business of culture.

The "vanguard for good" emerges exactly from the well-protected workings, in material and institutional terms, of a powerful organization at the service (to use the appropriate words of one of the interviewees) of "a liberal and disinterested posture, with no defined objectives other than to open up the way for responsible and well-trained forces, with clear theoretical ideas about the possibilities of social reform, to have the right conditions in which to exercise a positive role." In this operational context, one comes to understand not only the mechanisms of transfer of academic culture from the metropolis to an underdeveloped country, but also how much this philanthropic organization was permeated by the projects and dreams of that sort of Falstaff of the North American academic world, Kalman Silvert.

In his capacity of resident guru in New York, Silvert managed to provide the Latin-American program with a passionate face; he made a space for himself among his clients through his atypical academic background, through his enthusiasm for "theories" and for philosophizing arguments. He was an inveterate and

prolix scribe, the craftsman of astonishing projects, quite out of tune with the empiricism and instrumentalism in vogue at the time. Yet there can be no doubt that his cultural sensitivities went along very well with the dominant mentality in Brazilian intellectual circles. And indeed, ha had given proof of his political "nose" when he gave his unrestricted support to the foundation of CEBRAP, as a risky step in a strategy based on the decision to give due respect to the region's human and intellectual capital.

The difficult circumstances in which everyone moved in those political times gave strength to the alloy of a more intimate, a more involved relationship between representatives and their local clients; yet they did not succeed in eliminating the injunctions — which could hardly have failed to make themselves felt — as to the Foundation's activities as a specialized undertaking in the commerce of cultural goods.

It is worth noting that the activities of this period — the period of setting up business in Brazil — become intelligible in the light of the adaptations caused by the political clashes of that moment. To this one should add the conditioning elements derived from the Ford Foundation's position in the internal and external philanthropic markets. In those first years of activity in the Foundation's office, the most important clients stood at different points along the political spectrum, some closer, some further away, from the process of decision-making in government policy. The Ford Foundation's involvement with the social sciences began with the donation to the Department of Political Science of the Federal University of Minas Gerais, under the terms of a justification for the inclusion of this discipline among those instruments indispensable to economic development. It so happened that this unusual approach, in relation to the more conservative supporting fronts (economics, agriculture, public and business administration), led to closer contact between the young liberal representatives and some of the no-less-young leaders now emerging among what was to be the first generation of political scientists. In spite of the resistance put up in New York in the face of the opening-up suggested by the Rio de Janeiro office,

first in favour of political science, then of anthropology, and of the newly-converted practitioners in both areas of knowledge, the succession of political events in Brazil made its own contribution, and wove representatives and clients into an increasingly firm web of solidarity.

All those who lived through these times must remember the difficulties and the overwhelming climate of suspicion. It is thus hardly surprising that some of the leaders in the social sciences in São Paulo resisted the first attempts at closer contact on the part of Ford Foundation personnel. In the view of the majority, it seemed somewhat compromising to work with resources from a financing agency which represented metropolitan interests. The change of attitude in São Paulo was partial and came about above all as the result of the enforced "retirement" of a distinguished group of teachers and researchers belonging to the University of São Paulo in 1969. The representatives, for their part, were also obliged to reflect at length on what to do in that critical situation of emergency. Carmichael tells in his interview of the time they spent thinking up imaginary scenarios as alternatives — including the decision to leave Brazil altogether. Fortunately, the fact that they decided to stay improved the institutional situation of many of the intellectuals persecuted by the military regime — though, on the other hand, it increased the risks assumed by their international protectors. The decision to provide financial support for the foundation of CEBRAP also met with refusal at headquarters, on the grounds that some of the directors identified the request with signs of an attitude hostile to the government of Brazil.

So it was that, for almost all the institutional actors affected by initiatives such as these, from the topmost levels of the Ford Foundation in New York to the ruling circles in the Brazilian government to the bureaucrats of American diplomacy, there was a fear in common — albeit in slightly different amounts; the fear that the new entity might provide cover for political militancy by the intellectuals of the left — or worse, that they might make use of this institutional protection to give voice to their socialist fancies. It is not difficult to imagine the volume of pressure which

came to weigh upon the representatives, now arm in arm with their counterparts who had been compulsorily removed from their positions in universities and were henceforth dependent on resources from abroad. And then, there were the Foundation's own employees, exposed to the arbitrary practices of the regime, in an explosive situation in which even the Ambassador of the United States was to be kidnapped by terrorist groups.

Yet none of this should lead us to forget the conditioners of a structural nature, which became increasingly transparent with the advance of political entente; it is to this advance that the Ford Foundation's second period of presence in Brazil corresponds.

*"My experience with various Brazilian universities and research centres has more than ever convinced me that this style of research is an important complement to the increasingly technocratic studies which are being carried out on an unprecedented scale. We may one day have to look to these anthropological accounts to find out what happened at the grass roots level, in the cities and on the frontier, while Brazil was seized with the developmental elan of the seventies."**

Entrepreneurial innovation in an emerging academic market

In its capacity as an organization designed to finance the production of institutions, of scientists and of intellectuals, and of information, data, diagnoses and ideas, as an organization involved in the task of consolidating its presence in Latin America, the Ford Foundation could hardly have avoided the challenge of identifying opportunities for the productive application of its resources. The social sciences already appeared to display certain attributes which made them particularly suitable for the role of a central priority for investment, on the part of a financing agency in the field of cultural production.

Although the social sciences constituted the priority lode, the Ford Foundation seems all the time to have had difficulties in the management of what it had created itself. The most obvious indication of this difficulty lies in the fact that the social sciences rarely appear, in any of the relevant documentation, under their own name; they are frequently diluted under such titles as

* David H. P. Maybury-Lewis, Brazilian Consultancy, May-September 1972, #003315, pp. 15-15.

"education and culture", "higher education", or are incorporated into the so-called applied social sciences ("population studies", "international affairs", "agriculture", "environment" etc.). As we have seen, at the beginning the "soft" social sciences were almost wholly neglected: sociology was suspect, anthropology seemed merely ornamental, and for a long time political science remained well in the background. During this period, grants in favour of practitioners of these disciplines were, so to speak, "smuggled" trough in the midst of what were called, in the terminology of the time, "efforts towards university development."

Perhaps the most negative aspect of the process of institutionalization of the social sciences has been the growing insulation of economics in the whole system of Latin-American operations. This has brought about, in some countries — among them Brazil — a double treatment, be it in the strict area of budgetary planning, be it in the division of accompanying work: evaluation and consultancy. In the end it has produced a situation with a divided set of values which, together with other factors, has contributed to direct economics further to the right, closer to governments, to the decision-making arenas of economic policy. The other social sciences have thus been confined to the spaces on the left of the political and doctrinal spectrum, where they are anchored in universities and research centres.

In spite of the numerous reasons (and political resistance to the social sciences has always been great, in the United States as in Brazil) to be found at the root of a somewhat entangled situation — in symbolic, classificatory and terminological terms — the social sciences seemed in the 60s to be a promising area for investment.

The secret of the Ford Foundation's institutional and scientific success in Brazil lies in the fact of its having known how to make good use of the country's existing operational capacity. It has brought the necessary resources to a number of institutions seen as innovative producers of culture, and also to a young generation of specialists who are tuned in to the leading-edge

theories of the time. These specialists are to all intents and purposes ready-made to guarantee profitable results from their experience as Ford Foundation grant-holders in the North-American post-graduate system.

The local system of intellectual production in the field of the social sciences already had within itself a number of consistent elements to act as an institutional dorsal column. There was the pioneering and fruitful experience of the São Paulo School of sociology. Also of note was the legacy of the ISEB experience in Rio de Janeiro, while the personnel trained through the grants system used in Sociology and Politics course at the Faculty of Economic Sciences in Belo Horizonte were a highly positive asset. Institutions such as these had produced leaders — intellectual, scientific, organizational and corporate — of considerable stature, among them Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Orlando de Carvalho and Júlio Barbosa. A number of these became counterparts of the Ford Foundation personnel at the beginning — from the mid-60s on. Specialized publications had been started, and their impact on the new generation, who were direct beneficiaries of the Ford Foundation, was already making itself felt at the end of the previous decade. The *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (Brazilian Journal of Political Studies) and the first *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Brazilian Journal of Social Science) in Belo Horizonte, the *Cadernos de Nosso Tempo* (Notebooks of Our Time) and other works by the masters of ISEB in Rio de Janeiro, the theses of the São Paulo school published in the Brasiliana/Companhia Editora Nacional and Corpo e Alma do Brasil collections, under the editorial control of the Franco-Paulista publisher Difusão Européia do Livro — all these bore witness to the cultural effervescence of this segment of Brazil's intellectual elite. This elite was also concerned, in its own way and according to its own traditions of thought, with the business of deciphering the enigmas which might help to overcome economic backwardness and to promote the modernization of political institutions.

The Ford Foundation's most successful bid was exactly the offer of the resources which would guarantee the continuity and, in some cases, the re-orientation of these institutional experiments; this took maximum advantage of a set of extremely favourable conditions and thus achieved a noteworthy return on investment. CEBRAP may be explained in terms of external support, but also in function of the previous existence of an entire generation of talented social scientists trained in the University of São Paulo. IUPERJ is inexplicable until one takes into account the amalgam of the legacy of ISEB and the intellectuals from the State of Minas Gerais, educated first in Belo Horizonte and then in universities in the U.S.A. The genesis of the Department of Political Science at the Federal University of Minas Gerais may be explained through the positive results of the previous experiment in the Faculty of Economic Sciences, and the experience of some of those involved at FLACSO in Chile.

Thus it was that, unlike what one might imagine as a backdrop for the Ford Foundation's activity, there was still much to be done — but certainly not everything. It was necessary to incentivate the institutional construction of post-graduate programmes and research centres, both inside and outside the universities; training had to be financed for competent scientists and future professional leaders, who needed to study abroad; there was a need to subsidize the introduction of disciplines which had until then been all but absent from the domestic intellectual market, particularly economics, demography and political science; a new division of scientific work had to be encouraged, with the assimilation of new techniques such as surveys; large-scale projects had to be formulated and executed, and quantitative techniques and methods incorporated; it was necessary to develop a scientific academic culture, founded on international performance patterns and anchored to the professionalization of activities and intellectual careers; to sum up, the need was to stimulate the creation of a true professional community based on critical and competitive patterns.

With the exception of the master's and doctoral programmes in social sciences already under way at the University of São Paulo, which had tried to adjust itself to the parameters of the Sucupira report since the end of the 60s, the other leading programmes in political science (DCP/UFMG, IUPERJ and anthropology (Museu Nacional/UFRJ, UNB, UNICAMP) had substantial support from the Ford Foundation. For better or for worse, there was no doubt that the position of the social sciences at the University of São Paulo provided a pattern for comparison in the heads and the practices of all interest groups involved in the new programmes being set up. In spite of the resistance caused by the intellectual profile, molded in the image and likeness of the French academic system and with place of honour occupied by philosophical reflection, the difficulties in dealing with the USP model of excellence, sometimes regarded by the personnel in the new scientific programmes as "obsolete" and "traditional", were soon to be overcome. This occurred with the foundation of ANPOCS, the expression of a new balance of forces between post-graduate programmes, research centres, disciplines, traditions of thought and scientific practice, and the respective practitioners and leaders. In the end, the slow decline of Rio de Janeiro as the intellectual capital of Brazil did not escape the personnel of the Ford Foundation.

Unlike what was going on the exact sciences or the liberal professions, the social sciences seemed to be a particularly suitable ground for an investment which offered the best prospects of middle-and long-term return; this was exactly because of the existing capacity in terms of institutions, scientific personnel and intellectual competence. The considerable government support which would come about with the expansion, in the 70s, of the public financing agencies for science and technology (FINEP, CNPq and CAPES in particular) was still not available; the social scientists seemed to be cut out to achieve the necessary public repercussion in political arenas crucial to economic and social development. This put a cultural elite in a position to produce an impact outside, and even at a considerable distance from, its strict

sphere of competence. The social scientists in Brazil did not have an access to the elites in government comparable to that of their counterparts in Africa or Asia; thus they were identified as preferential associates exactly on account of the ample spectrum of their knowledge of various domains of social life. They displayed, so to speak, the strategic advantages of a cultural elite in a position to carry out the task of mediation between technical knowledge and the arenas for the political and doctrinal processing of social demands.

Expectations of this sort suffered severe setbacks on all those occasions when directors and employees were unable to hide their disappointment when faced with what seemed to them to be the incapacity of the social scientists to whom they gave support to foresee the future of their societies; or, rather, to have seemingly failed in their prognostications as to the outcome of critical political confrontations, such as the military coup in Chile or the Falklands war.

There are innumerable indications of the Ford Foundation's efforts with a view to stimulating innovative initiatives in traditional areas such as the teaching of Law. But the Foundation almost always gave up in the face of what the consultants saw as determined resistance on the part of prestigious persons in the professional category involved, or of other interest groups acting within the professional area. By comparison with the limitations and pressures detected in other potential areas for investment, the social scientists seemed better adjusted to the possibility of further academic education in American universities; this put them in a position to offer a significant profit on the principal institutional and intellectual asset in this relationship between foreign sponsors and Brazilian scientists. As a result, and bearing in mind the alternatives for investment at the time as seen from the viewpoint of the directors of the Ford Foundation, concerned, as was to be expected, with the need to make the most of the resources at their disposal, it was the social scientists who were in a position to produce excellent gains in terms of prestige and a sound margin in terms of institutional and political eminence.

Disembarrassed of intimate connections with the political classes active under an authoritarian regime, free of the constraints imposed by the old disciplines, universities and professions, and lacking private and public sponsors with an interest in taking on the risks of various sorts associated with their position as an educational and cultural elite, the social scientists showed themselves in the context to be particularly well-adjusted to the status of strategic beneficiaries from the substantial investments to be made by the Ford Foundation. There was no doubt that this was a risky business; in compensation there was considerable space for the definition of the contours, valencies and direction of this consortium of interests which involved a private American Foundation and an emerging category of intellectual producers on their way to being social scientists.

The delicate nature of the relationship resided in the fact of its involving a programme of operations with no pre-arranged donors, and a group of young Brazilian graduates. A good part of these young people were already fairly mature in their intellectual and scientific formation; they had passed the examining boards of Minas Gerais and Santiago de Chile, they were well up with the latest bibliography in emerging disciplines and approaches, they were honed in the theory and methodology of research, trained in quantitative methods, interested in comparative studies — in short, they were ready to hitch their future to the rise of social science, then at the height of its international affirmation. Had it not been for an aggressive Maecenas, a financing agency desirous of guaranteeing the best possible conditions for selected candidates to study abroad, some of them might well have abandoned their new intellectual pretensions in an incipient career whose directions were still a social and professional incognito, and gone into the traditional liberal occupations whence they had started out. In the case of political science, for example, the objective was to identify those university students with a minimum of background and interest in the discipline in the modern sense of the intellectual tradition.

Everything seems to show that this policy achieved the desired results. To start with, the Brazilian grant-holders put up an exceptional academic performance in their American doctoral programmes. Interviewees repeat this insistently as a motive for pride. The Foundation made a firm entry into the market just before the increase of Federal support for research and post-graduation, and thus reinforced and amplified the effect of the investment. The Foundation's cultural policy in the area of social sciences, economic and others, contained within itself some of the primary aims of the university reform of 1968, in particular the establishment of an integrated system of post-graduation based on a full-time teaching staff.

The organizational culture which prevailed within the Ford Foundation in the 60s and 70s displayed certain traits which were specially in tune with the affective and enfolding characteristics of primary native sociability. The Foundation did not just hand out grants: it sought to provide logistic and moral support — a fact which has stuck in the memories of ex-grantholders, most of whom ended up having personal ties with employees, consultants and representatives. The "Santa Casa de Misericórdia", as Morse had it — the Holy House of Mercy — or "Nossa Senhora" — Our Lady — express eloquently this involvement with a "Fordian community." Thus one understands the affective and institutional reasons which caused the generation of young scientists encouraged by the grants programme to be converted into some of the principal props which consolidated the position of the organization itself in the Brazilian intellectual system. As many of them were to become key figures in command of the social sciences in the country, they themselves facilitated the process of incorporating the Foundation as one of the decisive institutional actors in the formulation and implementation of policies in the area. The Ford Foundation thus became "Brazilianized," and turned into a constructive force in the intimacy of our professional corporation. In doing this, it had the firm support of some of the ex-directors of the Brazilian program, who then occupied strategic positions of command in the organization's internal hierarchy in New York.

To sum up: the most relevant feature of all this long period of creative presence in the Brazilian intellectual system was certainly the fact of having concentrated resources in just a few competing intellectual experiments, marked by quite distinct doctrinal and ideological profiles. In doing so, the Foundation preserved the structural conditions for the working of a cultural pluralism which constitutes, perhaps, the most precious asset of the contemporary intellectual history of Brazil.

Doctrines and values of philanthropic practice

In the year 1967, the first discussion of a strategy for operations in Latin America was held by the Ford Foundation's steering committee. This took place at a time when the region's resources were close to the ceiling for the other continents (that is, the budgetary forecast of exactly 13.5 million dollars for each of the three continents for the years 1965-1968 ended up with a re-division, by which Latin America occupied, with a real appropriation of 17.9 million dollars, an intermediate position between Asia, with 18.9 million dollars, and Africa, with 15.8 million dollars). This revealed a vigorous capacity for political support among the upper levels of the organization's directors.

In September of that same year, another document, specifically aimed at Latin America, presented the members of the steering committee with an extensive plea in favour of the programme's perspectives; the word "development", in the sense of a series of interventions with a view to transformation, was replaced by the new key-word "modernization", with implications of "a sophisticated web of ideas and social mechanisms capable of coping with the complexities of modern life." The complete recipe for the region contained the following ingredients: technology and science, agricultural equipment and creative agricultural scientists, ambitious literacy programmes on a large scale, advanced research institutes in the universities, administrative reform, and research in the social sciences. Reference was also made to the need for mutual support, within countries and between them, for individual initiatives arising from the Latin Americans themselves; emphasis was placed on the support to

be given to local leadership in the areas of the teaching of, research into, and the application of economics and political science. Insistent appeals on behalf of support for community projects, youth groups and other action projects were discouraged. The document confined priority activities to five sectors or functional areas: agriculture, education, population studies, science and technology, and social sciences.

The guidelines for the financing policies adopted in Brazil may be found in documents drawn up by Kalman Silvert at the end of the 60s and the beginning of the 70s. The guidelines can then be contracted with the content and the practical directions of their implantation as seen in the evaluations of consultants, employees and representatives, insofar as such evaluations can be reconstructed from the available documentation about two meetings called specially by the Latin-American office to discuss, at length and in detail, the social sciences in the continent.

As we know, the policy implanted by the hands and works of Wilhelm, Silvert and Carmichael established a dominant direction for the Ford Foundation's presence in Latin America. This was only reformulated at the end of the 80s as a consequence of the internal reorganization which set up the three regional directorates, including that with jurisdiction for Latin America. Understanding of the intellectual content of Silvert's proposals, and an examination of how their implantation worked in practice, provide an economic narrative for this entire experiment in philanthropy.

According to Silvert, the underlying criterion for the Latin-American programme should be "elitist" in exactly the sense of concentrating resources on just a few institutions of very high quality. Compensation for such an attitude might be offered through consistent support for the construction of scientific organizations and societies, to involve the different communities of social scientists at both domestic and international levels. In almost all his statements, written or spoken, Silvert tries to give prominence to the tensions between the pure, or "expressive" (to use one of his own expressions) social sciences and the applied

social sciences; his intention was on the one hand to call attention to the unusual uses and various impacts of the "pure" social sciences, and on the other to underline the degree to which advanced technology had already entered the paradigm for the social sciences in certain applied areas — for example, urban planning, public administration, electoral surveys etc.

Silvert insists on his refusal to adopt an "instrumental" attitude towards the evaluation of the social sciences; he attempts to emphasize the greater role of the social scientists as an "explainer" of social reality, as one who forges ideologies, thence deriving a series of intellectual functions of an "illuminist" nature, generous, exercised by the scientists in daily life. In addition to imagining an almost unlimited horizon for the ripening of a Latin-American social science capable of formulating its own paradigms of analysis and explanation, in a position to stand side by side with scientific production of international quality, contributing with information and data to this end, establishing autonomous conceptual schemes and independent flights of theory, expanding the comparative scope for insertion of the Latin-American experience — in addition to all this, Silvert identifies the preferential space for action in his choice of a few research centres and post-graduate programmes as associates *par excellence*.

The other side of this policy of seeking priority partnerships with just a very few centres and programmes gifted with excellence in the end crystalized into a tacit division of work: the clientele of the principal national financing agencies came to include institutions and entities of less prestige, not supported by the Ford Foundation. But it should be said that, even without knowing and even though it contradicted the intentions of the programme, the Foundation came to contribute to the reinforcement of the hierarchies within the domestic market, and in which the social scientists operated.

Silvert was soon aware of the profound inequalities between institutions caused by this proposal. He justified his attitude through the expectation that the demonstration effect of the support

of excellence would then make itself felt further down the line, and that the outcome of his policy would be stimulus for the urgent creation of scientific communities, both for Latin America as a whole and for the individual countries involved. This became reality with the foundation of the Latin-American Council for the Social Sciences (CLACSO) and of associations such as those in Brazil (ANPOCS, ANPEC, ANPED). In short, Silvert practically set out the conditions for continued support to the activities of applied social science in the areas of planning, administrative sciences and law, provided that they kept up their connections with pure social science.

Even so, one should not overestimate Silvert's power and influence in the course of his career with the Ford Foundation. The constant invocation of his name in this work mirrors the strength of his presence in the written documentation, yet one must admit that the impact of his proposals over his long period of activity in the Latin-American program was far from equal in its effect. As far as one can see, in the 60s and until the mid-70s the weight of his authority made itself felt at a decision-making level and among middle-level employees; from then on, his position became increasingly defensive, and the area of its repercussion became more and more restricted until the moment of his heart attack. To put it briefly, he was much more influential in a downward than in an upward direction in the organization; his ideas had their effect on a fair number of technicians and supervisors, but only rarely on the positions adopted by the directors.

The reactions of consultants and representatives soon pointed to areas of discord. One of them calls attention to the growing politicization of CLACSO which, as he saw things, was frequently manipulated for personal promotion. Another comments, suggestively, that the "made by Ford" mark was turning into a seal of quality — in reference to the perverse effects of the policy of concentrating on a few institutions of excellence. And indeed, to be on the list of the Ford Foundation's clients came to be, in the domestic market, an indispensable credential for access to the select club of legitimate institutions. The validity of this

seal of approval spread to the other initiatives of leadership, to the projects of investigation themselves, and to the scientific results produced by the institutions which had received the Foundation's support.

Then there are the ardent defenses of social anthropology and of the importance to be conferred on artisanal qualitative studies, in confrontation with the emphasis given by Silvert to economics and studies of the survey type. Strictly speaking, this persistent line of defense of support for the anthropologists is seen to show itself on many occasions; it reveals the existence of a small but well-established corporate lobby. It was the custom to emphasize two advantages over sociology: on the one hand, the limited costs of ethnographic research by comparison with the large sums required for surveys, and on the other hand the reduced political risks, due to the low public profile of the most prestigious practitioners of the discipline.

Two final reactions bring together a number of polemical points, which are to be present at all the meetings and debates of these three decades of experience in the region. The first is the attempt to qualify as being of marginal importance the Ford Foundation's contribution to Latin-American social science, and then to go on to justification of a broader distribution of resources than that suggested by Silvert's "elitism" and to advocacy of the opposite strategy: never to finance the academic social sciences unless they are dissociated from the so-called applied areas. The second of these points introduces an evergreen theme in financing policy: the need to link any activity whatsoever on the part of the social scientists with a commitment to sympathy with underprivileged groups in society. Temporal perspective allows us to perceive exactly where this policy, at the time qualified as "elitist", was right; the Ford Foundation's contribution in this respect has been absolutely decisive, and is one of the underlying reasons for vigorous institutional development today.

In the case of Brazil, the reply given by Frank Bonilla, at the time resident adviser in Belo Horizonte, is of particular interest. In the face of the energetic defense of "institutional construction"

as the programme's maximum priority, and of the developmentalist aims to be achieved by way of applied areas, Bonilla displays scepticism; such aims are unlikely to be successful when there is no adequate supply of suitably-qualified academics, capable of independent work, of exercising a leading role in research, and of assuring high-quality post-graduate training. He shows little hope as regards any immediate improvement in local standards of academic productivity; he complains of improvisation, of the precarious chances of establishing a body of staff with doctoral qualifications, and of the lack of leadership in research. His pessimism is anchored in the institutional fragility of the universities and in the precarious conditions for assimilation of those returning from abroad with new doctorates. He mentions the difficult circumstances of the political moment in Brazil; on account of all these reasons, he enquires whether it would not be advisable to adopt a more aggressive posture, emphasizing programmed research rather than concentrating resources on the improvement of institutions.

The agenda of the first meeting of the social sciences (Colombia, December 1973) confirms the lines of stress which will mark the relationship, over three decades, between the Ford Foundation and social scientists in the countries of Latin American. The minutes of the meeting record the persistent tension between a financing policy of distinctly academic character, under which the social sciences will receive support for their own sake, and an alternative guideline which would tend to link them to practical themes, problems and purposes (agriculture, population, education, environment etc.), seeking to make use of their impact on various domains of social life and, in particular, their effects on public policies.

It is no accident that the two central sessions at this meeting were entitled "Utilization of Social Science I & II" — a clear sign of confrontation between guidelines, one towards a "pure" social science, the other of a more ancillary nature. Discussion of the problem ends up by engendering a series of correlated questions as to the advantages and limits of an instrumental

approach, and from there to the possibilities of influencing and intervening in certain outstanding "social problems." Another topic which comes in for repeated consideration on this occasion is the nature of, and the limits of reasonable involvement for, a foreign financing agency.

Two basic positions emerge from this debate. The first is that assumed by most of the Latin-American guests at the event: that support from the Ford Foundation should be channelled in a strictly academic and intellectual direction into the social sciences, while the "application" of the results of research should be left to the Latin Americans themselves. The Foundation's personnel (with a few exceptions among the "heavyweights") seem to incline more towards the association of the activities of social scientists with the fields for application already mentioned.

This high-level debate obscures rather more pedestrian tensions and conflicts between economics and the other social sciences, between the major associates and the small clients, between the four largest sponsored nations and the smaller countries, between the defenders of a long-term strategy aimed at institutional construction and those analysts who are guided by changes in the nation's situation, between those who benefit from financing by the Ford Foundation and those who are excluded, between the "left" and the "right" in Latin America's social sciences. Participants in meetings thus had to face a diagnostic situation which is infinitely more complex than the texts of the meetings (which tend to give a rationalized retrospective view of what took place) would seem to suggest.

On the other hand, while the statements of guest social scientists, in chorus with the guru Silvert, tend to debate general principles, ultimate values, and major lines of analysis and prognosis, the Foundation's employees can hardly fail to appreciate and evaluate the day-to-day philanthropic work in the terms and the logic of a large bureaucratic organization, sensitive to concrete demands from widely differing points in its universe of work, exposed to risks, surprises and uncertainties, at times

finding difficulty in linking the procedures of concession, accompaniment and disbursement of donations with the more general and abstract objectives of the operations programme as a whole.

Any enquiry as to the political relevance of the social sciences, their degree of impact on the media, on governments, on the private sector, is the same as to ask whether it makes any difference or not to have social science of good academic and scientific quality and, in the end, betrays permanent concern as to whether all this investment is worthwhile or not — or, to put it rather better, whether the Ford Foundation's presence in this field makes any difference or not.

This quasi-obsession, at times concerned with academic status, at times with the political relevance or the intellectual prestige of the social sciences, and at times with the desire to discern their true content, points to a recurring enquiry as to the possibility of achieving an equivalent social efficacy through other means which might have a more significant public repercussion. Both journalists and the leaders of professional corporations (lawyers and jurists, for example) are frequently quoted as an alternative to the social sciences in terms of investment.

As understood by some sectors of the Foundation, the leverage obtained by social scientists within society, and particularly their capacity to bring the results of research to the forum of discussion of public policies, might perhaps be exercised with advantage by other categories of social critic. Journalists or political analysts, for example, would have a more direct effect, and would certainly cost less in terms of upkeep. Documents consulted contain a number of other signs of an attitude which aims at action, and which is therefore anti-intellectual. The more radical followers of this orientation have suffered repeated defeat within the organization, but the continuity of attitudes of this type suggest the persistence of conflict in the financing agencies — between, on the one hand, a group directed towards action through various forms of militancy, and on the other those more identified with research and the production of ideas

Expressions which repeatedly occur in the documentation, describing the business of the Ford Foundation as "the creation of competence" and the financing of "the production of ideas", make one thing clear. Even at the level of the list of doctrines on which the practices of financing and assistance to associates are based, there is persistent oscillation between long-term aims, under the broad heading of providing institutions with the necessary capacity (physical infra-structure, equipment, training of scientific personnel etc.), and objectives drawn up in the heat of the moment, under the changing pressures of the political situation and of the needs of the clients and their counterparts.

In the mid-60s, the Latin-American scenario had altered drastically, as a result of economic and political transformations in the domestic sphere and of the new political and cultural climate in the United States as a consequence of the war in Vietnam. The Brazilian "economic miracle" was accompanied by growing social inequality, by increased concentration of income, and by a right-wing military regime. This was no obstacle to the setting-up of a national system of science and technology, with new institutions, new fronts of investigation — in the social sciences as elsewhere. The embittering experience of South-East Asia had extinguished what was left of the optimism and hope of the Kennedy era; there was growing racial conflict and a veritable revolution in customs, values and ideas in the universities which went arm in arm with widespread contestation of any form of authority whatsoever.

In conditions such as these, there was necessarily a rapid erosion of the explanatory power of the theories, concepts and paradigms manipulated by the academic establishment; with them went the dogmas of functionalism and the recipes of developmentalist theory. Now it was the turn of the "critical" proposals spread by the works of the European schools of Paris (Alain Touraine) and Frankfurt (Marcuse). What was now "in" was political economics, Marxist-inspired sociology, and anthropology by way of a counter-culture founded on a new sexuality, drugs and the feminist movements. These changes as a whole,

together with the exposure of the military and political help (open or tacit) given by the American government to military coups in the continent placed the entire concept of foreign aid under suspicion. It certainly placed an important constraint on the redefinition of policies and activities as instituted by private financing agencies such as the Ford and Rockfeller Foundations.

The growing involvement of the Ford Foundation in Latin America with disciplines other than economics in the social sciences reflected recognition of the complexities inherent in the process of development, a certain sympathy with the fresh breezes of a contestatory cultural climate; on the other hand it mirrored the options taken up by the people responsible for the Latin-American programme, increasingly populated by a considerable batch of social scientists in the teams active at headquarters and in the representative offices. The memoranda and reports of the time are uncontained and impassioned defenses of the respective academic specialities, particularly when there was some threat of cuts or reductions in the budgeting for donations. As might have been expected, the fact of having social scientists among the agency staff in the end generated and expanded new opportunities for investment in the social sciences, and produced a growing sensitivity to the demands and currents of opinion at a local level. This led to adjustments on both sides, with the associates seeking to win over the donors, and at the same time being attracted by them.

In spite of the secondary role to which they are usually — and unjustly — relegated, the Ford Foundation's entry and success, and even the doctrinal profile of its project in Brazil, have a great deal to do with the indispensable support given by an entire generation of "culture brokers": Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, and Júlio Barbosa, to mention some of the more important. All were concerned to create knowledge about Brazil, sharing the creed and the enthusiasm of this self-taught generation from ISEB with the "Albertian" project of constituting a critical and militant conscience about Brazilian society.

Thus the programme's priorities little by little underwent significant alterations which reflected other movements on the part of the principal actors and interest groups involved. Although the economists continued to receive the lion's share as far as resources went, since it was in the area of public and business administration that there had been substantial cuts, the expansion in other segments and disciplines of the social sciences was perceptible; there was an increase in projects in sociology, and considerable investment in political science and social anthropology. To these should be added the beginnings of programmes in Law in four countries, including Brazil, new donations for urban and regional studies, and continued support for population studies and education.

By the end of the 60s, the investment profile was greatly altered, due to the redirecting of the resources for "institutional construction" to a smaller number of centres capable of implanting "international standards of academic excellence" and to a number of post graduate programmes, most of them at prestigious public universities in Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília and Belo Horizonte. As regards the establishment of the budgets for the various donations, one may note an increase in the headings for local costs (salaries, research expenses, grants etc.), with considerable amounts for post-graduation in Brazil; this reflects on the one hand an unmistakable option in favour of institutional reinforcement for the associates, and on the other a recognition of their capacity for survival in a scenario which was disturbed on account of the replies which could be made to domestic demands, either through the results of research or by way of other forms of cultural intervention (seminars, debates, essays, articles in the press etc.).

As regards the themes themselves, the changes which may be detected by comparison with the previous period are somewhat rhetorical; there remains a persistent emphasis on matters like population dynamics and urbanization. However, the importance of an instrumental approach in the social sciences brings out a new lexicon; one now speaks of political relevance

rather than direct formulation of policies, or of the resolution of problems by way of critical analysis, public discussion, dialogue capable of mobilizing the pertinent actors in the direction of alternative options for development. The new creed formulated and instituted by Silvert at the end of the decade sought a compromise nourished on rationality, public liberties and development, in the terms of a pluralist rather than an "economicist" concept. In other words, the modernization of Latin America depended on contributions from economics, political science, sociology, anthropology and law, in such measure as "power, values, institutions and personality, all operating together, are ingredients of social analysis."

The professionalization of the Foundation's technical term, their greater involvement in and proximity to the very difficult circumstances in Brazilian politics at the time and, to a considerable degree but one which cannot be measured, the demands and requests made by clients and counterparts in the country, all contributed to the transition between the technical assistance policies of the early years and the more humanistic approach to society, based on the social sciences and economics as priorities, of the end of the 60s.

Belief in the almost unlimited possibilities for expansion of the programme at the beginning of the 70s carried such weight in the chain of decision that Kalman Silvert, for example, was encouraged to voice the need to take Ford Foundation sponsorship to other disciplines such as history and social psychology. Rather than just point out the marks of the Maecenas-entrepreneur left by the Foundation on its associates, one should also indicate the other side of the coin: the degree to which representatives and employees were permeable to the values, the research proposals, and even the prejudices of the clients. The success of the relationship was constructed in the midst of a partnership in which those financed might catch sight, to a variable degree according to circumstance, of almost voluntary surrender on the part of the policy negotiators of the Foundation to at least some native values and priorities.

Strictly speaking, perhaps the most effective means of evaluating the impact of this strategic input of resources into the field of social science in Brazil might have to take into account even those successful achievements of the associates which, although they received no direct financial support, were in the end derived from the situation of relative institutional stability and security guaranteed by the Ford Foundation program. The continuity of credit made feasible a more diversified infra-structure, and above all provided an institutional framework which was more independent of the traditional centres of decision, and particularly of the political oscillations within the universities.

The Ford Foundation made a decisive contribution to the setting-up in Brazil of a real market for social scientists; this was possible through the financing of alternatives for institutional construction, duly adjusted to the new structural conditions under which, over the last two decades of transformations, the local system of scientific production works. Those groups and people in leadership who have not had access to this generous sponsorship could hardly fail to recognize the coup; its effects were even more difficult to avoid when accompanied by intellectual and scientific disqualification. All in all, there was no way in which the balance of this relationship could avoid producing repercussions in what came to be the "proud" and somewhat peculiar profile of the Latin-American office within the international division. This was on account on its experimental attitudes, its administravie innovations, and the somewhat unconventional criteria of its programmes by comparison with the developmentalist doctrine which still held good at the time.

Unfortunately, the period in which the Latin-American office was consolidating its position, in the first half of the 70s, coincided with increasingly severe budget restrictions. This led to fiercer competition with the other offices in the international division; it brought renewed debate about the humanistic options, so to speak, in Latin America and particularly in Brazil as compared with the clearly technological and economic orientation in other continents, and gave rise to complaints at the lack of recognition for the work carried out.

At this moment, of rigorous budget cuts and no less important political disagreements, the Latin-American program came under threat, and was very near to being closed down. At the higher levels at headquarters, numerous reasons for so drastic a decision were going the rounds. It was said that the principal countries in the region had already achieved self-sustaining political and economic development, thus making the financial support of the international financing agencies unnecessary. Or such a decision would be based on a sort of inside-out competition between relative patterns of misery and social indigence in the three continents which merited funds from the Foundation: Asia, Africa and Latin America.

By this time, Brazilian social scientists had reached a position of relative privilege, in terms of the amount of international resources brought into the country for use by associates or in terms of the international prestige accorded to Brazilian contributions to theory, such as the theory of dependence, or, at least, of the satisfactory levels of academic and institutional performance achieved by the more important associates.

As early as 1976, at the second major meeting for the social sciences, attended by the active personnel in the Latin-American program, the contradictions and ambiguities of the Brazilian situation came to the fore. According to what was now beginning to be admitted, with a certain degree of surliness, the famous intellectual and institutional creativity of Brazil's social scientists in an adverse and authoritarian context had been, at least in part, encouraged by the military regime itself, in preserving a number of "islands of controlled dissent." In the midst of the first unequivocal signs of relaxation, under the government of General Geisel, there circulated the prognosis that the principal associates would tend to become increasingly less dependent on financial assistance from the Ford Foundation. In spite of the attitudes assumed by a number of scientists with respect to polemical questions such as nuclear energy and the distribution of income, such opinions were considered as flashes in the dark they did not break through the barriers of political isolation which held them back, and this added

a note of disappointment to the transforming and interventionist hopes detectable in the speech of the technicians and representatives of the Ford Foundation present at the meeting.

On the other hand, the Brazilian government's ambiguous policy with regard to the social sciences did not go unnoticed; while it displayed an unequivocal lack of political and doctrinal confidence with respect to social scientists, it also gave a substantial increase of material support to the disciplines in question. Although Complementary Act nº 77 explicitly prohibited the employment of the "retired" in teaching and research institutions "of interest to national security," those active at IUPERJ, CEBRAP, PUC, and in the Ford Foundation itself were left unmolested. Similarly, no one gave very much importance to Decree nº 889, which established "moral and civic education" at post-graduate level, where the Foundation concentrated a large part of its resources. And in spite of the persecutions, the arbitrary acts and the police violence, other sectors in the Brazilian government were giving credentials to Ford-financed courses and providing grants for students matriculated in those courses.

One can, however, detect the first signs of an examination of some of the unexpected consequences of Ford Foundation activity in Brazil. For example, the internal debate about the advantages and limitations associated with the academic formation of a generation of Brazilian social scientists in the U.S.A. and Europe expanded; it sought to understand the perceptible difference in the political attitudes and the research themes of the two groups. Those trained in the U.S.A. were less vulnerable to repressive measures on account of the themes of their investigations, as the themes themselves were less controversial. The group trained in Europe tended to deal with more politically sensitive subjects and problems. There was also a growing conviction that the relevance of the aid provided was all the greater in view of the lack of interest, on the part of other international financing agencies, in the social sciences in the region. This helped the Ford Foundation to a degree of autonomy, both in relation to American foreign policy and to domestic policy.

Even without taking into account the "peak" in resources for the Brazilian programme in 1970 (3,271,000 dollars US), the budget suffered its first substantial cut — to 2,146,000 dollars in 1976; then a lot further, to 1,399,000 in the following year. Rock bottom was reached in 1978, with a little more than 500,000 dollars; and the level stayed slightly above this until 1981. Only in 1985-86 did resources return to somewhere close to the ceiling of the early 70s. Of this "terribly lean carcass" the social scientists took the lion's share, and support for the region's stronger centres maintained a reasonable level.

In the course of the 70s, there was a growing sensitivity inside the Ford Foundation to questions of equality and social welfare, to the dramatic disparities in the distribution of income, to standards of education, of political participation and of citizenship. This was in part due do the new challenges to the comprehension of the economic, social and political world caused by the clash of ideologies of the Nixon era. Without abandoning the "institutional development" of the associates as a central purpose, the agency's programme of activities began to give priority to projects for investigation and intervention concerned with burning social topics, and in controversial and problematic areas such as educational reform, population growth and agricultural development. A system of competitive grants was launched for social science research in three countries in the region, including Brazil; the emphasis given to research and post-graduation was kept up, and assistance to professional associations of social sciences, economists and demographers in Brazil was increased.

The budget proposal for fiscal year 1980-81 consolidated further the tendencies established during the 70s; the direction of the programme changed, and it became clearly thematic and applied. It came to involve questions with a broad repercussion on the political agenda, and henceforth sought to associate research activities in the proper sense of the word with forms of impact and intervention. The fact that, in the recent past, there had been a number of unsuccessful experiments in "social action programmes" (public administration and reform of the teaching

of law) had no effect on the new areas of "application" of knowledge derived from the social sciences (resources and environment, women's studies, human rights and social justice, and international relations). Thus a new front of objectives centered upon a policy of thematic research came to compete on an equal footing with the traditional objectives of "institutional construction" and establishment of scientific communities by way of national associations. Furthermore, there was evidence to show that the disposition, on the part of Brazilian social scientists, to work on "thematic areas" was fairly elastic, according to the economic incentives administered.

According to what one can gather from visitor's reports covering the multiple activities of the various thematic areas (population studies, women's studies, or international relations, for example), such initiatives reveal a concern to identify strategic niches for investment, where resources might be concentrated so as to give leverage to an area of study, research and training which, at the same time, might constitute a front for militancy and for technically competent intervention in suitable domains of public policy. In other words, these areas of applied social science make for ease of conciliation between "instrumental" aims and "academic" objectives, and increase the degree of influence exercised by the Ford Foundation.

The advances achieved in the area of population studies, for example, can be measured in practice by the amount of investment in the programme. In 1968, year zero as regards this field in Brazil, there were almost no groups of young demographers, the results of the 1960 census had still not been published, and other local indications of interest in this speciality gave little cause for enthusiasm. Ten years later, Ford Foundation investment had brought about considerable improvement, and the interest in this field can be assessed exactly in terms of the high return on the investment.

The greatest obstacles to full implantation of the new "thematically orientated" policy were to be the practical difficulties involving social action projects, and the setting-up of networks of organization between associates, on account of limitations on

budget and personnel. Faced with the need for a variety of alternatives for cutting costs, given the imminence of a much-reduced volume of resources for the Rio de Janeiro office, the cuts tended to concentrate in this areas of education and nutrition. That is: in spite of the concern to incentivate the areas of thematic study already mentioned, the staying-power of this operations front comes up against the resistance of local counter-proposals; the areas seem not to correspond to the distribution and effective functioning of the interest groups active in the client community, at this time almost entirely articulated around independent research centres or port-graduate programmes with a clearly "disciplinary" profile. Indeed, the managers of the Latin-American and Brazilian programmes repeatedly came up against this problem; there had to be concession s on both sides, readjustments on the part of clients to priority themes and redoubled justifications on the part of the representatives when faced with exceptional and qualified institutions.

The last five years of the Brazilian programme point to a decisive moment, with regard to the strategic objectives achieved, to the types of associate who have gained in the field of social science, or to the total amount of resources channelled into the area. With respect to institutional challenge, the situation in the years following the Collor Plan in many ways resembles that of the second half of the 60s. The scarcity of public resources and the exhaustion of the usual means of support for the principal institutions have returned to the Ford Foundation its role as an institutional protagonist in the field of the social sciences. Seeing themselves caught between the possibility of watching the collapse of entities for whose creation and consolidation their assistance was indispensable, and the impossibility of giving satisfaction to the multiplicity of the demands addressed to them (NGOs, private centres, post-graduate programmes, university teaching and research nuclei etc.), those responsible for the Brazilian programme seem to have resolved upon securing the investment already made, but at the same time to seek cut new opportunities and initiatives congruent with the priorities of the area.

One need only consult the list of principal associates at the end of this text to understand the priorities adopted in recent times. The area of activity which has most benefited in this period has been the setting-up of the research and teaching nuclei in the universities; through these, there has been an attempt to ally qualified academic training with the exploration of thematic "veins" set firmly pressing social problems- an alliance between specialized research and militant effort in the field of human rights. All such undertakings — the Nucleus for Studies in Higher Education (USP), the Nucleus for the Study of Violence (USP), the Social Research Laboratory (UFRJ), the Doctoral Programme in Economics (PUC/RJ), the Interdisciplinary Centre for Contemporary Studies (UFRJ) and the Post-Doctoral Programme in International Relations (USP) have developed within the universities, thus revealing the supplementary intention of assuring institutional stability in an environment which is potentially resistant and hostile to innovation.

The second support front continues to channel substantial resources to the private centres and post-graduate programmes; these are the oldest clients, and they have been a success. Just a few members of this client category have received institutional donations of considerable value; these are all the more strategic at a moment when resources are short and the maintaining bodies are financially weak. The National Museum, IUPERJ, and the Post-Graduate Programme in Economics of PUC/RJ have received sponsorship of this sort, and ANPOCS will soon benefit likewise. It would be almost impossible to envisage the survival of some of these undertakings without the financial support of the Ford Foundation in these hard times, when the policy for science and technology is destitute of resources and there is still no chance of a definition of priorities and aims.

The Ford Foundation's policy for the social sciences has, furthermore, taken advantage of critical circumstances to make a coordinated effort at reflection upon, and debate about, the results achieved over these three decades of teaching, training and research activities and of the production of

knowledge; this has been done through seminars on the balance of achievements in the social sciences, in women's studies and in racial studies.

In the last few years, the Ford Foundation has spent about 5 million dollars in favour of the social sciences in Brazil. It is now up to the social scientists to share their experience in this undertaking, and to take the initiative in opportune reflection on the institutional format of the space within which they work, on the types of relationship which they consider it suitable to maintain with the university, with other areas of scientific production, with national and foreign financing agencies, on the links which they intend to construct in relation to the diverse demands of Brazilian society — that is, on the positions and roles which they consider pertinent at the present moment to their position in the academic market and in society. I am certain that we are proud of many of our achievements, and that we feel honoured by these three decades of close relationship with the Ford Foundation, so fruitful in their intellectual, scientific, academic and institutional consequence.

List of Interviewees

1. THOMAS TREBAT, economist; at present the Ford Foundation's Program Director for Latin America and the Caribbean. Interviewed 3rd March 1992.

2. FRANK BONILLA, political scientist; a present Professor and Director of the Center for Puerto Rican Studies, Hunter College, New York. Ex-adviser to the Ford Foundation program in Brazil, resident in the country from 1968 to 1971. Interviewed 4th March 1992.

3. WILLIAM CARMICHAEL, economist; at present Director of the Institute for International Education, New York. Representative of the Ford Foundation in Brazil from 1968 to 1970; chief of the office for Latin America and Caribbean from 1970 to 1976. Interviewed 5th March 1992.

4. THOMAS SKIDMORE, historian and Professor in the Department of History, Brown University, Providence. Ford Foundation consultant for Brazil. Interviewed 5th March 1992.

5. PETER BELL. At present Director of the Edna McConnell Clark Foundation, New York. Formerly assistant to the Ford Foundation's Director in Brazil; acting and substitute Director from 1965 to 1968, then Foundation's representative in Chile. Interviewed 6th March 1992.

6. CRAUFORD GOODWIN, economist and Professor at Duke University, North Carolina. Ford Foundation consultant. Interviewed 6th March 1992.

ACKNOWLEDGMENTS

The basis of this work is twofold: a set of interviews with directors and consultants involved in the Ford Foundation's Brazilian program, made in the United States in March 1992, and data information from documents in the archives at the Foundation's headquarters in New York. An appendix to the text contains a list of interviewees and of documents consulted. I wish to acknowledge my debt to all the people I interviewed, for the attention they bestowed upon me and all that I learned about their experience by way of their information, their emotions and their ideas. My sincere thanks go to those who work at the archives, in particular Alan Divack, Sharon Laist and Kay, who spared no effort in helping me make the most of my ten days of work; due to them, I had easy access to documents and records of all kinds, and, where necessary, copies in record time.

The sponsors of this initiative are Thomas Trebat and Joan Dassin, who gave their acceptance to the proposal and discussed its outline and contours. Thomas Trebat not only had the kindness and patience to be interviewed at great and tiring length; he also did everything he could to make it easy for me to get around during my time at headquarters. Joan Dassin has been a stimulating working partner, challenging my ideas and accepting my answers. I should like to put on record how honoured I feel by her invitation to write this work and to organize the Seminar

which will commemorate 30 years of Ford Foundation presence in Brazil. Thomas Trebat and Joan Dassin have both put great effort into strengthening and expanding the Brazilian program, and together have shouldered the responsibility of working out a fruitful redefinition of the historic project drawn up by Wilhelm, Carmichael and Silvert.

I also wish to put on record, for all participants in the Seminar — speakers, commentators and special guests — my satisfaction at their acceptance, and at their disposition to bring with them their points of view on this bountiful experiment in philanthropy in the economic and social sciences.

Ford Foundation Representatives in Brazil

REYNOLD E. CARLSON, 1962-1965
STACEY WIDDICOMBE, 1965-1967
WILLIAM D. CARMICHAEL, 1968-1971
PETER BELL (interim and substitute), 1967-1968
STANLEY A. NICHOLSON, 1971-1974
EDUARDO L. VENEZIAN, 1974-1976
JAMES A. GARDNER, 1977-1980
DAVID E. GOODMAN, 1981-1983
BRUCE L. BUSHEY, 1983-1986
PETER FRY (interim and substitute), 1986-1988
JOAN DASSIN, 1989-1992
BRADFORD SMITH, 1992- (today)

Documents in the archives of the Ford Foundation

1958

RICHARD M. MORSE, *Brazilianists and Brazilians*, December, #006830, 5 pp.

1959

ALFRED WOLF, LINCOLN GORDON and REYNOLD CARLSON, *Ford Foundation Mission to Brazil*, July-August, #000008, 41 pp.

MILTON KATZ, *Clues for a possible Foundation program for Latin America drawn from recent meetings of representatives of the 21 American Republics*, February, #010463, 11 pp;

1961

SIDNEY MINTZ, *Notes on the Brazil Grant Program*, June, #002512, 7 pp.

1963

CHARLES V. KIDD, *Report on a request for a grant to strengthen graduate education in the sciences throughout Brazil*, July, #008410, 15 pp.

1964

Brazil Proposed Program Budget, 1964-1967, February, #010187, 8 pp.

1965

MEREDITH WILSON et al, *Report of Secondary Education Mission to Brazil*, August, #001475, 46 pp.

REYNOLD E. CARLSON, *Report on trip to Bahia*, June, #009325, 8 pp.;

1967

HENRY J. STEINER, *Report on trip to Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino de Direito (CEPED) and Description of CEPED's Development and Prospects*, September, #007418, 32 pp and Appendix;

JEROME R. HELLERSTEIN and KEITH ROSENN, *Project of the Faculty of Law of the University of São Paulo*, September, #008672, 31 pp and two Appendices;

KALMAN H. SILVERT, *Possible Foundation Activities Involving Cuban Affairs*, October, #008954, 8 pp.

Basic Policy Issues and Guidelines for the Foundations's Work in Less Developed Countries, March, #002788, 18 pp;

The Ford Foundations's Activities in Latin America and the Caribbean, September;

1968

ANSLEY J. COALE, *Suggestions for a Program to Strengthen Demography in Brazil*, January, #010014, 5 pp;

DAVID MAYBURY-LEWIS, *Consultancy with the teaching and research program in social anthropology*, Rio de Janeiro, June, #008451, 11 pp;

J. D. NYHART, *Notes on the BNDE/MIT Project to date*, December, #007436, 16 pp.

KALMAN H. SILVERT, *Social Science Program*, Fiscal Year 1969 Budget, August, #009340, 7 pp;

1969

HARRY E. WILHELM, *Activities of the Office for Latin America and the Caribbean in 1968*, January;

KALMAN H. SILVERT, *Area Studies Look Outward*, February, #002955, 16 pp;

KALMAN H. SILVERT, *Draft Statement of Policy Guidelines for Social Sciences in Latin America*, January, #008774, 17 pp;

KALMAN H. SILVERT, *Reactions to Draft Statement of Policy Guidelines for Social Sciences in Latin America*, April, #008775;

RICHARD N. ADAMS, *Reflections on "Cultural Activities" memos*, February, #008824, 13 pp.

1970

G. H. G. OLDHAM, *Science Policy Studies in Brazil*, November, #008667, 8 pp;

HARRY E. WILHELM, *Future Program Plans for the Office for Latin American and the Caribbean*, January, #004655, 10 pp;

HARRY E. WILHELM, *Office for Latin America and the Caribbean*, Report on 1969, January, 27 pp;

JOHN S. NAGEL, *Office for Latin America and the Caribbean*, Report on FY 1970, December, #008925, 5 pp and three Annex.

REUBEN FRODIN, *Foundations and Latin American Universities*, March, #002375, 45 pp;

RICHARD N. ADAMS, *June 1-2 Rio de Janeiro Meeting on Social Sciences*, May, #008783, 8 pp;

RICHARD N. ADAMS, *Some Notions on Social Science Development in Southern Latin America*, March, #008782, 9 pp;

RICHARD N. ADAMS, *Suggested Session on Coordination of Social Sciences in Southern Area*, April, #008784, 15 pp;

The Brazilian Environment for the Social Sciences, September, #004935, 8 pp;

1971

K. N. RAO, *Some Tentative Conclusions from the Analysis of Objectives of the Grants in Education Proposed for 1971-75*, Rio Meeting on Education, May, #010006, 5 pp;

KALMAN H. SILVERT, *The Foundation's Work in Law and Development in Latin America*, March, #006808, 7 pp;

ROBERT S. DRYSDALE, *Draft Summary of the Conference Discussions*, Rio de Janeiro Education Meeting, May, #010010, 25 pp.

1972

DAVID H. P. MAYBURY-LEWIS, *Brazilian Consultancy*, May-September, #003315, 15 pp;

JAMES A. GARDNER, *Program Budgets for FY 1973*, March, #005844, 13 pp;

JAMES A. GARDNER, *Subjects of Emerging Promise or Significance*, March, #005849, 3 pp;

KALMAN H. SILVERT, *Field Office Budget Proposals — Fiscal Year 73*, March, #005848, II Brazil, 4 pp;

OZZIE SIMMONS, *Notes on the Ford Foundation's Social Science Conference*, February, #010023, 10 pp;

ROBERT MCLAUGHLIN, *Ford Foundation Population Program in Brazil*, September, #008440, 11 pp;

WILLIAM D. CARMICHAEL, *FY 1973 Program Management Budget*, August, #005863, 8 pp;

WILLIAM D. CARMICHAEL, *Tallying Up Resource-Base Activities*, June, #005840, pp;

WILLIAM D. CARMICHAEL and JOHN S. NAGEL, *Fiscal Year 1973 Allocation and Program Emphasis*, OLAC, January, #005857, 13 pp;

1973

ARNOLD C. HARBERGER, *Impressions, Judgements, Reflections etc., gathered on my recent trip to Brazil, Rio de Janeiro*, September, #008673, 11 pp;

JAMES A. GARDNER, "PUC Law", February, #005939, 12 pp;

JAMES R. HIMES, *The Interplay Between the Foundation and Grantees*, December, #010150, 13 pp;

JORGE BALAN, *Notas sobre los programas nuevos de pos-graduacion en ciencias sociales en el Brasil*, #010149, 30 pp;

RICHARD S. SHARPE, *Paper for May OLAC Education Meeting*, April, #004058, 10 pp;

Conference on the Social Sciences in Latin America, Santa Maria, Peru, December;

1974

WILLIAM D. CARMICHAEL, *Budget Cuts Revisited: an OLAC Perspective on Adjusting to Reduced Spending Levels*, May, #007817, 14 pp;

WILLIAM D. CARMICHAEL, *Further Trimmings*, December, #005902, 10 pp;

1976

ADRIENNE GERMAIN, *Consultancy on Brazilian Women's Roles in Development*, August, #005005, 14 pp and ten Appendices;

JEFFREY M. PURYEAR, *Rapporteur's notes on the first session of OLAC Social Science Conference*, Villa de Leyva, Colombia, April, #010225;

KALMAN H. SILVERT, *In search of theoretical room for freedom (north american social science thinking about latin american development)*, Atlanta, Sixth Meeting of Latin American Studies Association, March, #008918, 21 pp;

KALMAN H. SILVERT, *The Foundation, the Social Sciences, and Latin America*, OLAC Social Science Meeting, Villa de Leyva, Colombia, April, #005065, 34 pp;

OSCAR HARKAVY, JOHN NAGEL e LYLE SAUNDERS, *Population consultation visit to Brazil*, March, #008665, 19 pp;

ROBERT S. DRYSDALE, *Social Sciences and the Ford Foundation*, Mexico, April, #008912, 10 pp;

THOMAS E. SKIDMORE, *The Study and Teaching of International Relations in Brazil: A Survey and A. Proposal*, September, #010309, 35 pp;

Background Papers for OLAC Social Science Meeting, Villa de Leyva, Colombia, April, #010224;

1978

DAVID TRUBEK, *Law and Social Justice Consultancy/Final Report*, December, 22 pp and Annex;

JAMES A. GARDNER and WILLIAM S. SAINT, *Field Budget Proposal: Brazil*, November, 35 pp;

1979

ALBERT FISHLOW, *Consultant Report*, Rio de Janeiro, May, #009057, 9 pp;

RICHARD B. NORGAARD, *Draft Planning Document for a Resources and the Environment Program in Brazil*, February, #010281, 33 pp;

1980

RODRIGO BOTERO, *The International Division in Latin America*, 1980-1990, September.

1982

Developing Country Programs/FY 1983 Program Reviews, November, #007481, 59 pp.

1991

THOMAS TREBAT, *Reflections on the latin american program of the Ford Foundation*, September, 12 pp.

Table 1
Largest donations by the Ford Foundation to social scientists in Brazil. 1962 — 1992

POSITION	RECEIVING INSTITUTIONS	DISCIPLINES AND THEMATICS AREAS	VALUE IN US$ OF DONATIONS
1	Pontifícia Universidade Católica/ Rio de Janeiro (PUC/RJ)	*Economics, Demography and International Relations*	2,658,331
2	Fundação Carlos Chagas/SP	*"Women Studies" and Education*	2,300,331
3	Universidade Federal de Viçosa/MG	*Rural Economics*	2,261,479
4	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP/SP)	*Economics, Demography, Sociology and Political Science*	2,216,003
5	Fundação Getúlio Vargas/ RJ e SP	*Economics, Business Administration, Law and Historical Documentation*	2,133,867
6	Universidade Federal do Ceará	*Rural Economics*	2,006,076
7	Universidade de Brasília	*International Relations and Anthropology*	1,914,919
8	Sociedade Brasileira de Instrução/RJ	*Sociology and Political Science*	1,622,126
9	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)	*Sociology and Political Science*	1,487,434
10	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)	*Sociology, Anthropology and Political Science*	1,347,032
11	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/UFRJ	*Anthropology*	1,336,381
		SUB-TOTAL:	21,283,979

Continuing Table 1

Position	Receiving Institutions	Disciplines and Thematics areas	Value in US$ of Donations
12	Centro de Estudos Afro-Asiáticos	*Race Relations*	1,327,500
13	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	*Sociology and Political Science*	1,211,081
14	Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)	*Demography*	1,020,083
15	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	*Social Studies*	944,550
16	Departamento de Ciência Política (DCP/UFMG)	*Political Science*	928,766
17	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP)	*Political Science*	905,086
18	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	*Political Science*	750,562
19	Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC)	*Economics*	717,296
20	Governo do Estado de Minas Gerais (Depto. de Economia Agrícola e Estatística)	*Rural Economics*	674,130
21	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (FUNBEC)	*Education*	673,586
22	Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES/UFPE)	*Economics and Sociology*	644,439
23	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)	*Rural Sociology and Education*	627,329
24	Fundação José Bonifácio (Laboratório de Ciências Sociais)/UFRJ	*Social Sciences and Education*	613,639
		SUB-TOTAL (1 and 2):	32,322,026

Continuing Table 1

Position	Receiving Institutions	Disciplines and Thematics areas	Value in US$ of Donations
25	Museu Goeldi/Belém-Pará	*Anthropology*	521,293
26	LASPAU/Programa de Bolsas para Estudos Étnicos e Raciais	*Ethnic Studies*	469,000
27	PECLA	*Social Sciences and Law*	441,901
28	Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos /CIEC/UFRJ	*Ethnic and Cultural Studies*	401,330
29	Núcleo de Estudos sobre Violência/USP	*Human Rights*	375,000
30	Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior/NUPES/USP	*Education*	361,000
31	Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP	*Anthropology*	358,746
32	Pós-Graduação em Relações Internacionais	*International Relations*	324,000
33	Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER)/RJ	*Social Sciences*	292,236
34	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA	*Social Sciences*	233,661
		TOTAL:	36,100,193
	Other small donations to Social Sciences*		2,097,460
	The Ford Foundation Scholarship competition		4,612,242
	Total Donations to Social Sciences	(55%)	42,809,895
	Others donations	(45%)	34,612,767
		TOTAL donations:	77,422,662

* Receiving Institutions: Instituto Fernand Braudel, Associação Brasileira de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Rui Barbosa, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Políticos e Sociais, CAPES, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Source: The Ford Foundation. New York, 1992.

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO 5

SUMÁRIO 9

Bradford Smith
DEDICAÇÃO A VALORES DEMOCRÁTICOS 11

Franklin Thomas
O INVESTIMENTO DA FUNDAÇÃO FORD NOS RECURSOS HUMANOS E NA CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO 15

Joan Dassin
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 25

Sérgio Miceli
A APOSTA NUMA COMUNIDADE CIENTÍFICA EMERGENTE
A Fundação Ford e os Cientistas Sociais no Brasil, 1962-1992 33
Primeira viagem ao Brasil 37
Uma convergência dissidente 45
A Fundação Ford como organização de risco político 51
Inovação empresarial num mercado acadêmico emergente 57
Doutrinas e valores da prática filantrópica 65
Lista dos entrevistados 86
AGRADECIMENTOS 87
Representantes da Fundação Ford no Brasil 89
Documentos dos arquivos da Fundação Ford 89
Quadro 1 — Maiores dotações da Fundação Ford para cientistas sociais no Brasil. 1962-1992 95

Mário Brockmann Machado
A FUNDAÇÃO FORD, A FINEP E AS CIÊNCIAS SOCIAIS 99

Celina Vargas do Amaral Peixoto
A FUNDAÇÃO FORD E O CPDOC 107

Elisa Pereira Reis
A CONSTRUÇÃO INTELECTUAL E A POLÍTICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS: A EXPERIÊNCIA DO IUPERJ 115
Gráfico I — Estudantes admitidos na Pós-Graduação Mestrado e Doutorado — 1969 a 1992 122
Tabela I — Candidatos aprovados segundo o ano de ingresso, 1969-1992 — IUPERJ 123
Gráfico II — Origem acadêmica dos alunos de Mestrado e Doutorado do IUPERJ 124
Gráfico III — Origem geográfica dos alunos de Mestrado e Doutorado do IUPERJ 124
Gráfico IV — Participação das principais Agências no financiamento do IUPERJ — apoio institucional 125

Gilberto Velho
A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DO MUSEU NACIONAL 131

Marcelo de Paiva Abreu
THE FORD FOUNDATION AND THE DEPARTMENT OF ECONOMICS OF PUC-RIO, 1977-1992 137
Departmental history 139
Research and teaching 140
Funding problems 141
The role of the Ford Foundation 142
Perspectives 144

Silke Weber
A FUNDAÇÃO FORD E AS ÁREAS DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA NO NORDESTE 147

Juarez Rubens Brandão Lopes
TRINTA ANOS DA FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL:
Um testemunho com alguma análise 153

Elza Berquó
A FUNDAÇÃO FORD E OS ESTUDOS POPULACIONAIS NO BRASIL.
ANÁLISE-BALANÇO-TESTEMUNHO 165
Perspectivas futuras 175

Simon Schwartzman
EDUCATING THE FORD FOUNDATION 179
Appendix — Ford Foundation grants in Brazil related to Education, 1963-1993 195

Silke Weber
A PROPÓSITO DO TEXTO "EDUCATING THE FORD FOUNDATION" 199

Fúlvia Rosemberg
ESTUDOS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO 205
Tematizando a mulher 210
Institucionalização dos estudos sobre relações de gênero 216
Tabela 1 — Mestrados e Doutorados sobre mulher 225
Tabela 2 — Projetos enviados e aprovados nos seis Concursos de Dotações para Pesquisa sobre Mulher. Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford 225
Tabela 3 — Distribuição percentual dos projetos apresentados segundo a área de formação do pesquisador principal em todos os Concursos de Dotações para Pesquisas sobre Mulher. Fundação Carlos Chagas 226
Tabela 4 — Distribuição percentual por temas dos projetos apresentados nos 4º e 5º Concursos de Dotações para Pesquisas sobre Mulher. Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford 227
Gráfico 1 — Cursos regulares ministrados — 1970 a 1991 228
Gráfico 2 — Informação de financiamento — 1970 a 1991 228
Gráfico 3 — Orientações de Mestrado e Doutorado 1980 a 1991 229
Gráfico 4 — Pesquisas de acadêmicas — 1970 a 1991 229
Gráfico 5 — Publicações de acadêmicas — 1970 a 1991 230
Gráfico 6 — Subvenções concedidas pela Fundação Ford para projetos nas áreas de Mulher, Reprodução/Saúde 230
Gráfico 7 — Subvenções concedidas pela Fundação Ford para projetos em diferentes áreas 231
Gráfico 8 — Subvenções concedidas pela Fundação Ford para projetos nas áreas de Mulher e Saúde/Reprodução. 232
Bibliografia 233

Fernando Homem de Melo
AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS 237
ANEXOS 243
AGENDA — TRINTA ANOS DA FUNDAÇÃO FORD NO BRASIL: RETROSPECTO, IMPACTOS E PERSPECTIVAS 245

Sérgio Miceli
BETTING ON AN EMERGING SCIENTIFIC COMMUNITY
The Ford Foundation and the Social Sciences in Brazil 1962-1992 247
Journey to Brazil: the first Experience 251
Convergence through Dissidence 259
The Ford Foundation as an agency for political risk 265
Entrepreneurial innovation in an emerging academic market 271
Doctrines and values of philanthropic practice 280
List of Interviewees 300
ACKNOWLEDGMENTS 301
Ford Foundation Representatives in Brazil 303
Documents in the archives of the Ford Foundation 303
Table 1 — Largest donations by the Ford Foundation to social scientists in Brazil. 1962-1992 309

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA EDITORA SUMARÉ

Livros

A desilusão americana — Sérgio Miceli
De Geisel a Collor: um balanço da transição — Bolívar Lamounier (org.)
A opção parlamentarista — Bolívar Lamounier (org.), Juan Linz, Arend Lijphart, Arturo Valenzuela
A decisão do voto — Marcus Figueiredo
Ouvindo o Brasil — Bolívar Lamounier (org.), Mailson da Nóbrega, R. K. Bornhausen, Celso Lafer e outros.
Guia biobibliográfico dos brasilianistas. Obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988 — Heloísa Pontes e Fernanda Massi
O regime semipresidencialista — Maurice Duverger

Série Imigração

Historiografia da imigração para São Paulo — Boris Fausto
De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo — Oswaldo Truzzi
Negócios & famílias: armênios em São Paulo — Roberto Grün
Romanceiro da imigração japonesa — Célia Sakuray

Série Seminários e Debates

Temas e problemas em Ciências Sociais — Sérgio Miceli (org.)
As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (org.)

Monografias

nº 1 - *O impacto político das migrações internas: o caso de São Paulo (1945-1982)* — Maria Judith Muszynski
nº 2 - *Espaços de socialização e exploração do menor assalariado: família, escola e empresa* — Cheywa R. Spindel
nº 3 - *Capacidade de governo no serviço de transporte público: o caso de São Paulo* — José Antônio Borges Cheibub
nº 4 - *A classe média do "milagre" à recessão* — Maria da Glória Bonelli

Série Textos

nº 36 - *Cem anos de eleições presidenciais* — Bolívar Lamounier (org.), Marcus Figueiredo, Maria D'Alva Gil Kinzo, Judith Muszynski, Maria Teresa Sadek

Série História das Ciências Sociais

nº 9 - *Os guardiões de nossa história oficial* — Lilia K. Moritz Schwarcz
nº 10 - *As Ciências Sociais na Fapesp* — Maria Cecília Spina Forjaz
nº 11 - *Tomando partido, formando opinião — Cientistas sociais, imprensa e política* — Maria Hermínia Tavares de Almeida

Próximos títulos:

História das Ciências Sociais no Brasil, v. 2 — Sérgio Miceli (org.)
Burocracia pública e política industrial no Brasil — Ben Schneider

Pedidos para:
EDITORA SUMARÉ — São Paulo
Av. Dr. Arnaldo, 1973 — Cep: 01255-000
Telefone: (011) 263-3259 — Fax: (011) 263-1605

EDITORA SUMARÉ
Coordenação: *Vera Galli*
Produção: *Cíntia Ávila de Carvalho*
Serviços Editoriais Auxiliares: *Maria do Socorro da Silva Gomes*

Impressão: *Edições Paulinas*
(Com filmes fornecidos pela Editora)